

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL (PPGCOM)  
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS E PRÁTICAS EM JORNALISMO

THAMYRES SOUSA DE OLIVEIRA

**O JORNALISMO PIAUIENSE E A CENSURA EM TEMPOS DE  
ESTADO NOVO**

TERESINA-PI  
2016

THAMYRES SOUSA DE OLIVEIRA

**O JORNALISMO PIAUIENSE E A CENSURA EM TEMPOS DE  
ESTADO NOVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre em Comunicação.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Regina Barros Rêgo Leal

TERESINA-PI  
2016

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação  
Serviço de Processamento Técnico

O48j Oliveira, Thamyres Sousa de  
O Jornalismo piauiense e a censura em tempos de estado novo / Thamyres Sousa de Oliveira. – 2016.  
191 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.  
Orientação: Profª. Drª. Ana Regina Barros Rêgo Leal.

1. Jornalismo. 2. Censura. 3. Estado Novo. 4. Jornalismo – Piauí. I. Título.

CDD: 070.4

THAMYRES SOUSA DE OLIVEIRA

**O JORNALISMO PIAUIENSE E A CENSURA EM TEMPOS DE ESTADO NOVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Comunicação.

Dissertação aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profa. Dra. Ana Regina Barros Rêgo Leal – UFPI  
Presidente

---

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Júnior – UFMA  
Avaliador externo

---

Prof. Dr. Gustavo Fortes Said – UFPI  
Avaliador interno

Aos meus pais e ao Fábio, pelo amor, carinho e paciência.

## AGRADECIMENTOS

Reafirmei o meu desejo de tentar o mestrado após a banca examinadora do meu trabalho de conclusão de curso. Foi um exame demorado e construtivo. Ouvi todas as orientações, no entanto, saí de lá receosa.

Apesar da vontade de seguir rumo a esta nova etapa acadêmica, eu me questionava se aquele era o momento certo. Nesta fase de dúvidas, obtive ótimos conselhos. Dentre eles, o verso de Fernando Pessoa “Tudo vale a pena se a alma não é pequena”. Eu precisava arriscar, eu precisava me “testar”. E foi assim que eu fiz.

Depois de várias etapas, obtive a aprovação. Lembro ainda hoje da voz de choro da mamãe lendo o meu nome na lista de aprovados. A partir daí me conscientizei de que este sonho não era só meu. Eu carregava sonhos da família, fiz meu noivo esperar mais um pouco e pedi aos meus amigos, meus incentivadores, que me acompanhassem neste novo caminho.

Os primeiros meses foram complicados. Muitas leituras, novos horários, no entanto eu buscava ficar tranquila (ou pelo menos tentava). Foram dois anos nesta luta diária, mas que foram amenizados, pois nunca estive sozinha.

Agradeço, inicialmente, a Deus por me manter firme em meus propósitos, por fortalecer a minha fé e por me acompanhar a cada dia. À minha mãe, um ser “do tamanho do céu e apenas menor do que Deus”, pela amizade, pelos bons conselhos, pelas orações, pela companhia nos congressos e durante a escrita de artigos e da dissertação. Ao meu pai, pelos favores, pelo incentivo, pelas risadas e por me presentear com livros que me ajudaram na dissertação e que me entreteram nos momentos de ócio e, algumas vezes, de angústia. Ao Fábio, o meu amor, por exercer, diariamente, o “de tudo ao meu amor serei atento”, por me mostrar que “o amor é paciente, o amor é bondoso”, por alimentar o meu sonho, “rir meu riso e derramar meu pranto” e ao meu irmão, Thamyson, pelas brincadeiras diárias e pelos lanchinhos naqueles dias em que eu mal podia desgrudar do computador e dos livros.

E se não tivesse amigos? Prefiro nem pensar. As leituras, os artigos e seminários, realmente, exigiam dedicação e silêncio, no entanto, frequentemente, recebia mensagens dos amigos. Não quero ser injusta, mas Vivianne, Adaiana e Andreelson me surpreenderam com as mensagens mais carinhosas possíveis, trouxeram-me tranquilidade e força. E o que dizer da Wellen, que, semanalmente, trazia meus pimpolhos para me visitar?! Ela mal sabia que aquelas visitas foram injeções de ânimo.

Por mais dois anos, a Universidade Federal do Piauí foi, literalmente, minha casa. Agradeço à minha orientadora, professora Dra. Ana Rêgina Rêgo, pelas reflexões, pelos livros emprestados, pelo compromisso, pelos convites para bancas examinadoras e, sobretudo, pela disponibilidade e precisão nas orientações. Perco a conta das vezes em que, instantaneamente, ela respondeu aos meus emails e encontrou um espaço na agenda para me atender até nos dias em que não era minha orientação. Os “Thamyres, fique tranquila”, “Ok, moça!”, “Thamyres, pelo AMOR DE DEUS isso não cabe aqui”, “Me manda uma mensagem lembrando para eu trazer o livro”, “Melhorou muito”, acompanharam nossa relação nestes anos e me fazem ser, eternamente, grata pelos conselhos e “puxões de orelha”.

Agradeço também aos meus guerreiros de turma: Mayara Ferreira, Gislane Lima, Leide Alves, Thiago Ramos, Isabela Naira, Renan Marques e Eugênio Rêgo pela excelente convivência e gargalhadas e, de modo especial, Carol Reis e Socorro Cruz, meus alicerces nesta jornada. Sou grata às duas pelo companheirismo, pelas orações, pela ternura e por vibrarem comigo a cada batalha vencida .

As trocas de conhecimento com todo o corpo docente do programa foram essenciais. Agradeço à professora Dra. Nilsângela Cardoso e à professora Dra. Samantha Castelo Branco, pelas contribuições durante o desenvolvimento da minha pesquisa. As disciplinas ofertadas por elas e seus olhares sensíveis me fizeram ver este objeto de estudo por novas perspectivas.

O professor Dr. Gustavo Said e o professor Dr. Alcides Nascimento também foram indispensáveis. Sou muito grata pelas contribuições durante o exame de qualificação que despertaram nova inquietações.

Agradeço também:

Ao professor Dr. Paulo Fernando Lopes, que apesar de não ter sido meu professor no programa, deu-me lições de vida.

Ao jornalista e professor Carlos Said, pela acolhida e por aceitar compartilhar suas memórias.

Às princesinhas da quinta turma, Thalyta Arrais, Luana Sena, Mayara da Costa e Mary Landim; e ao príncipe, Pedro Júlio, que me acolheram com tanto afeto e respeito.

Aos membros da secretaria do programa, em especial, dona Fátima Melo, que sempre me recebeu carinhosamente.

Ao Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação pelas reuniões e eventos em que compartilhamos saberes. Em especial, aos meus anjinhos, Vinícius Ferreira, Edison Mineiro e Fabrício Campos.

Ao Arquivo Público do Piauí que, através do Projeto Memória do Jornalismo Piauiense, permitiu que eu digitalizasse todos os jornais utilizados nesta pesquisa.

À UFPI, minha casa.

À CAPES, a financiadora do meu sonho.



*“Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
Mas nele é que espelhou o céu”*

(Fernando Pessoa)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar o posicionamento político dos jornais piauienses *Gazeta*, *Monitor Comercial*, *O Piauí* e *Vanguarda* a partir das estratégias e táticas utilizadas no momento de censura estabelecido pelo Estado Novo e dos conceitos de verdade e poder. A pesquisa foi segmentada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, fizemos um panorama de como foi implantado o Estado Novo buscando compreender as mudanças políticas, econômicas e culturais do período, no Brasil, e, sobretudo, no Piauí, além das influências totalitárias que cercaram o regime. Ainda abordamos como a comunicação, campo em que está inserido este estudo, foi desenvolvida neste período. Em seguida, voltamos ao estudo do jornalismo do início do século XX, com foco no momento em que se deu a ditadura Vargas, um dos períodos em que a imprensa brasileira foi submetida à censura. Para complementar o entendimento sobre o jornalismo durante o estado autoritário de 1937 também foram destacados personagens que colaboraram com a atividade jornalística nesta conjuntura. Posteriormente, por meio do contexto histórico e sua relação com a esfera jornalística, discutimos a respeito da consolidação da verdade e do poder durante o Estado Novo, tendo em vista a credibilidade que a atividade jornalística possuía nesta conjuntura, bem como sua posição de poder. Por fim, consideramos como parâmetros teóricos para esta pesquisa qualitativa, os conceitos de estratégias e táticas apontados por Certeau (2008) e o entendimento de verdade e poder. Com base neste estudo, concluímos que os periódicos *Gazeta*, no período de 1937 a 1944, *Monitor Comercial* e *Vanguarda* apresentaram posicionamento político favorável ao Estado Novo. Já os jornais *O Piauí* e o *Gazeta*, no ano de 1945, adotaram posicionamento político contrário à ditadura Vargas.

**Palavras-chave:** Censura. Estado Novo. Estratégias. Jornalismo piauiense. Poder. Táticas. Verdade.

## ABSTRACT

This study aims to identify the political positioning of Piauí newspapers *Gazeta*, *Monitor Comercial*, *O Piauí* and *Vanguarda* from the strategies and tactics used at the time of censorship established by the New State and the concepts of truth and power. The survey was divided into four chapters. In the first chapter, we made an overview of how the New State was deployed seeking to understand the political, economic and cultural of period, in Brazil and, especially, in Piauí, totalitarian influences that surrounded the regime and also approach as the communication field in which it is entered this study was developed in this period. Then we turn to the study of journalism in the early twentieth century journalism, with a focus at the time of his dictatorship Vargas, one of the periods when the Brazilian press was subject to censorship. In addition to the understanding of journalism during the authoritarian state in 1937 they were also highlighted characters who collaborated with journalistic activity at this juncture. Later, through this foundation of the historical context and its relation to the journalistic sphere discussed regarding the consolidation of truth and power during the New State in view of the credibility that journalism had at this juncture, as well as his position of power. Finally, we consider theoretical parameters for this qualitative research the concepts of strategy and tactics appointed by Certeau (2008) and the real understanding and power. Based on this study, we conclude that the periodic *Gazeta*, in the 1937 to 1944, *Monitor Comercial* and *Vanguarda* had a favorable political position to the *Estado Novo*. Already the newspapers *O Piauí* and the *Gazeta* in 1945 adopted a political position contrary to ditadura Vargas.

**Keywords:** Censorship. Piauí journalism. New State. Strategies. Tactics. Truth. Power.

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 – Amostra selecionada do Gazeta.....             | 102 |
| Quadro 2 – Amostra selecionada do Monitor Comercial ..... | 102 |
| Quadro 3 – Amostra selecionada d'O Piauí .....            | 103 |
| Quadro 4 – Amostra selecionada do Vanguarda .....         | 103 |

## LISTA DE IMAGENS

|                 |     |
|-----------------|-----|
| Imagem 1 .....  | 27  |
| Imagem 2 .....  | 27  |
| Imagem 3 .....  | 72  |
| Imagem 4 .....  | 74  |
| Imagem 5 .....  | 74  |
| Imagem 6 .....  | 75  |
| Imagem 7 .....  | 81  |
| Imagem 8 .....  | 111 |
| Imagem 9 .....  | 118 |
| Imagem 10 ..... | 123 |
| Imagem 11 ..... | 124 |
| Imagem 12 ..... | 131 |
| Imagem 13 ..... | 131 |
| Imagem 14 ..... | 134 |
| Imagem 15 ..... | 136 |
| Imagem 16 ..... | 140 |
| Imagem 17 ..... | 143 |
| Imagem 18 ..... | 143 |
| Imagem 19 ..... | 144 |
| Imagem 20 ..... | 147 |
| Imagem 21 ..... | 148 |
| Imagem 22 ..... | 154 |
| Imagem 23 ..... | 158 |
| Imagem 24 ..... | 162 |
| Imagem 25 ..... | 163 |
| Imagem 26 ..... | 168 |

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>12</b>  |
| <b>2 ENTENDENDO O ESTADO NOVO.....</b>  | <b>18</b>  |
| 2.1 Raízes do Autoritarismo: a Gradativa Implantação do Estado Novo no Brasil .....   | 18         |
| 2.2 As Influências dos Regimes Totalitários Europeus na Formação do Estado Novo .....   | 28         |
| 2.3 O Piauí na Ditadura Vargas .....  | 31         |
| 2.3.1 Da Revolução de 1930 à implantação da ditadura Vargas no Piauí .....  | 31         |
| 2.4 A Comunicação em Tempos de Ditadura Vargas .....  | 45         |
| <b>3 O JORNALISMO BRASILEIRO DURANTE O ESTADO NOVO .....</b>  | <b>58</b>  |
| 3.1 O Século XX e as Mudanças no Jornalismo .....   | 58         |
| 3.2 Censura e Intervenção: Braços Fortes sobre o Jornalismo Praticado durante o Estado Novo ...                                       | 63         |
| 3.2.1 Censura e intervenção no jornalismo piauiense .....   | 70         |
| 3.3 Homens da Imprensa e o Estado Novo.....   | 76         |
| <b>4 O JORNALISMO E A CONSOLIDAÇÃO DA VERDADE E DO PODER DURANTE O ESTADO NOVO .....</b>  | <b>84</b>  |
| 4.1 Conceituando Verdades .....   | 84         |
| 4.2 A verdade no Jornalismo em Tempos de Estado Novo.....   | 86         |
| 4.3 Conceituando Poder .....  | 91         |
| 4.4 O Poder no Jornalismo em Tempos de Estado Novo .....  | 92         |
| <b>5 ANÁLISE DO POSICIONAMENTO POLÍTICO DOS PERIÓDICOS GAZETA, MONITOR COMERCIAL, O PIAUÍ E VANGUARDA DURANTE O ESTADO NOVO .....</b> | <b>96</b>  |
| 5.1 Referencial Teórico-Metodológico .....  | 96         |
| 5.1.1 Procedimentos Metodológicos .....   | 100        |
| 5.1.2 Definição da amostra .....  | 101        |
| 5.2 O Posicionamento Político do Jornalismo Piauiense durante o Estado Novo .....   | 104        |
| 5.2.1 Gazeta .....  | 104        |
| 5.2.2 Gazeta e suas estratégias e táticas.....  | 107        |
| 5.2.3 Monitor Comercial .....   | 121        |
| 5.2.4 Monitor Comercial e suas estratégias e táticas.....   | 123        |
| 5.2.5 O Piauí .....   | 137        |
| 5.2.6 O Piauí e suas estratégias e táticas.....   | 139        |
| 5.2.6 Vanguarda .....   | 152        |
| 5.2.7 Vanguarda e suas estratégias e táticas .....  | 155        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>170</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>179</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O Estado Novo, período em que Getúlio Vargas permaneceu autoritariamente no poder, é considerado um dos períodos em que a imprensa brasileira sofreu repressão e cerceamento de liberdades. Os veículos jornalísticos que circularam nesse período foram convocados pelos órgãos de censura para atuar em conformidade com os ideais propagados pela ditadura Vargas, porém a posição de destaque que, segundo Rêgo e Leal (2011, p.4), é ocupada pelo jornalismo também proporcionou aos profissionais que desempenhavam atividades jornalísticas e aos proprietários destas empresas benefícios como a isenção fiscal, aumento de verbas publicitárias, dentre outros recursos (CAPELATO, 1988, p. 50).

Em meio a essa conjuntura, o país passou por mudanças políticas, econômicas e sociais que já se alastravam desde o fim da revolução de 1930, quando o Estado engajou-se na implantação de medidas centralizadoras como a ampliação e fortalecimento das instituições estatais e criou órgãos que se encarregariam da vigilância dos meios de comunicação. Para estabelecer as normas do novo regime foi elaborada a Constituição de 1937. Nessa carta magna, constavam medidas como o desaparecimento da federação e da autonomia estadual e municipal, nomeação de interventores, o direito do chefe de Estado de legislar por decretos, estabelecer estado de emergência, suspender as liberdades individuais, a aprovação da constituição por plebiscito, que jamais houve, e medidas de controle da imprensa.

No que se refere às medidas de intervenção na imprensa, consideramos que elas já se solidificavam desde o Governo Provisório (1930-1934) e Constitucional (1934-1937), quando foram criados órgãos de controle como o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), em 1931, substituído, em 1934, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC); e, durante o Estado Novo, formou-se o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que vigorou em 1938, mas logo foi sucedido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939. A criação de órgãos que controlavam a imprensa, sobretudo durante o Estado Novo, reforça a necessidade que o Estado possuía de intervir na verdade jornalística e, de modo repressivo ou não, tornar os veículos jornalísticos importantes aliados.

Sobre a imprensa, vale ressaltar que durante a ditadura Vargas, em todo o Brasil, os veículos de comunicação passaram por intervenções. Por meio do artigo 122, parágrafo 15 da Constituição de 1937, notam-se exigências aos veículos de comunicação, como a obrigatoriedade de se colocar anúncios do Governo nas dimensões taxadas em lei, proibição do anonimato e as ameaças e punições aos que transgredissem as determinações impostas à imprensa.

No Piauí, sentiam-se os reflexos das medidas de intervenção e centralização do Governo. Leônidas de Castro Mello, que já atuava desde 1935 como governador do Estado, foi nomeado interventor federal e convocou a população piauiense a oferecer apoio ao regime (MELLO, s/d, p.9). Na capital, os discursos do então prefeito Lindolfo Monteiro também exaltavam o Governo Vargas e estimulavam o fortalecimento do nacionalismo, um dos princípios que regia a ideologia proposta pela ditadura Vargas (MONTEIRO, s/d, p.24).

Na esfera econômica, o Piauí atuou em consonância com a determinação do regime estadonovista. Desse modo, investiu-se na diversificação da economia estimulando a produção da cera de carnaúba (TAVARES *apud* SOUSA, 2013, p.17), da borracha de maniçoba (LIRA, 2008, p.43) e da amêndoa do babaçu (SANTANA, 2001, p. 100).

Em âmbito social, o período foi de perseguições políticas, prisões, incêndios (de casebres de palha em Teresina). Proibições como a de falar, na rua ou em recinto público, a palavra fogo e de manusear, em locais públicos, caixas de fósforo ou isqueiros, demonstravam o caráter repressivo do momento (CARVALHO, 2011, p.16-17). Em Teresina, a administração municipal, liderada por Lindolfo Monteiro, criou até mesmo um Código de Posturas do Município com o intuito de disciplinar, ordenar e orientar a população acerca das novas determinações do Governo. Dentre as proibições, estavam dar gritos à noite sob pena de multa e a proibição da publicação de anúncios sem a licença da prefeitura e o devido pagamento.

Se o simples ato de comentar a palavra fogo era proibido, divulgar informações sobre acontecidos como esse, através da imprensa, era dificultado pela atuação da polícia, DIP (1939-1945), DEIP (1940-1945) e até DPDC (1937) e DNP (1938).

Como bem afirma Pinheiro Filho (1997, p.199), as atividades da imprensa no Piauí até 1945 foram restritas a assuntos rotineiros e escassos. A censura fazia os periódicos desaparecerem. O interesse em calar assuntos que atacassem o regime e o racionamento de papel foram fatores que influenciaram a baixa circulação de periódicos. Para Pinheiro Filho (1997, p.200), o controle de papel pelo Estado não estava somente ligado à queda de importação do produto, em virtude da Segunda Guerra Mundial. A ação era resultado de uma tática de Governo para controlar as informações repassadas à população. Caso fossem divulgadas informações em desacordo com a ordem vigente na época, além do corte na cota de papel eram rompidos os contratos da publicidade oficial, que ajudavam a financiar os gastos dos veículos de comunicação. Por meio de comunicações verbais e telefonemas, os veículos eram informados sobre o que poderia, ou não, ser noticiado (PINHEIRO FILHO, 1997, p.200).



Tendo isto em vista esta conjuntura, buscamos compreender com esta pesquisa qual o posicionamento político dos jornais *Gazeta*, *Monitor Comercial*, *O Piauí* e *Vanguarda* a partir das estratégias e táticas utilizadas no momento de censura estabelecido pelo Estado Novo e dos conceitos de verdade e poder. A escolha desses jornais deu-se pela representatividade que essas publicações possuíam naquele período de censura. Como se tratava de um período cujas atividades foram rotineiras e escassas (PINHEIRO FILHO, 1997, p.199), chamou-nos a atenção o fato daqueles jornais terem persistido na circulação apesar dos cerceamentos que o Governo impôs à imprensa. O tempo em que esses jornais foram veiculados também foi um fator intrigante na escolha dos periódicos, uma vez que pretendíamos abordar publicações que pudessem retratar peculiaridades da imprensa piauiense em vigor no período de 1937 a 1945. Embora o jornal *Gazeta* tenha sido, junto ao *Diário Oficial* (órgão do Governo), um dos únicos periódicos piauienses de circulação regular nesse momento político e institucional (NASCIMENTO, 2002, p.49), acreditamos que os jornais escolhidos são eficientes para entender o universo da pesquisa.

Com intuito de nortear a pesquisa, foram formuladas algumas hipóteses. A hipótese principal é de que o conteúdo veiculado por jornais de maior porte, que recebiam subsídios do Estado, não criticava o Governo e suas ações políticas, econômicas e sociais. Já os jornais de menor porte, por não possuírem vínculos com a ditadura estadonovista, criticavam Vargas e adotavam uma posição de combate à ordem implantada pelo Estado Novo. Apesar de compreendermos que no Piauí, até meados da década de 1950, ainda não haviam sido consolidados veículos jornalísticos de grande porte, utilizamos essa denominação “maior porte” para se referir aos jornais que já circulavam há mais tempo e, portanto, possuíam maior prestígio social e um público leitor mais consolidado (*Gazeta* e *O Piauí*); e a expressão “menor porte” para fazer referência aos jornais que haviam surgido há pouco tempo e, portanto, possuíam menor público e menos prestígio se comparado com os demais (*Monitor Comercial* e *Vanguarda*).

No que diz respeito às hipóteses secundárias, consideramos que os jornais eram produzidos para um público mais esclarecido e com maior poder aquisitivo. Devido a esses fatores, os jornais englobavam poucas questões sociais que atingiam a maioria da população. Outra questão levantada foi que, além da cota de papel escassa, as estradas em más condições e a pequena parcela da população alfabetizada também desfavoreceram o crescimento da imprensa piauiense durante o Estado Novo. Também avaliamos que o apoio do Governo, principalmente, em âmbito local favorecia a atuação dos veículos jornalísticos, porém com a

criação de aparelhos ideológicos, como o DEIP, que, em 1941, foi implantado no Piauí, houve maior rigor na fiscalização dos jornais, até mesmo nos periódicos que se posicionaram como aliados do Estado Novo. Posteriormente, levantamos a hipótese de que os jornais lançavam mão de táticas para driblar a censura e as orientações governamentais e, assim, continuar circulando. Por fim, acreditamos que os jornais se utilizaram de um estatuto de verdade e de uma posição de poder para se posicionarem em relação ao Estado Novo.

A partir do objetivo proposto por esta pesquisa, inicialmente, temos como objetivo específico identificar qual tipo de conteúdo foi mais veiculado nesses jornais, com base nas estratégias empregadas por esses periódicos. No mesmo ensejo, buscamos, a partir das táticas utilizadas pelos jornais, entender quais elementos impuseram facilidades e dificuldades à veiculação dos jornais em estudo; verificar como era a relação dos jornais com o Governo e seus aparelhos ideológicos (DIP, DEIP e Polícia); e analisar se os jornais utilizaram mecanismos para contrapor a ordem instalada e legitimada pela constituição de 1937. Por fim, observamos se, ao longo das estratégias e táticas empreendidas pelos periódicos, eles se utilizaram de um estatuto de verdade e de uma posição de poder favorável ou não ao Estado Novo.

Com base nas contribuições do jornalismo para a memória social, este estudo compreende o jornalismo praticado durante o estado autoritário de 1937 como lugar de uma certa memória, apesar de entendermos que essa não é a sua função. Para Rêgo (2012), o jornalismo atua como um lugar de memória porque, embora noticie fatos já ocorridos com o uso das marcas temporais do presente, ele reúne em si os sentidos chamados por Nora (1993) de material, funcional e simbólico.

Consideramos o jornalismo como lugar de memória, a partir de novos olhares sobre o texto jornalístico em um momento posterior a seu tempo de produção, pois o texto jornalístico continua, mesmo situado no passado e falando sobre um determinado presente, a reunir as três condições essenciais de consolidação de um lugar mnemônico, ou seja: material, funcional e simbólica. (RÊGO, 2012, p.14)

Por meio deste estudo, é possível identificar algumas peculiaridades da atuação do jornalismo piauiense durante o Estado Novo. Essa perspectiva é necessária, visto que, de acordo com Ribeiro e Herschmann (2008, p.19), muitas pesquisas sobre a história da imprensa e/ou história da comunicação tendem a considerar o sudeste como espelho do país e desconsideram as características das atividades de imprensa desenvolvidas em outras localidades. Segundo Camponez e Silveirinha (2012, p. 60), nesse período o jornalismo brasileiro foi influenciado por avanços tecnológicos que estimularam a formação de

jornalistas dotados de novos saberes, racionalidades próprias e que reforçaram novas formas de organização e produção de conteúdo jornalístico, visando tornar o texto jornalístico mais informativo e menos opinativo.

Logo, esta pesquisa possui caráter interdisciplinar. A comunicação, campo no qual está inserido o jornalismo, não é um campo fechado e as diversas dinâmicas existentes neste campo estimulam a interdisciplinaridade. Conforme Braga (2011, p. 64), que estudou o caráter interdisciplinar da comunicação denominando-o de “interdisciplinarismo”, a interdisciplinaridade na comunicação não deve ser compreendida como algo que torne o campo de comunicação disperso, mas que compreenda a importância destas interfaces para produzir conhecimento acerca dos fenômenos comunicacionais. Assim, por meio desta pesquisa que aborda o jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo, observamos a confluência da comunicação com outros campos que muito contribuíram para o estudo realizado (História, Filosofia, Antropologia e outros).

Adotamos, como referencial teórico-metodológico, aportes da teoria da história como os conceitos de estratégias e táticas que nos guiam na análise, ajudando-nos a pensar o jornalismo piauiense praticado durante o Estado Novo de maneira interdisciplinar, sem, no entanto, distanciarmos-nos do campo comunicacional e do jornalismo, lugar social<sup>1</sup> em que esta pesquisa está inserida. Como bem afirma Fortes (1998, p.33), essa aproximação entre história e jornalismo abriu olhares para revalorização, a reinterpretação e o reposicionamento dos acontecimentos e fez com que algumas lacunas da história fossem estudadas a partir de novos métodos e novos olhares. Ainda no aporte teórico, fizemos uso dos conceitos de verdade e poder.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, desenvolvemos uma pesquisa de caráter exploratório, visto ser adequada, segundo Santos (2008, p. 27), a temas sobre os quais se tem pouco conhecimento. Quanto aos procedimentos técnicos, fizemos um estudo bibliográfico que, conforme Stumpf (2005, p 51), constrói-se através da identificação de informações bibliográficas e seleção de documentos relacionados ao tema estudado, como artigos, livros e documentos, uma vez que foram utilizados materiais que ainda não haviam sido analisados, como os jornais e constituições (FONSECA, 2002, p. 37). O processo

---

<sup>1</sup> O conceito de lugar social foi empregado por Michel de Certeau (2011, p.47). Conforme esse autor, que se dirigiu ao campo historiográfico, toda pesquisa é articulada com um lugar de produção político, socioeconômico e cultural e é com base neste lugar que são traçados os métodos e interesses de escrita. Esta pesquisa apesar de dialogar com outras áreas como a história tem como lugar social o campo comunicacional e, sobretudo, o jornalismo.

analítico se deu com base nos conceitos de estratégias e táticas de Certeau (2008) e nos conceitos de verdade e poder.

Com o intuito de atender aos objetivos propostos, este estudo foi segmentado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, buscamos fazer um panorama de como foi instaurado o Estado Novo. Para isso, compreendemos um pouco da conjuntura que o antecedeu, suas implicações políticas, econômicas e sociais, as influências dos regimes totalitários em sua formação, a maneira como Piauí posicionou-se durante esse período e, por fim, um estudo sobre a comunicação durante a ditadura Vargas, que ofereceu suporte para a compreensão do jornalismo deste período. Essa contextualização foi essencial à pesquisa, uma vez que foi através dela que pudemos entender algumas particularidades do período que colaboraram na construção das reflexões acerca do jornalismo piauiense durante o Estado Novo.

O segundo capítulo volta-se ao jornalismo praticado no século XX, sobretudo durante o período de 1937 a 1945. Desse modo, inicialmente, apresentamos o jornalismo do início do século XX, bem como as mudanças que começaram a atingi-lo, posteriormente, tendo em vista o período de cerceamento de liberdades em que se deu a ditadura Vargas, analisamos como o jornalismo brasileiro atuou diante da censura que lhe foi estabelecida e, no último tópico do capítulo, destacamos personagens que contribuíram com o jornalismo nesse período. Sabemos que é impossível detalhar o trabalho desenvolvido por todos os jornalistas, mas foram apresentados alguns com o intuito de se compreender as dinâmicas que acompanharam o jornalismo praticado naquele momento político e institucional.

No terceiro capítulo, inicialmente teórico, abordamos sobre os acréscimos do jornalismo para a consolidação da verdade e do poder durante o Estado Novo, visto que a atividade jornalística foi tida como uma fonte confiável, portanto, mediadora da verdade e teve sua posição de poder reafirmada ao ser convocada por órgãos de censura para atuar em favor do regime. Os artifícios que a prática jornalística possui para selecionar, editar e divulgar notícias foram amplamente utilizados pelo Estado Novo no intuito de aproximar-se daquele público e disseminar os ideais varguistas.

Já no quarto capítulo, apresentamos o processo teórico-metodológico que orientou a pesquisa e, posteriormente, as análises. Para facilitar a compreensão do posicionamento adotado por esses periódicos, construímos perfis dos jornais *Gazeta*, *Monitor Comercial*, *O Piauí* e *Vanguarda*. Estes perfis ajudaram a entender a política editorial adotada pelos jornais, conhecer alguns dos seus profissionais e outras particularidades das publicações em estudo.

## 2 ENTENDENDO O ESTADO NOVO

### 2.1 Raízes do Autoritarismo: a Gradativa Implantação do Estado Novo no Brasil

O século XX foi caracterizado pelos constantes desenvolvimentos tecnológicos que viabilizaram os processos de industrialização e urbanização que, de certo modo, distanciaram os indivíduos modificando também as relações sociais. Nessa conjuntura, fomentava-se o surgimento das sociedades de massa. Com o individualismo exacerbado, segundo Ortega y Gasset (*apud* DORNAS, 2004, p.2), os homens estavam pouco preocupados em discutir os problemas políticos dos países, situavam-se de modo desorganizado e com isso abriam espaço para que lideranças conduzidas pela demagogia e ignorância se consolidassem e os dominassem. Alcançar esses grupos que, segundo Arendt (1989, p.365), tratavam-se de sociedades formadas por indivíduos desorganizados, desestruturados e alheios aos processos políticos seria essencial para a realização de qualquer projeto político-ideológico.

Em meio a essa conjuntura, foram organizados projetos políticos-ideológicos que acreditavam em uma hierarquização em que uma parcela da população seria responsável por educar e fazer as leis serem cumpridas em detrimento de outra parcela que se deixaria educar e obedeceria aos comandos impostos pela primeira (BARBOSA, 2007, p.105). Com essa organização, os caminhos para o autoritarismo ficavam implícitos. A repressão, o controle, a proximidade, o pertencimento, a rapidez e a simultaneidade tornaram-se elementos imprescindíveis para que fosse elaborada uma política de massas.

No Brasil, os conflitos sociais marcaram as três primeiras décadas do século XX em todo o país. Conforme Fausto (2010, p.166), no decorrer da primeira república (1889-1930), os movimentos sociais de trabalhadores ganharam destaque e podem ser divididos em três grupos: os que reuniam o conteúdo religioso com carência social, como Canudos, os que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social, a exemplo do movimento do Contestado e os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso, como as greves por salários e melhores condições de vida que aconteceram nas fazendas de café em São Paulo.

Outro movimento que afetou a conjuntura política do início do século XX foi a discussão sobre práticas que se davam na República Velha liderada por militares de baixa patente. A ação foi intitulada de “Tenentismo”, conhecida assim em virtude da grande participação de oficiais de nível intermediário do exército. Esse movimento, além de exigir

maior participação dos oficiais na esfera pública, também defendeu o fim da corrupção oligárquica, que concentrava a presidência entre paulistas e mineiros (política do café com leite), e exigia a instalação de um governo forte e centralizado, questão que foi norteadora da revolução de 1930, movimento liderado por Vargas. Porém, apesar da proximidade ideológica em algumas questões e do apoio oferecido a Getúlio Vargas por esse grupo durante a revolução de 1930, segundo D'Araújo (1997, p.17), Vargas não apoiou o movimento tenentista nos anos 1920, embora já apresentasse vida política nesse período.

Com apoio dos tenentistas, de alguns homens atuantes na República Velha, do governador de Minas Gerais, Antonio Carlos de Oliveira Andrada, e do governador da Paraíba, João Pessoa, Getúlio Vargas liderou um movimento político intitulado de Aliança Liberal que pretendia acabar com a política do café com leite. No entanto, deve-se destacar que as elites que apoiavam Vargas neste momento apresentavam anseios semelhantes aos grupos que estavam em evidência no período (PANDOLFI; GRZYNSZPAN, 1997, p. 8). Apesar das fraudes de ambos lados, Júlio Prestes, indicado pelo então presidente Washington Luís, saiu vitorioso. Essa derrota de Vargas impulsionou a articulação de suas forças políticas e culminou com o movimento revolucionário de 1930 (D'ARAÚJO, 1997, p.17).

No que se refere à revolução de 1930, a morte de João Pessoa, que concorreu a vice-presidente na chapa de Vargas, foi fator impulsionante para a deflagração do movimento revolucionário em 3 de outubro de 1930. Embora o assassinato tenha apresentado motivação passional, membros da Aliança Liberal buscaram repercutir o episódio como se fosse algum feito do então presidente Washington Luís e seus aliados. Após alguns dias, a revolução ganhou vários adeptos e foi vitoriosa. Em 24 de outubro do mesmo ano, Washington Luís renunciou a presidência, que foi substituída por uma junta militar. Porém, não tardou muito para que o posto fosse assumido por Getúlio Vargas, em 3 de novembro de 1930. Iniciava-se assim, o governo provisório (D'ARAÚJO, 1997, p.20).

Devemos destacar que o início desse Governo foi conflituoso. O país sentia os reflexos da crise de 1929<sup>2</sup> que deixava o setor agrícola, o mais movimentado da economia brasileira, com mercado restrito, ocasionou o desemprego nas grandes cidades e afetou a receita das exportações. Os antigos aliados da revolução de 1930 também impuseram alguns empecilhos

---

<sup>2</sup> A crise de 1929 foi ocasionada em virtude da queda nas exportações dos produtos industrializados dos EUA, após a Primeira Guerra Mundial quando seus principais compradores, os europeus, retomaram suas atividades industriais. Com isso, os estoques aumentaram nos EUA e a oferta foi desvalorizada. Devido a grande quantidade de investimentos que essas empresas faziam na bolsa de Nova Iorque essas ações apresentaram queda no preço e repercutiram não só naquele país, mas nas outras regiões onde os EUA mantinham relações comerciais.

ao novo Governo. A divergência de interesses entre os tenentistas e as oligarquias foi alvo de discussões durante o período. Enquanto os tenentistas apoiavam Vargas no fortalecimento do poder central, as antigas oligarquias pretendiam conduzir o Governo nos mesmos moldes da primeira república (FAUSTO, 2010, p. 186).

Para consolidar-se no poder, durante o período provisório, o governo Vargas abandonou a constituição de 1891 (que na prática descentralizou poderes e fortaleceu as oligarquias regionais), fechou o Congresso Nacional, assembleias estaduais e municipais e depôs todos os governadores de Estado, com exceção do de Minas Gerais, Antonio Carlos de Oliveira Andrada, que foi seu forte aliado na revolução de 1930.

A economia também foi um setor que sofreu intervenção do Governo. Com intuito de beneficiar a oligarquia cafeeira, importante grupo político de então, e conter a crise que atingia o café no mercado internacional o Governo comprava sacas de café e destruía uma parcela. Ao reduzir a oferta do produto ele conseguiria oferecer maior estabilidade aos preços e favoreceria a oligarquia cafeeira.

Outro segmento que sofreu intervenção foi o sindicato dos trabalhadores. Gradativamente, a vida sindical foi controlada e, como bem afirma Fausto (2010, p. 187), os sindicatos foram considerados um órgão consultivo, de colaboração com o poder público e dependiam do reconhecimento do Ministério do Trabalho da Indústria e do Comércio, órgão criado em 1930. Para D'Araújo (1997, p. 21), o Governo começava a adotar um modelo trabalhista corporativista<sup>3</sup>, inspirado no modelo fascista. Deste modo, os trabalhadores eram transformados em agentes de sustentação do Estado e o mesmo intercedia também na resolução de questões relacionadas à cidadania dos trabalhadores.

O Governo regulamentava as profissões e reconhecia direitos trabalhistas (aposentadorias, férias etc.) apenas para os trabalhadores que pertencessem às categorias profissionais reconhecidas pelo Estado [...] Os sindicatos deveriam servir ao Estado tanto quanto os trabalhadores. O modelo trabalhista adotado foi o corporativista, que deitou profundas raízes em nossa história. (D'ARAÚJO, 1997, p.21)

A insatisfação da oligarquia paulista com as influências tenentistas e com o modo de governar autoritário e centralizador do Governo Vargas impulsionou a Revolução Constitucionalista de 1932. Nesse movimento, essas oligarquias aliaram-se à classe média e a

---

<sup>3</sup> Entende-se por corporativista, o modelo em que o Estado incorporaria uma vontade geral e, por meio de sua burocracia repressiva e da legislação social e trabalhista, formularia o interesse coletivo, em especial o dos trabalhadores. A ordem corporativista reunia a repressão à cidadania, observada durante o Governo Vargas por meio das intervenções que o Estado realizava no meio sindical. Também instituiu o direito à cidadania no momento em que reconheceu alguns direitos trabalhistas, como o direito à aposentadoria e a férias (CARDOSO, 2007, p. 112).

alguns industriais com o intuito de exigir que o país passasse por eleições e obtivesse uma nova constituição. Com o apoio do exército, Vargas derrotou esses grupos políticos, mas logo tratou de, em 1933, eleger uma assembleia constitucional que seria responsável pela elaboração da constituição de 1934 (D'ARAÚJO, 1997, p.23). Essa constituição dispunha de determinações, como a dissociação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, criação do Tribunal do Trabalho e da legislação trabalhista, acrescentando o direito à liberdade de organização sindical e a garantia de votos às mulheres (CONSTITUIÇÃO DE 1934). Porém, a constituição de 1934, conforme publicações no diário de Vargas, não agradou, por completo, a esse governante, uma vez que Getúlio Vargas avaliou que essa carta reduziria os poderes do executivo e possuía algumas inclinações contrárias ao autoritarismo que o mesmo, paulatinamente, empregava. Em trechos de seu diário, o governante manifestava essa insatisfação: “Os trabalhos da constituinte não estão causando boa impressão. O projeto aprovado em primeira discussão é defeituoso, mal redigido, complicado...” (VARGAS *apud* D'ARAÚJO, 1997, p.25)

Apesar das medidas que o desagradavam, Getúlio Vargas permaneceu no poder e, em 15 de julho de 1934, foi eleito presidente do Brasil, por meio do voto indireto, pela Assembleia Nacional Constituinte. Iniciava-se, assim, o governo constitucional, que tinha data prevista para término em 1938, embora algumas medidas já apontassem o anseio de Vargas em infringir a constituição e permanecer no poder .

É importante destacar que durante o Governo Vargas, os movimentos de massa começavam a ganhar maior projeção no país, pois grupos como integralistas e comunistas vinham se articulando e, ainda que esses grupos se enfrentassem com frequência, conforme Fausto (2010, p. 195), ambos possuíam pontos em comum como a crítica ao estado liberal, a valorização do partido único e o culto ao líder. Reafirmando sua tendência às ideologias de direita, o Governo Vargas apoiou os integralistas, grupo de direita, em detrimento dos comunistas, grupo de esquerda que no período integrava a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Para diminuir os poderes comunistas sobre o país, através do decreto de nº 229 de 11 de julho de 1935, o poder executivo determinou o fechamento dos núcleos da ANL. Não tardou até que os membros do reprimido movimento se articulassem em torno do levante comunista de 1935, que, apesar das investidas comunistas (Rio Grande do Norte, Recife, Natal e Rio de Janeiro) foi derrotado.

Deve-se ressaltar que o levante comunista de 1935 proporcionou, de modo indireto, um fortalecimento das investidas autoritárias que já vinham se solidificando no país. Após o



levante, o Governo reforçou o discurso de que o comunismo representaria uma ameaça para o país (FAUSTO, 2010, p.198).

Aos poucos, o Governo Vargas buscou aliados e se utilizou até mesmo de determinações asseguradas pela constituição de 1934 para garantir alianças que colaborariam com o Governo no golpe de 1937. Para Pandolfi e Grynszpan (1998, p.13), a estabilidade de governadores no poder, garantida pela constituição de 1934, fez com que Getúlio Vargas conquistasse aliados que o apoiaram no golpe de 1937, como exemplo, pode-se ressaltar Leônidas de Castro Mello que, em 1935, foi eleito governador do Piauí e, em 1937, permaneceu a frente do Governo como interventor federal.

Embora o Governo pretendesse adiar o debate pela sucessão presidencial, entre maio e abril de 1937, foram apresentados três nomes para suceder Vargas: Armando de Sales Oliveira (indicado pelo Partido Constitucionalista que recebeu apoio do Partido Republicano Liberal, de parte do Partido Republicano Paulista e de algumas agremiações estaduais), José Américo de Almeida (que recebeu o apoio de boa parte dos políticos situacionistas) e Plínio Salgado (que era líder do movimento integralista e, por conta de suas inclinações partidárias, não recebeu apoio de outras agremiações). Embora Américo de Almeida obtivesse apoio dos situacionistas, sua candidatura aos poucos foi se esvaziando e dando espaço ao golpe (PANDOLFI; GRYSZSPAN, 1998, p.20). Após o Governo decretar vários estados de sítio e de guerra, o golpe tornou-se iminente. Para Pandolfi e Grynszpan (1998), não foi só o comunismo, apontado como ameaça para o país, que estimulou a adesão de várias lideranças políticas ao golpe de 1937.

Instalou-se, portanto, um processo de forças contrárias ao continuísmo, cedendo constantemente para evitar o pior – primeiramente o comunismo e depois a intervenção militar- facilitariam a ação de Vargas, ação esta que terminaria por se voltar contra aquelas mesmas forças. Desta forma, até fins de outubro não se manifestaram sérias resistências ao projeto golpista (PANDOLFI; GRYSZSPAN, 1998, p. 21).

É interessante destacar que, em meados de 1936, Getúlio Vargas, por meio do então ministro do trabalho, Agamenon Magalhães, havia feito uma pesquisa informal acerca da possibilidade de apoio político de governadores para uma reforma constitucional, medida que garantiria ao mesmo a possibilidade de permanecer na chefia do país sem infringir a constituição em vigor. Contudo, ao contrário da conjuntura que permeou a revolução de 1930 e a eleição de 1934, o grupo político liderado por Vargas não obteve maioria e governadores de estados com importante força política não demonstraram simpatia com essa mudança constitucional, como Flores da Cunha (Rio Grande do Sul), Armando Sales (São Paulo),

Juraci Magalhaes (Bahia) e Carlos de Lima Cavalcanti (Pernambuco) (PANDOLFI; GRYNSPAN, 1997, p. 15). Tendo em vista essa situação, o projeto de definição do golpe foi fortalecido.

O estado autoritário de 1937 teve o seu estopim em 10 de novembro de 1937 e resultou de uma série de modificações que se estenderam desde a revolução de 1930 até os governos Provisório (1930-1934) e Constitucional (1934-1937). Conforme Fausto (2010, p. 182), a partir de 1930, o Governo concentrou decisões de natureza política, econômica e financeira. Apesar das deliberações serem tomadas do centro para a periferia, de modo contrário ao que acontecia na República Velha, não houve o fim das oligarquias, uma vez que elas ofereceram apoio para a consolidação política de Vargas. Na esfera econômica, incentivou-se a industrialização. Já no que se refere à atuação social, segundo o autor, o Governo Vargas ofereceu apoio aos trabalhadores e estabeleceu uma aliança entre este grupo e o poder estatal. Outra modificação também presente nesse período foi o maior poder destinado às Forças Armadas como suporte para a indústria de base e manutenção da ordem interna.

Aos poucos, Vargas e seu grupo político implantaram medidas que concentravam poderes na figura do executivo, utilizavam-se de medidas autoritárias e incitavam o nacionalismo. Essas mudanças começaram a conduzir o país ao Estado Novo. Ao declarar o golpe, Vargas infringia o artigo 52 da Constituição de 1934, que previa um período presidencial com quatro anos e, caso o presidente da República manifestasse interesse de conquistar um novo mandato, só poderia ser reeleito após quatro anos do término de seu governo (SOUSA, 2014, p. 322).

Com o início do Estado Novo, segundo Barbosa (2007, p. 105), o Governo começava a traçar um programa que deveria atingir a todos por meio da educação e até mesmo através da massificação de informações. Para isso, investia-se no fortalecimento das instituições estatais que pretendiam por meio de um projeto político nacionalista, governar a população. Notamos, por intermédio dessas iniciativas, que o Estado pretendia configurar as representações coletivas que eram formadas de si, tornando-se assim um produtor de representações. Para Chartier (2009, p. 51-52), que buscou fazer uma releitura do conceito de representação já trabalhado por Marcel Mauss e Émile Durkheim, as representações não são simples imagens verdadeiras ou falsas do mundo, elas carregam energias próprias que fazem crer que o mundo ou o passado é o que pretende ser. Desse modo, as representações coletivas remetem às modalidades de exibição da identidade social ou da potência política e fazem ver

e crer os signos, as condutas e os ritos. Posto isso, compreendemos que durante a ditadura Vargas, o Estado buscou junto aos seus aparelhos ideológicos produzir representações e se utilizou de mecanismos, como a intervenção na educação, na cultura e nos serviços de imprensa para tentar impor concepções e valores que eram seus.

Deve-se enfatizar que a construção da nacionalidade foi um projeto dos anos 1930 a 1950, no qual está inserido o Estado Novo (1937-1945). Segundo Ortiz (2001, p. 50), estes modelos nacionalistas foram comuns à ditadura Vargas, uma vez que nesse Governo partia-se do princípio de que era preciso construir uma realidade que deveria ser aceita por todos e o Estado ocuparia um papel importante na integração das partes da nação.

No que se refere à educação, embora os movimentos em favor da mesma datem do início do século, segundo Bomeny (1999, p.139), muitas das decisões a respeito do processo educacional que atua hoje foram concebidas durante o Estado Novo. O Ministério da Educação e Saúde, como era chamado na época, atuava sob a responsabilidade de Gustavo Capanema e pretendia formar um “homem novo” para o Estado Novo, através de iniciativas que confirmariam um sentimento de nacionalidade e criariam uma identidade positiva para o trabalhador brasileiro. Devido ao seu potencial de transformação e socialização, a educação foi um dos eixos convocados para dar notoriedade à ideologia estado-novista e, conforme Capelato (2010), atuava como elemento de difusão da propaganda política do regime.

As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime pretendia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a representação do bem e do bom. (CAPELATO, 2010, p.123)

A presença de intelectuais como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Manoel Bandeira e outros, que eram pessoas esclarecidas em relação ao caráter impulsionador da educação e de outras concepções de pensamento diversas, não impediu que o Ministério da Educação e Saúde perseguisse comunistas, fechasse a Universidade do Distrito Federal (UDF) e reprimisse as escolas de núcleos estrangeiros presentes no Brasil (BOMENY, 1999, p. 137). É importante ressaltar que datam desse período as mudanças no sistema educacional que determinavam uma reforma no ensino secundário, prevalecendo a matriz clássica humanista, a criação de um ensino profissionalizante, a reestruturação do Ensino Superior e a associação da educação às atividades de segurança

nacional, pois, para a ditadura Vargas, este processo deveria acontecer também sob a tutela dos órgãos de segurança do Estado (BOMENY, 1999, p.138).

A cultura também foi alvo da intervenção política do Estado Novo. Como bem afirma Capelato (2009, p.101), os ideólogos estadonovistas acreditavam que a política seria um elemento disciplinador, coordenador, organizador de forças sociais e as manifestações culturais só poderiam se dar por meio da tutela política. O cinema, o teatro, a música, as artes plásticas e outros setores foram estimulados pela política então vigente, no entanto esses setores deveriam colaborar para a divulgação do regime e de suas práticas. Nessa época, foram criados órgãos como o Serviço Nacional de Teatro e a revista Cultura Política que circulou de 1941 a 1945 e destinou-se a definir as transformações socioeconômicas que o país passava, relatar a agenda do Governo e suas realizações, noticiar e resenhar as publicações que tratavam sobre Vargas e o Estado Novo (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS).

Com o intuito de fortalecer a ideologia do período estado-novista, unificar o discurso no país e a forma como o Estado era representado, o Governo também criou órgãos como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), consolidado pelo decreto-lei nº579, de 30 de julho de 1938 a fim de supervisionar o trabalho de interventores e controlar a administração pública, e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que, conforme o decreto-Lei de nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939 ficava responsável pela vigilância das produções do cinema, teatro, rádio, turismo, divulgação e imprensa, realizando um controle ideológico e estimulando publicações favoráveis ao Estado Novo. Segundo Barbosa (2007, p. 105), tornou-se responsabilidade do Governo, por meio dos aparelhos burocráticos criados no período, desempenhar funções complexas, inclusive, a de orientar o povo, considerado pelo Estado massa amorfa e indiferenciada.

Porém, a preocupação do Governo Vargas em desempenhar atividades censoras já eram constantes antes mesmo do princípio do Estado Novo. Em 1931, foi criado o Departamento Oficial de Propaganda (DOP). O departamento era controlado pelo político Sales Filho e contava com programa radiofônico de pouca audiência. O mau êxito do DOP fez com que o departamento fosse substituído, em 1934, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Dessa vez, Lourival Fortes foi o encarregado de gerir a seção, que teve suas funções ampliadas e se encarregaria de acompanhar o cinema, a radiotelegrafia e outros meios de comunicação de massa (SILVA; CARNEIRO, 1983, p. 57). O órgão era ligado ao Ministério da Justiça e, conforme Gomes (2003, p. 1), funcionou de julho de 1934 até 1938, quando se tornou Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Este departamento

foi ainda mais efêmero que os demais e, em 1939, foi substituído pelo DIP que, conforme foi apresentado, dispunha de atribuições bem maiores que as de seus antecessores.

Em meio a essa conjuntura de intervenção do Estado, o jornalismo foi um dos setores que sofreu ingerência. As constantes mudanças políticas, econômicas e sociais necessitavam ser acreditadas pela população e faziam parte da imprensa nacional e local. No que concerne à imprensa, como bem diz Chartier (2009, p. 9), desde sua expansão no mundo, ela contribuiu para uma reorganização das práticas culturais. Desse modo, acreditamos que o Estado apoiou-se nesse poder de reorganização das práticas culturais e na credibilidade da imprensa, sobretudo da atividade jornalística, para se fortalecer durante a ditadura Vargas. Conforme Muniz Sodré (2012, p.48), a credibilidade atribuída ao jornalismo é proveniente do lugar que o jornalista ocupa como mediador entre a cena do acontecimento e a sociedade global, lugar denominado pelo autor como lugar da testemunha. Naquele momento, ter boa parte do jornalismo como testemunha favorável, seja por coerção ou por alinhamento político, viabilizou a consolidação do Estado Novo e ampliou a fala do Estado nos jornais. Enquanto isso, o público foi enviado a outros lugares midiáticos como o rádio e revistas, no entanto apareciam de forma dissociada da realidade política (BARBOSA, 2007, p.108).

Para dar suporte às ideias que pretendiam consolidar a imagem de Vargas, afastar o liberalismo e construir um sistema organizado de nação foram instituídas diversas datas que criavam um novo calendário cívico para ser seguido pelos brasileiros. Como bem afirma Parada (2007, p.37-38), a construção desse calendário foi uma tentativa de erguer um monumento que marcasse a ruptura do regime, quebrasse a antiga ordem social e contribuísse para a criação de uma memória coletiva em que essas datas seriam inseridas e agregariam novos conceitos de nação e cidadania. Porém, compreendemos que o processo de formação de uma memória coletiva não está dissociado da memória individual. Segundo Halbwachs (1990, p.54) em seus estudos sobre a memória, a memória individual não está inteiramente isolada e fechada, assim, para que um homem possa lembrar do seu próprio passado, ele recorre a lembranças dos outros, a pontos de referência que existem fora dele e que foram fixados pela sociedade, ou seja, recorre à memória coletiva. Posto isso, consideramos que com esse calendário instituído, o Estado Novo exerceu interferências sobre a memória individual, constituiu uma memória coletiva e, de certo modo, influenciou o tempo, uma vez que impôs certas marcações.

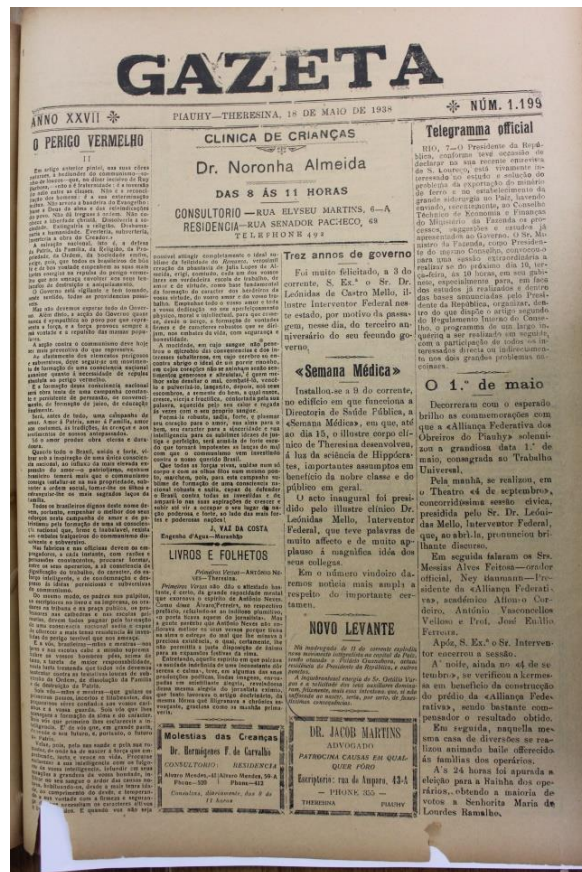
Dentre as novas datas instituídas pelo estado autoritário de 1937, vale destacar o dia do trabalhador (1º de maio) e o 10 de novembro, data em que se deu o golpe de 1937, que,

conforme Parada (2007, p.40), incorporou-se ao calendário de modo similar ao 7 de setembro e ao 15 de novembro como um importante marco do desenvolvimento da história nacional. Aproveitando-se de datas como essas, o Estado aproximava-se das massas durante as comemorações. Por meio de discursos públicos, o novo calendário era exaltado e o Governo também utilizava a oportunidade para fortalecer sua imagem junto ao povo e dar notoriedade a novas medidas.

Os jornais durante a solidificação dessa memória que a ditadura Vargas desejava impor e eram espaços em que se notava a lembrança desses eventos. Conforme Ricoeur (2007, p.56), o ato de lembrar consiste em atualizar e vivenciar uma imagem. Ao lembrar essas datas, os jornalistas e editores de periódicos ajudavam a tirar esses eventos da categoria de esquecimento e ofereciam visibilidade para novas datas comemorativas. Como exemplo de periódico que colaborou para o não esquecimento das datas do calendário cívico citamos o jornal piauiense *Gazeta*.



**Imagem 1:** Jornal Gazeta discute sobre as comemorações do aniversário do golpe no Piauí.  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.



**Imagem 2:** Jornal Gazeta discute sobre as comemorações do 1º de maio no Piauí.  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.

Embora o Estado Novo seja caracterizado como um período de repressão e intervenções, sua postura não foi uniforme e algumas influências que se davam na esfera internacional contribuíram para o enfraquecimento do Governo e de suas áreas de atuação. De acordo com Sodré (1983, p. 386), a participação da União Soviética na Segunda Guerra Mundial junto aos aliados, grupo apoiado pelo Brasil, foi um fator que interferiu no esvaziamento do Estado Novo, visto que esse apoio exigia a suspensão da propaganda anti-comunista no Ocidente e estimulava o combate ao nazismo e fascismo. Devido a essas alianças, a aversão ao comunismo e outras características do nazismo e fascismo que estavam presentes no ideário do Estado Novo, tiveram que ser atenuadas o que ocasionou a descaracterização de alguns aspectos que compunham a carga ideológica desse regime.

## **2.2 As Influências dos Regimes Totalitários Europeus na Formação do Estado Novo**

As ideias de centralização do poder, hierarquização e massificação não estiveram presentes somente na ditadura Vargas. Na conjuntura global, também se desencadeavam movimentos antidemocráticos e pró-ditatoriais, totalitários e semi-totalitários que se expandiam da Europa para os outros continentes. Essas ideologias exerceram influências sobre o regime estadonovista implantado no Brasil e, através do processo de globalização, acarretaram interferências em âmbito político, econômico e social.

Apesar das similaridades com o totalitarismo, a ditadura implantada por Vargas em 1937, mesmo possuindo cunho autoritário, não pôde ser caracterizada como totalitarista (MAIA *apud* MOREIRA 2010, p. 251). No entanto, a adoção de medidas como o patriotismo, o ufanismo, o uso de músicas de exaltação à nação, produção de programas nacionalistas, controle da imprensa, da cultura e de livros didáticos, perseguição a grupos impotentes ou em processo de perda do poder (judeus, comunistas) aproximaram o governo implantado no Brasil das bases totalitaristas e semi-totalitárias que já se expandiam na Europa.

Como bem afirma Arendt (1989, p.358), a difusão de movimentos anti-democráticos e pró-ditatoriais (totalitários e semi-totalitários) se deu depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Fatores como a destruição material, as mortes, o desemprego e a inflação propiciaram uma insatisfação, principalmente, nos países derrotados na guerra e os deixaram mais suscetíveis à adesão de novas correntes governamentais, conforme apontam Rêgo e Leal (2011).

Dentre esses destacaram-se no cenário político mundial, sobretudo, em face das consequências das posturas adotadas por seus líderes, os regimes totalitários, Nazista na Alemanha e Bolchevista na Rússia, e, os semi-totalitários como o Fascismo na Itália, o Franquismo na Espanha, o Salazarismo em Portugal, além de inúmeros outros situados em países como Romênia, Polônia, Lituânia, etc. (REGO; LEAL, 2011, p.5)

Para Boris Fausto (1999, p.19), o caminho para o autoritarismo no Brasil foi traçado desde a crise mundial de 1929, pois logo nesse momento foram lançadas críticas às políticas governamentais que defendiam um mercado mais liberal, apoiavam a liberdade de expressão e a liberdade partidária. As críticas a esses modelos governamentais estiveram presentes na ditadura Vargas e interferiram nas decisões tomadas pelo Estado nos setores econômico, político e social.

Na Itália, segundo Moreira (2010), o Governo já se utilizava de códigos jurídicos para fundamentar o regime fascista e essa medida também foi aplicada no Brasil.

Na Itália, entre 1927 e 1933 o fascismo empreendeu esforços incalculáveis a fim de difundir entre os italianos um novo momento político e institucional que prometia restabelecer a ordem no país. O Código Rocco, de 3 de abril de 1926, buscou eliminar a luta de classes acabando com os sindicatos autônomos dos trabalhadores. Em resumo, há uma pluralidade de leis produzidas para que esses regimes se autojustificassem. A justificação através da lei também foi uma preocupação da ditadura Vargas, mas não só dela. (MOREIRA, 2010, p258)

A Constituição de 1937, produzida no Brasil, supostamente para amparar o Estado Novo, também foi outro elemento formador dessa ideologia que recebeu interferências dos modelos totalitários que se instalavam no mundo. Conforme Moreira (2010, p.258), Getúlio Vargas buscou embasamento nessa constituição para implantar medidas que facilitariam a nova forma de Governo como a maior intervenção governamental, controle da imprensa e a suspensão de liberdades individuais.

Segundo Capelato (1999, p.168), ainda que o modelo de governo nazista e fascista não tenha sido empregado fielmente no Estado Novo, é pertinente ressaltar que as técnicas de propaganda que envolviam a manipulação também foram aplicadas no Brasil abrangendo setores como a imprensa, teatro, literatura, pintura, arquitetura, ritos, comemorações festivas, manifestações cívicas, esportivas e outros. Esses métodos de propaganda e persuasão foram adaptados à realidade brasileira e, com o apoio dos meios de comunicação e de órgãos estatais como o DIP, tornaram-se mecanismos incisivos na divulgação e consolidação política da ditadura Vargas. Com os constantes apelos políticos, reforçados pelas propagandas, as sociedades de classes eram desestruturadas no país



e substituídas por sociedades de massa. Modificações que, conforme Arendt (1989, p. 365), fortaleceram a formação de governos como o nazismo.

No que se refere ao jornalismo, as influências nazistas e fascistas estavam presentes em jornais e revistas. Segundo Moreira (2010, p.265), entre Brasil e Itália, no final de 1940, havia uma cooperação que fazia com que recortes de jornais italianos fossem publicados nos principais jornais brasileiros. No momento em que esse conteúdo era divulgado, construía-se entre essas nações um vínculo que fazia com que aspectos econômicos, sociais e políticos fossem partilhados e passassem a compor o imaginário coletivo da população brasileira, com os enquadramentos que a agência responsável por esse envio de informações considerava pertinente. Tendo em vista que nesse período difundia-se, na Itália, a ideologia fascista, particularidades próprias desta ideologia eram apresentadas e geravam um maior contato dessa ideologia com a ideologia estado-novista, que apesar de não ser considerada totalitária possuía similaridades com o fascismo italiano.

[...] no final de 1940 a propaganda italiana no Brasil pela imprensa faz, através da Agência Stefani, uma solicitação ao Minculpop para que um ou mais artigos fossem enviados ao Consulado da Itália em São Paulo, com exclusividade a eles, aos jornais brasileiros de apoio e aos que poderiam se tornar, porque seriam “muito úteis ao fim de nossa propaganda”. (MOREIRA, 2010, p.265).

Segundo Rêgo e Leal (2011), além do fascismo, a imprensa brasileira também deu visibilidade ao nazismo. Matérias que ressaltavam o poder de Hitler, a vida da atriz alemã Brigitte Helm, aspectos positivos do fascismo e das realizações de Mussolini estavam presentes nas páginas da Revista *O Cruzeiro*. Observamos assim, as influências da globalização na escolha do que poderia ser noticiado nas revistas desse período. Apesar da revista *O Cruzeiro* ser genuinamente brasileira, incidia sobre esse periódico a conjuntura global, fazendo com que se destacasse as informações de países que poderiam até não estar próximos geograficamente, mas possuíam similaridades na forma de governar.

[...] é possível identificar que *O Cruzeiro* não apenas abriu espaço para o nazismo e para o fascismo, mas o fez utilizando-se de estratégias discursivas que procuravam persuadir os leitores de modo que esses se colocassem simpáticos às políticas que aconteciam do outro lado do Atlântico. Ao que parece *O Cruzeiro* procurou corroborar com os planos de Getúlio Vargas para o Brasil [...] percebe-se explicitamente as vozes transversas e o poder dos regimes (RÊGO; LEAL, 2011, p. 27).

As mudanças e influências autoritárias instituídas nesse período ultrapassavam o domínio federal e interferiram também nas esferas estaduais. Cada estado possui suas particularidades e modo próprio de se articular diante das tensões e rupturas impostas ao período. No Piauí, a ditadura Vargas exerceu fortes influências.

## **2.3 O Piauí na Ditadura Vargas**

### **2.3.1 Da Revolução de 1930 à implantação da ditadura Vargas no Piauí**

Conforme já foi citado, a centralização de poderes políticos e econômicos e a, gradativa intervenção do Governo em questões sociais foram medidas que contribuíram para a eclosão do Estado Novo. Em virtude desta pesquisa voltar-se ao jornalismo piauiense praticado durante a ditadura Vargas, é pertinente que sejam destacadas as particularidades que antecederam o golpe de 1937, no Piauí. Principalmente no que se refere aos grupos políticos que lideraram o período, uma vez que a partir deles as políticas nacionais eram geridas em âmbito local.

Enquanto em âmbito nacional os grupos políticos se articulavam em torno da escolha do sucessor do então presidente Washington Luís, do Piauí, as lideranças políticas também viviam um momento de cisão. Como bem afirma Nascimento (1994, p.31), o Governo do Estado, que na época teve como líder João de Deus Pires Leal (membro do Partido Republicano do Piauí- PRP) dedicou apoio ao candidato oficial, Júlio Prestes. Já outro segmento político, composto por outra parte do Partido Republicano do Piauí (PRP) e pelo Partido Democrático Piauiense ( PDP), apoiou a candidatura de Getúlio Vargas criando um bloco da Aliança Liberal em terras piauienses. Compunham esse bloco nomes como o ex-governador do estado Matias Olímpio de Mello, que combateu a Coluna Prestes no Piauí e já no final do Estado Novo posicionou-se de modo contrário à ditadura Vargas (GAZETA, 15 de agosto de 1945, p.2); o então vice-governador Humberto de Arêa Leão, cunhado de Matias Olímpio que, posteriormente, foi interventor em outubro de 1930; e o desembargador Vaz da Costa, grande proprietário de terras no Piauí.

Para Nascimento (1994, p. 12), essa divisão explicitava o rompimento do grupo Pires Ferreira com a oligarquia Freitas. Essa ruptura foi resquício de desavenças políticas que se deram após o pleito em que João de Deus Pires Leal foi eleito e, ao assumir, quebrou o pacto

feito com a oligarquia Freitas. Esse autor também aponta que a cisão foi resultante da disputa por terras que se dava entre essas famílias.

Porém, não foi apenas a eleição presidencial que cortou antigas amarras políticas no Piauí, uma vez que na eleição de 1º de março de 1930 além do presidente seriam escolhidos também senadores e deputados federais. Com intuito de garantir-se no poder, a família Pires Ferreira buscou eleger seus membros em todos os cargos locais, atitude que não foi aprovada pelo correligionário Antonino Freire, que no momento era deputado federal e almejava uma vaga no senado. Para conseguir apoio, Freire recorreu ao então presidente Washington Luís e ao candidato do governo, Júlio Prestes (NASCIMENTO, 1994, p 31). Desse modo, obteve apoio também de João de Deus Pires Leal que abdicou de ter mais um membro da sua família nessa disputa em favor da candidatura de Antonino Freire.

Nesse pleito, assim como em âmbito nacional, houve fraudes em ambos lados e foram vitoriosos Antonino Freire (senador que representava o PRP e foi apoiado pela família Pires Ferreira), os deputados José Pires de Carvalho, Heitor Castelo Branco e Epaminondas Castelo Branco (deputados que representavam os Pires Ferreira e parte do PRP) e o deputado Hugo Napoleão Rêgo (deputado que compunha a Aliança Liberal e que desbancou Joaquim Pires, também representante dos Pires Ferreira, na eleição).

Contudo, as disputas pelo poder em nível nacional em decorrência de aliados de Vargas não aceitarem a vitória de Júlio Prestes interferiram também na esfera local. No Nordeste, conforme Assunção (2005, p.29), o maior articulador desse movimento foi Juarez Távora com o qual o desembargador piauiense, Vaz da Costa, manteve contato para que o movimento de 1930 ganhasse adeptos no Piauí. Esse desembargador obteve o apoio dos sargentos do 25º BC, Benedito Carlos de Azevedo e Antonio Ribeiro Madeira Campos, que contribuíram na invasão do referido quartel.

Com a eclosão da revolução de 1930, foram organizadas algumas táticas para derrubar o então governador do Piauí, João de Deus Pires Leal, e seus correligionários que defendiam os interesses do candidato oponente a Vargas. Em oposição a esse grupo, Vaz da Costa e seus aliados empreenderam movimentos que visavam a desarticulação destas lideranças. Durante a vinda ao Piauí de Batista Luzardo, aliado de Vargas no Rio Grande do Sul, foram articulados alguns movimentos em favor da queda do então governador do Piauí, João de Deus Pires Leal. Conforme o plano, Vaz da Costa seria deslocado para combater no sul do estado, no entanto, temendo ser preterido dos momentos decisivos, o desembargador permaneceu na capital piauiense (NASCIMENTO, 1994, p. 55).

Receosos em relação à invasão e à chegada de Juarez Távora ao Piauí, a polícia, o exército e outros setores foram convocados a ficar a postos. Com intuito de executar o plano de tomada do governo local, Vaz da Costa apoiou-se na influência que possuía no exército e na brigada militar em decorrência dos “afilhados” que conseguiu levar para essas corporações. A insatisfação da Polícia Militar com as expulsões que se sucediam desde que o novo Governo assumiu, em 1928, e o atraso no pagamento do funcionalismo público também foram pontos importantes para que parte da população se sentisse convocada a participar do movimento revolucionário de 1930, no Piauí (NASCIMENTO, 1994, p. 57).

Considerando-se as dificuldades com relação aos meios de comunicação nesse período, a mensagem de que o levante deveria acontecer na passagem do dia 3 para 4 de outubro de 1930, foi enviada através de telegrama ao vizinho estado do Maranhão aos cuidados de Reis Perdigão, um dos articuladores do movimento armado nesse estado. Posteriormente, a mensagem chegou ao Piauí endereçada a Leão Marinho, um dos organizadores em solo piauiense (NASCIMENTO, 1994, p.58).

Após o recebimento desse telegrama, foi realizada uma reunião em 3 de outubro de 1930 para que fossem revisados os planos do movimento. Depois de invasões bem sucedidas nos quartéis, durante a madrugada de 4 de outubro de 1930, o governador João de Deus Pires Leal, que contrariava os interesses da Aliança Liberal, foi preso e encaminhado ao quartel do 25° BC.

Às 2h precisas o desembargador Vaz da Costa acompanhado do dr Leão Marinho, Antonio da Rocha Marinho, Abimael Soares da Rocha [...] e mais de quarenta homens empregados em sua lavoura e apoiado pelo sargento do exército Benedito Carlos de Azevedo e Antonio Ribeiro de Madeira Campos, todos armados de revolver, afastada a sentinela adentraram pelo portão principal no quartel 25° BC [...] Os atacantes do quartel da Força Militar do Estado encontraram fraca resistência por parte da guarda [...] ( O ESTADO DO PIAUHY, 7 de outubro de 1930, p.1)

Não tardou para que, no mesmo dia, o capitão-tenente Humberto de Arêa Leão assumisse o Governo do Estado. Conforme A. Tito Filho (1975, p.49), inicialmente, Arêa Leão assumiu o Estado apenas como vice-governador, em virtude da deposição do governador João de Deus Pires Leal. Somente em 14 de novembro de 1930, Arêa Leão foi nomeado interventor federal.

É interessante ressaltar que devido às dificuldades econômicas e até mesmo de capital humano para manter os jornais circulando diariamente, a notícia sobre a ação revolucionária no Piauí só chegou a alguns jornais locais dias depois. No periódico O Piauí, a informação

foi a capa do jornal em 7 de outubro de 1930, três dias após o acontecido e o veículo jornalístico se posicionava de modo alinhado ao movimento de 1930 .

O grande movimento de opinião pública em favor da remodelação de nossos viciados costumes políticos veio afinal ter a sua eclosão na madrugada de 4 deste mês. Obedecendo a um plano pré-estabelecido, as forças liberais de todo o país retemperadas na luta da sucessão presidencial em que foram cometidos os maiores atentados contra a liberdade dos cidadãos e impureza das instituições republicanas levantam-se numa reação patriótica [...] De terminado previamente pelo General revolucionário Juarez Távora, comandante do setor norte, o movimento rebentou às 2 horas da manhã de 4 do corrente [...] (O PIAUHY, 7 de outubro de 1930, p.1).

Com a posse de Humberto de Arêa Leão, o Governo implantou algumas medidas que previam uma modificação do cenário político de então. Por meio do decreto nº1104 publicado em 4 de outubro de 1930, Arêa Leão dissolveu os conselhos municipais e criou os cargos de prefeitos e suas atribuições. Porém, deve-se acrescentar que esse decreto ampliava os poderes do vice-governador no Estado, dado que assegurava a intervenção nas atribuições conferidas aos prefeitos e até decidia acerca da substituição dessas autoridades políticas (ESTADO DO PIAUHY, 8 de outubro de 1930, p.1).

Assim que este decreto começou a vigorar o cenário político local foi alterado e prefeitos que apoiavam os antigos grupos políticos foram destituídos dos seus cargos. No entanto, é pertinente ressaltar que vigorava a política de favorecimento de familiares e políticos aliados que, conforme Nascimento (1994), não foi recebida passivamente por todos os chefes políticos.

Nem todos os chefes políticos ligados ao PRP acordavam com o que estava acontecendo no Piauí. Afinal, renunciava-se o fim de um período de mando que durara 31 anos. As escaramuças havidas no Piauí tiveram lugar em todo o sertão brasileiro. Obviamente, nem todos os chefes políticos caíram na maleabilidade para aceitar passivamente a nova situação, embora aquela altura nada pudessem fazer, a não ser voltar-se para as novas alianças propiciadoras do seu retorno ( NASCIMENTO, 1994, p. 67).

Além das mudanças nos cargos políticos, esse Governo também reduziu as repartições públicas do Estado alegando que seria uma medida de redução de gastos, porém a atitude desagradou determinada parcela da população que trabalhava nesses lugares. Em consonância com as determinações da administração federal, que estabeleceu comissões administradoras, a interventoria de Arêa Leão também quis realizar apurações na administração estadual (NASCIMENTO, 1994, p. 68).

As mudanças acima citadas foram alguns dos fatores que incitaram a queda de Arêa Leão . Esta liderança beneficiou alguns grupos políticos em detrimento de outros que colaboraram com a sua chegada ao poder, como o desembargador Vaz da Costa que articulou a tomada dos quartéis no movimento do 4 de outubro, e também de famílias que já estavam no poder há muito tempo como a Pires Leal ( SILVA, 1999, p. 91).

Após o envio de cartas e denúncias ao executivo sobre o que acontecia na instância local, em 29 de janeiro de 1931 eclodiu um movimento liderado pelo desembargador Vaz da Costa , que, com o apoio da Brigada Militar e de seus empregados, conseguiu depor Arêa Leão. Embora tivesse liderado o movimento Vaz da Costa não obteve apoio para manter-se à frente da interventoria piauiense e, conforme Nascimento (1994, p. 73), ocupou a chefia do estado por 10 horas. Às 21h, de 29 de janeiro de 1931, o presidente do governo provisório, Getúlio Vargas, nomeou o capitão Lemos Cunha para essa interventoria.

Deve-se ressaltar que Joaquim de Lemos Cunha já se destacava nos movimentos políticos locais desde a revolução de 1930. Conforme Abreu (2015, s/p ), ele apoiou a invasão do 25º Batalhão de Caçadores e por indicação de Juarez Távora, grande articulador do movimento político de Vargas no nordeste tornou-se interventor interino, enquanto não era nomeado outro nome para o cargo.

Alegando querer sanar dificuldades econômicas do Estado, Lemos Cunha extinguiu a Brigada Militar, a Recebedoria do Estado, a Secretaria do Diretório de Obras Públicas e o Tribunal de Contas (NASCIMENTO, 1994, p.74-75). Paralelamente ao Governo de Lemos Cunha aconteciam campanhas políticas que visavam fazer um levantamento de nomes para assumir a interventoria. Raimundo Campos foi o nome indicado pela maioria, porém não obteve o aval do interventor interino Lemos Cunha e nem de seu aliado o desembargador Vaz Costa que mobilizou setores civis e militares em torno da não nomeação de Raimundo Campos.

A solução para o impasse acerca da interventoria foi dada na esfera federal. Por meio de decreto foram implantadas interventorias militares em quase todo o país, exceto, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, estados em que os interventores ofereceram forte apoio político a Vargas. No Piauí, foi nomeado interventor, o militar Landri Sales, que, segundo Abreu (2015, s/p), atuou no inquérito de apuração das circunstâncias da deposição de Arêa Leal, não obtendo resposta.

Landri Sales era cearense, portanto não pertencia ao quadro oligárquico local. O militar assumiu a interventoria em 1931 e permaneceu no poder até 1934. Seu Governo foi

marcado por centralismo político e, devido a sua formação militar, preencheu os cargos do alto escalão do Governo com militares, como o tenente Antonio Martins de Almeida, que foi secretário geral do Estado, o tenente Claudiomar Macário dos Santos, chefe de polícia, e o major Domingos Monteiro, prefeito de Teresina (NASCIMENTO, 1994, p.84).

Porém a indicação do chefe do Governo Provisório não agradou a todos. As elites locais esperavam um interventor que viesse de âmbito local, dos antigos acordos políticos.

Datam desse período algumas rebeliões, que, segundo Nascimento (1994, p.85), não tiveram os motivos explicitamente apresentados. Em 2 e 3 de junho de 1931, alguns militares tomaram o 25º BC, o Banco do Brasil, o Palácio de Karnak, a Estação de Telégrafos e a Delegacia do Estado. Apesar do grupo tomar, momentaneamente, o poder, o mesmo não apresentou vigor e logo foi esfacelado.

Após as rebeliões, a interventoria reagiu de maneira autoritária e implantou medidas de centralização de poderes como a redução do número de municípios piauiense, a reforma na magistratura e a intervenção no comércio.

Nesse período, o estado passou pela grande seca de 1932, que atingiu diretamente não só o setor econômico, mas também o político, uma vez que o então interventor se utilizou de decretos para gerenciar o comércio piauiense e evitar o aumento abusivo dos preços ( TITO FILHO, 1975, p.50).

Em meio aos problemas decorrentes da seca de 1933, o presidente Getúlio Vargas veio ao Piauí e, apesar da tentativa do interventor Landri Sales de sensibilizar o presidente com a situação financeira do Estado, a viagem foi apenas um cumprimento de agenda e não resultou em grandes melhorias para o Estado.

Depois das eleições de 1934 em que Vargas elegeu-se pela assembleia à presidência constitucional para um mandato de quatro anos, Landri Sales enviou-lhe um telegrama sinalizando um pedido de exoneração. Conforme Nascimento (1994, p.113), em junho de 1934 o pedido foi recusado pelo presidente, mas, em setembro do mesmo ano, Landri Sales fez a solicitação de exoneração, após alguns funcionários afastados por ele, em 1932, reaverem seus cargos mediante uma mudança constitucional e a aprovação de Getúlio Vargas. Alguns diálogos por meio de telegramas fizeram o interventor local optar por prosseguir no Governo, porém Landri Sales não demonstrou interesse para a candidatura ao Governo constitucional e os demais cargos que foram oferecidos. Deve-se enfatizar que a decisão de Landri Sales, por não tentar a continuidade no Governo, pouco afetou sua relação com o

Governo Vargas, pois, durante o Estado Novo, Landri Sales retorna ao Piauí por indicação de Vargas ocupando o cargo de diretor geral dos Correios e Telégrafos do Piauí.

Por uma escolha feliz e acertada do exmo sr Getúlio Vargas, eminente presidente da república assumiu a 25 de julho findo, as altas funções de diretor geral dos Correios e Telégrafos o senhor capitão Landri Sales Gonçalves, destacado oficial do exército nacional que com tanto brilho e eficiência, dirigiu os destinos da terra piauiense como Interventor Federal deste estado, no período de 1931 a 1934, que atravessamos uma pesada crise política. (MONITOR COMERCIAL, agosto de 1939, p.1)

Enquanto o interventor resolvia impasses com o presidente Getúlio Vargas, as eleições já eram pauta das discussões dos grupos políticos. O próximo representante do Governo Estadual seria eleito por meio de votação da assembleia legislativa, que escolheria também os senadores.

Com o apoio de Landri Sales, o seu secretário geral de governo, Leônidas Mello foi candidato ao governo do Estado indicado pelo Partido Nacional Socialista Piauiense (PNSP). Para Nascimento (1994, p. 116), a indicação do nome de Leônidas Mello também era um testemunho de que a proximidade entre o interventor e as antigas elites políticas estava consolidada, visto que até mesmo o Partido Republicano Piauiense (PR) abriu mão de encabeçar candidatura própria para apoiar a candidatura de Mello. A outra chapa foi liderada por Hugo Napoleão e resultou de uma junção do Partido Progressista Piauiense com o Partido Republicano Liberal (Coligação Piauiense).

Após o pleito da Assembleia Constituinte do Estado do Piauí, o grupo liderado por Landri Sales teve 17 deputados eleitos e os demais pertenciam à Coligação Piauiense. A maioria na casa culminou com a eleição de Leônidas Mello a governador do Estado, cargo que foi transmitido em 3 de maio de 1935 (NASCIMENTO, 1994, p. 116). Iniciava-se, assim, o Governo mais longo do Piauí no período republicano.

No que se refere ao governo Leônidas Mello, em 1935, percebemos que já havia uma preocupação por parte do governo local em atingir a população por meio da educação, estratégia que, segundo Barbosa (2007, p.105), que fez um estudo considerando o contexto nacional, foi utilizada, posteriormente, de modo intenso para reforçar os ideais da ditadura Vargas. De acordo com Sousa (2010, p.4), eram comuns as manifestações que se utilizavam de aspectos relacionados à educação para enfatizar o Governo, seja em âmbito local ou nacional.

Durante o Governo de Leônidas Mello, a educação teve no Diário Oficial, ou presente nos seus discursos e mensagens. Fotografias e grandes



concentrações das escolas e, respectivamente, de seus estudantes nas imensas e várias paradas cívicas. Num claro interesse de demonstração de grandiosidade do Governo e de seus representantes. (SOUSA, 2010, p.4).

Porém, as modificações que eclodiam na esfera nacional conduziam o país para uma mudança na forma de governar que também afetou o Piauí. Após o golpe em 1937, o então governador do estado do Piauí, Leônidas de Castro Mello<sup>4</sup>, tornou-se interventor federal e foi o representante da figura de Vargas na instância local. Antes que o golpe de Estado eclodisse por completo no Brasil, Leônidas Mello foi um dos governantes informados.

À maneira de plano bem-urdido, o emissário de Vargas passaria por Teresina num hidavião da antiga Condor e conversaria com Leônidas na coroa do rio Parnaíba distante dos ouvidos e dos olhos de todos. Só aí o governador soube da delicadeza do assunto. Nome do emissário: Negrão de Lima. Leônidas se rendeu aos argumentos de Negrão: “O presidente considera grave a situação nacional e julga necessária a adoção de um regime de governo que fortaleça o poder executivo.” Era a gestação de uma ditadura que se prolongaria até 1945. O emissário, após colocar Leônidas a par do plano, pediu-lhe discrição absoluta. Nenhum comentário com ninguém. O segredo garantiria o êxito do movimento. Ainda se vivia sob o efeito residual da intentona de 1935. Nessa época uma palavra mágica fazia cessar qualquer ideia contrária à ordem constituída: comunismo (CARVALHO, 1994, p.20).

Apesar do interventor ter sido alertado sobre a iminência do golpe, em obra que trata sobre suas memórias, ele afirma que só oficializou sua permanência no Governo em 24 de novembro de 1937, 14 dias após o golpe ser deflagrado. Nessa data, sua nomeação já constava no Diário Oficial da União e o mesmo já havia recebido telegramas de Francisco Campos, então Ministro da Justiça, reafirmando o compromisso. Até então, Leônidas Mello ainda não tinha confirmado sua presença no governo estadonovista, fator que pode ter contribuído para o afastamento de algumas lideranças políticas. Em sua autobiografia, Mello aponta que as visitas ao Karnak ficaram reduzidas apenas a quatro amigos: seu irmão Otávio, o desembargador Cromwel Barbosa de Carvalho, que foi chefe de polícia em parte do Governo de Leônidas Mello, Lindolfo Monteiro, que, ainda no Estado Novo, tornou-se prefeito de Teresina, e Torquato Araújo, então chefe da Casa Militar (MELLO, 1977, p.282-283).

Em discurso proferido em uma de suas aparições públicas, o interventor do Piauí reforçou sua adesão ao golpe e convocou a participação da população piauiense para apoiar o regime.

---

<sup>4</sup> Leônidas de Castro Mello atuava no Governo do Estado do Piauí desde 1935 quando foi eleito governador constitucional pela Assembleia Legislativa do Estado.

[...] O Golpe de 10 de novembro, longe de ser manifestação de vaidade ou prepotência, foi um acertado de defesa nacional imposto pela consciência cívica do supremo magistrado e pelo patriotismo decidido das forças armadas do País. Volvamos os olhos ao mundo e facilmente compreenderemos que a mudança do nosso regime de Governo era um imperativo irremovível (MELLO , s/d, p. 9).

O apoio político à ditadura Vargas também se estendeu à esfera municipal. Na capital do Piauí, Teresina, os discursos do prefeito da cidade à época, Lindolfo Monteiro, também continham teor nacionalista e apoiavam o Governo Vargas. O Estado Novo era visto por esse gestor até mesmo como um processo civilizatório.

Com a admiração e aplauso de todos surgiu, assim, o Estado Novo- moldado numa Constituição que veio em defesa da nacionalidade. Estava, pois, instalado um novo regime assegurando-nos uma invejável situação perante o mundo civilizado. O Estado brasileiro, diz o notável Ministro da Justiça, Dr Francisco Campos, resultou de um imperativo de salvação nacional (MONTEIRO, s/d, p.24).

É interessante ressaltar que a ideia de progresso e, sobretudo, de formação de um país civilizado estavam presentes nos discursos de políticos incentivadores do Estado Novo. Para Norbert Elias (1990, p.23), o conceito de civilização pode ser associado a fatores como o nível de tecnologia, nível de maneiras, desenvolvimento dos conceitos científicos, de ideias religiosas, costumes e etc, e varia de acordo com o grupo em que os indivíduos estão inseridos. Por meio desse entendimento, compreendemos que os governantes desse período queriam repassar para a sociedade brasileira a ideia de que a ditadura Vargas seria o meio encontrado para que o Brasil se equiparasse com as grandes potências econômicas do período que dispunham de muitos recursos financeiros e aparatos tecnológicos .

Conforme o jornalista Carlos Said (2015)<sup>5</sup>, a Teresina dos anos 1930 e 1940 ainda possuía condições precárias, em relação às demais capitais, dificuldades que também se estendiam para os outros municípios do estado. A cidade tinha um pequeno perímetro urbano e convivia com problemas de calçamento, iluminação e abastecimento de água.

A cidade era pequena e o perímetro urbano ia da Catedral de Nossa senhora das Dores até o fundo do Liceu Piauiense na Campo Sales e da Beira do rio do Parnaíba até o antigo Cruzeiro onde hoje é o edifício Paulo VI. Era uma cidade de calçamento precário se havia água encanada era em algumas casas de pessoas da alta sociedade. Iluminação elétrica quase não existia e quando colocaram a usina elétrica para funcionar era de péssima qualidade. A energia péssima era colocada de 6h da tarde até 9 h da noite, porque na praça Pedro II, onde estava localizado o quartel, às 9h da noite tocava-se o toque

---

<sup>5</sup> Carlos Said é ex-futebolista, advogado, professor, radialista e jornalista. Iniciou seus trabalhos no jornalismo esportivo em 1943, durante a ditadura Vargas, no *Jornal do Piauí*. Na época, ainda com 12 anos de idade.

de recolher. Aí todo mundo tinha que sair, às vezes, até correndo para chegar em casa, porque a usina desligava e a cidade ficava às escuras. (SAID, 2015).

Em meio às dificuldades com a infraestrutura, medidas como a centralização de poderes, a burocratização do aparelho estatal e a censura aos meios de comunicação e expressão foram difundidas no Piauí e refletiam-se não só na política, mas também na economia e sociedade.

Na esfera econômica, o Piauí atuou em conformidade com a diretriz econômica nacional que determinava maior intervenção do estado na economia. Como bem afirma Garcia (2005, p.90), as novas regras econômicas previam estimular o crescimento da produção interna em detrimento da importação e a diversificação da produção. Desse modo, para mobilizar a economia piauiense, investiu-se na produção da cera de carnaúba, da borracha de maniçoba e da amêndoa do babaçu. Segundo Tavares (2000, p.51), os dividendos da cera de carnaúba fizeram com que o governo executasse grandes obras como o Museu Histórico, o quartel para a Polícia Militar, a ponte metálica e a conclusão da Casa Anísio Brito e do Liceu Piauiense. No que se refere à extração de maniçoba, a produção voltou-se às necessidades da Segunda Guerra Mundial, conflito em que o Brasil não estava diretamente envolvido, no entanto a sua aproximação dos países aliados (China, França, Grã-Bretanha, União Soviética e Estados Unidos) fazia com que a maniçoba extraída fosse destinada para a produção de artefatos que seriam utilizados na guerra (LIRA, 2008, p.43). A amêndoa do babaçu, que até 1932 tinha a Alemanha como seu principal comprador, mudou o seu regime de importações e, desde 1935, também atraía o interesse dos Estados Unidos que fora beneficiado com a redução de impostos sobre o produto. Porém, durante o Estado Novo, mais precisamente em 1942, o Governo brasileiro ampliou o acordo econômico com os Estados Unidos e 75% da produção brasileira de babaçu, inclui-se aqui a piauiense, deveria ser enviada para esse país (SANTANA, 2001, p. 100).

Para Queiroz (2006, p.47), apesar das crises que o Brasil enfrentava, o discurso público, principalmente durante o Estado Novo, definia o Piauí como em boas condições econômicas. A lucratividade do extrativismo, o clima patriótico e centralizador, que foi característica marcante da ditadura Vargas, fomentavam a impressão de que a economia se apresentava de modo estável. Porém, segundo a autora, a representação dessa receita econômica nem sempre condizia com a situação do estado. Devido ao direcionamento que o Governo oferecia ao setor extrativista qualquer crise que o afetasse era logo sentida pelos piauienses, visto que foi por meio dos dividendos da economia extrativista que o Governo

manteve o funcionamento das máquinas estatais e até mesmo chegou a realizar obras públicas.

Sobre os aspectos sociais do período, as limitações das liberdades individuais e os excessos cometidos pela polícia faziam parte da conjuntura estadonovista instalada no Piauí. Dentre as lembranças do período, conforme Nascimento (2006, p. 202), as penitenciárias foram bastante lembradas, uma vez que nelas aconteciam torturas e perseguições a acusados de oposição ao Governo. Devemos ressaltar que essa limitação de liberdades e a ação truculenta da polícia, em sua maioria, foi ocasionada pelos incêndios<sup>6</sup> que atingiam a capital nesse período. Com o intuito de apontar culpados e demonstrar ações do Estado na prevenção desses incêndios, essa foi a solução encontrada pelo Governo.

No que concerne à limitação de liberdades individuais, conforme Carvalho (2011, p.16), a proibição de fumar em público ou portar caixas de fósforo e a proibição de se falar a palavra fogo foram alguns dos cerceamentos que se deram nesse período. De acordo com esse autor, a medida resultou até mesmo em prisões.

Um poeta, rapaz pobre (...) foi uma das vítimas. A polícia o flagrou defronte sua casa num subúrbio a sacar do bolso uma caixa de fósforos para, indiferente, acender um cigarro. Preso, na delegacia alegou que era formado em direito, porém não portava na hora documentos. O delegado que não era formado, nem conhecia o poeta não acreditou e o meteu em uma delegacia comum (CARVALHO, 2011, p.16-17).

O jornalista Carlos Said que também vivenciou o período afirma não ter lembrança das proibições quanto ao porte de instrumentos como caixa de fósforos e isqueiros. Segundo Said (2015), o isqueiro era um instrumento de luxo, poucos possuíam, mas as caixas de fósforo eram comuns entre a população e muitos dos seus colegas que possuíam o hábito de fumar transitavam pela cidade com esse objeto no bolso. Apesar de não recordar da medida, o jornalista não a descarta e acredita que ela pode ter existido, porém em caráter temporário e, após contestações, foi extinta.

Essas divergências em relação ao período reforçam, conforme Halbwachs (1990), o fato de a memória estar sujeita às transformações, flutuações e mudanças constantes, uma vez que os lugares sociais, nos quais determinados indivíduos estão envolvidos, permitem percepções diversas de um mesmo acontecido, dando margem para que existam oscilações na construção dos acontecimentos.

---

<sup>6</sup> Posteriormente, nas páginas 43 e 44 discutiremos, de modo mais aprofundado, sobre os incêndios que atingiam a capital.

Com o intuito de disciplinar, ordenar e orientar a população tida como desestruturada, em Teresina, a administração municipal, criou por intermédio do decreto-lei 54, de 3 de abril de 1939, o Código de Posturas do Município. Em meio às proibições estavam dar gritos à noite sob pena de multa e a proibição da publicação de anúncios sem a licença da prefeitura e o devido pagamento (SOLON, 2006, p.170-171). Até mesmo a “segregação residencial” fora promovida por esse regulamento, visto que foi proibida a construção de casas da palha na Avenida Frei Serafim, a principal da cidade e, caso não houvesse a troca da cobertura da casa, em um prazo estipulado pelo Governo, a residência seria demolida. Reforçava-se assim um afastamento das camadas mais desfavorecidas socialmente da região privilegiada da capital (NASCIMENTO, 2009, p.2).

De acordo com Carvalho (2011), em resposta aos incêndios que, misteriosamente, atingiam as casas de palha da população menos favorecida a polícia perseguiu a população da época, alegando que esta seria uma tentativa de manter a ordem pública e evitar incidentes. Essa justificativa, assegurada pelo artigo 122 e parágrafo 15 da Constituição de 1937, era constantemente utilizada quando o Governo sentia a necessidade de perseguir membros da sociedade que pudessem se comportar de maneira contrária às ideias difundidas pelo regime.

Mas com a providência contra os incêndios vieram os excessos da polícia despreparada, numa cidade antes pacata. O uso de instrumentos de terror. Muita gente foi presa, muitos sofreram tortura injustamente. Pouco interessa no momento relembrar nomes de personagens que, na época, apoiados pelo poder discriminatório da ditadura Vargas, implantaram na cidade, o pânico, a insegurança, o medo, em nome da ordem pública (CARVALHO, 2011, p.14).

No que se refere aos incêndios que abalaram a capital do Piauí entre 1941 e 1943 é possível afirmar que tiveram consequências políticas, visto que oposição e situação se acusavam das atrocidades. Houve, ainda, consequências sociais, pois como bem afirma Tavares (2000, p.55), as famílias fugiam deixando seus pertences e algumas pessoas morreram em meio às chamas.

Para Carlos Said (2015), os incêndios que atingiam as casas de palha são vistos como um problema social insolúvel. Segundo o jornalista, a violência policial marcou as investigações e, apesar da aspereza de Evilásio Vilanova, que assumiu a chefia da polícia militar desde 20 de outubro de 1941, os mandantes nunca foram revelados. Desse modo, a culpa foi atribuída a membros de classes desfavorecidas financeiramente e até mesmo aos comunistas, grupo político que diversas vezes foi acusado durante o Governo Vargas.

De meio dia até 4h da tarde com o clima quente de agosto a dezembro metiam fogo nas casas de palha. Nunca ninguém soube se foi atentado terrorista. Lembro que a Polícia ainda prendeu duas ou quatro pessoas e ninguém conseguiu descobrir os provocadores, os mandantes do incêndio. O comandante da Polícia esse tempo era Evilásio Vilanova. Ele era bruto, autoritário, mas nem ele com aquele autoritarismo conseguiu descobrir os responsáveis. Os comunistas que foram batidos desde a intentona comunista em 1935 foram também acusados, mas até hoje ninguém provou. Prenderam um vendedor de leite dizendo que foi ele. O camarada nem sabia escrever, mal sabia colocar o nome lá no papel. Foi até torturado e sob tortura confessou ( SAID, 2015).

As limitações que a cidade possuía em termos comunicacionais fez com que as badaladas do sino da Igreja de São Benedito funcionassem como um alerta para avisar que alguma região estava sendo incendiada. Apesar da frequência com que se davam esses acontecimentos, o assunto dificilmente era abordado pela imprensa local no início do Estado Novo e quando os temas escapavam da censura eram relatados de modo muito sucinto, pois quebravam a ideia de estabilidade defendida pela ditadura Vargas. Porém, com o enfraquecimento do regime, a publicação de textos que discorriam sobre os incêndios foram mais constantes.

É pertinente ressaltar que não foram apenas os direitos de portar fósforos, de fumar em público, de morar na região desejada que foram cerceados no Piauí. O direito à informação também foi controlado, uma vez que os serviços de imprensa eram vigiados pelo DIP e, posteriormente, pelos Departamentos Estaduais de Imprensa (DEIP) instituídos por meio do Decreto-Lei 2557, de 4 de setembro de 1940.

No Piauí, a Diretoria da Imprensa Oficial foi transformada no DEIP e sob a tutela desse departamento estava a divisão de Imprensa, Propaganda e obras gráficas e a Divisão de Rádio-Difusão e obras públicas. O DEIP piauiense mantinha um representante no DIP, o que facilitava uma articulação entre os departamentos e viabilizava a troca de notícias e informes a respeito da vida piauiense, sobretudo política (Oito anos de governo: a administração de Leônidas de Castro Mello no Piauí, s/a, p.61). Com a vigilância exercida por esses departamentos, o país tinha a liberdade de imprensa censurada.

Para que se compreendam as perseguições que o jornalismo sofreu é necessário que se faça a distinção entre liberdade de imprensa e liberdade de imprimir. Segundo Lima (2010, p.1), a liberdade de imprimir refere-se à possibilidade de imprimir manifestações individuais de pensamento. Em contrapartida, a liberdade de imprensa é um conceito associado ao surgimento dos veículos de comunicação que é o direito de se expressar através de qualquer meio jornalístico, seja ele comercial ou não.

Com base nesses conceitos, compreendemos que em meio ao Estado Novo houve controle da liberdade de imprensa, no momento em que os periódicos foram impedidos de divulgar informações contrárias ao regime. No Piauí, o cerceamento incidiu até mesmo no desaparecimento de alguns veículos de comunicação. Conforme Chaves (*apud* SOUSA, 2013, p.26), entre 1939 e 1943 não foram lançados novos jornais. Acreditamos que no momento em que o DIP ou o DEIP chamavam a atenção de algum jornalista e proibiam a divulgação de determinados conteúdos nos jornais piauienses esses profissionais tinham o seu direito de liberdade de imprensa violado. Segundo Nascimento (2002), essas privações aconteceram com o jornal *Gazeta* e demonstram a vigilância exercida pelos órgãos de controle à imprensa no Piauí.

No dia 13 de junho de 1944, Antonio Lemos, diretor gerente do jornal *Gazeta*, compareceu ao DEIP a chamado do Diretor Geral [...] O diretor do DEIP encerrou o “diálogo” informando ao jornalista do *Gazeta* que o jornal deveria ficar fora de circulação. “Seja como for, o que tenho a lhe dizer, autorizado pelo Interventor, é que a *Gazeta* não poderá circular sem censura prévia que está a meu cargo” (NASCIMENTO, 2002, p. 52).

É pertinente ressaltar que a Segunda Guerra Mundial também exerceu influência na conjuntura social brasileira e, por consequência, na piauiense. Apesar do Brasil, supostamente, declarar-se como um país neutro nos primeiros anos de Segunda Guerra, Mundial, o ataque de submarinos alemães a navios mercantes brasileiros junto à costa do país em 1942, foi fator decisivo para o apoio do Brasil aos aliados. Neste momento o mundo era dividido em dois blocos: Eixo, liderado pela Alemanha, Itália e Japão e os aliados liderados pelos EUA e Inglaterra. Embora o Estado Novo tivesse sido construído autoritariamente com inspiração fascista, proveniente da Itália, o Brasil se posicionou ao lado dos aliados, contradizendo as bases do próprio modelo político vigente e permitiu até mesmo que fossem construídas bases aéreas no Nordeste brasileiro (D’ARAÚJO, 1997, p. 29).

No Piauí, até mesmo a pacata Teresina que conforme Lira (2008, p. 17), não possuía parque industrial, nem um centro ferroviário notório que pudesse motivar confrontos diretos, mostrou-se revoltada com os ataques aos navios.

O povo, apesar do regime ditatorial foi às ruas em concentrações cívicas, e exigiu guerra. Na capital piauiense os estudantes da Faculdade de Direito e os secundaristas concentraram-se nas praças Rio Branco e Pedro II, ouvindo-se inflamados discursos. (CAMILO FILHO *apud* LIRA, 2008, p. 18).

Porém, a ideia de que toda a sociedade piauiense encontrava-se voltada para a Segunda Guerra Mundial é questionável. Em entrevista ao jornalista Tony Rodrigues,

reproduzida no Jornal Meio Norte de 11 de março de 2001, um ex-combatente piauiense chamado Vicente Bezerra relata que o envolvimento com a Segunda Guerra Mundial não incluía toda a população piauiense, uma vez que segundo ele, os jovens do sexo masculino, membros da elite intelectual e financeira do período sequer chegavam a se alistar (RODRIGUES, 2001, p.4). O “lugar social” em que se encontram esses atores e as apropriações que a memória dos mesmos fazem são elementos que devem ser considerados na maneira como eles representam o período.

O termo *lugar social* que foi empregado por Michel de Certeau para compreender a operação historiográfica pode ser utilizado para entender as diferentes percepções do período por esses atores, posto que, conforme Certeau (2011, p.47), é por meio da compreensão do lugar social, seja ele político, social e cultural, que são instaurados métodos, delineados interesses e organizados documentos e questões. A partir daí entendemos as diversas nuances sobre a participação da sociedade piauiense na guerra e os resquícios de subjetividade que podem aparecer nos posicionamentos apresentados.

Ainda sobre esse conflito, segundo Lira (2008, p.22), o ritmo de vida do piauiense pouco foi alterado nesse período, pois existiam poucos imigrantes do Eixo, o que, de certo modo, dificultava a possível eclosão de embates em solo piauiense e mantinha a ordem que o Estado Novo almejava em âmbito nacional e local.

Esse momento de modificações políticas, econômicas e sociais que acompanhava o Estado Novo também se estendeu para a comunicação, campo que perpassa por essas três esferas e possui papel significativo na coletividade. Com base no caráter transformador que a comunicação possui ela produziu representações sobre o contexto em que se deu o Estado Novo, pois organizou sua forma de apreender o mundo social como categorias de percepção do real. Por meio da comunicação, foi possível perceber projetos políticos e aspectos representativos de vários setores da sociedade, uma vez que as representações não são neutras. A comunicação exercida durante o Estado Novo permite que, atualmente, em momento posterior à produção comunicacional exercida no período, torne-se possível “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16).

## **2. 4 A Comunicação em Tempos de Ditadura Vargas**

Os avanços da industrialização e a modernização impulsionada pela mesma fomentaram novos caminhos para a comunicação e à sociedade piauiense que se formou



durante a ditadura Vargas. Conforme Solon (2006, p.167), até meados da década de 1930 a capital do Piauí configurava-se como uma cidade pequena, com hábitos provincianos e que se comparada às grandes capitais do sul crescia vagarosamente. A comunicação efetiva e, sobretudo, as notícias sobre aspectos que envolviam o piauiense, segundo Carvalho (2011, p.16), eram mais divulgadas através do “boca a boca”, fator que reforçava as distorções no processo comunicacional, porém viabilizava o acesso da população menos esclarecida às informações. Essa modalidade de comunicação apesar de fazer com que a população demorasse a ter acesso às informações de um modo geral tornava-se mais eficaz e mais abrangente que o material jornalístico impresso, posto que maior parte da população do estado era analfabeta.

Em Teresina, até mesmo as badaladas dos sinos da igreja de São Benedito foram meios de comunicação eficientes. O sinal além de ser um marcador do tempo atuou como divulgador de informações do período, como a ocorrência de incêndios em casas de palha (TAVARES, 2000, p.55).

Porém, já em 1935, poucos anos antes de Vargas reafirmar poderes, a calma da provinciana Teresina começava a ser ameaçada pelas amplificadoras, que desempenhavam um papel semelhante ao exercido pelo rádio divulgando notícias, informações sobre política, Segunda Guerra Mundial e também propagandas de lojas do Centro Comercial. Era a forma encontrada para suprir a carência de rádios locais em relação a essas demandas (SOLON, 2006, p.168).

Conforme Nascimento (2006, p.5), a *Rádio Amplificadora Teresinense* é a mais antiga amplificadora comercial de Teresina e pertencia a Juarez Santana. Além dessa amplificadora, também atuavam a *Amplificadora Cultural* (ligada à Diocese de Teresina), a *Rádio Propaganda Sonora Rianil* (pertencente à loja A Rianil) e também a *Amplificadora Cidade Verde*. As amplificadoras que atuavam nesse período exerciam influências, sobretudo, no modo do teresinense se relacionar, visto que no horário de emissão das amplificadoras era comum o deslocamento da população para a Praça Rio Branco a fim de ouvir as informações que eram repassadas e escutar música (NASCIMENTO, 2006, p.5-6).

Para Carlos Said (2015), a ausência de uma rádio local durante a ditadura Vargas não trouxe muito prejuízo para a sociedade piauiense, uma vez que o sistema de amplificadoras supria as demandas do rádio e atuou até mesmo uma escola de formação de futuros profissionais para o rádio.

A falta de rádio nesse período não trouxe muitos prejuízos, pois havia o sistema de amplificadoras de som. Você instalava tudo na cabine à bateria e botava aquelas bocas amplificadas na Praça Saraiva, na Praça Rio Branco e na Praça Pedro II. Não era preciso você ligar seu rádio. Você ia para a praça e escutava a programação. As duas principais eram a Cidade Verde de um baixinho chamado Miguel e a Teresinense, que foi uma escola de locutores. Quando a Rádio Difusora foi instalada levou todo o pessoal que trabalhava na Amplificadora Teresinense [...] Eu, José Eduardo Pereira, Valdir Guimarães, Maria Guadalupe, o Sansão, que era um cômico. (SAID, 2015).

No que se refere à programação dessas amplificadoras, conforme Carlos Said (2015), durante a manhã a propaganda era destinada aos transeuntes que chegavam de outros municípios e à clientela que se dirigia aos comércios. À noite, a programação era voltada às meninas e rapazes que buscavam diversão e os primeiros namoros. Músicas, informações sociais, política e literatura eram os conteúdos que faziam parte da grade de programação, porém com o ingresso de Carlos Said nas amplificadoras Teresinense e Cidade Verde, o esporte também começou a se difundir nesse meio de comunicação.

Com relação ao momento político instaurado pelo Estado Novo, em depoimento, o jornalista Carlos Said informa que não se recorda da imposição de que amplificadoras como a *Amplificadora Teresinense* teriam a obrigação de retransmitir a *Hora do Brasil* para que os ideais da ditadura Vargas fossem publicizados. O programa, que foi criado em 1935 com o objetivo de divulgar as realizações de Vargas, passou a ter veiculação obrigatória a partir de 1938, uma vez que a ditadura Vargas buscava se fortalecer junto às massas criando uma boa imagem do Governo. Embora a obrigatoriedade da exibição desse programa não ficasse explícita, o noticiário era ouvido com atenção pelos piauienses (SAID *apud* SOLON, 2006, p. 178).

É interessante ressaltar que, ao se tomar como depoimento a fala de alguém que participou da conjuntura em que se deu o regime estadonovista, são utilizados pontos da memória do mesmo para que sejam construídas histórias. Essas histórias recebem influência não só da memória individual como também da memória coletiva que, conforme Pollak (1989), apresentam um caráter seletivo, não reflete a totalidade do acontecimento. A partir daí, compreendemos o fato de algumas informações referentes ao Estado Novo terem sido lembradas por Carlos Said em detrimento de outras questões.

[...] A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. A memória é em parte herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo impressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também

em relação à memória coletiva, ainda que esteja bem mais organizada (POLLAK, 1989, p. 4).

Enquanto, no Piauí, as amplificadoras eram meios que amenizavam a ausência das ondas hertzianas, nos anos 1930, a radiodifusão já ganhava destaque em outros lugares. Na Europa e nos EUA, segundo Alsina (2001, p.21), o rádio destacou-se como importante feito comunicativo no período entre guerras e desempenhou papel notável na difusão de informações em geral e de propagandas. Esse meio de comunicação, além de ser um encurtador de distâncias atuou com finalidade educativa formando uma massa adepta aos ideais do Governo. A maneira com que o rádio era propagado ampliava o acesso da população às informações repassadas pelo mesmo, posto que a linguagem radiofônica, como bem afirma Reis (2012, p.3), tem como objetivo apelar à audição, captar a atenção do ouvinte, seduzi-lo recorrendo aos quatro elementos expressivos da linguagem radiofônica: palavra, música, efeitos sonoros e silêncio.

No Brasil, mais, especificamente, no sul e no sudeste, o rádio já era utilizado em caráter experimental desde 1922, porém foi durante o período em que Vargas ascendeu ao poder que o mesmo recebeu notoriedade e contribuiu para a construção da imagem do então presidente como “pai dos pobres”. Apesar do número de equipamentos radiofônicos aumentar, gradativamente, existia o interesse do Governo brasileiro de que mais pessoas pudessem ter acesso a esse meio de comunicação. Como bem afirma Nascimento (2006, p. 5), em discurso proferido por Getúlio Vargas em 1º de maio de 1937, antes do golpe do Estado Novo, o Governo manifestou sua intenção em aumentar o número de estações radiofônicas no país e instalar receptores providos de alto-falantes em espaços públicos que facilitassem o acesso da população ao meio de comunicação. Porém, conforme Ortiz (2001, p.54), independente dos anseios de Vargas em construir um forte aparato radiofônico nacional existiam dificuldades com relação aos recursos materiais que impossibilitaram que a radiodifusão brasileira adquirisse o caráter de rede, visto que nem as emissoras maiores conseguiam difundir seus programas de forma totalmente integrada.

O que acontecia era que algumas emissoras mais potentes se limitavam a irradiar seus programas a partir de sua base geográfica, mas elas não se constituíam um centro integrador da diversidade nacional. Simplesmente poderiam ser captadas de acordo com o padrão da recepção em cada lugar (ORTIZ, 2001, p. 54).

Embora a radiodifusão já se destacasse na conjuntura nacional, conforme Fortes (2001, p.57), a primeira rádio piauiense, a Educadora (Parnaíba), surgiu em 1937, porém,

segundo Nascimento (2006, p. 80), a data oficial de implantação da rádio é 3 de maio de 1940. No princípio, a Educadora atuava apenas como uma retransmissora de informações sobre a Segunda Guerra Mundial, e, posteriormente, com o fortalecimento do Estado Novo a rádio tornou-se uma compartilhadora das ideias de integração nacional propostas pelo Governo (FORTES, 2001, p.58). A instalação dessa rádio se deu de maneira rudimentar e foi resultante da criatividade e empenho do rádio técnico Edvaldo Carvalho, que na época mudou-se de Fortaleza para Parnaíba, e do revendedor de rádio receptores, Alcenor Madeira, que disponibilizou um escritório em sua residência para que fossem feitos os experimentos e, posteriormente, as transmissões (NASCIMENTO, 2006, p.8).

A insatisfação de parte da sociedade piauiense com o atraso na radiofonia do estado motivou durante a ditadura Vargas a criação de uma comissão para tratar desses serviços. Em reunião no dia 4 de junho de 1940, o interventor federal, Leônidas de Castro Mello, nomeou os representantes da comissão que seria subsidiada pelo Estado e Municípios com 2/3 do capital necessário e deveria buscar um serviço de radiodifusão que atingisse todo o território nacional (NASCIMENTO, 2006, p. 6).

Apesar da grande expectativa e dos incentivos que as instâncias de Governo estadual e municipais comprometeram-se a oferecer, o projeto não foi executado e a primeira rádio instalada em Teresina foi a Rádio Difusora de Teresina implantada em 1948, portanto após o fim do Estado Novo (FORTES, 2001, p.58).

Em meio a essa conjuntura em que o rádio foi um importante instrumento de integração nacional, utilizado até mesmo por alguns interventores para explicitar suas ações, reforçar seus ideais e aproximar-se da população do estado que os mesmos governavam, observamos que o então interventor do Piauí, Leônidas Mello, não dispôs do apoio desse dispositivo para que a sua imagem fosse popularizada.

As deficiências e a implantação tardia da radiodifusão do Piauí, por sua vez, implicaram no atraso da popularização das atividades jornalísticas realizadas no estado. Como o jornalismo era praticado, principalmente, através do jornal impresso, a capacidade de ler tornava-se quase um pré-requisito para ter acesso ao conteúdo jornalístico. Por meio das atividades radiofônicas, o acesso ao conteúdo jornalístico seria ampliado no Piauí, uma vez que até os analfabetos tornar-se-iam consumidores desses produtos sem necessitar de um intermediário para realizar a leitura prévia. Para Fortes (2001), o aparecimento de outros suportes que trabalhassem o jornalismo teve papel decisivo na modificação do tipo de conteúdo produzido por ele e contribuiu para a criação de novas relações com o público.

Se com o jornal impresso constituía-se a legitimidade da prática jornalística, ainda que reduzida a um universo restrito de produtores e leitores de informação, à atividade radiofônica coube, por sua vez, consolidar a popularização do jornalismo, porque o número de pessoas que compunham o público e, conseqüentemente, as formas de acesso ao material produzido foram ampliando-se significativamente (SAID, 2001, p. 56).

O cinema também foi utilizado na consolidação do Estado Novo, porém antes desse período a cinematografia já fazia parte dos aparatos que o Governo utilizava para se promover. Segundo Sousa (*apud* CATELLI, 2007, p.17), ainda nos anos 1920, apesar da produção cinematográfica já receber influências do governo brasileiro, não existiam diretrizes sobre o que deveria ou não ser apresentado à sociedade. Com isso, o cinema divulgado no Brasil sofria interferência dos filmes hollywoodianos, que ocupavam uma posição hegemônica, divulgando assim sua produção para vários países.

Em 1930, o Governo começou a implantar medidas que ofereciam subsídios ao cinema nacional, como a diminuição das tarifas alfandegárias para a importação de filmes (CATELLI, 2007, p.8). Por meio dessa medida, o Estado começava a se fechar para a produção cinematográfica do exterior e incentivava um aumento da produção do cinema brasileiro.

De acordo com Tomain (2006, p.106), o cinema brasileiro só foi incorporado definitivamente a um programa de constituição da nacionalidade no Estado Novo. Com a criação do DIP, o controle sobre as atividades cinematográficas tornava-se maior, posto que a Divisão de Cinema e Teatro, seção que compunha o DIP, exigia a realização de censura prévia dos filmes, a realização de concursos e a produção do Cine Jornal Brasileiro. O decreto-lei nº1.949, de 30 de dezembro de 1939, que regulamentava as atividades do DIP junto à imprensa, cinema, teatro, radiofonia e outros, fazia exigências ao cinema nacional como, a exibição dos filmes só seria permitida, caso os cinemas tivessem um certificado de exibição produzido pelo DIP, filmes que afetassem a política vigente seriam censurados e os cinemas seriam obrigados a exibir anualmente no mínimo um filme nacional de entrecho e de longa metragem.

Assim como o cinema alemão; que apelava para as emoções, provocava alusões, buscava influenciar o imaginário simbólico coletivo e divulgava a boa imagem de Hitler (TOMAIN, 2006, p.101), o cinema produzido no Brasil também se utilizou desses artifícios e, com o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), promoveu uma imagem

positiva de Getúlio Vargas, por meio de enquadramentos e montagens que o apresentavam em atividades corriqueiras.

Getúlio gostava de jogar golfe no sítio do seu amigo Argemiro Machado na estrada de Itaipava para Teresópolis. Estava longe de ser um campeão e suas bolas não queriam nada com o buraquinho. Dei instruções a Ramon Garcia, câmara-man, destacado sempre para glorificar o homem, que pedisse a um bom jogador para fazer umas espetaculares jogadas e filmasse Getúlio dando porretadas na bola. Fizemos uma montagem perfeita e o povo que tinha certa simpatia pelo baixinho risonho, bateu palmas no metro do passeio. (PONGETTI *apud* TOMAIN, 2006, p. 136)

No Piauí, durante o Estado Novo, apesar de existirem cinemas como o Cine Réx (1941) e o Cine São Luiz (1941), as primeiras produções cinematográficas piauienses, conforme Rocha (2011, p.14), só obtiveram destaque em 1962. Desse modo, compreendemos que este aparato comunicacional não foi utilizado, diretamente, pelo interventor Leônidas Mello para promover sua imagem junto aos piauienses. No entanto, a inauguração de cinemas no Piauí enquanto se deu o Estado Novo não pode ser considerada de maneira isolada da conjuntura que se instalava no Brasil, pois se tratava de um período em que a cinematografia ficava sob a tutela do DIP e o Estado exercia fortes intervenções na sociedade de então. Posto isso, a permissão do Estado para a abertura de cinemas nesse período autoritário deve ser encarada até mesmo como uma forma que os governantes encontravam para entreter e estimular o consumo na população piauiense, no momento em que se sofria vários cerceamentos. Para Fortes (2001, p.41), o cinema foi, parcialmente, um substituto do folhetim do século XVIII, literatura que entreteu a população do período, e estimulou também o consumo, pois por meio dele boa parte da população teve acesso a produtos culturais que até então não faziam parte de suas experiências.

Em matéria publicada no jornal *Gazeta* do dia 24 de julho de 1939, o jornal discorre sobre as obras de construção do Cine-Teatro Réx. Percebemos, assim, a ideia de diversão que os redatores do jornal pretendiam associar à casa.

De uma visita que fizemos ao futuro centro de diversões, vimos que as respectivas obras avançam, febrilmente, sob o desejo que tem os proprietários de que o prédio seja inaugurado em outubro próximo. E admiramos, à proporção que o Sr Deoclécio Brito, gentilmente, nos ia orientando todos aqueles vultosos e sugestivos trabalhos que tem sido feitos por ali. (GAZETA, 24 de julho de 1939, p. 1)

Apesar de não terem sido encontrados nesta pesquisa vestígios que mostrem interferências diretas do interventor Leônidas Mello nas atividades cinematográficas do Piauí,

a abertura de cinemas nesse período em que o Estado ocupava papel bastante centralizador, podendo até mesmo impedir a abertura desses estabelecimentos, deixa implícito que havia interesse do Governo em dispor dessas casas no estado, visto que elas poderiam desviar a atenção da sociedade das mudanças políticas, econômicas e sociais pelas quais o Brasil passava.

No que se refere à música, Carmen Miranda foi um dos destaques do Estado Novo, em âmbito nacional, e sua imagem apresentava-se como uma metonímia<sup>7</sup> do Brasil, pois, conforme Mendonça (1999, p. 12), a cantora foi considerada o cartão de visita do país e tornou-se um dos artifícios da política de identificação e unificação nacional. Ao partir para os Estados Unidos, em 1939, momento impulsionado pela Política de Boa Vizinhança<sup>8</sup>, a cantora levou consigo não só a responsabilidade de representar o Brasil, mas a América Latina como um todo (MENDONÇA, 1999, p. 13). Assim, esses países realizavam trocas simbólicas e o Brasil, além de apresentar elementos da sua cultura, tendia também a incorporar elementos da cultura americana que influenciavam nas letras e nos arranjos musicais.

Porém, não se pode considerar que a música brasileira se portou de modo, totalmente, aberto a trocas com o exterior, uma vez que, o objetivo dessa manifestação durante o Estado Novo era construir ídolos, gerar uma sensação de pertencimento e agregar à musicalidade aspectos que integrassem as diversas porções do território brasileiro.

O estado do Piauí também foi marcado pela musicalidade nos tempos de ditadura Vargas. Essa atividade, segundo Solón (2006, p.173), foi estimulada pelas amplificadoras. Esses meios de comunicação exerciam influências na vida cultural da cidade. Por meio delas, realizavam-se shows de calouros, o que, de certo modo, estimulava o interesse pela música produzida no estado. As praças do estado foram espaços de sociabilidade e eram nesses ambientes que se reuniam grupos. Conforme Nascimento (2006, p. 5), era comum a população se encontrar nesses locais para escutar músicas tanto de fora do estado quanto locais.

No que concerne aos jornais, esses além de serem importantes fontes de comunicação durante o Estado autoritário de 1937, podem ser considerados lugares de uma certa memória. Para Nora (1993, p.12-13), os lugares de memória são restos e nascem e vivem do sentimento

---

<sup>7</sup> Figura de linguagem que substitui o todo pela parte

<sup>8</sup> Implantada durante os governos de Franklin Delano Roosevelt nos EUA ( 1933-1945) a chamada política de boa vizinhança tornou-se uma estratégia do Governo para se relacionar com a América latina, cuja principal característica foi o abandono da prática intervencionista que fez parte das relações desse país com a América Latina desde o final do século XIX (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

de que não existe memória espontânea, pois dentro da sociedade é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres e notariar atas, processos que não se dão de forma natural, tendo em vista o caráter seletivo da memória. Apesar de Nora (1993) não ter se reportado ao jornalismo ao estudar os lugares de memória, conforme Rêgo (2012, p.14), o jornalismo atua como um lugar de memória, visto que guarda a memória do cotidiano em seu presente. Embora a atividade jornalística seja situada no passado e fale sobre um determinado presente do passado, segundo essa autora o jornalismo se coloca como o lugar de uma certa memória intermediada pelos modos de fazer do campo.

Ainda que não seja missão do jornalismo se apresentar como um lugar de memória, no momento em que ele noticia uma série de acontecimentos passa a compor o imaginário coletivo e pode ser remetido quando alguém quiser rememorar algum fato ou até mesmo ser usado para reforçar o esquecimento. Por isso, consideramos que os jornais impressos produzidos no Estado Novo são lugares de memória e de silenciamento do regime, pois por meio deles é possível obter informações sobre a conjuntura que se instalou no Brasil, o perfil da sociedade da época e o que era pertinente noticiar naquele período.

Para permanecerem funcionando, veículos como *O Estado de São Paulo*, *A Noite*, *O Dia* e os Diários Associados de Chateaubriand cederam às exigências do Estado Novo, veiculando a propaganda oficial e evitando a divulgação de temas que pudessem afetar o pleno funcionamento do regime (SOUSA, 2013, p.7).

Temendo o fechamento ou silenciamento de seus veículos, empresários, como Assis Chateaubriand, declararam simpatia às convicções do regime. O *Diário da Noite de São Paulo*, jornal de propriedade de Chateaubriand, entregou uma coluna à Comissão de Doutrina e Divulgação do Departamento Nacional de Propaganda (que depois virou DIP). Fernando Moraes (1994) reforça essa proximidade de Chatô, como Assis Chateaubriand era chamado, com os ideais varguistas, quando apresenta um diálogo entre o proprietário dos Diários Associados e o jornalista Dario Magalhães, em que Chateaubriand relata os motivos que o levaram a aderir ao Estado Novo. “Os homens públicos passam seu Dario, mas os jornais são permanentes. Nós vamos ter que atravessar esse túnel juntos. Vamos ter que apoiar o Estado Novo para que nossos jornais possam sobreviver” (MORAIS, 1994, p. 376). Por meio dessa citação, percebemos o alinhamento dos jornais pertencentes a Chateaubriand com a política Vargas. Esta aproximação foi favorável para que os veículos, dos quais ele era proprietário, pudessem circular durante esse período autoritário.



Porém, a relação entre Vargas e Assis Chateaubriand não foi apenas de cerceamento e tensão. Entre eles, houve negociação de poderes, visto que tanto a imprensa quanto o Estado ocupavam papéis notórios naquela conjuntura. Apesar da posição centralizadora que o Estado ocupou no período, Chateaubriand era proprietário de vários veículos que atuavam nesse período e não seria benéfico ao Governo tê-lo como opositor. Como exemplo de situação em que Getúlio Vargas e Chateaubriand, firmaram pactos e negociaram tem-se a criação de decretos para que o jornalista obtivesse a guarda da filha Teresa, proveniente de uma relação extraconjugal. Como a legislação vigente no período não concedia a Chateaubriand o direito de reconhecer a filha, após batalhas judiciais, ele buscou o apoio de Vargas que, embora manifestasse resistência em alterar a constituição, através do Decreto-Lei nº 4737, de 24 de setembro de 1942 e do Decreto-lei nº 5213, de 21 de janeiro de 1943 (conhecido como Lei Teresoca), beneficiou Chateaubriand na disputa pela guarda da filha.

Se na esfera nacional, o jornal impresso começou a disputar espaço com revistas e, posteriormente, com o rádio. No Piauí, em meio ao Estado Novo, ele se constituiu como um legitimador da prática jornalística e alguns periódicos comportaram-se como aliados do Estado.

Segundo Said (2015), a comunicação em si era difícil no Piauí durante o Estado Novo. Os jornais de fora, mais especificamente do Rio de Janeiro, chegavam ao Piauí com muito atraso. Notícias de assuntos como a Segunda Guerra Mundial quando chegavam nos jornais o acontecimento já era obsoleto. As dificuldades com relação ao serviço ferroviário acentuavam esse atraso. Os jornais eram enviados para São Luís em aviões e de lá prosseguiam para o Piauí. Porém, a ferrovia que deveria ligar Teresina ao Maranhão, segundo Nascimento (2002, p.185), só percorria até a cidade de Flores (atual Timon) e apenas em 1939, com a inauguração da Ponte João Luís Ferreira, as cidades foram ligadas pelo sistema ferroviário. Apesar dessa facilidade, conforme Said (2015), apenas pessoas influentes da sociedade acessavam, diretamente, a esse conteúdo.

Naquele período os jornais de fora, do Rio de Janeiro chegavam com atraso. Vinham na Navegação Aérea brasileira (NAB) ou pela Cruzeiro do Sul. Eu era garoto e os jornais vinham de São Luís, porque aqui não havia porto e a ferrovia não ligava o Maranhão ao Piauí. Os jornais chegavam com atraso e só eram lidos por pessoas influentes da sociedade. O povo não tinha acesso a jornais. O prefeito, o governador, o presidente do Tribunal de Justiça. O povo não tinha acesso a jornais. Eu ia na casa do Governador, que era meu padrinho ou na casa do presidente do Tribunal de Justiça que era meu vizinho e lá mesmo eu tinha que ler o jornal. Não podia nem levar para casa. (SAID, 2015).

Essa limitação quanto ao público que tinha acesso aos jornais fazia com que algumas informações sobre a conjuntura nacional ficassem restritas a grupos específicos da cidade. A população menos favorecida, grande maioria analfabeta, só se informava de certos acontecimentos através da oralidade, fator que poderia agravar até mesmo as distorções do acontecimento.

A dificuldade na obtenção de notícias através de jornais, no Piauí, não se estendia apenas ao conteúdo nacional. Como bem afirma Pinheiro Filho (1997, p.199), as atividades da imprensa no Piauí durante o Estado Novo foram restritas a assuntos rotineiros e escassos. A censura fazia os periódicos desaparecerem. O interesse em calar assuntos que atacassem o regime e o racionamento de papéis foram fatores que influenciaram a baixa circulação de periódicos. No Piauí, até meados da década de 1950, ainda não haviam sido consolidados veículos jornalísticos de grande porte. Sendo assim, a produção jornalística do Estado, em sua maioria era efêmera, os jornais tinham pouco período de duração, pois não encontravam muitos suportes financeiros para se difundirem.

A pouca quantidade de jornais circulando no estado também poderia ser associada ao maquinário utilizado no período que fazia com que a produção dos jornais fosse um trabalho artesanal e que pouco permitia uma circulação diária. Said (2015) descreve o processo que realizava no Jornal do Piauí, onde o jornalista começou a trabalhar em 1943, ainda menor de idade.

O maquinário era do tipo tipografia. Primeiro, porque não havia energia elétrica. Para preparar o jornal era tudo a mão era no artesanato. Tinha as caixas com as letras em minúsculo, maiúsculo, itálico, negrito. Depois que veio a linotipo, mas era difícil. Tudo era feito a mão, batendo com o martelo de borracha e botava uma folha branca. Depois iríamos fazer as correções. Era um processo demorado. Razão porque deveria sair uma ou duas vezes por semana. (SAID, 2015)

Nessa conjuntura, segundo Pinheiro Filho (1997, p.234), muitas publicações pertenciam a órgãos como a Academia Piauiense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, grêmios literários e outros, no entanto eram jornais efêmeros e conforme Said (2015), comercializados a baixo custo.

Com base nisso, é importante pontuar que a efemeridade de algumas das publicações da época pode não se referir apenas a fatores econômicos. Perseguições realizadas pelo Governo poderiam também fazer com que muitos jornais declinassem ou fossem suplantados antes mesmo da circulação.

Apesar dos jornais impressos serem os meios de comunicação de massa com maior visibilidade, no Piauí, durante o Estado Novo, esses periódicos relatavam dificuldades com relação à veiculação de seus exemplares. Consideramos que a autorreferenciação foi um recurso comum nesses periódicos para apresentar alguns constrangimentos da atividade jornalística no estado e dar visibilidade a persistência dos impressos. Conforme Lopes (2007, p. 128), a autorreferenciação não se constitui como um movimento exclusivamente interno de qualquer grupo, pois ao se falar do que acontece internamente os sujeitos expõem aos outros aquilo que consideram pertinente ser mostrado. Para essa autora, o processo de autorreferenciação é o lugar em que o sujeito constrói sua imagem e representações, reforça valores e organiza sua memória fomentando a lembrança ou o esquecimento. Desse modo, superando as limitações impostas pela censura à imprensa piauiense, jornais como o *Gazeta*, no ano de 1938, reportaram-se a aspectos negativos que o mesmo queria tornar público sobre o jornalismo impresso piauiense e contribuíram para a formação de uma memória que enfatizou os esforços de jornalistas e proprietários para manterem os veículos funcionando .

Em verdade, fazer jornal, durante um prazo tão longo sem nenhum outro elemento além do parco auxílio do público e do esforço de quem tem sobre os ombros semelhante empresa- não é- digamos com maior convicção- coisa que possa se passar anonimamente [...] Nesses 27 anos que se ecoaram tivemos lições magníficas : sentimos o travo do procedimento incorreto dos que buscamos e nos enganaram prejudicando-nos , e deliciamo-nos, com o apoio sincero e dedicado dos que sabem valorizar o esforço alheio. (GAZETA, 22de setembro de 1938, p. 1)

Em meio a uma conjuntura na qual os governantes buscavam repassar para a população que a consolidação do Estado Novo seria um aspecto necessário para o progresso do Brasil. Os jornais piauienses também desejavam informar a população que o progresso só seria pleno se os periódicos locais dispusessem de amparo suficiente para manter a circulação de suas ideias.

Um dos maiores empenhos da sociedade, nos dias que correm, é o encurtamento das distâncias, porque a intensidade da vida não permite que a comunicação entre os povos sofra delongas [...] Em São Raimundo Nonato, se leem jornais do Rio seis a oito dias depois da sua publicação, o que demonstra o desinteresse com que são recebidos os jornais em nossa capital, que em tais condições somente por muita gentileza poderão lograr assinaturas naquele meio. ( GAZETA, 25 de novembro de 1938, p. 1)

O cenário político, econômico e social que cercou o Brasil durante a ditadura Vargas, teve forte influência na comunicação no Brasil e, sobretudo, no Piauí. Trabalhar o jornalismo de forma distanciada dessa conjuntura seria renunciar a aspectos da dimensão externa que incidem sobre a atividade jornalística. Desse modo, com o intuito de compreendermos de

forma mais ampliada o *lugar social* do jornalismo sobre o qual esse estudo se posiciona, no próximo capítulo buscaremos ressaltar aspectos do jornalismo que estavam em vigor naquele período, bem como sua relação com a censura.

### 3 O JORNALISMO BRASILEIRO DURANTE O ESTADO NOVO

#### 3.1 O Século XX e as Mudanças no Jornalismo

O século XX, em que se situa esta pesquisa, foi marcado por um constante processo de modernização e industrialização. Porém, é necessário que se proponha uma reflexão acerca do termo modernização considerando os aspectos que compõem a conjuntura brasileira. Conforme Ortiz (2001, p. 32), o conceito de moderno foi apresentado no Brasil como algo associado à ideia de progresso e de civilização. Para as elites do referido século, o moderno traria reconhecimento ao país e ofereceria um novo retrato ao Brasil condizente com os valores europeus. Ainda conforme o autor, a noção de modernidade é empregada no Brasil de modo irregular, uma vez que o modernismo<sup>9</sup> ocorreu no Brasil sem modernização. Segundo Berman (*apud* ORTIZ, 2001, p. 34), o modernismo adquiriu características diferentes em países subdesenvolvidos e é construído “sobre a fantasia e sonhos de modernidade”, que para Ortiz (2001) ajudariam a compor uma identidade nacional que tinha a industrialização como ponto necessário para se concretizar a nacionalidade brasileira, pois, a partir da capacidade industrial, o Brasil conseguiria produzir seus próprios bens simbólicos e diminuiria a dependência em relação aos produtos importados.

A necessidade de superar o desenvolvimento estimula uma dualidade da razão que privilegia o pólo modernização. Não tenho dúvidas de que historicamente essa forma de equacionar os problemas desempenhou no passado um papel progressista; a luta pela construção nacional pode se contrapor às forças oligárquicas e conservadoras e ao imperialismo internacional. Pagou-se, porém, um preço: o de termos mergulhados numa visão acrítica do mundo moderno. (ORTIZ, 2001, p.36)

Essas práticas de modernização e industrialização também incidiram sobre o campo jornalístico. Como bem afirmam Camponez e Silveirinha (2012), os avanços tecnológicos estimularam a formação de jornalistas dotados de novos saberes, racionalidades próprias que reforçaram novas formas de organização e produção de conteúdo jornalístico.

Conforme Bahia (1964), que dividiu o jornalismo brasileiro praticado no século XIX e no XX em três fases<sup>10</sup>, a atividade praticada a partir de 1930 a 1964 compõe a terceira

---

<sup>9</sup> Entende-se por Modernismo o movimento cultural que incindiou na sociedade brasileira na primeira metade do século XX e que se desencadeou, sobretudo, no campo da literatura e das artes plásticas.

<sup>10</sup> A primeira fase do jornalismo, chamada de fase inicial, abrange desde a produção do primeiro jornal brasileiro, em 1808 até 1880. Já a segunda fase, tida pelo autor como a fase da consolidação, compreende entre 1880 até as décadas de 1920 e 1930.

geração, a fase moderna da imprensa brasileira. Essa fase teve como fator marcante a Revolução de 1930, na qual a política socioeconômica do país foi questionada e o poder passou a ser exercido por grupos políticos liderados por Vargas.

As mudanças não se estenderam somente ao âmbito político. Durante a década de 1930, a modernização do parque gráfico brasileiro com a importação de equipamentos mais tecnológicos facilitou a produção de jornais, revistas e livros, favorecendo também a atividade jornalística no país. Apesar da dependência em relação ao Estado, alguns veículos jornalísticos buscaram outros meios para a obtenção de lucros, como a venda de espaços publicitários e de exemplares avulsos. Porém, essas novas fontes de lucro não garantiram a independência dos periódicos, visto que o Estado ainda controlava a cota de papel, a concessão de empréstimos aos donos de jornais, determinava o perdão das dívidas previdenciárias, a isenção fiscal e outros (MELO, 2006, p.84-85). Desse modo, percebemos a necessidade dos proprietários de veículos jornalísticos manterem uma relação de proximidade em relação ao Governo, pois o mesmo incidia com veemência na produção e até mesmo na modernização do jornalismo praticado no período.

Deve-se ressaltar que não foram somente os veículos jornalísticos que modernizaram seus equipamentos gráficos. O Estado também buscou adquirir novos instrumentos gráficos com o intuito de oferecer mais qualidade aos produtos que faziam a propaganda do Governo e divulgavam suas ações na esfera política, econômica e cultural. No Piauí, mais especificamente no final de 1939, o interventor Leônidas Mello adquiriu novas máquinas para a Imprensa Oficial do Estado no intuito de auxiliar os órgãos do Governo a desenvolver um trabalho em maior quantidade e com melhor qualidade gráfica. Dentre os equipamentos citados, foram adquiridos: 1 máquina impressora *Rotaplan Duplex*, que possuía capacidade para imprimir 3000 exemplares por hora; 2 máquinas impressoras *Minerva*; 1 máquina perfuradora *Rosbax*; máquina para grampear e outros elementos (OITO ANOS DE GOVERNO, 1943, p. 59-60).

Acompanhando as modificações que se estendem na conjuntura, as produções jornalísticas começaram a apresentar novas configurações que se distanciavam do modelo francês de jornalismo, que possuía semelhanças com a escrita literária e tinha a predominância do gênero opinativo. Posto isso, buscou-se a inserção de um jornalismo mais informativo, que seguia a rígidos padrões técnicos, visava à objetividade e já era praticado nos Estados Unidos (RIBEIRO, 1994, p.30). Levando em consideração o momento político e institucional que o Brasil viveu de 1937 a 1945, esse estilo de produção jornalística

favoreceria o regime implantado no Brasil, uma vez que o novo modelo evitaria a incitação de críticas ao período de cerceamento que o país enfrentou e traria textos mais isentos e objetivos. Porém, conforme Ana Paula Goulart Ribeiro (2003, p. 1), que estudou o jornalismo praticado no Rio de Janeiro em parte do século XX, apesar dessa tentativa de afastar o jornalismo do gênero opinativo, a opinião ainda aparecia de modo incisivo nos jornais.

Até a década de 1940, a maioria dos diários era, essencialmente, um instrumento político. Pequenos em termos de tiragem e de recursos econômicos. Os jornais eram acima de tudo porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam em parte ou na totalidade. A imprensa era ainda essencialmente de opinião e a linguagem da maioria dos jornais era em geral agressiva e virulenta, marcada pela paixão dos debates e das polêmicas. (RIBEIRO, 2003, p.1)

É pertinente ressaltar que, no Brasil, além do processo de modernização da imprensa e do uso de novos métodos de jornalismo, também foi peculiar ao século XX a organização das entidades de classe, a criação dos sindicatos dos jornalistas e a tentativa de criação de um curso de bacharelado em jornalismo. Essas ações fomentaram uma profissionalização do jornalista e um reconhecimento entre as demais áreas (CARDOSO, 2015, p. 79). Enquanto isso, na Europa e nos Estados Unidos, o aparecimento de meios de comunicação como o rádio estimulavam os estudos sobre a influência da propaganda e, por sua vez, viabilizaram a consolidação dos estudos de comunicação como uma disciplina. Conforme Alsina (2001, p. 21), em 1948, com os modelos de Lasswell<sup>11</sup> e de Shannon<sup>12</sup> o campo de estudo e a disciplina de comunicação foram firmados.

Nessa conjuntura em que se buscou compreender o processo comunicativo, o jornalismo foi questionado, no Brasil. Segundo Hime (2005, p 2), as contestações que envolviam a formação e a profissionalização de jornalistas foram discussões que marcaram a Era Vargas. A imprensa começou a se conscientizar de sua força política e promoveu a criação de várias associações e entidades de classe que realizaram congressos e seminários com o intuito de chamar a atenção dos jornalistas para a necessidade da formação e do reconhecimento profissional diante do mercado.

---

<sup>11</sup> O modelo de Lasswell, conforme Wolf (2001, p.10), determinava que uma forma adequada para descrever um ato de comunicação era responder as seguintes perguntas: quem, diz o quê, através de que canal, com que efeito? Para esse autor, o referido modelo contribuiu com pesquisa em comunicação voltando-se para análise dos efeitos e do conteúdo.

<sup>12</sup> O modelo de Shannon contribuiu com os estudos da Teoria da Informação. Com a colaboração de Warren Weaver, foram aprofundados os estudos cuja questão central era melhorar a velocidade da transmissão de mensagens, diminuir distorções e aumentar o rendimento na transmissão de informações.

Dentre as manifestações que visavam oferecer melhores condições aos jornalistas e ao jornalismo praticado no Brasil, destaca-se o Primeiro Congresso da Imprensa de São Paulo, em 1933, no qual se discutiu temas como a formação da Associação Paulista de Imprensa (API), a criação de cursos e de escolas de jornalismo e melhores remunerações. Também nesse período, em 31 de janeiro de 1934, deu-se a implantação da Associação Piauiense de Imprensa (API), que, conforme Tito Filho (*apud* CARDOSO, 2015, p. 82), propôs-se a profissionalizar o jornalismo, regulamentar a carreira no estado e defender os direitos da classe. No que se refere à sessão inaugural da API, como bem afirma Pinheiro Filho (1997, p.165), foram discutidas e aprovadas três teses que propunham discussões a respeito de temas que envolviam a imprensa piauiense. A tese “Criação e Desenvolvimento da Imprensa no Piauí”, elaborada pelo pesquisador Joel Oliveira, discutia a respeito das origens da imprensa piauiense e trazia dados relevantes, como a data do aparecimento do primeiro número de *O Piauiense*, tido como o primeiro periódico publicado no estado (PINHEIRO FILHO, 1997, p.25). Nesse mesmo evento, aprovou-se a tese “Influência da Imprensa no Meio Piauiense”, preparada por Higino Cunha, que trouxe “feição moral, compreendendo o histórico das campanhas jornalísticas no Estado” (TITO FILHO, 1988), e, por fim, Cláudio Pacheco, então presidente de API, discorrendo sobre a tese “Liberdade de Imprensa”, que segundo A.Tito Filho atuava “compreendendo censura e ética jornalística” (TITO FILHO, 1988).

Observamos por meio das teses apresentadas que existia uma preocupação com a história do jornalismo piauiense e com as privações que a atividade jornalística sofria por parte da censura que foi marcante em alguns momentos da conjuntura nacional e já começava a se infiltrar, paulatinamente, no Governo Vargas.

É pertinente ressaltar que nesse período em que cada estado buscava reunir os jornalistas em uma associação, já vigorava, desde 7 de abril de 1908, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). No período em que se deu o estado autoritário de 1937, a associação era presidida por Herbert Moses que permaneceu à frente da mesma de 1931 a 1964, tornando-se assim o seu mais duradouro presidente. Apesar de o Estado Novo ser caracterizado como um momento em que a imprensa foi cerceada, segundo Ribeiro (2007, p.311), essa associação, que se propôs a ser uma defensora dos direitos dos trabalhadores da imprensa e da liberdade de imprensa, mantinha uma relação de cordialidade junto ao Governo, motivo que a levou a ser criticada por profissionais do meio. Porém para o então presidente da ABI, a proximidade era necessária, visto que traria recursos para a melhoria da sede da entidade.



As relações entre Getúlio Vargas e a ABI já estavam em processo de consolidação desde o início da Era Vargas. Esse fator aponta que o governante buscava meios de aproximar-se dos jornalistas e de estabelecer vínculos com as entidades que, regularmente, deveriam atuar em defesa da classe. Como bem afirma Luna (2007, p.29), os vínculos entre a ABI e Vargas estabeleciam-se, de modo formal, desde 1931.

Vargas visitou a ABI pela primeira vez em 1931, para participar de um almoço com jornalistas, que o proclamaram presidente de honra da instituição. Em 1934, assinou decreto fornecendo meios para a sede própria da construção da ABI. Em 1936, visitou novamente a entidade e foi declarado sócio benemérito pela Assembleia Geral. No ano de 1938, voltou, novamente, à ABI percorrendo as instalações ainda em obras. Retornou à entidade em 1942, às vésperas de sua inauguração. Em 1944, esteve novamente na ABI na inauguração do busto de Pedro Ernesto. (LUNA, 2007, p. 29-30)

Por meio dessa aproximação entre Getúlio Vargas e a ABI, percebemos que o Governo começava a traçar sua hegemonia perante e por meio da imprensa, uma vez que a constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo e depende de articulações. Como bem afirma Gramsci (2002, p.17), a hegemonia deve ser constituída por meio de uma classe que ocupa posição central na constituição de um bloco histórico proporcionando a articulação e a coesão de diferentes grupos sociais em função da criação de uma vontade coletiva. No que concerne ao Estado Novo, pontuamos que o Governo buscou uma proximidade em relação à ABI com o intuito de que a associação o ajudasse na difusão e aceitação de suas vontades perante à imprensa, seus representantes e até mesmo junto ao público para o qual esses veículos jornalísticos produziam.

Ainda que a censura tenha se instalado, paulatinamente, durante a Era Vargas, o jornalismo ocupou uma posição de destaque durante o período e em alguns momentos o Governo teve que ceder às suas exigências em troca de apoio político e de fortalecimento da sua imagem diante da população. Para tanto, há que se considerar que essas negociações entre o jornalismo e o Estado demonstram que a relação entre esses dois segmentos não foi somente de coerção. Retomando Gramsci (2002, p.65) e o conceito de hegemonia, compreendemos que a consolidação de uma hegemonia depende não só de aspectos que envolvam a coerção, pois é necessário que haja também consentimento social às convicções que são postas. Posto isso, entendemos que ao estabelecer negociações com o jornalismo, o Estado buscava o consentimento social desse grupo e obtinha apoio para as influências e orientações que desejava divulgar.

Um desses momentos foi a tentativa de criar um curso superior em jornalismo no país, iniciativa que já era exigida pelos jornalistas e seus órgãos de representação. Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas, por meio do decreto-lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943, determinou que fosse criado o primeiro curso superior em jornalismo. Segundo o decreto, o curso tinha por finalidade repassar conhecimentos que habilitassem para a profissão de jornalista. As aulas seriam ministradas pela Faculdade Nacional de Filosofia, com a cooperação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e dos sindicatos representativos das categorias de empregados e empregadores das empresas jornalísticas. No entanto, apesar das exigências do decreto, o regime estadonovista terminou sem que o referido curso fosse implantado.

Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro (2003, p.6), o primeiro curso superior em jornalismo, no Brasil, só entrou em vigor em 1947, por intermédio do decreto-lei nº 22.245, de 6 de dezembro de 1946. O curso foi ministrado na Fundação Casper Líbero, em São Paulo, e, além das disciplinas de técnicas de jornalismo, constavam na matriz curricular as matérias de português, francês, história, ética, economia, política, administração e outras.

### **3.2 Censura e Intervenção: Braços Fortes sobre o Jornalismo Praticado durante o Estado Novo**

Com relação ao jornalismo praticado durante o Estado Novo, voltamos ao entendimento de que suas produções carregam reflexos das intervenções de órgãos de censura que foram instalados durante o período. Posto isso, fizemos uma contextualização sobre o jornalismo praticado nesse período buscando entender como essa atividade se comportou, tendo em vista fatores como a vigilância do DIP e dos DEIPs.

Como bem afirma Capelato (1999, p.172), a criação do DIP está aliada à ampliação da capacidade de intervenção do Estado nos meios de comunicação e de cultura. Embora desde 1931, já existissem órgãos de censura que interferiam nos meios de comunicação e, sobretudo, no jornalismo, o Governo visava atingí-los com maior vigor e cada vez mais investia em órgãos que se especializavam na censura e que tinham como responsabilidade formar a opinião pública a respeito das diretrizes doutrinárias do regime.

Vinculado à presidência da república, o DIP, como já informado, desde sua criação foi segmentado em seis instâncias: a Divisão de Divulgação, a Divisão de Rádio-Difusão, a Divisão de Cinema e Teatro, a Divisão de Turismo, a Divisão de Imprensa e de Serviços auxiliares que englobavam comunicações, contabilidade e tesouraria material, filmoteca,

discoteca e biblioteca. Essas subdivisões demonstram que o Governo procurou atingir a sociedade por meio das atividades que mais exerciam influências em seu imaginário simbólico coletivo, como o cinema, o teatro, a radiodifusão, a música e a imprensa.

No que se refere aos trabalhos desempenhados pela divisão de imprensa, a partir de 1940, segundo Capelato (1999, p. 173), 420 jornais e 346 revistas não conseguiram o registro de funcionamento que era emitido pelo DIP e muitos dos que insistiram em se comportar de maneira divergente aos anseios do Estado tiveram sua licença cassada. Além do controle sobre o registro de funcionamento, o DIP interferiu também nas produções jornalísticas através de telefonemas que exigiam a queda de pautas ou de textos prontos e por meio da presença de censores nas redações.

[...] Diariamente a gente recebia, lá pelas nove e meia dez horas, um telefonema com aquela vozinha: Silveira, olha aqui, está falando fulano (geralmente dava só o primeiro nome), não pode sair aquilo, evite comentários... Eram as coisas mais desagradáveis. Era a briga do Beijo Vargas que se embriagava no Cassino da Urca, dava um bofetão em alguém e a vozinha: nenhum comentário sobre a briga do beijo, heim. (SILVEIRA *apud* FOLHA DE SÃO PAULO, 9 de janeiro de 1979)

Com o intuito de dar suporte à censura empregada pela Divisão de Imprensa do DIP e punir os jornalistas e veículos de jornalismo acusados de transgredir o regime, foi criado o Conselho Nacional de Imprensa (CNI). O conselho funcionava como um tribunal e foi criado por meio do decreto-lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939. Conforme o decreto, o conselho seria formado por seis membros, sendo que três deles seriam nomeados pelo presidente da república, o que, de certo modo, comprometia a lisura dos julgamentos, uma vez que Getúlio Vargas não nomearia membros que fossem contrários a seus interesses. Os demais seriam escolhidos por outros critérios técnicos. Para o conselho, poderiam ser indicados jornalistas renomados e delegados eleitos em assembleias promovidas pela ABI, Sindicato de Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro. O próprio decreto, por meio dos artigos 10 e 11, deixava explícito que a não publicação dos textos que o Estado determinava e a divulgação de notícias que desacreditassem o poder público e as classes armadas seriam passíveis de punição e seriam levadas ao conselho.

No que concerne aos membros do conselho, em entrevista para a Folha de S. Paulo, o jornalista Joel Silveira ressalta que o conselho se reunia uma vez por semana e era composto por grandes empresários do ramo jornalístico, como Assis Chateaubriand e Roberto Marinho (SILVEIRA *apud* FOLHA DE S.PAULO, 9 de janeiro de 1979).

Para Sousa (2013, p. 22), as medidas de intervenção na imprensa executadas pelo DIP foram uma tentativa de manipular a memória coletiva, visto que por meio dessas interferências governamentais passava-se uma imagem do país condizente com os anseios do Governo. Era benéfico ao Estado o apoio dos veículos jornalísticos, pois eles poderiam contribuir para que fosse repercutida uma imagem positiva do movimento varguista. Como já foi citado, o jornalismo dispõe de espaço privilegiado e atua como um lugar de certa memória, embora não seja essa a sua função. Ao controlá-lo, o Estado se posicionava de maneira mais próxima à sociedade e interferia até mesmo em sua memória coletiva. Conforme Le Goff, é um espaço consolidado através de disputas de poderes.

(...) a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 422)

Para exercer suas atividades junto aos periódicos, é interessante pontuarmos que a Divisão de Imprensa do DIP, visando desenvolver um trabalho mais apurado, utilizou-se de estruturas semelhantes à de uma empresa jornalística para preparar o conteúdo que seria enviado aos veículos e até mesmo para compreender um pouco da rotina jornalística, visto que muitos profissionais da imprensa também trabalharam como censores e como produtores de conteúdo do Governo para os meios jornalísticos. Além dos textos, a fotografia foi um recurso bastante utilizado pelo DIP para promover o Governo Vargas nas publicações que circulavam na época. Segundo Amaral (2002, p.4), a recomendação do DIP era de que sempre fossem enviadas para a imprensa fotografias de Vargas sorrindo, estabelecendo relações de amizade e despertando bons sentimentos. No entanto, para que as fotos atingissem esses objetivos, necessitava-se de profissionais que compreendessem os diversos sentidos que permeiam a fotografia e também tivessem o domínio das técnicas.

Se por um lado o Estado Novo cerceou direitos dos profissionais de imprensa, deve-se também enfatizar que por meio dele o jornalismo brasileiro teve acesso a novos profissionais com conhecimentos que poderiam torná-lo mais dinâmico. O fotógrafo Jean Manzon foi um dos fotojornalistas de destaque que atuou no DIP colaborando na promoção da boa imagem de Getúlio Vargas. Manzon desenvolveu um trabalho diferenciado com enquadramentos, ângulos e *closes* que ainda não tinham sido vistos na imprensa brasileira. O seu trabalho ganhou notoriedade no meio jornalístico e o fotógrafo foi convidado para trabalhar na revista *Sombra*

e, posteriormente, na Revista *O Cruzeiro*, pertencente ao grupo jornalístico liderado por Assis Chateaubriand (LEAL, 2012, p. 56). Conforme Fernando Morais (2011, p.356-357), Jean Manzon além de exigir que o proprietário da Revista *O Cruzeiro* lhe pagasse o dobro do que ele recebia no DIP, quatro mil contos de réis, o francês solicitou que fosse inserida na revista uma característica das rotinas de produção da imprensa europeia, a dobradinha repórter-fotógrafo, na qual um profissional se encarregaria dos textos e outro somente do trabalho fotográfico. Esse modelo poderia, além de acelerar o processo de produção de notícias, oferecer um trabalho mais qualificado, pois ambos teriam mais tempo para capturar o conteúdo que iria para o material jornalístico.

Percebendo a importância do jornalismo para aquele período, o Estado montou um aparato junto aos seus órgãos de censura para interferir na produção jornalística que deveria funcionar de modo atrelado ao Estado. Em entrevista, Joel Silveira, jornalista que atuou em meio ao Estado autoritário de 1937, refere-se ao momento como algo repressivo, pois os jornais foram obrigados a atuarem sob a tutela de órgãos de censura sob a ameaça de serem fechados ou terem a circulação limitada.

Um ou outro jornal que tentou se rebelar foi, imediatamente, fechado. Mas a grande imprensa daquele tempo imediatamente aderiu ao Estado Novo. Toda com exceção de “O Estado de S. Paulo”<sup>13</sup>. É só você pegar as manchetes do dia 28. “O Correio da Manhã” aderiu, não podia ser contra. Mas os elogios eram magros. O grosso da imprensa ficou do lado do Estado Novo e assim se conservou ou gostosamente ou compulsoriamente. (SILVEIRA *apud* FOLHA DE SÃO PAULO, 9 de janeiro de 1979)

Deve-se destacar que o fato de a censura se tornar incisiva no período não impediu que os jornais a driblassem. Ao se reportarem ao Estado com “elogios magros”, conforme mencionou Silveira, os jornais deixavam implícitos seus descontentamentos com o Governo vigente, porém cumpriam a determinação governamental evitando que o periódico fosse silenciado.

Consideramos que não foram somente os “elogios magros” que atuaram como táticas para apontar os descontentamentos de jornais com o regime, no momento em que os periódicos distanciavam-se dos temas que faziam referência ao Governo e suas ações, os veículos rompiam barreiras impostas pelos cerceamentos.

Porém, não era só o Estado que atuava como censor no período. Conforme Sodré (1983, p.408), com a evolução do capitalismo, o surgimento de novos gastos em face da

---

<sup>13</sup> O Estado de S. Paulo foi um dos periódicos que, inicialmente, portou-se de modo contrário ao regime, porém foi fechado, temporariamente, sob a acusação de portar armas que seriam utilizadas contra o regime. Após a acusação o jornal reabriu com outro proprietário (CAPELATO, 1988, p.49)

contratação de mais pessoas incidiu na necessidade de um maior número de anunciantes dentro dos veículos jornalísticos, ocasionando uma necessidade de se autocensurarem para evitar evitar a divulgação de temas que fossem contrários aos interesses de seus principais financiadores. Sendo o Governo um dos principais anunciantes dos periódicos, ao se autocensurarem os veículos evitavam que os mesmos e seus profissionais sofressem punições e demonstravam apoio às doutrinas que o estado autoritário de 1937 pretendia implantar. Essa medida foi recorrente em outros períodos em que houve intervenção na imprensa, como a ditadura Militar. Como bem afirma Kucinski (2002, p.526), o fortalecimento da autocensura se deu devido a divergências e a falta de clareza sobre o que era permitido ou não ser publicado. No entanto, reforçamos o entendimento de que existiram outros mecanismos de poder que incidiram na aplicação dessa medida: além do medo de perderem verbas publicitárias que lhe eram destinadas, os jornais temiam *empastelamento*<sup>14</sup>.

Dentre as intervenções, a criação de uma agência de notícias estatal foi um dos meios utilizados pelo Estado para censurar a imprensa. Para Erbolato (1991, p. 203), a criação de agências de notícias estatais é um aliado dos governos, principalmente, em períodos de controle da liberdade de imprensa. Com a criação de agências, que enviariam, diretamente, o conteúdo para os veículos de comunicação, o Governo garantia a circulação de notícias favoráveis às doutrinas difundidas pelo mesmo e constituía uma imagem positiva a seu respeito. Por meio desses aspectos, percebemos que as agências estatais, além de atuarem como filtros, que selecionavam o que poderia ser divulgado sobre o Governo, também funcionavam como um eficiente mecanismo de propaganda dos regimes autoritários, pois o conteúdo produzido pelas mesmas era sempre favorável ao regime em vigor.

Vinculada, inicialmente, ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP), a *Agência Nacional* distribuía notícias para jornais brasileiros e estrangeiros (BORGES, 2006, p.59). Com a extinção desse departamento, a agência ligou-se ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Conforme Goulart (1990, p.68), a *Agência Nacional* portava-se como um jornal e dispunha de profissionais, trabalhando nos três expedientes, com equipes completas formadas por redatores, tradutores, editores em áreas específicas, editor-chefe e outros. Essa organização da agência deixa implícita a existência de uma preocupação com o conteúdo

---

<sup>14</sup> Conforme Dines (2006), o empastelamento é a “versão” jornalística de um linchamento. Formatos diferentes, igualmente covardes, para punir o adversário e evitar punições. Com o aumento da escala industrial, o autor pontua que iniciaram-se os empastelamentos. Algumas oficinas de produção de jornal foram invadidas e seus equipamentos de trabalho eram destruídos com intuito de silenciar os assuntos que incomodavam os grupos que ocupavam posições de poder.

veiculado, pois a *Agência Nacional* dispunha de um corpo profissional especializado que poderia abordar com profundidade temas de interesse do Governo.

A ligação que a *Agência Nacional* possuía com o Estado Novo fez com que a publicação dos seus textos nos veículos jornalísticos fosse garantida, pois, segundo determinação do artigo 122, parágrafo 15, da Constituição de 1937, os jornais tinham a obrigação de divulgar o comunicado do Governo, com as dimensões exigidas pelo mesmo. Essa exigência, além de impor a veiculação do conteúdo produzido pela *Agência Nacional*, teve influência no percentual de matérias jornalísticas que os jornais divulgavam dessa agência.

Como bem afirma Capelato (1999), durante a ditadura Vargas, 60% das informações publicadas eram de autoria da *Agência Nacional*<sup>15</sup>.

Os periódicos acabavam sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias dos atos do Governo, a publicar fotos de Vargas: 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela *Agência Nacional*. Havia íntima relação entre censura e propaganda. As atividades de controle, ao mesmo tempo em que impediam a divulgação de determinados assuntos, impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado. (CAPELATO, 1999, p. 175)

Devido ao grande percentual de notícias produzidas por essa agência, consolidava-se uma crise que afetava os profissionais do jornalismo. Segundo Joel Silveira, os jornais tendiam a reduzir o número de funcionários, pois boa parte do conteúdo dos jornais já era enviado pelo Governo e dispensavam apuração, fotografias e outros processos que compõem as rotinas jornalísticas.

O mercado de trabalho era limitadíssimo, porque os jornais tinham tudo pronto da *Agência Nacional*. Vinha tudo mastigado. As redações tinham quatro ou cinco pessoas que faziam o jornal todo. Vinha tudo pronto, com ordem, inclusive, de publicar em tal página, com tal destaque. O DIP chegava ao ponto de dizer que tipo devia ser usado: negrito, corpo 9, à esquerda. (SILVEIRA *apud* FOLHA DE SÃO PAULO, 9 de janeiro de 1979)

Entendemos que as dificuldades impostas ao mercado de trabalho jornalístico motivaram os jornalistas a buscarem emprego fora das redações jornalísticas convencionais. O destaque que a *Agência Nacional* possuía, nesse período, exercendo trabalhos semelhantes ao de grandes redações, atraiu esses profissionais que foram desvalorizados.

---

<sup>15</sup> Apesar do dado divulgado pela pesquisadora Maria Helena Capelato, entende-se que cada região possui suas particularidades que, diretamente, atingem o jornalismo. Sendo assim, é possível considerar que nem todos os jornais veiculavam o mesmo percentual de matérias produzidas pela *Agência Nacional*.

O fortalecimento da *Agência Nacional* no país também foi estimulado pelas restrições impostas às agências de notícias estrangeiras. A alínea “n” do Decreto-Lei de nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, foi incisiva sobre os assuntos estrangeiros e determinava a proibição de publicações estrangeiras “nocivas” aos interesses brasileiros e interditava, em território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendessem ou prejudicassem o crédito do país e suas instituições ou a moral. Desse modo, percebemos que o Estado Novo fazia uma reserva de mercado para a *Agência Nacional* e as demais agências de notícias brasileiras, pois impedia que agências de notícias estrangeiras publicassem nos jornais brasileiros notícias produzidas sobre o país. Cabia a essas agências internacionais apenas o fornecimento de notícias do exterior, que ainda assim passavam pelo crivo do DIP, e a transmissão para outros países de notícias coletadas no Brasil.

Além da reserva de mercado, ao limitar a publicação de assuntos brasileiros apenas aos veículos de comunicação e agências de notícias brasileiras, o regime estadonovista dispunha de maior facilidade para fiscalizar o conteúdo veiculado e vetava a influência da produção jornalística de regiões que possuíam abertura democrática.

Porém, os embates do Estado com relação à censura não se limitavam à interferência no conteúdo dos jornais, pois até mesmo o controle da cota de papel, principal matéria-prima utilizada para a produção de jornais, foi uma tática de cerceamento da imprensa. A ditadura organizou um sistema em que o papel importado pelos jornais teria uma parte financiada pelo Governo estadonovista, o que fazia com que os proprietários de jornais recebessem o papel por um preço muito inferior ao do mercado mundial. No entanto, esse financiamento não era desprovido de interesses estatais, caso os periódicos divulgassem informações contrárias ao Estado, além de punições diretas como multas, o jornal poderia ter sua circulação interrompida por não ter condições de arcar com a aquisição de papéis.

No que concerne ao jornalismo, é importante enfatizar que a produção jornalística do período em estudo constituiu-se como uma das narrativas do Estado Novo. Desse modo, também auxiliou na construção do tempo, uma vez que, para Ricoeur (*apud* BARBOSA, 2006, p.140), tudo o que é narrado acontece no tempo, desenvolve-se temporalmente e por isso pode ser contado. Embora o filósofo Paul Ricoeur não tenha se reportado diretamente ao jornalismo quando estudou as relações entre o tempo e a narrativa, compreende-se que o texto jornalístico é uma narrativa e devido a esse caráter possui fatores que são projetados além dele mesmo construindo uma simulação de experiências vividas.



Ainda sobre o tempo, consideramos que ele tem um papel importante na narrativa jornalística, conforme Carvalho (2012, p. 179), a temporalidade nessa narrativa vai além de marcas cronológicas e psicológicas e se volta para fatores como a captura de problemas que lidam com o presente, passado e o futuro do tempo. Posto isso, as narrativas jornalísticas reportam-se ao mundo como se seus relatos fossem relatos do real, porém suas construções são resultantes da experiência dos jornalistas e de todos os outros agentes que interferem nessa narrativa, dentro e fora dos veículos jornalísticos. Essas interferências e simulações de experiências vividas no Estado Novo podem ser encontradas nas produções jornalísticas desempenhadas naquele período e ajudam a compreender os indícios de como a sociedade e, sobretudo, como a imprensa se comportou durante o Estado Autoritário de 1937.

Tendo em vista as dinâmicas locais, que muitas vezes são desconsideradas nas abordagens sobre a censura à imprensa no âmbito nacional, buscamos também compreender como órgãos de censura, como o DEIP, foram articulados no Piauí durante o Estado Novo.

### 3.2.1 Censura e intervenção no jornalismo piauiense

No Piauí, após o golpe, o Governo local também desenvolveu a política de intervenção nos jornais. Por meio do DEIP, o então interventor Leônidas Mello e seus assessores sistematizaram meios de exercer a vigilância exigida pelo DIP em âmbito local. Em publicação que discorreu sobre os oito anos de Governo de Leônidas Mello, o órgão é definido como um porta-voz da boa imagem do Piauí na esfera nacional.

O Piauí possui aspectos verdadeiramente invulgares, quer pela multiplicidade de seus potenciais, quer pela rápida expansão de sua riqueza econômica, quer ainda pela magnífica capacidade de trabalho de sua gente. Todos esses aspectos tem sido devidamente postos em relevo pelos serviços do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, em conexão com o DIP federal. (OITO ANOS DE GOVERNO, s/a, p. 61)

O próprio decreto de criação dos DEIPs deixava evidente que a função desse departamento seria assegurar a distribuição de notícias e ensinamentos “exatos e úteis” sobre a administração, política externa, comércio, indústria, educação e saúde. Segundo Sousa (2013, p. 24), com a implantação desses departamentos, o Governo demonstrava o seu interesse em promover sua opinião e boa reputação em todos os cantos do país. Por meio da criação de novos aparelhos de Estado, observou-se uma tentativa de afunilar ou eliminar as informações contrárias ao poder getulista de maneira mais profunda, tanto no campo da imprensa quanto nas outras áreas que o DIP também controlava. Piauí, Bahia, Ceará, Espírito

Santo, Pará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo foram alguns dos Estados em que foram estabelecidos DEIP's.

Embora o decreto que determinou a criação dos DEIPs tenha sido oficializado em 1940, o Piauí só passou a contar com o DEIP em 1941. Porém, o Governo local já desempenhava a política de intervenções nos jornais. Em 1937, o interventor Leônidas de Castro Mello, presidiu a Comissão Executora do Estado de Guerra que tinha por objetivo fiscalizar os jornais piauienses e exigir que fossem ampliadas “campanhas” como a de aversão ao comunismo nos periódicos. Nesse período, os jornais, obrigatoriamente, teriam que dar notoriedade a textos anticomunistas e passariam por censura prévia, que ficaria a cargo do chefe de polícia (GAZETA, 26 de novembro de 1937, p.1). Por meio de iniciativas como essa, observamos que os estados procuravam colaborar com o Governo Federal utilizando-se de recursos que também convinham com seus interesses na esfera estadual. Ao incitar a publicação de notícias avessas ao comunismo, o Estado interferia de maneira mais próxima no cotidiano do piauiense e fomentava uma ideia de que a sociedade estaria protegida em âmbito nacional e local, caso houvesse ataques por parte desse grupo.

Em alguns jornais, percebemos até mesmo o uso de uma frase “Registrado no DIP”, o que revela que, antes de ser publicado, o texto passou por uma avaliação do órgão de censura e teve o aval para a publicação. Fatores como esse demonstram que os trabalhos do DIP, de fato se estenderam a esse estado, no entanto não se pode afirmar que o mesmo rigor foi mantido durante todo o Estado Novo dado à quantidade de veículos que esse órgão fiscalizava em todo o país.



Imagem 3: Imagem que indica a vigilância exercida pelo DIP em 1944

De acordo com Sousa (2013, p.24), atuaram na diretoria geral do DEIP, no Piauí, nomes como João Soares da Silva, Bonifácio de Carvalho Abreu, Artur Passos e Robert Wall de Carvalho.

João Soares da Silva foi advogado e professor e nasceu na cidade de Valença do Piauí (GONÇALVES, 1997, p.320). O diretor Artur Passos, nascido em Jerumenha do Piauí, além de ter estado à frente do DEIP, foi historiador, cronista e jornalista (GONÇALVES, 1997, p.253), atividade que pode ter influenciado até mesmo nas vistorias que Passos realizava junto à imprensa piauiense, visto que esse diretor dispunha de conhecimentos acerca do ofício. Já Robert Wall de Carvalho, natural de Caxias no Maranhão, foi magistrado, professor e também jornalista (GONÇALVES, 1997, p.95), profissão que também pode ter contribuído no exercício de suas atividades diante dos órgãos de censura do Estado. Vale ressaltar que esse diretor também atuou na Associação Piauiense de Imprensa (API) como conselheiro

durante parte da Era Vargas, fator que demonstra que em âmbito estadual também existiu uma proximidade dos órgãos do Governo com as entidades de imprensa.

Ao analisarmos a biografia dos diretores do DEIP observamos que a maioria deles foi jornalista, o que demonstra que a escolha dos representantes desses órgãos não era somente política. Consideramos que a profissão que os indicados exerciam foi fator considerável na escolha dos mesmos, visto que ao direcionarem o cerceamento da imprensa esses profissionais dispunham de certos conhecimentos das rotinas jornalísticas que poderiam favorecê-los na identificação de informações contrárias ao regime.

Enquanto a imprensa piauiense era afetada pelo cerceamento imposto pelo DIP e DEIP, desenvolviam-se outros meios para que algumas das discussões que estavam ausentes nos jornais chegassem ao público. O baiano Rodolfo Cavalcanti, que desenvolvia trabalhos de divulgação de anúncios e também foi cordelista, desafiou a censura ao publicar edições de folhetos que discorriam sobre os incêndios<sup>16</sup> sucessivos que atingiam a capital, assunto que era proibido de ser veiculado. Em meio às tensões provocadas pelo controle da imprensa, Cavalcanti encontrou um artifício para tratar de um conteúdo que era proibido pelo Estado sem ser punido.

“Os clamores dos incêndios de Teresina” foi um dos títulos que saíram em série, anunciando, como notícia de jornal, o fogo nas palhoças. Para não ser preso, já que o Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo fiscalizava tudo, ou evitar a proibição, Cavalcanti elogiava a ação do governo e citava as providências do Chefe de Polícia. Dava tanta ênfase a tais providências que provocava risos. (CARVALHO, 1994, p. 47-48).

Ao se utilizar de elogios para o Governo e seus representantes, Cavalcanti conseguiu driblar a censura e denunciar um problema que tinha dimensões políticas, econômicas e sociais no Estado. Como bem coloca Orlandi (1997, p. 35), a reelaboração do texto, do discurso e da significação podem permitir que um assunto censurado possa ser divulgado sem que o censor perceba.

Nessa conjuntura de censura, conforme Fortes (2001, p. 57), os jornais impressos que conseguiram manter sua circulação mudaram sua feição gráfico-editorial e deram margem para a produção de um novo caráter jornalístico. Contudo, a opinião ainda foi presente no jornalismo local.

Assumiram desta forma, um caráter mais noticioso e deram margem para a proliferação do jornalismo sensacionalista e de entretenimento, como forma de atrair os leitores e assegurar a venda do jornal para o grande público e,

---

<sup>16</sup> Ver as páginas 43 e 44 sobre a contextualização a respeito dos incêndios que atingiram a capital piauiense.

consequentemente, para os poucos anunciantes, quase sempre representados pelos próprios poderes públicos (FORTES, 2001, p. 57).

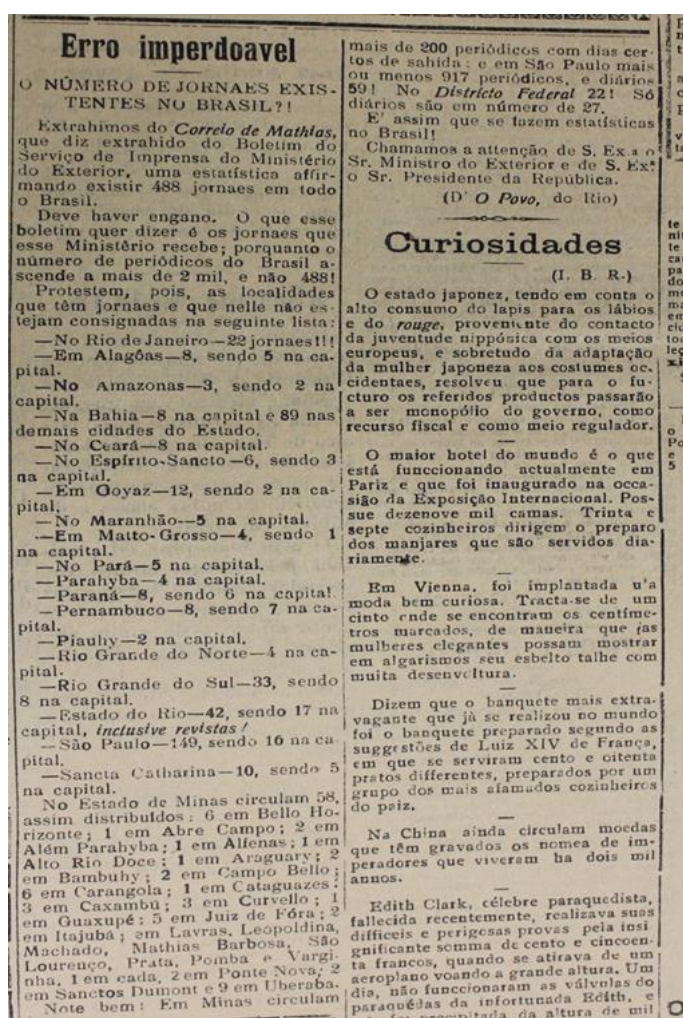
Com relação aos anúncios publicitários, observamos que em alguns periódicos eles eram dispostos em uma só página, distanciados do conteúdo jornalístico e, em outros jornais, localizavam-se próximos de conteúdos informativos e davam notoriedade a fabricantes internacionais, como a Aspirina, produzida pela Bayer (indústria de origem alemã), e a Philips, marca de origem holandesa; e empresas nacionais como a Carbonífera, que embarcava produtos para outras regiões do país e locais, e a Funilaria Teresinense, Papelaria Piauiense e Botica do Povo.

**Imagem 4:** Imagem do Jornal Gazeta anunciando a Aspirina.  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.

**Imagem 5:** Imagem de Monitor Comercial anunciando a Philips.  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.

Ainda no que se refere ao jornalismo piauiense praticado durante o Estado Novo, conforme Pinheiro Filho (1997, p. 199), houve um retardamento no surgimento de novos jornais e alguns dos que deixaram de circular ao longo do regime, como *O Piauí*, só retornaram no momento em que o Estado Novo já passava por um enfraquecimento. Conforme Nascimento (2002, p. 49), no período em que se deu a ditadura estadonovista,

somente dois jornais mantiveram sua circulação estável, o *Diário Oficial*, periódico destinado à divulgação de atos do Governo e algumas notícias, e o *Jornal Gazeta*, que, oficialmente, não pertencia ao Governo e, segundo Pinheiro Filho (1997, p. 125), atuava no Piauí desde 10 de dezembro de 1904, embora tenha apresentado uma pausa em 1915 e ressurgindo, posteriormente, em 13 de setembro de 1926. Em matéria que o jornal piauiense *Gazeta* recebeu do jornal *O Povo do Rio de Janeiro* é possível perceber que, implicitamente, o jornal se referia a esses dois periódicos. Esse é um número inquietante se comparado aos demais estados nesse mesmo período.



**Imagem 6:** Lista de Jornais com quantidade de jornais que aturam no Estado Novo  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.

Com relação ao *Diário Oficial*, para Nascimento (2002, p.50), os investimentos do então interventor federal Leônidas Mello no periódico foram, supostamente, uma tentativa de

repetir em âmbito estadual as ações de Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães, interventor de Pernambuco, que criaram jornais para dar visibilidade às suas ideias.

Apesar das intervenções que o Estado exerceu nas atividades de imprensa em âmbito nacional e estadual, a postura de órgãos como o DIP e DEIP em relação aos jornais não foi só de repressão. Assim como os jornalistas não ocuparam somente a posição de oprimidos. Alguns atuaram como censores e, como elucida Freitas Nobre sobre a conjuntura nacional, “O DIP distribuía verbas a jornais e emissoras. Jornais enriqueceram e jornalistas se corromperam o quanto era possível enriquecer-se e corromper-se” (FREITAS NOBRE apud SODRE,1983, p.382).

Desse modo, compreendemos que a responsabilidade acerca do cerceamento que a imprensa sofreu não recaí apenas sobre o Estado. No Piauí, não foram apenas os órgãos de censura que incidiram sobre os jornais. A autocensura foi também presente nas redações. Temendo o seu fechamento a maioria dos periódicos que circularam durante o Estado Novo adotaram uma política editorial que pouco confrontava os interesses da ditadura Vargas. Para o jornalista Carlos Said (2015), que durante a ditadura Vargas trabalhou no *Jornal do Piauí*, o redator era muitas vezes o próprio censor de sua matéria. Acreditamos que fatores econômicos e políticos tiveram fortes incidências nessa autocensura que os veículos jornalísticos piauienses realizavam. Porém, não se pode construir uma visão generalizada dos jornalistas do período, pois houve resistência por parte de alguns membros dessa classe.

### **3.3 Homens da Imprensa e o Estado Novo**

Sobre os jornalistas que atuavam no século XX, segundo Alzira Alves de Abreu (1996), que fez uma pesquisa a respeito do trabalho desses profissionais em âmbito nacional, foi uma posição de prestígio escrever para um jornal, no entanto ainda não se tratava de uma atividade puramente rentável, visto que muitos dos jornalistas ainda dispunham de outros ofícios. Para Barbosa (2007, p. 140), o ingresso no mundo jornalístico se dava por meio de indicações de pessoas influentes e relações de amizade. Era preciso estar próximo de grupos que concentravam posições de poder para adentrar as redações jornalísticas desse momento.

É pertinente lembrar que já havia uma batalha pela profissionalização do jornalismo, que só seria efetivada em 1950. Em meio a esses conflitos, destacou-se a necessidade de um título escolar específico, um diploma, que, conforme Michelle Roxo de Oliveira (2013, p. 4), era visto como uma tentativa de “dignificar” a profissão, tornando-se um mecanismo eficiente

de capitalização entre as demais profissões do período, pois a profissão ganharia dimensões que extrapolariam seu caráter prático e poderia ser vista pela sociedade como uma ciência.

Embora a profissão de jornalista ainda fosse pouco rentável a ponto de demandar a necessidade de outro emprego, em meio à ditadura estadonovista, alguns grupos de jornalistas conseguiram destaque na profissão e alcançaram notoriedade, principalmente, através das grandes reportagens, forma encontrada pelos jornais para driblar as imposições da censura (NEGREIROS, 1979).

O jornalista Joel Silveira pertenceu a essa geração de jornalistas e em entrevista concedida à Folha de S. Paulo, na série de depoimentos “Jornalistas contam a história”, Silveira enfatiza que foi a reportagem “Gran-finos em São Paulo”, escrita em 1943 para o periódico *Diário da Noite*, que lhe deu notoriedade. No texto, o jornalista contava as aventuras de um sergipano que se disfarçou de “gentleman” pelos salões de famílias quatrocentonas paulistas. Segundo Silveira, a matéria foi parabenizada por Getúlio Vargas, no entanto, o prestígio que o jornalista adquiriu junto ao ditador não foi suficiente para que ele escapasse da vigilância do DIP. Ao tentar embarcar com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) como correspondente de guerra, esse jornalista teve o pedido negado sobre a acusação de que era comunista, posicionamento político que incomodava a ditadura instalada naquele momento e que muitas vezes foi utilizado para caracterizar ações e indivíduos como ameaças e incitar o desprezo da população (SILVEIRA apud NEGREIROS, 9 de janeiro de 1979).

David Nasser também atuou durante a ditadura Vargas e redigiu textos que lhe ofereceram notoriedade diante dos profissionais que exerciam o jornalismo. Quando trabalhou na Revista *O Cruzeiro*, indicado pelo fotógrafo Jean Manzon (com quem manteve uma parceria na revista), seu trabalho recebeu ênfase com a matéria de dezoito páginas intitulada “Enfrentando os Chavantes”. O texto falava sobre uma tribo indígena que vivia na fronteira do Mato Grosso com o Pará e dispunha de fotos que mostravam momentos selvagens nunca publicados antes. A reportagem despertou grande impacto no período e esgotou nas bancas (MORAIS, 2011, p. 357-358). Levando-se em consideração as mudanças políticas e, sobretudo, o cerceamento de liberdades que o país sofria, a finalidade dessa reportagem pode ser vista por dois ângulos além de ser uma tentativa de divulgar temas desconhecidos e atrair o leitor com conteúdos e imagens que destoavam da maioria dos jornais em circulação no período poderia ser também mais uma tática de silenciamento, pois enquanto o regime cerceava direitos e bombardeava o público com a propaganda oficial, a revista destinava um grande número de páginas somente para esse tema.



O jornalista Edmar Morel também cresceu na profissão trabalhando durante o Estado Novo. A matéria “Farpa não entra na fila” que denunciava o fato de uma égua ser alimentada com quatro litros de leite no momento em que o Brasil sentia os reflexos da Segunda Guerra Mundial e tinha que consumir pouco leite fez com que a população saísse às ruas e protestasse o fato (MORAIS, 1994, p. 421). Morel destacou-se no período com furos de reportagens internacionais como foi o caso da reportagem em que localizou a aldeia dos calapalos. Conforme Moraes (2011, p. 360), as reportagens foram encaminhadas à imprensa internacional e as gravações das entrevistas foram comercializadas pelos Diários Associados. O bom êxito dessa produção jornalística além de render ao repórter uma promoção, repórter especial, proporcionou também o cargo de “setorista”, jornalista que acompanhava Chateaubriand, o dono do jornal.

O prêmio atribuído à Morel pelo feito (além de ter sido informalmente promovido a repórter especial que só cobria grandes assuntos) foi colocá-lo em uma função singular, nunca vista antes na imprensa brasileira: ser “setorista” do gabinete do patrão- assim como em toda imprensa havia jornalistas que só se dedicavam a esportes, política ou polícia, ele se encarregaria de acompanhar os passos e os feitos do dono dos Associados. É que Chateaubriand, com seu prestígio e as incontáveis atividades que exercia além de jornalista era indiscutivelmente uma fonte permanente de notícias e de fatos de interesse jornalístico. Essa constatação levou os editores dos dois jornais cariocas e de O Cruzeiro a manter permanentemente um repórter de peso acompanhando seu dia-a-dia. (MORAIS, 2011, p.360)

O medo da rejeição do regime, do exílio, da prisão, da morte, fez com que muitos jornalistas abandonassem a profissão ou se voltassem exclusivamente para o regime. Samuel Wainer, apesar das pressões do período, pode ser citado como um jornalista que ousou e transformou a revista antiditatorial *Diretrizes* (1938) em um jornal diário, no ano de 1945. A publicação é descrita como “moderna, dinâmica, inteligente e liberal que se opunha ao situacionismo político em meio a um oceano de unanimidades pró-Estado Novo” (MORAIS, 2011, p.360). Em entrevista concedida o repórter Wianey Pinheiro para a Folha de S. Paulo, em 1979, Wainer relata que nem mesmo o exílio, em 1945, e o fechamento do veículo fez com que ele perdesse a vontade de escrever e driblar a censura. A matéria de título “O Governo deve sair do povo como a fumaça deve sair da fogueira”, que reclamava do autoritarismo do Estado Novo e exigia a redemocratização, fez com que a *Diretrizes* saísse de circulação por algum tempo. A matéria que tinha sido redigida por Joel Silveira, jornalista já citado neste subcapítulo, ocasionou, além do fechamento da *Diretrizes*, a fuga de Joel Silveira para sua cidade natal, Lagarto-SE, e fez com que Samuel Wainer, proprietário do jornal fosse

se refugiar na embaixada do Chile (MORAIS, 2011, p. 361), visto que, conforme a Constituição de 1937, a divulgação de conteúdos que atentassem contra a existência, a segurança, a integridade do Estado, a guarda e o emprego da economia popular resultaria em punições aos jornalistas e também aos diretores dos jornais.

É interessante ressaltar que por adotarem uma linha editorial contrária à ditadura Vargas, a vigilância sobre jornalistas de *Diretrizes* foi mais evidente. Apesar do texto “O Governo deve sair do povo como a fumaça deve sair da fogueira” ter sido publicado no período em que a ditadura Vargas já passava por um processo de enfraquecimento, a crítica foi identificada e o jornal foi punido, ação que demonstra que os órgãos de censura desenvolviam um trabalho incisivo nessa publicação.

O jornalista Hermínio Sachetta também atuou em meio à ditadura Vargas. Sachetta dedicou-se durante 7 anos (1938-1945) às publicações *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*. Sua gestão, segundo ele, fez com que o periódico *Folha da Manhã* que antes veiculava 15.000 exemplares passasse a imprimir 80.000 exemplares. Para esse profissional, a cobertura da guerra foi um dos fatores que impulsionou o jornalismo praticado por ele e sua equipe. Segundo Sachetta, em entrevista concedida ao jornalista Noé Gertel, em alguns dias, a cobertura da guerra fez com que o jornal *Folha da Noite* tivesse 8 edições diárias. Esse feito é intrigante se forem consideradas as condições tecnológicas dos periódicos que circularam no Estado Novo, que embora já passassem por um processo de modernização não eram tão práticas. Além de aumentar a tiragem do jornal, Hermínio Sachetta assegurava que os trabalhos que envolviam a divulgação do momento de guerra também lhe rendiam melhor remuneração.

Minha gestão foi muito bem sucedida. A venda avulsa começou a subir muito. Basta dizer que peguei a Folha da Manhã com 15.000 exemplares e quando deixei o emprego, ela tinha atingido 80.000 exemplares. Como consegui chegar a isso? Em primeiro lugar, graças aos companheiros que encontrei, jornalistas dos melhores que se dedicavam realmente à profissão. Em segundo lugar, ao momento, que era propício, pois o mundo estava em guerra. Minha situação, é claro, também melhorou muito: de 300 e pouco cruzeiros que comecei ganhando, passei, no cargo diretor, a ganhar 5 mil cruzeiros e mais 2 mil como gratificação. (SACHETTA *apud* FOLHA DE SÃO PAULO, 10 de janeiro de 1979)

Ao se analisar a fala de Sachetta, em que ele relata o aumento na tiragem e a melhor remuneração, percebemos que nessa conjuntura, mesmo com a ditadura, alguns periódicos e jornalistas tiveram condições para divulgar seu trabalho, expandir a veiculação dos jornais e obtiveram melhorias salariais, reflexos da melhor capitalização de alguns periódicos, porém

deve-se enfatizar que essas melhorias não abrangeram todos os periódicos e jornalistas do período.

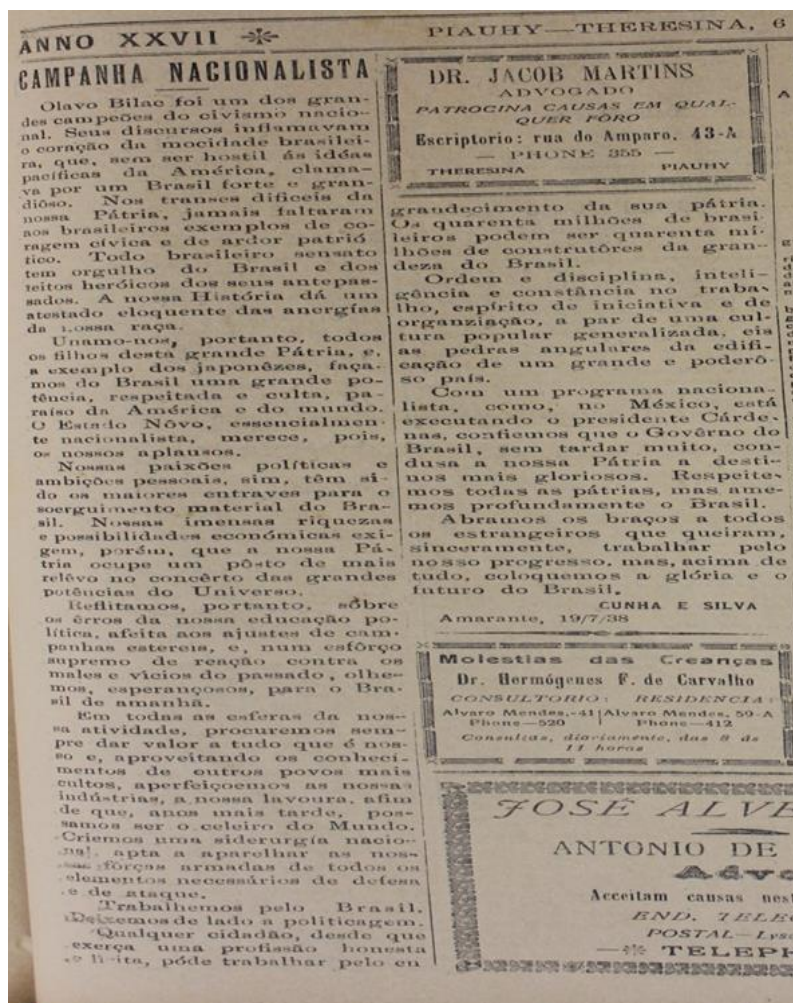
Assim como em âmbito nacional, a imprensa piauiense apresentou profissionais de destaque nesse período em que se instalou o Estado Novo. Houve profissionais que resistiram às intervenções do período, outros que mantiveram apoio de forma pouco entusiasmada e também profissionais que se posicionaram como aliados do golpe.

No que se refere à formação cultural do jornalista piauiense, consideramos que a atividade ainda estava sob a tutela de intelectuais. As taxas de analfabetismo ainda eram altas, o que concentrava entre poucos o poder de voz nos periódicos. No século XIX, segundo Rêgo (2001, p.77), que desenvolveu um estudo sobre a atuação política da imprensa piauiense nesse século, a reduzida casta de intelectuais que o estado possuía escrevia para os jornais e neles defendiam seus interesses políticos. Durante o século XX, não existiam tantas diferenças quanto à formação desse segmento. Como bem afirma Fortes (2001, p. 51), os jornalistas do século XX eram escritores, advogados, médicos e historiadores, e, geralmente, exerciam cargos políticos e/ou administrativos. Para Anísio Brito (*apud* PINHEIRO FILHO, 1997, p.163), o jornalismo muitas vezes foi pretexto para que jornalistas chegassem a altos e pequenos postos da administração e da política.

O jornalismo no Piauí não fez profissionais, nem na monarquia, nem na república. Os jornais surgem e desaparecem ao sabor de mutações políticas, e ou são folhas de duração efêmera, ou de partidos, constituindo-se os lugares de imprensa, verdadeiros meios para se galgarem os altos e pequenos postos da administração, ou da política (BRITO *apud* PINHEIRO FILHO, 1997, p.163).

O jornalista piauiense A. Tito Filho, além de jornalista foi professor, cronista e historiador (GONÇALVES, 1997, p.341). Durante o Estado Novo, ele atuou em jornais como o *Língua de Sogra* (1943) que conforme Pinheiro Filho (1997, p. 234), contou também com a colaboração de Petrarca Sá e Tibério Nunes e era datilografado no Rio de Janeiro voltando-se a criticar os piauienses que moravam nas proximidades do Palácio do Catete, onde residia Getúlio Vargas. Embora A. Tito Filho tivesse afastado do seu estado natal, observamos que esse jornal era um meio do jornalista se posicionar a respeito de questões que envolviam seus conterrâneos. Outro periódico em que A. Tito Filho colaborou foi *O Piauí* (1945), jornal que é objeto de estudo dessa pesquisa. Ressaltamos que, assim como o jornal *Língua de Sogra*, essa também foi uma publicação contrária à ditadura Vargas, o que reforça que o jornalista manteve o posicionamento político que já vinha adotando desde 1943.

Cunha e Silva também exerceu atividade jornalística no período e, além de jornalista, esse piauiense foi professor, romancista e cronista (GONÇALVES, 1997, p.316). Para Wilson Gonçalves (1997, p.316), o nome de Cunha e Silva figura entre os jornalistas piauienses que se destacaram pela “operosidade, pela cultura e destemor”. Durante o Estado Novo, ele atuou no jornal *Gazeta* e em *O Piauí*, que foram abordados nessa pesquisa.



**Imagem 7:** Texto de Cunha e Silva no Jornal *Gazeta* de 6 de agosto de 1938  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo

Benedito Lemos, mais conhecido como B. Lemos, trabalhou com notoriedade no jornalismo e também foi professor, atividade que proporcionava ao mesmo a possibilidade de ter acesso a diversas temáticas que ele poderia enfatizar ou não nos jornais em que ele colaborava. Segundo Gonçalves (*apud* Sousa 2013, p.42), além de *Gazeta*, jornal aqui analisado, ele contribuiu também para o desenvolvimento de jornais como *A Aurora*, *O Correio*, *O Artista*, *A ideia*, *A Luz* e *O Norte* em outros momentos. Para Sousa (2013, p. 42)

essas experiências demonstram o quanto ele foi presente na imprensa piauiense e levam a afirmar que B. Lemos já possuía uma parcela do público fidelizada devido à sua participação em outras publicações.

Antonio Lemos, irmão de Benedito Lemos, embora praticasse o jornalismo em cidades como Teresina e Floriano, foi guarda-livros e escreveu quatro livros: Padre Mamede Antonio de Lima, O homem de Deus, O padre político e O cidadão civil (GONÇALVES *apud* SOUSA, 2013, p.42). A quantidade de livros publicados permite concluir que o jornalista possuía um bom nível de leitura. Além do *Gazeta*, Antonio Lemos, em outras ocasiões, trabalhou em jornais como o *Cidade de Flores* e *Gazeta de Flores* e ainda criou o jornal *A Liberdade* (GONÇALVES *apud* SOUSA, 2013, p.42). Arimathéa Tito Filho complementa a trajetória desse jornalista afirmando que ele participou de trabalhos jornalísticos como o *Jornal A Semana*, *O Libertador* e junto ao filho, Alberoni Lemos, ofereceu colaborações para o *Jornal O Pirralho* (FILHO, A Tito, 1988).

O jornalista Alberoni Lemos, segundo Pinheiro Filho (*apud* SOUSA, 2013, p.42) pertence à terceira geração dessa família de jornalistas e tipógrafos e colaborou com o jornal *Gazeta* durante a ditadura Vargas. Além de ser alto funcionário da Delegacia da Receita Federal do Piauí, o jornalismo era uma de suas paixões. Alberoni atuou também em publicações como *A Luta* e *O Pirralho*.

Os discursos jornalísticos desse período foram ainda produzidos por estudantes secundaristas. *Voz do estudante* foi uma revista do grêmio literário da Costa e Silva do Ginásio Leão XIII e teve seu primeiro exemplar circulado em 30 de dezembro de 1940. Conforme Bastos (1994, p. 297), dispôs da colaboração de nomes como Oliveira Saldanha, Cardoso Nunes, Raimundo do Emerson Bacelar, José Ribamar Pacheco e outros estudantes do período. Ainda segundo esse autor, as publicações produzidas por esses alunos foram impressas na Empresa Gráfica Tribuna Ltda, na Gráfica Excelsior (cuja família Lemos era proprietária) e também pela Imprensa Oficial. O fato de esses estudantes secundaristas terem material impresso na gráfica da Imprensa Oficial pode ser considerado uma posição de prestígio, tendo em vista que em 1939 essa gráfica tinha sido modernizada com máquinas<sup>17</sup> que tinham elevado padrão de qualidade se comparadas as que existiam naquele momento no estado.

Os estudantes Benedito Martins Napoleão do Rêgo, Álvaro Alves Ferreira, Amantino Nunes e outros também obtiveram espaço nas publicações jornalísticas do período por meio

---

<sup>17</sup> Ver página 60, onde discorremos sobre o maquinário adquirido pelo Estado.

da Revista Geração (1943) que era a revista do Comitê Estudantil do Colégio Estadual do Piauí. Essa revista também foi impressa sob a tutela do Estado no Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) (BASTOS, 1994, p. 297). Deve-se enfatizar que o auxílio do DEIP na impressão de publicações poderia implicar até mesmo numa intervenção desse departamento no que era produzido pelos estudantes.

Apesar das restrições que o jornalismo brasileiro enfrentou durante o período em estudo, ele ocupou papel importante na conjuntura e deu visibilidade a alguns dos acontecimentos daquele momento político e institucional, possuindo assim influência no imaginário simbólico da população. Posto isso, no próximo capítulo discutiremos como o jornalismo ajudou na consolidação da verdade e do poder durante o estado autoritário de 1937.

## **4 O JORNALISMO E A CONSOLIDAÇÃO DA VERDADE E DO PODER DURANTE O ESTADO NOVO**

O jornalismo ocupa papel importante na esfera social. Essa posição permite que ele tenha forte influência na memória coletiva da população, pois, frequentemente, os indivíduos recorrem às notícias jornalísticas para obter informações ou complementar o que já sabem do acontecido. Esse posicionamento corrobora as ideias de Halbwachs (1990, p.25) que considera característico do ser humano o ato de buscar outros testemunhos para complementar o que sabe de algum evento

Durante o Estado Novo, o jornalismo foi visto como uma fonte confiável, uma vez que, de modo contrário ao que acontece atualmente, a sociedade não dispunha de muitas condições tecnológicas para apurar informações e contestar o conteúdo apresentado, embora saibamos que as contestações naquele período existiam, porém em menor proporção. Essa confiabilidade atribuída ao jornalismo em meio à ditadura Vargas tornou-lhe um mediador da verdade e reforçou sua posição de poder, uma vez que, conforme Rêgo e Leal (2011, p.4), o jornalismo estabelece condições de poder, pauta o público, forma opiniões e influencia o imaginário simbólico coletivo.

### **4.1 Conceituando Verdades**

A definição do que é verdade é controversa. Apesar de o termo ser amplamente utilizado, segundo Coutinho (2004, p. 2), até mesmo a filosofia, que tem o estudo da verdade como um de seus problemas fundamentais, possui dificuldade em compreender o termo e as apropriações que são feitas sobre ele. Diversos pensadores e suas escolas filosóficas buscam conceituar a verdade, no entanto esse é um processo contínuo, pois ela é condicionada por relações de poder que se dão no meio social.

Para Nietzsche, a verdade é resultante de uma série de preconceitos, pois conforme o autor todos os filósofos agem como se tivessem alcançado opiniões próprias que passaram por um crivo e desse modo devem ser consideradas verdades (NIETZSCHE, 2005, p.12). Na tentativa de definir a verdade, o autor a considera como figuras de linguagem formadas através das relações humanas que por meio de acordos se solidificam em âmbito social, no entanto o autor reconhece os diversos fatores que incidem sobre ela dado que o seu aspecto “móvel”, passível de mutações é reforçado.

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim uma soma das relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas. (NIETZSCHE, 2005, p. 66)

Ainda segundo Nietzsche (2005, p. 12), para que sejam compreendidas as afirmações metafísicas de um filósofo, que podem ser interpretadas como “verdades”, é preciso compreender acima de tudo a que moral ele quer chegar, posto que todos os impulsos visam dominar. Desse modo, compreendemos que a verdade não pode ser interpretada como algo ingênuo e inerte, pois existem diversos fatores que incidem sobre ela. O “verdadeiro”, conforme o autor em questão, está relacionado ao “a-nos-importa”, a “realidade” de uma coisa que é condicionada a nossos interesses (NIETZSCHE, 2002, p. 64).

Outro autor que trabalhou o conceito a verdade e suas delimitações foi Michel Foucault. Conforme Foucault (2008, p.12), a verdade é fruto de múltiplas coerções, regulamenta o poder, assim como também é regulamentada pelo mesmo, ou seja, entre esses dois conceitos existe uma linha tênue que estabelece uma relação de interdependência.

Para Foucault (2008, p.12), cada sociedade é gerida por um regime de verdade que faz com que os sujeitos possam distinguir o que é considerado verdadeiro ou falso e entendam quais são aqueles que possuem regimento para assegurar a verdade, posição ocupada por grupos que se encontram em uma situação de poder em determinada conjuntura social. Conforme o autor, a verdade é fundamentada em uma economia política que possui cinco características importantes (FOUCAULT, 2008, p.13).

A primeira característica assegura que a verdade é centrada no discurso científico e nas instituições que a produzem, ou seja, é gerida conforme a ótica de pequenos grupos de intelectuais (FOUCAULT, 2008, p.13). No entanto, o fato de a verdade estar associada ao discurso científico e às instituições não faz com que esses sejam maximizados em relação às massas (FOUCAULT, 2008, p. 71). A massa não é passiva, porém os intelectuais ocupam uma posição de poder que faz com que a verdade apresentada por eles seja aceita.

Já a segunda característica coloca que a verdade é objeto de difusão e consumo, visto que é encontrada por meio de fontes acessíveis como escola e meios de comunicação que, devido à credibilidade que possuem, fazem com que os discursos apresentados sejam legitimados (FOUCAULT, 2008, p.13).

Para esse autor, a verdade também é produzida, em sua maioria, através do controle de



grandes grupos como universidades, exércitos e meios de comunicação que possuem supremacia e fazem com que as informações repassadas sejam tidas como corretas (FOUCAULT, 2008, p.13).

Outras características da economia política da verdade são estímulo ao debate político e ao confronto social, pois vários grupos lutam para que sua concepção de verdade seja legitimada (FOUCAULT, 2008, p.13). Porém, segundo Foucault (2012, p.16-17), o conceito de verdade não está associado apenas ao poder. O saber também ocupa espaço importante no entendimento das regras que nos fazem acreditar no que é verdadeiro e é um complemento da “vontade de verdade”.

Essa vontade de verdade como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistemas dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios de hoje. Mas ela é também conduzida, mais profundamente sem dúvida pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2012, p.16-17)

Já para Arendt (2009, p. 297), que fez um estudo da verdade na perspectiva política, a verdade está relacionada à coerção. Conforme a autora, alguns grupos que se encontram em situação de poder utilizam-se até mesmo da força para suplantar possíveis divergências. Os fatos indesejáveis são sempre apresentados por um grupo, que detém a hegemonia, como errôneos, falsos e as opiniões que discordam desses grupos são amplamente rejeitadas. Desse modo, o caráter representativo que a política possui e, até mesmo, o processo de formação de opinião são influenciados por certos agrupamentos (ARENDRT, 2009, p.299). Embora exista a coerção, a sociedade em geral não é estática em relação a esses grupos e alguns eixos sociais tendem a discordar das verdades que lhe são impostas.

Além de ser discutido por vários autores, o termo verdade é utilizado em várias esferas sociais. O jornalismo é umas das áreas que se apodera dessa nomenclatura como uma das premissas para referenciar seu trabalho e colocar-se como uma fonte credível perante o público.

## **4.2 A Verdade no Jornalismo em Tempos de Estado Novo**

Conforme Franciscato (2005), a busca pela verdade está entre os três princípios que movem a prática jornalística, embora saibamos que o campo jornalístico vive um mito de

verdade e é permeado por intencionalidades e enquadramentos. O primeiro princípio proposto por Franciscato (2005) afirma que o jornalismo adota como pressuposto de sua existência a ideia de verdade do real. Com isso acreditamos que no momento em que o jornalista exerce as funções de pesquisa, filtragem, apuração e edição, ele insere na sua rotina atividades comprometidas com essa tentativa de chegar a uma certa verdade e aproximar-se daquilo que considera que foi o vivido. Essas atividades são regulamentadas pela posição de poder que o jornalista ocupa, pois esse profissional é responsável por decidir qual abordagem será dada a determinado conteúdo. Já o segundo princípio, coloca que a tarefa de fidelidade ao real está entre os aspectos normativos do jornalismo. Observando-se, o Código de Ética dos Jornalistas, esse princípio é percebido, visto que, esse regulamento afirma que o compromisso principal do jornalista é com a verdade e, por isso, deve pautar seu trabalho na precisa apuração e na correta divulgação. No mesmo ensejo, o terceiro princípio apresentado pelo autor pontua que o jornalismo deve produzir conteúdos que ofereçam à coletividade modos específicos de vivenciar situações no tempo presente, o que reforça o compromisso com a verdade e o real, porém é necessário destacar que as condições de verdade e de realidade são também condicionadas ao poder.

Esses princípios além de serem difundidos na academia penetram o imaginário coletivo da população. Ainda que as atualizações tecnológicas permitam a existência de novos produtores de conteúdo, o público atribui confiabilidade ao jornalismo e acredita que a prática jornalística esteja associada a uma verdade isenta ou com poucas intervenções. Segundo Coutinho (2004, p.15), essa confiabilidade vem amparando os meios jornalísticos, pois existe uma parcela significativa da população que considera que os jornais descrevem o real e isso faz com que seja atribuído ao seu conteúdo um *status* de verdadeiro.

Em períodos com menor desenvolvimento tecnológico e que a sociedade não dispunha de muitas ferramentas para apurar e até mesmo produzir informações entendemos que a confiança no jornalismo era maior, o que fazia com que as notícias apresentadas fossem vistas como verdade, posto que, conforme Casadei (2013, p.4), narrativas referenciais como o jornalismo reivindicam para si algo de verdadeiro. Durante o Estado Novo, acreditamos que o Governo se utilizou da credibilidade e do conceito de verdade associado ao jornalismo para aproximar-se da população e barrar informações que pudessem colocar sua reputação em risco.

Esta prática de interferir na verdade dos meios jornalísticos muito utilizada em períodos ditatoriais de forma espontânea ou compulsória já era condenada por Rui Barbosa,

que desenvolveu vários trabalhos na área do jornalismo e no direito. Na conferência “A imprensa e o dever de verdade”, direcionada à sociedade do século XIX e início do século XX, mas com reflexões que interessam a outras sociedades, Barbosa (1990) apresentou discussões sobre a necessidade de se desenvolver um jornalismo livre de interferências de políticos, ético e que atendesse aos interesses da coletividade. Nessa conferência, Barbosa (1990) questiona os homens públicos, como políticos e jornalistas sobre a necessidade de exercerem um trabalho pautado na verdade.

Logo, senhores, se o homem público há de viver na fé com que inspirar aos seus concidadãos, o primeiro, o maior, o mais inviolável dos deveres do homem público é o dever da verdade: verdade nos conselhos, verdade nos debates, verdade nos atos, verdade no Governo, verdade na tribuna, na imprensa e em tudo verdade, verdade e mais verdade (BARBOSA, 1990, p.43).

A notoriedade que a atividade jornalística possuía entre determinados grupos atribuía credibilidade ao conteúdo divulgado e fazia com que ele fosse tomado como exato. Esse espaço tornava-se ideal para que fossem proliferadas informações positivas a respeito da ditadura Vargas e fez com que a propaganda do Governo fosse “mascarada” e vendida como notícia. Acerca dessa credibilidade que o jornalismo possui devemos considerar que os meios jornalísticos também possuem os seus regimes de verdades que, para Foucault (2008, p.12), são condicionados a mecanismos e instâncias de poder que regem as sociedades e fazem com que os fatos apresentados sejam tomados como verdadeiros.

Conforme Marialva Barbosa (2013, p. 2), a prática do jornalismo não é aleatória e é permeada por subjetividades, uma vez que o jornalista seleciona e hierarquiza informações com base em critérios subjetivos. Se até a escolha do que é notícia possui interferência dos pontos de vista do jornalista, compreendemos que a verdade jornalística é sempre permeada por concepções dos profissionais da área e de outros indivíduos (empresários, anunciantes, Governo) que podem interferir nessa prática.

Essas intervenções que atingem a verdade no jornalismo foram questionadas por Rui Barbosa (1990). Para ele, tanto o Governo quanto a imprensa são acusados de mentirosos, aqueles que faltam com a verdade, no momento em que fazem acordos financeiros que exigem a publicação ou aceitam o silenciamento frente a pressões do Estado.

Bem sabem esses governos que tudo mentem num tal sistema. Mentem eles quando compram esses instrumentos . Mentem esses instrumentos quando se lhes vendem. Mentem vendidos e vendedores, compradores e comprados, vendendo aos consumidores de suas drogas, aos leitores dos seus escritos

[...] Ainda calando, ainda omitindo, ainda se abstendo, continuariam a servir à mentira, porque abstenções, lacunas e silêncio, tudo se merca e paga, tudo se apreça e contrata matéria de compra e venda é tudo. (BARBOSA, 1990, p.43)

Por meio do artigo 122, parágrafo 14 da constituição de 1937, que estabelece a censura à imprensa e obriga a publicação de textos enviados pelo Governo e sua agência, compreendemos que o Estado Novo, utilizando-se da condição de poder que exercia, começava a interferir na verdade apresentada pelos veículos jornalísticos de então.

Ao criar departamentos como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs), a intervenção na construção da verdade jornalística era reforçada, pois, conforme os decretos de criação desses órgãos, cabia aos departamentos citados a censura prévia dos veículos jornalísticos desse período. Por meio da censura, os representantes do Estado Novo interferiam nas abordagens dos meios jornalísticos e, segundo Sodré (1983, p. 408), até mesmo os profissionais se autocensuravam como forma de manter os jornais circulando e garantir as verbas publicitárias enviadas pelo Governo. Posto isso, entendemos que o compromisso com a utilidade pública, defendido por estudiosos como Rui Barbosa, era barrado em função da noção de verdade que a ditadura Vargas fomentava. Para o jornalismo, o Estado queria destinar apenas o papel de seu portavoz, porém já no final do Estado Novo observamos um estremecimento desse controle exercido pelo Governo, pois já apareciam periódicos que apresentavam um posicionamento político avesso aos ideais difundidos no princípio da ditadura Vargas, o Estado passou a ser citado em tom pessimista nos textos. Esta mudança é justificada pelas novas coerções que começaram a agir em torno dos veículos jornalísticos. A diminuição da influência do Governo abriu mais espaço para a difusão de outras verdades. A verdade oficial, com os anseios e a ideologia do Estado Novo já não era a prioridade.

A criação da *Agência Nacional*, agência estatal que enviava informações a respeito do Governo e da conjuntura internacional para os veículos, interferiu também na verdade atribuída aos veículos do período. Conforme apresentamos no capítulo anterior, 60% das matérias divulgadas pertenciam a essa agência (CAPELATO, 1999, p.175). Ao apresentar 60% de suas matérias produzidas pela *Agência Nacional*, os veículos acabavam refletindo os ideais que a ditadura Vargas desejava impor e a concepção de verdade que esse regime queria repassar à sociedade. Como segundo Foucault (2008, p.12), a verdade é fruto de múltiplas coerções, observamos que o Estado Novo se utilizava do seu poder conquistado através da força ou do bom relacionamento com alguns veículos de comunicação para se expandir e

transmitir sua verdade para a população. Dado que a *Agência Nacional* atuava ligada ao Estado entendemos que a verdade apresentada por essa agência seria sempre dotada de aspectos positivos em relação ao regime estadonovista, com informações que tentavam manter uma estabilidade social, passar uma imagem de que o regime estava bem.

No momento em que a sociedade tinha acesso ao conteúdo produzido pela *Agência Nacional*, o fato de estarem dispostos em um veículo jornalístico fazia com que os textos fossem atribuídos a esse meio e não ao Governo, o que, de certo modo, reforçava para a sociedade em geral que essas notícias estavam fundadas em uma verdade e que havia passado pela etapa de apuração, um dos maiores sustentáculos da verdade no jornalismo.

Segundo Barbosa (2013, p.4), o jornalismo possui uma outorga que faz com que ele seja sempre apresentado como portador da verdade. No entanto, essa outorga não implica que a atividade jornalística reproduza os acontecimentos como eles são, uma vez que a verdade é fruto de enquadramentos e acordos que se dão no todo social. Para Charaudeau (2013, p. 151), o acontecimento jamais é transmitido em seu estado bruto e perpassa pelo olhar do sujeito que vai narrá-lo, embora transpareça para o público como se fosse a transcrição fiel da realidade. Desse modo, considerando a conjuntura em estudo, é necessário que compreendamos as interferências e diversos fatores que incidiam na imprensa durante o Estado Novo (censura-prévia, autocensura, controle da cota de papel, publicidade, etc) e que fomentavam as verdades apresentadas.

No que concerne a essa problemática sobre a verdade no jornalismo, Walter Lippman apresenta uma diferenciação entre notícia, produto final do jornalismo, e verdade. Para o autor, a notícia deve ser compreendida como um relato de coisas que são consideradas interessantes e a pressão sobre o jornal para que ele faça adesão a determinadas rotinas vem de vários lados. O jornal, e de modo mais abrangente, o jornalismo, sofre pressões internas (política editorial, jornalistas, proprietário) e externas (anunciantes, Estado), ou seja, sofre a interferência de poderes (LIPPMAN, 2008, p.174). Posto isso, acreditamos que a notícia, independente do contexto histórico em que for divulgada, não pode ser compreendida como dotada de uma única verdade devido a esses fatores que interferem nesse campo de disputas.

A hipótese, que para mim parece a mais fértil, é que notícia e verdade não são a mesma coisa e dever ser claramente diferenciadas. A função da notícia é sinalizar um evento, a função da verdade é trazer à luz fatos escondidos, coloca-los um em relação ao outro e fazer um quadro da realidade no qual os homens possam agir. (LIPPMAN, 2008, p.179)

Apesar dos dilemas do jornalismo com relação à verdade, segundo Sodré (2012, p.

167), o texto jornalístico pode ser tido retoricamente como ficcional, mas não deve ser fictício. Assim, ele pode passar por filtragens, enquadramentos, censuras, mas não deve ser totalmente influenciado pela ficção, pela fuga do que se compreende como real. Em períodos ditatoriais, como o Estado Novo, pontuamos que mesmo com a tentativa do Governo de impulsionar os veículos jornalísticos a dar notoriedade a determinados temas que exaltassem o regime, não se deve considerar que aquele tipo de jornalismo exercido era meramente fictício, pois os elementos apresentados naqueles textos faziam parte da conjuntura em que o país se situava e denunciavam até mesmo por meio de mensagens metafóricas as tensões que se davam naquele contexto.

Como já foi citado, a construção e a aceitação da verdade estão ligadas ao poder. Sendo assim, os grupos políticos que detêm o poder são considerados portadores da verdade. Tendo isto em vista a relação de proximidade que esses dois eixos possuem, buscamos também compreender o poder por meio do entendimento de autores como Nietzsche, Gramsci e Foucault que se voltaram para o estudo desse tema.

### **4.3 Conceituando Poder**

De modo semelhante à verdade, o tema “poder” é complexo e alguns autores se dividem no estudo do mesmo como uma força coercitiva, negativa e/ou algo positivo e consensual.

Conforme Nietzsche (*apud* OLIVEIRA, 2009, p.61), a vida em si seria uma vontade de poder regida por uma vontade de comando, dominação, expansão. Desse modo, o poder não é visto como simples, pois a própria vida é cheia de facetas que dificultam o seu entendimento e é guiada por forças que escapam dos domínios da consciência. Para Nietzsche (2005, p.27), cada poder busca tirar a cada instante suas últimas consequências, o que implica que todas as relações de poder estabelecidas resultam de interpretações e perpassam por construções. Esse estudioso, ao voltar-se a seu campo, a filosofia, questionou até mesmo os filósofos e a posição de poder ocupada por eles na construção de verdades, que, conforme o autor, realizavam arrumações e distorções de sentidos.

Gramsci também se voltou à problemática do poder, no entanto seu estudo do poder estava associado ao conceito de hegemonia e se distanciava do princípio de que a dominação das classes se daria somente através dos aparelhos de coerção. Conforme Gramsci (2002, p. 65), o poder seria conquistado através de lutas pela hegemonia e pelo consenso na sociedade

civil. Posto isso, a hegemonia, fortalecedora do poder, era consolidada em disputas não apenas vinculadas a questões políticas e buscava não somente a simples coerção, mas a direção e o consentimento cultural que viabilizavam o poder. Para Coutinho (2008, p.44), esse processo hegemônico que sustenta o poder também é considerado um processo comunicacional, visto que é por meio da interação semiótica, da reelaboração e compartilhamento dos signos, que se torna possível construir identidades, organizar visões de mundo e representar o real de acordo com as intencionalidades que cercam os sujeitos. Esse entendimento de que o poder não se limitava apenas às coerções impostas pelos aparelhos estatais também foi trabalhado por Foucault.

Foucault (2008) considerou o poder como uma prática social heterogênea, em constante transformação e discordou das tradicionais discussões sobre esse tema, pois, segundo ele, detinham-se apenas à instância econômica e aos sistemas que a garantiam<sup>18</sup>. Para o estudioso, ao voltar-se a questões como essas a sociedade deixava de entender quais técnicas e táticas gerenciavam o poder e focava apenas nas disputas partidárias (FOUCAULT, 2008, p.6).

Segundo Foucault (2008, p. 8), que buscou particularidades do poder na sociedade, as discussões sobre o poder atribuíam ao mesmo uma dupla face. O poder já não possuía somente o caráter repressivo e destrutivo, passa a ser visto também por um lado positivo, produtivo, diferente da visão coercitiva que sempre fora relacionada a ele.

[...] Se o poder fosse repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir [...]. (FOUCAULT, 2008, p.8)

Para esse autor, o poder ultrapassa as noções que o associam à constituição, ao Estado ou a aparelhos estatais (FOUCAULT, 2008, p.21).

Com base na discussão do termo poder, buscamos entender como o poder se manifestou no jornalismo em tempos de Estado Novo, visto que o jornalismo foi, frequentemente, convocado por ditaduras para consolidar o poder do regime e aproximá-lo do público.

#### **4.4 O Poder no Jornalismo em Tempos de Estado Novo**

---

<sup>18</sup> Marx pode ser destacado como um dos estudiosos do poder relacionado à economia.

Conforme Thompson (1995), os meios de comunicação, dentre eles vale ressaltar as produções jornalísticas, possuem grande dimensão simbólica na organização social. Desse modo, compreendemos que eles exercem forte poder nas relações sociais, interferem no modo de agir e contribuem para a formação das percepções de verdade que os indivíduos possuem a respeito de vários temas, embora saibamos que esses sujeitos dispõem de toda uma carga cultural que influi na maneira como eles interpretam a mídia.

Um dos braços importantes para enfatizar que os meios de comunicação tem uma irreduzível dimensão simbólica é que: eles são interessados na produção, armazenamento e circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e recebem. [...] Uma outra mão, que é sempre importante enfatizar é que os meios de comunicação estão sempre contextualizando fenômenos. Eles estão sempre firmados no contexto social que é estruturado em vários caminhos e que, por sua vez, tem estruturado os impactos que acontecem na comunicação. (THOMPSON, 1995, p.10-11, tradução nossa)

Tendo em vista essas interferências que os meios de comunicação carregam, durante o Estado Novo, o Governo se utilizou em larga escala da imprensa para divulgar os ideais varguistas, barrar informações que não eram convenientes para o Estado e adequar o conteúdo veiculado à nova conjuntura política, econômica e social. Essas atividades eram executadas por meio da intervenção dos órgãos que fiscalizavam a imprensa, como o DIP e o DEIP.

Conforme depoimento concedido pelo jornalista Luiz Alberto Bahia a Alberto Dines, nesse período os jornais foram impedidos de fazer críticas e quando usavam esse artifício não se tratava de uma crítica sistemática (DINES, 2000, p. 65). Depoimentos como esse retratam a preocupação que o Governo tinha em interferir nas produções jornalísticas, visto que devido às condições tecnológicas do período, a imprensa e a comunicação interpessoal, baseada no contato físico, eram as formas mais incisivas de se obter informações sobre diversos temas.

No entanto, apesar das intervenções que o jornalismo sofreu, não devemos considerar que o poder exercido por ele foi suplantado pelo regime estadonovista e que o Estado exercia apenas um poder coercitivo em relação à imprensa. Conforme Foucault (2008, p.8), o poder possui peculiaridades positivas e negativas. Esse posicionamento faz com que o jornalismo seja retirado da condição de oprimido pelo Estado Novo, pois o poder que ele exerceu fez com que o regime atendesse a algumas de suas exigências a fim de obter um aliado na construção da boa imagem do Governo implantado.

De acordo com Capelato (1988, p. 50), o regime estadonovista estabeleceu uma relação amigável com alguns representantes da imprensa. Ao construir um novo prédio da



Associação Brasileira de Imprensa (ABI), conforme foi apresentado no capítulo anterior<sup>19</sup>, e ao beneficiar veículos jornalísticos e jornalistas oferecendo regalias como a isenção fiscal, o Estado se utilizava de sua posição de poder, que lhe permitia gerir a nação de maneira bastante intervencionista e, de forma não repressiva, aproximava-se de setores importantes da sociedade, como a imprensa.

Para Marialva Barbosa (2013, p. 3), a imprensa é um suporte por excelência de poder e ao emitir informações para o público ela passa a impressão de que integra os fatos sociais, o que lhe atribui uma posição de destaque. Essa característica faz com que ditaduras se apoiem nesse poder midiático para se promover. Segundo Mariani (2007), o jornalismo constrói uma ideia de real próxima das vivências da sociedade e de modo organizado<sup>20</sup>. Essa maneira de atuação faz com que o público atribua credibilidade às informações passadas e deixe que esse conteúdo atinja seu imaginário coletivo.

A imprensa narra, descreve e recobre a fragmentação e dispersão cotidiana em seções [...], realizando uma espécie de catalogação do real, deixando o real palatável e simbolicamente disciplinado. Cada jornal, ao formular a seu modo enunciados que estabilizam determinados sentidos, se sustenta com base no imaginário da transparência da linguagem e objetividade da notícia, um imaginário que constitui leitores e jornalistas. Escrever/ler as notícias, “mesmo para aqueles que se acreditam não simplórios”, é se inserir em uma cidade (país/mundo/ciência/política/lazer, etc) desambiguizada. (MARIANI, 2007, p.200)

Com base em Foucault (2008, p.12), segundo o qual a verdade produz efeitos regulamentados de poder entendemos que a verdade jornalística também gera esses efeitos, uma vez que são provenientes do poder de diversas forças sociais que interagem (linha editorial, jornalistas, fontes). Em período de censura como o Estado Novo, é pertinente colocar que o poder do Estado era bastante atuante nas verdades que eram apresentadas pelo jornalismo, porém os jornalistas e os donos de veículos também são considerados notáveis fontes de poder, uma vez que eles poderiam se utilizar de estratégias e táticas para burlar o poder estatal e apresentar posicionamentos contrários aos que o Governo desejava difundir em tempos de Estado Novo.

Para Barbosa (2007), apesar do controle exercido em relação aos veículos, o jornalismo dispõe do poder de estimular o debate, mesmo em períodos de controle severo por parte do Estado. Deste modo, compreendemos que apesar das perseguições, os jornalistas

---

<sup>19</sup> Ver páginas 62 e 63 sobre a relação Vargas e ABI.

<sup>20</sup> A expressão jornalismo organizado se refere ao caráter objetivo, coerente e coeso que o texto jornalístico, paulatinamente, buscou dispor a partir do século XX.

podiam dispor de meios para atingir, implicitamente, o regime estadonovista e continuar atuando.

Ao mesmo tempo em que materializam o Estado, tornando pública a sua simbiologia e ideologia política- a ideologia estado-novista -, os periódicos, ao narrar as ações, criam contextos para a descrição, referendando convenções que passam a ser interpretadas significativamente de uma forma ou de outra (BARBOSA, 2007, p.111).

As discussões sobre verdade e poder são complexas. Ainda que o Estado Novo tenha buscado repassar a ideia de que a única verdade era a apresentada pelo regime, consideramos que os profissionais do período não se portaram de maneira totalmente favorável a essa vontade do Governo. Os jornalistas e os donos de jornais podem ter se utilizado de informações subliminares para contradizer as intenções do Estado, uma vez que também ocupam posições de poder. Desse modo compreendemos que a verdade jornalística está sujeita às interferências do poder dentro e fora do seu campo que devem ser consideradas no entendimento de como os jornais em estudo se posicionaram durante o estado autoritário de 1937.

Por meio dessa pesquisa, ao se estudar a relação do Estado com o meios jornalísticos percebemos que a relação de poder existente entre o Estado Novo e o jornalismo não se baseou apenas na coerção. Embora o Estado tenha se utilizado de estratégias repressivas, como a censura, existiu uma relação de reciprocidade entre o Governo e o jornalismo, pois a ditadura Vargas ciente da posição de destaque que o jornalismo ocupa na esfera social buscou se aproximar da classe jornalística e de alguns empresários do ramo oferecendo-lhes regalías.

Os artifícios que o jornalismo possui para selecionar, editar e divulgar notícias foram amplamente utilizados pelo Estado Novo no intuito de se apoderar daquele público e disseminar os ideais varguistas.

Com base no entendimento da conjuntura que permeou o Estado Novo e o jornalismo praticado nesse período e a partir da compreensão das relações de verdade e poder firmadas nesse contexto, o próximo capítulo busca desenvolver o processo analítico dos jornais *Gazeta*, *Monitor Comercial*, *O Piauí* e *Vanguarda* .

## 5 ANÁLISE DO POSICIONAMENTO POLÍTICO DOS PERIÓDICOS GAZETA, MONITOR COMERCIAL, O PIAUÍ E VANGUARDA DURANTE O ESTADO NOVO

### 5.1 Referencial Teórico-Metodológico

Para analisar o posicionamento político dos jornais *Gazeta*, *Monitor Comercial*, *O Piauí* e *Vanguarda* desenvolvemos uma pesquisa qualitativa. Conforme Goldenberg (2004, p. 17), esse tipo de pesquisa não se volta para a representatividade numérica, mas para o aprofundamento de um grupo social, de uma organização e outros e busca estudar aspectos da realidade que não podem ser quantificados voltando-se para o entendimento das dinâmicas sociais.

A pesquisa qualitativa é uma abordagem que se opõe ao princípio da replicabilidade, princípio permite que novas pesquisas sejam feitas com base em um banco de dados já existente e é muito utilizado nas ciências da natureza. Acreditamos que nas ciências sociais aplicadas é possível trabalhar sem nos reportamos a princípios como esse, pois elas possuem especificidades e o pesquisador pode estabelecer metodologia própria sem tomar como princípio leis e explicações gerais.

A maior dinamicidade presente nas pesquisas qualitativas faz com que estas pesquisas sejam julgadas como sem padrões de objetividade. Entretanto, para conter a subjetividade, conforme Bourdieu (*apud* GOLDENBERG, 2004, p. 45), devemos praticar a objetivação. Para esse autor, a objetivação não se realiza de modo pleno, porém ela permite que o objeto seja construído e não inventado.

A simples escolha de um objeto já significa um julgamento de valor na medida em que ele é privilegiado como mais significativo entre tantos outros sujeitos à pesquisa. O contexto da pesquisa, a orientação teórica, o momento sócio-histórico, a personalidade do pesquisador, o *ethos* do pesquisado, influenciam o resultado da pesquisa. Quanto mais o pesquisador tem consciência de suas preferências pessoais mais é capaz de evitar o *bias*<sup>21</sup>, muito mais do que aquele que trabalha com a ilusão de ser orientado apenas por considerações científicas. (BOURDIEU *apud* GOLDENBERG, 2004, p.45)

Posto isso, ao longo desta pesquisa buscamos esclarecer nosso lugar social, entender a conjuntura em que foi praticado o jornalismo durante o Estado Novo e enfatizamos nossas escolhas teóricas.

---

<sup>21</sup> Traduz-se como parcialidade, preconceito (GOLDENBERG, 2004, p. 44).

Esta pesquisa qualitativa tem como parâmetros teóricos os conceitos de estratégias e táticas desenvolvidos por Certeau (2008) e o entendimento de verdade e poder a partir de autores como Foucault (2008) e Nietzsche (2005).

No que concerne às estratégias, para Certeau (2008), elas são definidas como o cálculo das relações de força no momento em que um sujeito de querer e poder é isolado. São as estratégias que atuam como uma base para que possam ser delineadas relações com uma exterioridade de alvos e ameaças. Certeau (2008, p. 102) associa o conceito de estratégia ao conceito de poder, uma vez que é por meio do postulado de um lugar de poder que são condicionados os lugares teóricos, sistemas e discursos totalizantes que podem articular os lugares físicos onde as forças se distribuem.

Sobre as estratégias, segundo Certeau (2008, p.99) elas atuam com o auxílio de um “próprio” que para o autor “é uma vitória do lugar sobre o tempo (CERTEAU, 2008, p. 99)”. Posto isso, a existência do “próprio” permite que as estratégias acumulem as vantagens conquistadas e possuam uma maior visão do campo que facilita expansões futuras e garante maior independência diante das circunstâncias que são postas, pois elas possuem um lugar definido.

Essa possibilidade das estratégias acumularem as vantagens conquistadas e a divisão do espaço viabiliza uma prática panóptica que, conforme Certeau (2008, p.100), transforma as forças estranhas e facilita para que aos vermos de longe determinadas ameaças possamos prever uma reformulação das estratégias.

A divisão do espaço permite uma *prática panóptica* a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar portanto e “incluir” na sua visão. Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço. (CERTEAU, 2008, p.100)

É interessante ressaltarmos que as estratégias por se tratarem de um “cálculo de relações de força” em que são combinados lugares de poder, lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes) e lugares físicos visando dominá-los uns pelos outros; tratam-se de relações de longo prazo, posto que é necessário um estudo, uma “racionalização estratégica” ( CERTEAU, 2008, p.99) para que se atue com coerência.

Já as táticas são apresentadas por Certeau (2008, p.100) como uma ação calculada, ligada à ausência de um próprio, um lugar, no entanto essa carência de um lugar não deve ser tratada como aspecto negativo, pois é na carência do lugar do outro que as táticas se fortalecem. Apesar de ocupar o lugar do outro, segundo Manzano (2012, p.15), esses lugares

ocupados pelas táticas não lhe pertencem, o que faz com que elas tenham que ser adaptadas a esse lugar que lhe é imposto. Ao contrário das estratégias que, de acordo com Certeau (2008, p.100), permitem uma prática panóptica, as táticas não possuem meios para se colocarem em uma posição distanciada, de previsão. Desse modo, as táticas ao trabalharem com um lugar do outro ficam impossibilitadas de fazer um plano global, pois elas atuam com base nas fragilidades dos postulados de poder e suas relações se dão a curto prazo e são operadas considerando as oportunidades que lhe são concedidas.

[...] a tática é um movimento “dentro do campo de visão do inimigo como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas . O que ela ganha não se conserva (CERTEAU, 2008, p. 100).

Contudo, ao contrário das estratégias que, segundo Certeau (2008, p.102), são associadas ao poder, as táticas são condicionadas pela ausência de poder, pois, conforme já citamos, elas trabalham com a fragilidade. É com base nos pontos fracos que as táticas conseguem fazer os movimentos corretos para ganhar notoriedade e transformar uma ocasião em situação favorável. Utilizando-se do pensamento sofisticado, Certeau (2008) define o papel das táticas.

Aristóteles se interessava muito pelos procedimentos desse inimigo que pervertia, pensava ele, a ordem da verdade. Desse adversário proteiforme, rápido, surpreendente ele cita uma fórmula que, precisando a força da sofisticada pode enfim definir a tática, tal como a compreendo aqui: trata-se-dizia Corax- de “fortificar ao máximo a posição do mais fraco” (CERTEAU, 2008, p. 102).

Em períodos de censura, como o Estado Novo, acreditamos que foram as táticas que fizeram com que os jornais tivessem sucesso e conseguissem que seu posicionamento político, seja ele favorável ou não ao golpe de 1937, fosse relatado nos jornais.

Considerando as estratégias e táticas, para Certeau (2008, p. 101), existe uma relação inversa entre as forças submetidas a uma direção estratégica e às táticas. Posto isso, as ações estratégicas que apresentam fragilidades estão sujeitas à astúcia, às táticas. Já as ações estratégicas que estão consolidadas, possuem um lugar de poder tornam-se menos suscetíveis à astúcia. No entanto, não devemos compreender as estratégias e as táticas como opostos. Ambas compõem o mesmo processo, uma tentativa de pôr ordem em determinada sociedade, porém, enquanto as estratégias se dirigem para a organização de um espaço controlado, as

táticas abrem fissuras nos postulados de poder e utilizam de maneira hábil o tempo e as ocasiões (CERTEAU, 2008, p.102). Além de compreendermos que não existe uma relação de oposição entre estratégias e táticas, é necessário ressaltar que elas também não são estáticas, uma vez que táticas frequentemente empregadas podem até mesmo tornarem-se estratégias a longo prazo.

Na tentativa de sintetizar o processo, conforme Hohlfeldt (2015, p. 6) “a tática é uma resistência, enquanto a estratégia é um ataque; a estratégia é uma proposta, enquanto a tática uma resposta”. Mas para Sun Tzu (2007, p.44):

A invencibilidade depende da defesa – que é o único recurso de quem não é capaz de vencer; a vitória depende do ataque – que é o grande recurso de quem é capaz de vencer-; a sabedoria consiste em elaborar uma disposição tática que impossibilite a derrota e viabilize a vitória. Como sempre, a virtude está no perfeito equilíbrio entre defesa e ataque, sabendo o "momento certo" de cada ação".

Para este autor, toda vitória é consequência de uma boa tática elaborada pelo estrategista que criou condições favoráveis.

Apesar de Certeau (2008) não ter se reportado às estratégias e táticas pelo viés militar, para este autor existe uma arte da guerra cotidiana, contudo, nesta guerra as estratégias e táticas nem sempre estão dispostas de modo nítido, uma vez que, como já afirmamos, as estratégias e táticas não são estáticas.

Tendo em vista a conjuntura de cerceamento e de busca do fortalecimento do aparelho estatal que predominou durante a ditadura Vargas, é necessário que compreendamos que as estratégias e táticas utilizadas pelos jornais em meio ao estado autoritário de 1937 não foram traçadas de modo alheio às estratégias e táticas empreendidas pelo regime a fim de garantir sua sustentação. No que se refere ao Estado Novo, acreditamos que sua principal estratégia em relação aos veículos jornalísticos foi obter apoio desses veículos, seja de modo compulsório ou não, com o intuito de garantir notoriedade à sua ideologia. Para garantir essa estratégia, o Estado utilizou-se de táticas como a criação de órgãos de censura, a concessão de mais verbas publicitárias e maior cota de papel aos meios jornalísticos que atuaram como seus aliados. A partir das estratégias e táticas adotadas pelo Estado Novo, o jornalismo piauiense também preparou suas estratégias e táticas para se comportar em meio a esse período, o que não implica que esses veículos jornalísticos posicionaram-se, totalmente, em consonância com a ditadura Vargas, pois consideramos que cada veículo apresentou uma forma peculiar de sobreviver àquele regime, defendendo seus interesses e buscando exercer os movimentos corretos para atingir seus objetivos.

Desse modo, neste estudo, observamos como os jornais, tratados como objetos de pesquisa que ocupam uma posição de poder, articularam-se de modo estratégico e tático a fim de consolidar sua atuação durante o período do Estado Novo e apresentar o seu posicionamento político.

O referencial teórico de verdade e poder, discutido no capítulo anterior, também foi utilizado nesta análise. Sobre a verdade consideramos que a visibilidade que a atividade jornalística possuía em determinados eixos da sociedade, naquele período, fez com que o jornalismo fosse considerado uma fonte credível que estaria associada a uma certa verdade. Contudo, retomamos a discussão realizada no capítulo anterior que não atribui à verdade uma posição isenta. Posto isso, voltando-nos para o meio jornalístico, consideramos que a verdade jornalística também é permeada por coerções, pois existe uma série de subjetividades que interferem na prática jornalística como a linha editorial adotada pela publicação, os pensamentos e as vivências dos jornalistas envolvidos, dentre outras questões.

Em relação ao poder, buscamos compreendê-lo não somente através de uma concepção coercitiva ou negativa. Ele também foi tratado como algo positivo e consensual. Essa discussão foi levada para a análise da esfera jornalística piauiense durante o Estado Novo, posto que consideramos que não coube ao jornalismo praticado nesse período apenas a posição de censurado.

### 5.1.1 Procedimentos Metodológicos

No que se refere aos procedimentos metodológicos, este estudo possui caráter exploratório quanto aos objetivos. Segundo Santos (2008, p. 27), esse tipo de pesquisa é adequado a temas de que se tem pouco conhecimento, uma vez que permite o aprofundamento de conceitos e ideias para uma melhor formulação do problema de pesquisa. Este é o caso da censura imposta ao jornalismo piauiense durante o Estado Novo, tema que ainda não dispõe de muitos estudos. O período em si foi pouco discutido no estado. Boa parte das publicações que fazem alusão à ditadura estadonovista foram produzidas ou orientadas por Francisco Alcides do Nascimento, como o livro *A Cidade sob o fogo*, e Clarice Lira, sua orientanda de mestrado, que desenvolveu pesquisas como *A comissão estadual da lba e suas atividades desenvolvidas no Piauí durante a segunda guerra* e *Festejando e Inventando tradições nacionais: as festas cívico-militares produzidas no governo de Leônidas de Castro Melo*.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo foi bibliográfico que, conforme Stumpf (2010, p 51), constrói-se através da identificação de informações bibliográficas e seleção de documentos relacionados ao tema estudado. Para isso, nos utilizamos de constituições, decretos, artigos científicos, livros, dissertações e outros que contribuíram para a construção do nosso objeto de estudo. Essas leituras proporcionaram reflexões sobre as pesquisas já realizadas e viabilizaram novas ideias sobre como deveríamos proceder neste estudo.

Os procedimentos técnicos usados também nos permitem classificar a pesquisa como documental. Esse tipo de pesquisa envolve fontes que ainda não receberam tratamento analítico (FONSECA, 2002, p. 37). Nesta pesquisa, os documentos foram os jornais, visto que se tornaram fontes documentais com a evolução da historiografia e de outras áreas de estudo. O acesso a esses jornais só foi possível em virtude do Projeto Memória do Jornalismo Piauiense. Por meio do projeto, são digitalizados periódicos que, muitas vezes, não estavam acessíveis ao público por já estarem lacrados ou no acervo pessoal de alguns colecionadores e/ou pesquisadores. A iniciativa preserva a história e a memória do jornalismo piauiense, estimula a identificação cultural e facilita o acesso e o surgimento de pesquisas que envolvem o Piauí, como a pesquisa em questão. Todos os jornais utilizados nesta pesquisa se encontravam lacrados no Arquivo Público do Piauí, porém através desse projeto obtivemos acesso ao material e digitalizamos os periódicos que ainda apresentavam condições de manuseio.

### 5.1.2 Definição da amostra

A amostra em estudo pode ser definida, de acordo com Gil (2008), como uma amostragem por acessibilidade ou conveniência. Neste tipo de amostra o pesquisador seleciona o material ao qual teve acesso considerando que esse possa representar um universo. Esse modelo de amostragem é adequado a estudos exploratórios e qualitativos como a pesquisa em questão.

A amostragem foi composta por doze exemplares do jornal *Gazeta*, considerando que foi um jornal que circulou durante todo o Estado Novo e apresentou algumas modificações editoriais que necessitaram ser acompanhadas para entender o universo, dez edições do periódico *Monitor Comercial*, dez exemplares de *O Piauí*, e sete de *Vanguarda*, pois só foram localizadas sete edições. Acreditamos que a amostra é suficiente para responder ao problema de pesquisa elencado, cujo principal objetivo é identificar o posicionamento político desses jornais no momento de censura estabelecido pelo Estado Novo.



## Gazeta

**Quadro 1 Amostra selecionada de Gazeta**

| <b>Ano</b> | <b>Número</b> | <b>Data</b>    |
|------------|---------------|----------------|
| 1937       | 1189          | 26 de novembro |
| 1938       | 1204          | 6 de agosto    |
| 1938       | 1212          | 25 de novembro |
| 1939       | 1225          | 28 de junho    |
| 1939       | 1232          | 14 de outubro  |
| 1940       | 1241          | 7 de abril     |
| 1940       | 1253          | 9 de novembro  |
| 1941       | 1268          | 19 de junho    |
| 1943       | 1451          | 18 de dezembro |
| 1944       | 1491          | 19 de abril    |
| 1945       | 1             | 15 de agosto   |
| 1945       | 5             | 29 de agosto   |

Fonte: Elaboração Própria

## Monitor Comercial

**Quadro 2 - Amostra selecionada de Monitor Comercial**

| <b>Ano</b> | <b>Número</b> | <b>Data</b>     |
|------------|---------------|-----------------|
| 1937       | 2             | Novembro        |
| 1937       | 3             | Dezembro        |
| 1939       | 36            | 18 de Fevereiro |
| 1939       | 38            | Março           |
| 1939       | 40            | Abril           |
| 1939       | 41            | Maio            |
| 1939       | 42            | Junho           |
| 1939       | 44            | Agosto          |
| 1939       | 47            | Outubro         |
| 1939       | 49            | 9 de Dezembro   |

Fonte : Elaboração Própria

## O Piauí

**Quadro 3 - Amostra selecionada de O Piauí**

| Ano  | Número | Data                           |
|------|--------|--------------------------------|
| 1945 | 1      | 22 de setembro                 |
| 1945 | 2      | 26 de setembro                 |
| 1945 | 3      | 30 de setembro                 |
| 1945 | 4      | 30 de setembro/edição especial |
| 1945 | 5      | 7 de outubro                   |
| 1945 | 6      | 14 de outubro                  |
| 1945 | 7      | 21 de outubro                  |
| 1945 | 8      | 26 de outubro                  |
| 1945 | 9      | 28 de outubro                  |
| 1945 | 10     | 4 de novembro                  |

Fonte: Elaboração Própria

## Vanguarda

**Quadro 4 Amostra selecionada de Vanguarda**

| Ano  | Número | Data           |
|------|--------|----------------|
| 1939 | 1      | 7 de setembro  |
| 1939 | 5      | 8 de outubro   |
| 1939 | 6      | 15 de outubro  |
| 1939 | 7      | 22 de outubro  |
| 1939 | 8      | 29 de outubro  |
| 1939 | 9      | 5 de novembro  |
| 1939 | 11     | 19 de novembro |

Fonte: Elaboração Própria.

Com o intuito de compreender acerca dos jornais piauienses que atuaram nesse período construímos um breve histórico dos mesmos. A partir desses históricos, apresentamos quem eram os proprietários desses veículos, que tipo de assunto era noticiado, em qual gráfica esse material era impresso, com qual periodicidade foram veiculados e outros fatores.

## 5.2 O Posicionamento Político do Jornalismo Piauiense durante o Estado Novo

### 5.2.1 Gazeta

O jornal *Gazeta*<sup>22</sup>, segundo Pinheiro Filho (1997, p. 125), foi implantado em 10 de dezembro de 1904 e em sua primeira fase permaneceu circulando até 1915. Durante o período em que o jornal sumiu, conforme o pesquisador Celso Pinheiro Filho (1997, p. 148), houve o empastelamento<sup>23</sup> de dois jornais piauienses (O apóstolo de Teresina e o Correio de Teresina). Nesse período, a imprensa do estado estava ameaçada, porém não encontramos vestígios que assegurem que o *Gazeta* foi extinto por perseguição política. Contudo, em publicação de 22 de setembro de 1938 o jornal alegou sofrer implicações por parte do *Monitor Comercial* e dá indícios de que já fora atacado em outra fase do jornal.

Não sabemos por que, o Monitor Comercial está implicando com a nossa folha, tendo chegado, até a inventar um novo processo de ataque: censuramos por causa de uma publicação alheia, que além de trazer autor conhecido em nada se relaciona com o censor. (GAZETA, 22 de setembro de 1938)

O periódico, fundado e redigido inicialmente pelo professor e jornalista Benedito Lemos, contou com a colaboração de Pedro Alcantara de Sousa Brito, Antonio Francisco da Costa e Silva e outros. Nessa fase, o jornal funcionava em tipografia própria, localizada em Teresina, na Praça Saraiva (BASTOS, 1994, p.284).

Bastos (1994, p.284) ainda comenta que o jornal começou com publicações semanais e, após a pausa em 1915, ele ressurgiu em 13 de setembro de 1926, na sua segunda fase, durante o período em que Matias Olímpio era governador do Estado.

Nessa segunda fase, conforme Bastos (1994, 292), o jornal passou a ser impresso através da Gráfica Excelsior, que pertencia ao diretor-gerente do jornal, Antonio Lemos. Ainda conforme esse autor, tanto a oficina quanto a redação funcionavam, até 1943, em Teresina, na Rua Álvaro Mendes, nº 87. Já no ano de 1944, redação e oficina passaram a funcionar na Rua Barroso nº 170 e 180 também na capital.

As assinaturas do *Gazeta* poderiam ser em valor avulso ou anualmente e devido a problemas com assinantes inadimplentes, os diretores optaram por exigir pagamento

---

<sup>22</sup> Parte desse estudo sobre o Jornal *Gazeta* foi discutido no Trabalho de Conclusão de Curso “A atuação do jornal *Gazeta* em tempos de censura (1937-1939)”, desenvolvido pela autora desta pesquisa.

<sup>23</sup> Entende-se como empastelamento o ato de inutilizar as oficinas de um jornal.

antecipado. Em caso de matérias encomendadas, ou seja, solicitações de veiculação de textos por parte de leitores e demais interessados, a publicação também acontecia mediante o pagamento prévio e, ao contrário do que acontece com os periódicos atuais em que, dificilmente, a população é informada sobre o pagamento de uma matéria, a seção recebia o nome de “Seção Particular”.

Como esta pesquisa abrange o período em que aconteceu o Estado Novo (1937-1945), ela se volta para a segunda fase desse jornal, em que se nota o surgimento de novos colaboradores e algumas mudanças com relação à linha editorial, postura de jornalismo adotada por um veículo de comunicação. Nesta fase, além da participação do diretor-fundador Benedito Lemos, mais conhecido como “B. Lemos”, o periódico também foi dirigido por Antonio Lemos, que ocupava o cargo de diretor-gerente e era proprietário da gráfica que imprimia o jornal; por Alberoni Lemos, diretor-secretário e outros (BASTOS, 1994, p. 292).

Apesar de o jornal ainda adotar o *slogan* de “Semanário de Interesses Gerais e Especialmente Noticioso”, as impressões não eram semanais e ocorriam em um intervalo que variava entre 10 e 20 dias, dessa maneira muitas notícias chegavam ao leitor com um certo atraso. Por exemplo, o aniversário de Governo do então interventor Leônidas Mello, comemorado dia 3 de maio de 1939, só chegou para o leitor na edição do dia 16 de maio de 1939.

A partir de 1943, o jornal passou a receber o nome de diário, no entanto os exemplares não circulavam diariamente. Nessa época, o *slogan* mudou para “Diário Matutino, Independente, Noticioso e de Interesses Gerais”.

Os slogans de “Semanário de Interesses Gerais e Especialmente Noticioso” e “Diário Matutino, Independente, Noticioso e de Interesses Gerais” expressam que a finalidade do jornal não era apenas jornalística. Além de divulgar notícias que variavam da viagem do proeminente interventor do estado ao recebimento de um cartão de agradecimento da parte de um correspondente que se identificava com a proposta do jornal, o *Gazeta* possuía espaço para poesias, divulgação de livros, almanaques, publicidade, curiosidades e uma espécie de coluna social. O uso de outros tipos de conteúdo além do jornalístico, em alguns veículos da época, é explicado por Fortes (2001, p. 50) como uma alternativa para atrair os leitores que, por conta da ditadura estadonovista eram impedidos de acompanhar nos periódicos as discussões e debates políticos calorosos de outrora. Segundo o autor, ainda que o teor da linha

editorial se voltasse para o conteúdo político, outros assuntos foram incluídos nos jornais com o intuito de manter o público.

Entretanto, ressaltamos que já no último ano da ditadura, 1945, o jornal *Gazeta* mudou de proprietário. Os cerceamentos enfrentados pelo jornal levaram ao fechamento, em 1944, e a mudança de direção no ano posterior, uma vez que esse veículo jornalístico foi vendido. Boa parte das publicações localizadas no Arquivo Público do Piauí, em 1944, recebiam abaixo do nome do jornal um número de registro no Departamento de Imprensa e Propaganda, o que implica que antes do fechamento e da nova direção o periódico foi, rigorosamente, controlado pelo DIP.

Quando o *Gazeta* ressurgiu em 1945, teve como diretor-proprietário, José Cândido Ferraz, que, conforme Gonçalves (1997, p.135), foi médico e político no Piauí. Nesse período, Ferraz atuava como membro do diretório piauiense na União Democrática Nacional (UDN), partido que se posicionava de maneira contrária à ditadura Vargas. A atuação desse político com relação ao Estado Novo já não era de proximidade. Antes mesmo de sua filiação à UDN e da compra do jornal *Gazeta*, José Cândido Ferraz foi preso durante a gestão do chefe de polícia Evilásio Vila Nova, sob a acusação de envolvimento nos incêndios que se davam na capital durante o estado autoritário de 1937 (GAZETA, 15 de agosto de 1945, p.2), cuja autoria não foi identificada. O cargo de redator-chefe, por sua vez, foi ocupado por Esmaragdo Freitas que possuía fortes ligações partidárias no estado. Paralelamente a essa atividade jornalística, Freitas foi presidente da União Democrática Nacional, na seção Piauí (GAZETA, 29 de agosto de 1945, p.1). Por fim, o cargo de redator-secretário foi ocupado por Júlio Antônio Martins Vieira que de acordo com Gonçalves (2003, p.421) além de jornalista foi professor e escritor e, dentre suas publicações fez críticas à ditadura Vargas.

Com a nova direção, o jornal também recebeu um novo slogan : “Órgão político e noticioso”. A nova identificação do periódico esteve, diretamente, relacionada às influências político-partidárias de sua direção e redatores

No que se refere ao processo de diagramação, o jornal *Gazeta*, de 1937 a 1945, apresentou diagramação vertical, posto isso o estilo de texto e as imagens, quer sejam relacionadas às notícias ou aos anúncios, eram dispostos nessa posição, o que dava uma espécie de monotonia e dificultava a leitura. Notamos também o uso do preto e branco como aspecto predominante no jornal, uma vez que a impressão colorida exige maiores custos, no entanto em edições especiais, como o aniversário do jornal, eles dispunham de fonte colorida, porém em apenas uma tonalidade.

O pouco uso de fotografias também é observado no jornal, em ambas direções jornalísticas. Esse recurso torna a leitura monótona e, de certo modo, impede o leitor de complementar a informação obtida nos textos, uma vez que a fotografia é um elemento que poderia agregar mais veracidade ao que é dito no jornal. Conforme Monteiro (2012, p. 17), nos anos 1940, a fotografia no Brasil passava por processos de modernização, aperfeiçoamento de edição e reprodução. Impulsionada pelos anseios da população com relação à Segunda Guerra Mundial era por meio das fotografias publicadas em jornais e revistas ilustradas que a sociedade se informava a respeito dos conflitos mundiais e obtinha aspectos das práticas políticas do Estado Novo, como desfiles cívicos, educação cívica, eventos esportivos. Apesar de a fotografia ser um recurso utilizado por alguns jornais e revistas no período estadonovista, principalmente para promover a boa imagem de Vargas, nas poucas vezes em que o jornal fez uso da fotografia ela não se apresentava com nitidez, o que demonstra a pouca qualidade dos recursos gráficos que o jornal dispunha. Até o interventor federal, Leônidas Mello, figura que representava Getúlio Vargas em âmbito local, e sobre quem eram relacionados vários textos, não foi, com frequência, representado no periódico por meio de fotografias. No entanto devemos acrescentar que embora houvesse um estímulo para que fossem publicadas fotos que promovessem a ditadura Vargas existia uma dificuldade com relação à aquisição desses recursos tecnológicos e a pouca renda dos jornais também inviabilizava a compra. Ainda segundo Monteiro (2012, p.18), o auge do fotojornalismo só se deu nos anos 1950, período em que os profissionais se utilizaram de novas narrativas fotográficas e ganharam mais espaço nas revistas e jornais.

Com base nas estratégias e táticas adotadas pelo jornal *Gazeta* durante a ditadura Vargas, buscou-se identificar qual o posicionamento político adotado por essa publicação no momento de censura estabelecido por esse regime.

### 5.2.2 *Gazeta* e suas estratégias e táticas

O jornal *Gazeta* é apontado por Nascimento (2002, p.49) como um dos poucos jornais que tiveram circulação regular durante o Estado Novo. Contudo, devemos enfatizar que se tratava de um período em que os veículos jornalísticos mantinham-se sob a vigilância dos órgãos de censura e, no Piauí, as publicações eram efêmeras. Apesar das limitações impostas por aquela conjuntura, o jornal *Gazeta* empreendeu estratégias e táticas que deixam vestígios sobre qual o posicionamento político adotado durante esse período.

No que concerne às estratégias, observamos que o periódico adotou estratégias distintas para garantir seus interesses durante o período. O *slogan* “Semanário de Interesses Gerais e Especialmente Noticioso”, posteriormente substituído por “Diário Matutino, Independente, Noticioso e de Interesses Gerais” já reflete qual o meio que o jornal buscou para dialogar com o público em Geral e, sobretudo, com o Governo que interferia nas atividades jornalísticas. Ao se apresentar como um “semanário ou diário de interesses gerais” o *Gazeta* revela ao seu público sua proposta de desenvolver um periódico com conteúdo diversificado, que abrangeria diversos interesses sem, no entanto, concentrar-se em nenhuma temática. Deste modo, o jornal atendia diversas demandas do seu público leitor, seja ele a sociedade em geral, ou até mesmo o Governo, e tornava-se uma importante instância de poder no período, uma vez que em um único espaço discorreria sobre diversas temáticas.

Como se tratava de um período em que a publicação de temas que atingissem o Governo seria passível de punições impostas pela Constituição de 1937, o periódico, inicialmente, buscou distanciar-se das temáticas polêmicas que se dirigiam ao estado autoritário de 1937 e abordou temas como cultura, eventos em geral e entretenimento (curiosidades, receitas, piadas). Em publicações de cerca de 4 páginas, a dedicação a esses temas desviou a publicação do confronto com o Governo e contribuiu para o fortalecimento do jornal, pois sinalizava que, ao adotar essa postura o periódico, posicionar-se-ia de modo favorável ao regime.

No que se refere ao conteúdo cultural, percebemos que esse material fez parte da abordagem estratégica do jornal. Considerando que, para Certeau (2008, p.99), as estratégias atuam como uma base para que possam ser delineadas relações com uma exterioridade, a seção *Livros e Folhetos* dessa publicação costumava fazer sinopse do material recebido em sua redação e, de certo modo, como o jornal era uma das poucas publicações jornalísticas piauienses veiculadas no período, ele contribuía para direcionar as escolhas literárias do seu público-leitor exercendo assim uma importante relação de poder no período. Adotar essa estratégia era um modo não só de distanciar-se, diretamente, da veiculação de embates com o Governo, como se tornava uma base para se afastar dos mecanismos de censura.

Texto 1: Não se compra entrada na história. Esse é o título da obra de Pandiá Pires . A apresentação do autor bem dispensaria os prefácios esclarecedores se esse não tivesse sido feito por Herbet Moses [...] Sem fazer biografia o autor nos mostra uma imagem interessante e viva do Sr Getúlio Vargas . Do homem lutando contra o ambiente, contra um cenário hostil ao próprio temperamento e aos desígnios que se propusera realizar. (GAZETA, 6 de agosto de 1938, p.1)

No texto 1, observamos que o jornal faz a sinopse de um dos livros anunciados. Nesse caso, a obra intitulada de “Não se compra entrada na história”. Aos poucos o periódico qualifica o autor da obra, o jornalista Pandiá Pires, como um competente autor, por meio das expressões “nos mostra uma imagem interessante”. O jornal também destaca a colaboração de Herbert Moses, que na época ocupava o cargo de presidente da ABI, e, conforme Ribeiro (2007, p.311), defendia uma relação de cordialidade entre a ABI e o Governo vigente. Com a oração “A apresentação do autor bem dispensaria os prefácios esclarecedores se esse não tivesse sido feito por Herbet Moses”, o *Gazeta* enfatiza o trabalho do jornalista e faz um elogio simultâneo ao autor da publicação quando cita que o seu nome não requer maiores esclarecimentos. A intencionalidade do jornal em divulgar esse livro em detrimento de outros deve ser questionada, uma vez que a publicação propunha-se a abordar aspectos positivos que envolviam a vida de Getúlio Vargas. A escolha de publicações como essa defendia o jornal de intervenções dos órgãos de censura e oferecia indícios de que o planejamento do *Gazeta* estaria em consonância com o que propôs a ditadura Vargas para esse período.

A abordagem de eventos em geral também fez parte da estratégia que essa folha delineou para articular-se. Esta publicação oferecia destaque tanto à agenda governamental quanto a outras atividades desempenhadas por determinados segmentos sociais que poderiam ser seus leitores, pois, conforme Fortes (2001, p.51), naquele período foi comum misturar, nos jornais, aspectos da cena política que nos anos iniciais da ditadura voltaram-se bastante aos assuntos governamentais, com a vida privada, social e cotidiano.

Texto 2: O país vem fremindo desde os primeiros dias desse mês no calor das comemorações do 10º aniversário do febricitante e remodelador Governo do presidente Getúlio Vargas. Nesta capital haverá brilhantes homenagens em cujo número está incluída a inauguração do busto do presidente Vargas. Na avenida que tem o seu nome no cruzamento com a rua 24 de fevereiro e do serviço de ônibus urbano criado pela magnífica operosidade do prefeito Lindolfo Monteiro (GAZETA, 9 de novembro de 1940, p.1).

No texto 2 são noticiados os eventos que o interventor do Piauí, Leônidas Mello, em parceria com o prefeito de Teresina, Lindolfo Monteiro, promoveriam em comemoração ao 10º aniversário do Governo de Getúlio Vargas, que desde 1930 esteve no poder. Eventos políticos como esse foram, constantemente, divulgados no periódico e contribuía para que o jornal traçasse relações com a exterioridade, no momento em que o Governo foi um importante eixo com o qual as publicações jornalísticas necessitavam dialogar a fim de obter algumas vantagens como verbas publicitárias e auxílio na cota de papel (PINHEIRO FILHO, 1997, p.200).



Contudo, devemos reconhecer que não era o Governo o único alvo que o jornal pretendia atingir. Embora se trate de um período ditatorial, o *Gazeta* foi uma publicação que foi implantada no início do século XX, mais precisamente em 1904 e, portanto, já possuía uma parcela de público fidelizada que a publicação também procurou agradar nesse período autoritário. Era necessário que esses vínculos fossem mantidos para oferecer maior força ao periódico e seria também uma forma de manter o público leitor vinculado ao periódico em um momento em que o Governo exigia, por meio do artigo 122, parágrafo 13, da Constituição de 1937, que os jornais, obrigatoriamente, exibissem seus comunicados, que, propositalmente, vinham acompanhados de propaganda oficial. Essa relação com o público é percebida por meio do texto 3.

Texto 3: Depois de brilhante tirocínio deve colar grau de farmacêutico, a 28 do corrente na faculdade de Farmácia e Odontologia da capital do Maranhão o nosso talentoso e aplicado patricio Antônio Castelo Branco de Vasconcelos , filho do competente Farm licenciado Pedro Ribeiro de Vasconcelos, nosso distinto amigo (GAZETA , 26 de novembro de 1937, p. 1).

No texto 3, o jornal *Gazeta* refere-se à uma solenidade de colação de grau do filho de um dos seus leitores, caracterizado como “distinto amigo”. Ao dar ênfase a esse tema a publicação garante sua intencionalidade em abordar interesses gerais, conforme determina o seu *slogan*, e discorre sobre temas que envolvem o cotidiano da cidade, uma vez que a formatura de um jovem era um assunto relevante para o período dada as dificuldades de acesso ao Ensino Superior naquela conjuntura. Retomando-se Fortes (2001, p.51), percebemos que aspectos do cotidiano da cidade e a vida privada foram temáticas retratadas pelo jornal.

As temáticas de entretenimento também foram utilizadas no periódico com o intuito de atingir interesses gerais. Curiosidades, receitas e piadas desviaram a atenção do público das mudanças políticas, econômicas e sociais que aconteciam nesse período. Veiculada a partir de 1941, a seção intitulada de *Gaveta de Sapateiro* foi um espaço que revelou componentes do plano estratégico do jornal. Nesse segmento do jornal, distraía-se os leitores e se garantia o futuro da organização em meio ao estado autoritário de 1937.

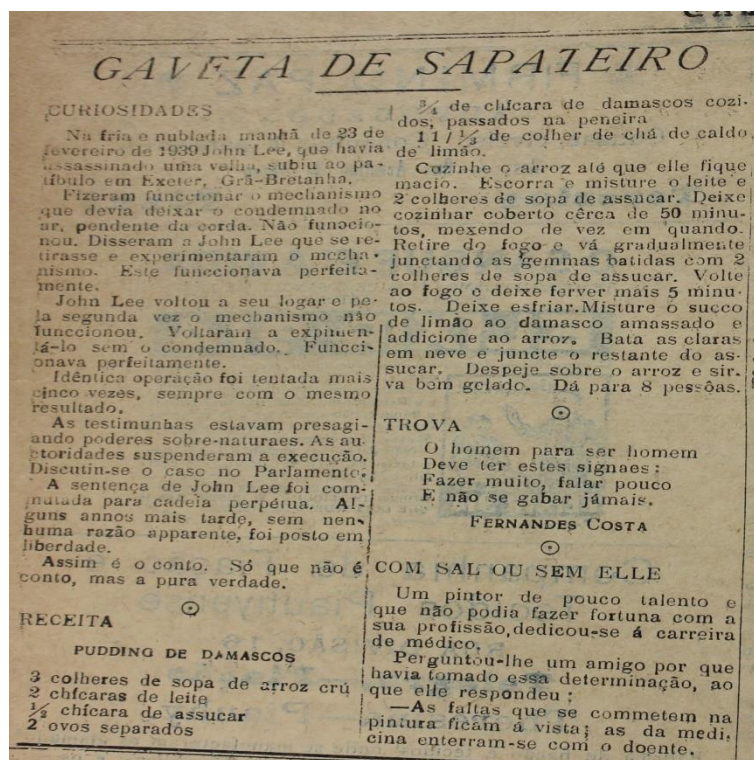


Imagem 8 Seção Gaveta de Sapateiro

Fonte: Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

A fotografia acima revela a preocupação de *Gazeta* em tornar-se um meio jornalístico leve que, mesmo com o momento político e institucional em vigor, passava ao público a imagem de que o país comportava-se na mais perfeita ordem, sem medidas autoritárias. Reportando-nos à Barbosa (2013, p. 3) que considera a imprensa um suporte por excelência de poder que, ao emitir informações para o público passa a impressão de integrar os fatos sociais é possível afirmar que o *Gazeta*, ao focar em interesses gerais como o entretenimento, eventos, cultura e outros, levou ao público a impressão de que aqueles eram os assuntos que deveriam interessar a população daquele período e que, por ter o poder de integrar os fatos sociais, poderia se creditar ao periódico a característica de abordar o real, embora suas publicações resultassem de tentativas de representá-lo.

Com a mudança de proprietário, em 1945, após uma pausa ocasionada pela transcrição de uma sentença em que se mencionava o nome do operário Manoel Gomes Feitosa que não resistiu a uma sessão de tortura (GAZETA, 29 de agosto de 1945, p.1)<sup>24</sup>, o periódico modificou também sua operação estratégica junto a sua nova direção. O novo *slogan* adotado pela publicação “Órgão político e noticioso” oferece indícios de quais são os interesses dessa

<sup>24</sup> Esse operário foi acusado de envolvimento nos incêndios que se alastravam na capital e por isso foi torturado até a morte. A causa foi julgada pelo Juiz Teodoro (GAZETA, 29 de agosto de 1945, p.1).

nova linha editorial do jornal. Ao se definir como órgão político, o jornal alertava ao público que retomaria esse formato jornalístico. Essa mudança de estratégia é identificada logo na primeira edição do jornal que se deu no segundo semestre de 1945. No momento em que anuncia sua volta, a publicação já enfatiza quais são suas intenções jornalísticas para aquele momento político e institucional.

Texto 4: A Gazeta que saíra de circulação contra a vontade premida por um acace do famigerado DIP, reaparece agora sob outra direção e com nova orientação política que não destoa fundamentalmente das tradições dignificantes do dilatado tirocínio da folha escrupulosa no informar [...] Nessa fase de transição em que o país e o mundo se unem para ideais importantes e irreprimíveis a Gazeta vem suprir uma verdadeira lacuna na vida da imprensa do Piauí onde a oposição a ditadura não podia, nem pode fugir ao dever de ter o seu órgão de publicidade. Assim ressurgue a Gazeta como folha oposicionista, jornal popular e jornal de combate disposta a pugnar com decisão e bravura pela redemocratização brasileira [...] (GAZETA, 15 de agosto de 1945, p.1)

Por meio do texto 4, o jornal destaca o seu interesse em atuar focando na política. A frase “a Gazeta vem suprir uma verdadeira lacuna na vida da imprensa do Piauí onde a oposição à ditadura não podia, nem pode fugir ao dever de ter o seu órgão de publicidade” mostra indícios de que a nova estratégia de *Gazeta* para esse período foi apresentar-se como um veículo que focaria na política para garantir o futuro da organização partidária ao qual o mesmo estava vinculado, a União Democrática Nacional (UDN).

Essa estratégia destoa da estratégia inicial adotada pelo jornal, em que a publicação desenvolve um planejamento jornalístico pautado em temas gerais, fugindo das discussões partidárias que foram vetadas pelo estado autoritário de 1937. No entanto, devemos reforçar que a conjuntura de 1937 fora avessa a dos últimos anos do regime, pois em 1945 o Estado Novo já apresentava sintomas de esfacelamento e se encontrava mais suscetível ao confronto de sua ideologia.

Além de dar origem a um veículo jornalístico de cunho oposicionista, a estratégia adotada pelo jornal *Gazeta* também foi essencial para o partido a que seus diretores estavam ligados, uma vez que favoreceria o crescimento de adeptos aos ideais propostos por essa agremiação.

No que concerne às táticas, que, conforme Certeau (2008, p.100), podem se aproveitar de ocasiões e das fragilidades que possam existir nos postulados de poder, consideramos que o jornal *Gazeta*, valendo-se de ocasiões distintas proporcionadas pela conjuntura e pela nova linha editorial adotada em 1945, modificou suas operações táticas ao longo do Estado Novo.

A partir dos anos iniciais da ditadura Vargas até 1944, analisamos que a folha em estudo dispôs de táticas que buscavam aproximação com o regime em vigor. Essa proximidade facilitou para que a publicação dispusesse de mais artifícios para prever saídas naquele período. Desse modo, a astúcia, inicialmente, utilizada por esse jornal foi a interação com os governantes, meio que viabilizou a circulação do periódico e colaborou para que o *Gazeta* garantisse seus interesses naquele período em que o país convivia com forte intervencionismo estatal em diversas atividades.

O interventor Leônidas Mello foi uma personalidade política constantemente referenciada no jornal. Devido a posição de poder ocupada pelo mesmo que poderia ser coercitiva através da punição de jornalistas e veículos jornalísticos ou até mesmo positiva por meio de trocas de favores entre Estado/Meios jornalísticos, textos que se referiam positivamente a ele foram frequentes nas publicações que circularam até o ano de 1944.

Texto 5: Governante guiado por ótima estrela o Sr Dr Leônidas Mello tem sido, incontestavelmente, de rara felicidade na sua operosa gestão, pois até as rendas do estado, como que profiando em ajudá-lo na faina construtiva prosperam cada dia proporcionando-lhe meios para agir galhardamente na ânsia de que é digno. (GAZETA, 7 de abril de 1940, p.1)

No texto 5, analisamos que o jornal *Gazeta* construiu uma relação de proximidade com o interventor. A expressão “guiado por ótima estrela” contribui para que Leônidas Mello seja caracterizado como um governante cujas decisões são bem articuladas e, portanto, bem direcionadas. Ao qualificar a gestão como “operosa” e com capacidade de prosperar a folha elogia também, indiretamente, o governante e atua conforme as determinações dos órgãos de censura do período que impunham que os veículos jornalísticos se tornassem também divulgadores da propaganda do Governo e de seus representantes nesse período.

Entretanto, considerando que, para Certeau (2008, p. 101), as táticas atuam de modo vigilante às falhas que as conjunturas particulares abrem na vigilância do poder, observamos que apesar dessa exaltação à ditadura estadonovista e a seus líderes no Piauí, como o interventor Leônidas Mello, o periódico também se utilizou de falhas na vigilância executada pelos aparelhos estatais para criticar as condições precárias com as quais a população e também os meios jornalísticos tinham que lidar.

Texto 6: No Piauí apesar da deficiência que algumas estradas apresentam no inverno a não pequena quilometragem dessas estradas tem sido de assigalado e incontestável préstimo. Entretanto o serviço postal para os pontos do extremo sul continua a ser feito com a morosidade de outras épocas[...]. Em São Raimundo Nonato se leem jornais do Rio 6 a 8 dias depois da sua publicação, o que mostra o desinteresse com que são recebidos

lá os jornais desta capital que em tais condições somente por muita gentileza poderão lograr assinaturas naquele meio. [...] Parece que a diretoria geral dos Correios deve procurar facilitar o mais possível o tráfego da correspondência, aproveitando todas as rodovias que ligassem lugares para onde não houvesse estrada de ferro ou serviço aéreo militar. Parece também que o Governo deve envidar o seu prestígio, o seu esforço. (GAZETA, 25 de novembro de 1938, p.1)

Com base no texto 7, constatamos que o jornal também utilizou o espaço que dispunha para fazer críticas às condições de circulação que lhe eram oferecidas pelo Estado. Na publicação, discorre-se sobre deficiências na infraestrutura do estado, como os problemas em estradas, mas ao mesmo tempo suaviza-se a denúncia ao se enfatizar que essa deficiência é esporádica e atenuada pela largura da estrada que viabiliza os desvios para que os transportes sigam viagem. Desta forma, a publicação driblava qualquer possível punição, pois a crítica não se dispunha dissociada de uma das formas de remediar a situação. O *Gazeta* beneficiou-se também dessa ocasião para expor dificuldades que as más condições das estradas e a deficiência no Serviço Postal, desempenhado por uma empresa pública federal acarretaram aos veículos jornalísticos e à população que, segundo o jornal, obtinha conteúdo de fora do estado com muito atraso. Além dos jornais de outras partes do país, os jornais da capital também possuíam entraves causados pelos Correios e pelos problemas nas estradas. Devido a demora no recebimento, as publicações passaram em algumas regiões a ser preteridas pelo público que se inconformava em assinar um jornal local que chegaria as suas residências com muito atraso. Esses empecilhos atrapalhavam a circulação não só desse periódico, mas das demais publicações que necessitavam desse serviço. Apesar das críticas feitas a esse serviço dos Correios, observamos que o Governo foi, sucintamente, convocado a interferir pelos jornais no impasse. A expressão “Parece também que o Governo deve envidar o seu prestígio” atuou como um chamamento conciso ao Estado para deficiências tanto nas estradas quanto nos Correios, órgão ligado ao Governo.

Denunciando problemas de infraestrutura e das ações executadas por alguns órgãos públicos, o jornal driblou a censura e em suas páginas chamou a atenção do público e das autoridades para problemas econômicos que poderiam afetar a sociedade. Conforme Capelato (1999, p.175), que estudou a imprensa nos tempos da ditadura Vargas em âmbito nacional, essa medida era vetada pelo Governo, posto que passava a impressão de que o país passava por instabilidades.

Texto 7: Parece-nos que uma crise de cereais, principalmente, de arroz nos bate às portas para aumentar as dificuldades da vida que já não são poucas [...] É certo que os poderes públicos agora estão de olho vivo na vigilância

do interesse coletivo pelo que é de esperar sejam amparadas as asas da ganância logo aos seus primeiros movimentos . Todavia é conveniente que se acautelem os que puderem fazer prevenindo-se contra a crise que se aproxima. (GAZETA, 28 de junho de 1939, p. 1)

No texto 8, constatamos que o jornal *Gazeta* aproveitando-se de brechas na fiscalização dos jornais e do uso de uma linguagem não agressiva conseguiu veicular o alerta às dificuldades econômicas às quais o estado estava suscetível. A expressão “É certo que os poderes públicos agora estão de olho vivo na vigilância do interesse coletivo” comporta-se como uma atenuante do problema e é um alerta de que apesar de as dificuldades se aproximarem a população contaria com o apoio do Governo. Essa foi uma tática utilizada por *Gazeta* para expor problemas que poderiam afetar o estado, sem no entanto, comportar-se de modo combativo com o Estado Novo.

As dificuldades na obtenção de recursos materiais para a produção do jornal também foram contestadas nas publicações. O papel, importante matéria-prima para os jornais, foi alvo de questionamentos. O *Gazeta* criticou o produto fabricado em âmbito nacional e o elevado preço que era repassado aos proprietários de veículos jornalísticos.

Texto 8: É lastimável que a imprensa que não pode transportar papel linha d’água esteja na contingência de submeter-se ao produto nacional sempre imperfeito e de subida vertiginosa no preço. Em virtude do preço exorbitante por que estamos adquirindo o papel como se vê somos obrigados a elevar o preço da venda avulsa da *Gazeta* (GAZETA, 18 de dezembro de 1943,p.4).

Em jornal veiculado em 18 de dezembro de 1943, o periódico, exercendo movimentos táticos para garantir seus interesses, critica a alta dos preços e a qualidade do papel produzido no Brasil. Devemos enfatizar que, em 1943, o mundo vivia a Segunda Guerra Mundial e, conforme Pinheiro Filho (1997, p. 199), enfrentava-se um racionamento de papel, uma vez que as principais regiões produtoras estavam envolvidas nesse conflito bélico. Ao criticar o produto nacional mencionando que o “ o produto nacional sempre imperfeito e de subida vertiginosa no preço” o jornal, indiretamente, também desaprovava a política econômica nacional que, como bem afirma Garcia (2005, p.90), visava estimular o crescimento da produção interna. Entretanto, é pertinente enfatizar que mesmo o jornal não concordando com o preço e a qualidade do papel disponível para venda naquele período a crítica foi disponibilizada em forma de nota, na última página do jornal em meio a outras diversas informações. Desse modo, só seria encontrada através de uma leitura atenta dos censores e até do público em geral. A tática da localização de textos como esse em zonas mais escondidas do

periódico foi empregada para que se pudesse criticar o regime e algumas limitações causadas pelo mesmo.

A abordagem de assuntos bizarros, que se afastavam das notícias mais usuais também compuseram a operação tática articulada pelo jornal *Gazeta* e podem ser interpretadas como mensagens metafóricas que, implicitamente, criticavam a conjuntura política daquele período. O texto intitulado de “A vaca que devorava cabritos” foi apresentado na edição de 14 de outubro de 1939 e reflete essa tática.

Texto 9: O Sr Elvino Carlos de Mesquita, proprietário da fazenda Carahibas, daquele município tivera a sorte de possuir uma vaca que comia cabritos , o que entretanto ainda não havia acontecido. [...] E a vaca tendo acabado os cabritos do agregado passou a comer os da própria fazenda, apurando, então, o sr Elvino a veracidade do que lhe informara aquele . Diante disso deu fim ao perigoso animal matando-o para consumo de sua casa (GAZETA, 14 de outubro de 1939, p. 1).

Tendo em vista que segundo Bernetti (2009, p. 3), o acontecimento jornalístico geralmente se define a partir de uma concepção positiva ou funcional da história em que se exalta o excepcional em relação ao comum e o desvio em relação à norma, o jornal *Gazeta* ao dar notoriedade a esse comportamento excêntrico de uma vaca utilizou o espaço que lhe foi concedido para destacar um assunto que fugiu das notícias que comumente apareciam nos periódicos e chamou a atenção do leitor para esse tema em detrimento de outras questões que assolavam o período, como os incêndios que acometeram a capital piauiense cuja autoria não foi identificada. Contudo, a divulgação de temas como esse não pode ser analisada como uma publicação despreziosa. A veiculação desta notícia, sobretudo, no momento em que a ditadura Vargas se fortalecia deve ser compreendida como uma crítica ao Estado que, assim como a vaca citada no texto, metaforicamente, devorava cabritos garantindo, por meio da coerção ou do consentimento, cada vez mais adeptos a sua ideologia.

Ainda no que concerne às táticas do *Gazeta* com relação ao Governo, no período de 1937 a 1944, também foram comuns textos que elogiavam o trabalho desenvolvido por Getúlio Vargas. Com isso, o *Gazeta* aproximava-se também do ditador que naquele período comportou-se de maneira bastante intervencionista exercendo mudanças políticas, econômicas e sociais. No texto 10, *Gazeta* presta homenagem a Vargas pelo seu aniversário e contribui para que seja construída uma boa imagem desse representante do Estado.

Texto 10: O Brasil comemora hoje o 61º aniversário do seu grande presidente. Significa isto que a alma nacional está em festas, festas copiosas e justas. O homem que há 13 anos e meses empunha o bastão de chefe desta maravilhosa nação tem pela sua obra demorada e clarividente conquistado a

estima de quase unanimidade dos seus governados, que por isso mesmo exultam no dia onomástico do eminente estadista ( GAZETA, 19 de abril de 1944, p.1).

Nessa edição, o *Gazeta* realiza uma construção do real, em que o aniversário do líder Getúlio Vargas é apresentado como uma data importante para toda a população brasileira. Este dia é citado como se fosse uma data comemorativa, que se reportasse a um evento histórico, uma conquista. A frase “a alma nacional está em festas, festas copiosas e justas” enfatiza o aniversário de Vargas como um importante acontecimento dentre os demais que eclodem no cotidiano. Para complementar os elogios feitos ao ditador, o periódico também enaltece o trabalho desempenhado por Getúlio Vargas que, conforme o jornal, “tem pela sua obra demorada e clarividente conquistado a estima de quase unanimidade dos seus governados”. Esta expressão, além de exaltar as ações executadas por Vargas, contribui para a construção de um discurso de aceitação do ditador e do modo de governar executado por ele, uma vez que Getúlio Vargas é apresentado como um governante que possui quase aprovação total de toda a população.

A relação construída por esse jornal com aparelhos estatais como o DIP também foi parte da operação tática de *Gazeta*. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi um dos aparelhos com os quais o periódico buscou construir uma estreita relação a fim de garantir os movimentos corretos para atingir sua estratégia inicial, que foi abordar temas de interesses gerais. Por meio do texto 11, analisamos o emprego dessa tática.

Texto 11: Pelo Departamento de Imprensa e Propaganda foi nos remetido do Rio um volume sob o título *O Exército em dez anos de Governo do presidente Vargas*. Nele vem brilhante conferência realizada em 10 de novembro do ano transato, no Palácio Tiradentes pelo ilustre General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, que abordou com elevação e minúcias os avanços feitos pelas nossas forças de Terra durante o decênio governamental do presidente Getúlio Vargas. Agradecemos a oferta (GAZETA, 19 de junho de 1941, p.1).

No texto 11, o jornal menciona o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão do Governo que controlava imprensa, cinema, teatro, radiofonia e outros. Nessa edição, o *Gazeta* agradece ao DIP pelo envio de um material, o livro *O Exército em dez anos de Governo do presidente Vargas* cuja resenha foi disponibilizada na publicação. Devemos enfatizar, conforme decreto lei nº 1949 de 30 de dezembro de 1939, artigo 2º, que regulamentava as atividades do DIP em relação ao setores de imprensa e propaganda, tornava-se obrigatório que os jornais por meio de artigos, editoriais, comentários e noticiários



esclarecessem a população com relação a planos de reconstrução material e reerguimento nacional. Nesse caso, ao discorrer sobre um livro que tratava das ações do exército durante o Governo Vargas e agradecer o envio da publicação pelo DIP, o *Gazeta*, além cumprir essa ordem do departamento, interagia e buscava firmar uma relação cordial com o DIP, dado que o apoio de órgãos como esse favoreceriam a atuação desse periódico.

Com a mudança de direção em 1945, o jornal *Gazeta* modificou suas operações táticas, no entanto devemos ressaltar que desde 1943, na direção da família Lemos, o periódico já sinalizava dificuldades em manter seu plano estratégico. Nesse período, a intervenção do Governo era tão notória que em algumas edições a maioria dos textos publicados eram enviados pela *Agência Nacional*. Desse modo, o jornal tornou-se um importante reprodutor da verdade favorável às doutrinas defendidas pelo Estado Novo, posto que essa agência foi subordinada aos departamentos de censura durante a ditadura Vargas (BORGES, 2006, p.59).



**Imagem 9:** Jornal *Gazeta* de 18 de dezembro de 1943 com vários textos da *Agência Nacional* (A.N)  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.

Com base em Nietzsche (2005, p. 12), que considera necessário compreender acima de tudo a que moral se quer chegar, posto que todos os impulsos visam dominar, acreditamos que o envio e a publicação obrigatória de notícias produzidas pela *Agência Nacional* tornaram-se importantes aliados do Estado que, por sua vez, garantia a veiculação de uma verdade favorável à ideologia defendida pela ditadura Vargas.

Contudo, devemos enfatizar que não foi somente através da agência estatal que o Estado interferiu, diretamente, nos enquadramentos jornalísticos apresentados em *Gazeta*. Por meio de órgãos de censura como o Serviço de Imprensa do Departamento de Propaganda e do Serviço de divulgação da Polícia, o Estado garantiu que o seu ponto de vista estivesse presente na publicação, posto que tratavam-se de órgãos que compunham o aparelho estatal da ditadura Vargas e tinham interesse de atuar em conformidade com a política que vinha sendo defendida em âmbito nacional. Embora os textos enviados por correspondentes, pela *Agência Nacional* e pelos órgãos de censura tenham aparecido com indicação de sua autoria, devemos considerar que eles se utilizaram do estatuto de verdade conferido ao veículo jornalístico em estudo. Apesar de o leitor não ser considerado passivo em relação aos conteúdos jornalísticos, a autoria desses textos poderia passar despercebida por alguns leitores e ser atribuída apenas ao jornal que já possuía uma reputação construída junto a seu público.

Ainda que o jornal pudesse empreender artifícios para driblar os censores, durante o ano de 1944 a circulação desse periódico enfrentou entraves, uma vez que seus exemplares deveriam ser registrados no DIP, conforme já foi citado.

Em 1945, quando o jornal *Gazeta* ressurgiu a fim de garantir os interesses da União Democrática Nacional (UDN), o periódico em estudo começou a se utilizar de táticas de distanciamento incisivas em relação ao Estado e seus representantes. Ao contrário do que aconteceu de 1937 a 1944, período em que esse periódico, frequentemente, teceu elogios ao regime estadonovista, no último ano do estado autoritário de 1937, com o intuito de fortalecer o grupo político ao qual seus diretores estavam filiados, o jornal *Gazeta* utilizou-se de táticas que visavam o distanciamento do Estado Novo e o fortalecimento da UDN.

Em texto veiculado em 15 de agosto de 1945, Leônidas Mello, personalidade política que outrora fora exaltado no jornal é caracterizado negativamente. Contudo, as críticas não se estendem somente a esse representante, o regime estadonovista em si também é criticado por esse jornal.

Texto 12: Quando o interventor regressa do Rio de suas frequentes excursões bajulatórias e dispendiosas quando vai a Barras pescar curimatás, a Picos tomar chá de alho ou a Oeiras beber a água milagrosa de certo afluente do Mocha quando chega ou sai um figurão que precisa de ser adulado a criança desfila pelas ruas e estaciona horas seguidas em frente ao palanque numa exibição de magreza e palidez, raquitismo e outras mazelas. Há não poucos anos que as crianças vem submetidas a esse regime de marchas e contramarchas, de saltos piruetas de conformidade com as regras [...] (GAZETA, 29 de agosto de 1945, p. 3).

Com base no texto 12, constatamos que o jornal em um único texto problematiza diversas questões. Inicialmente, *Gazeta* aponta as viagens do interventor ao Rio de Janeiro “como excursões bajulatória e dispendiosas” e não como reuniões de trabalho e de defesa dos interesses da população piauiense. Por meio dessa expressão, a publicação critica o interventor, que, outrora, fora exaltado e o acusa de fazer gastos desnecessários com o dinheiro público, pois as viagens justificadas ao público como viagens de trabalho são qualificadas como “excursões bajulatórias”. Outro ponto que o periódico critica são os desfiles, frequentemente, utilizados pelo Estado Novo a fim de receber alguma autoridade que visitasse o estado e até mesmo o interventor. No momento em que o periódico se volta contra esses desfiles, manifesta-se contrário também ao nacionalismo exarcebado, um dos princípios que compunham a ideologia estado novista. A qualidade de vida dos habitantes do estado, sobretudo das crianças participantes de desfiles, também é questionada pelo *Gazeta*. Ao caracterizar a aparência das crianças como de portadoras de “magreza e palidez, raquitismo e outras mazelas”, a publicação, indiretamente, acusa o Estado de não desenvolver políticas públicas que se voltem para a saúde e alimentação das crianças do Estado.

Por fim, a crítica que o jornal apresenta volta-se, principalmente, ao Governo estadonovista. A expressão “regime de marchas e contramarchas, de saltos, piruetas de conformidade com as regras” critica o nacionalismo exarcebado e as exigências peculiares à vida militar que o Estado faz a seus governantes. Com essa publicação, percebemos que o jornal buscou traçar movimentos que o distanciavam não só dos governantes, mas da própria doutrina adotada pela ditadura Vargas que em outros tempos foi divulgada pela mesma folha.

Em contradição a essa imagem pejorativa que esse periódico em estudo passou a fomentar sobre o Estado Novo, a União Democrática Nacional e seus representantes foram, através de táticas, exaltados no jornal. O brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN à presidência do Brasil, e demais articuladores de sua candidatura no Estado, constantemente, tiveram suas ações divulgadas.

Texto 13:Realizou-se ontem, na praça Rio Branco completamente apinhada o meeting preparatório do grande comício de amanhã . O primeiro orador foi o des. Simplício Mendes que anunciou a próxima e honrosa visita da caravana Juraci Magalhães. [...] Depois desse distinto estudante de direito o povo ouviu a palavra vibrante e sempre aplaudida do des. Arimateia Tito que foi em seguida substituído por um orador que não estava anunciado:Raimundo Nonato Caldas que pronunciou uma oração breve e farta de ataque à sub-ditadura piauiense e de aplauso à redemocratização nacional com Eduardo Gomes (GAZETA, 15 de agosto de 1945, p.4).

No texto 13, o jornal discorre sobre um comício da UDN que se deu na capital piauiense. Observamos que o periódico qualifica, positivamente, todos os oradores do comício, o que contribui para que também seja construída uma imagem positiva desses militantes da UDN junto ao imaginário simbólico coletivo da população. O jornal fomenta o antagonismo ditadura estadonovista, chamada também de “sub-ditadura piauiense”, X UDN, apresentada como a proposta de “redemocratização nacional”. Com esse discurso, o periódico mostrava um posicionamento político contrário à ditadura Vargas e cada vez mais fomentava a adesão do estado ao partido pelo qual militava.

Posteriormente, buscamos também identificar qual o posicionamento político do jornal *Monitor Comercial*, com base também nas estratégias e táticas utilizadas por esse periódico durante o estado autoritário de 1937. A partir dessas estratégias e táticas também observamos como esse jornal atuou na consolidação da verdade e do poder durante o Estado Novo.

### 5.2.3 Monitor Comercial

O Monitor Comercial surgiu em outubro de 1937 e, inicialmente, atuava como uma revista de publicação mensal que continha aproximadamente 40 páginas. Já em 1939, percebemos que a publicação deixa de ser uma revista e tornou-se um jornal, no entanto manteve a circulação mensal e passou a dispor de 6 a 9 páginas.

O veículo teve sempre na direção João Bastos, que atuou no Tesouro das Contas do Piauí, em 1926, e foi o primeiro diretor da Fazenda após a revolução de 1930, durante a administração de Landri Sales. Suas influências políticas também lhe concederam em 1935, durante o Governo de Leônidas Mello, a indicação para o Departamento Estadual de Estatística e Publicidade. Essa indicação revela a notoriedade que Bastos possuía diante do governador, que na época, foi eleito com o apoio de Landri Sales e do Partido Nacional Socialista Piauiense (PNSP). As alianças com Mello permaneceram durante a ditadura Vargas e João Bastos continuou dirigindo o Departamento Estadual de Estatística e Publicidade (MONITOR COMERCIAL, novembro de 1939, p.1). Esse era o perfil do jornalista da época que sempre tinham outros ofícios além do jornalismo (FORTES, 2001, p.51).

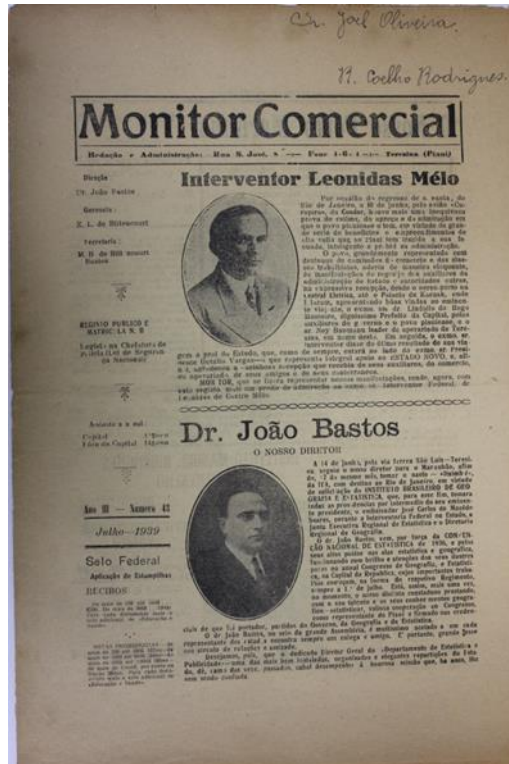
O fato de o diretor do *Monitor Comercial* ter ocupado altos cargos de confiança do Estado pode ter facilitado a circulação do material produzido, uma vez que se tratava de um período em que até mesmo o papel era controlado pelo Governo. Porém, a mudança de formato jornalístico (revista/jornal), pode ser relacionada às dificuldades impostas pelo

período estadonovista. A publicação de uma revista exige maiores gastos com material e pessoal, devido ao seu formato, número maior de páginas. Um jornal seria uma publicação menos onerosa para os proprietários do veículo jornalístico.

Assim como o jornal *Gazeta*, que também circulou durante a ditadura Vargas, o *Monitor Comercial* contou com a colaboração de membros de uma mesma família para sua produção. Dentre eles, podemos citar L. L de Bittencourt e M.B de Bittencourt Bastos.

Sobre o conteúdo do *Monitor Comercial*, observamos que além das notícias, o veículo tinha um espaço em que eram publicadas cartas do leitor comentando texto veiculados nas edições anteriores e a exemplo do *Gazeta* também possuía uma seção que se assemelhava a uma coluna social com informações sobre noivados, casamentos e nascimentos.

O uso da fotografia foi marcante no conteúdo do jornal. Porém, vale ressaltar que as imagens adotadas em sua maioria não possuíam um formato que denotasse ação, movimento. O plano fotográfico mais utilizado foi o primeiro plano ou close, que oferece mais destaque ao semblante do objeto ou sujeito fotografado e registra a sua fisionomia. Essa composição fotográfica disponibilizou até mesmo mais notoriedade aos personagens fotografados que eram sempre altos representantes do Governo. Devemos enfatizar que a intenção dessa pesquisa não é desqualificar a atividade exercida por profissionais da fotografia que atuaram nesse período, uma vez que a fotografia era um trabalho muito mais operoso que nos dias de hoje devido à tecnologia que se possuía no período.



**Imagem 10:** Plano fotográfico mais adotado em Monitor Comercial

**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.

No que se refere à diagramação, notamos que o jornal dividia seu conteúdo em 2 ou 3 colunas que poderiam ser dispostas com os elementos textuais e fotográficos em maneira verticalizada ou horizontal. A publicação em estudo possuía tipografia própria e a redação e administração funcionavam na Rua São José, nº8.

### 5.2.4 Monitor Comercial e suas estratégias e táticas

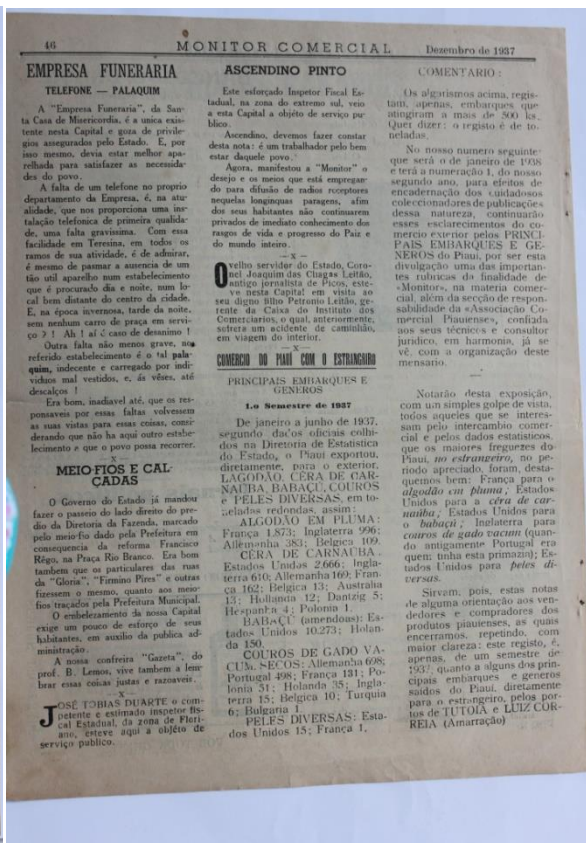
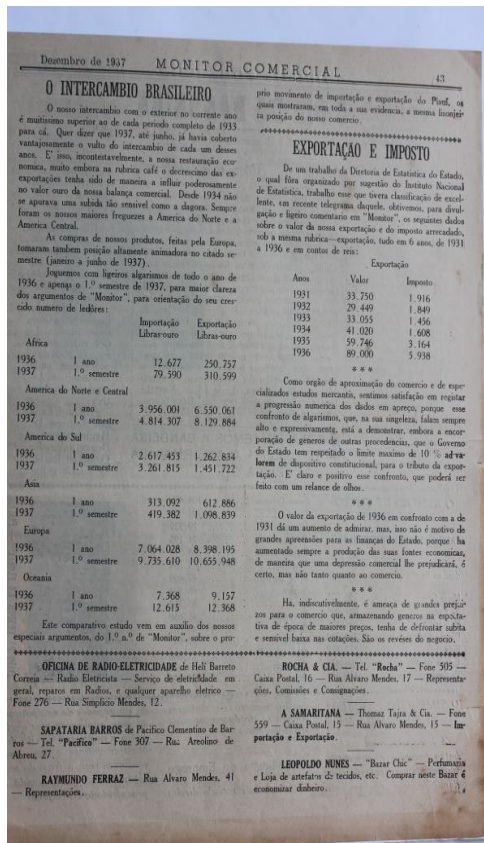
As estratégias adotadas pelo periódico *Monitor Comercial* para circular e posicionar-se politicamente durante o Estado Novo são observadas, inicialmente, no seu título ou “nome-título”, como denonima Mouillaud (2002). O título possui a função de identificar e faz com que o conteúdo seja diferenciado dos demais. Desse modo, o título *Monitor Comercial* destaca aspectos que compõem a identidade do periódico e delimita que suas relações com a exterioridade serão pautadas na vigilância, no acompanhamento da temática comercial.

Ao se posicionar como um periódico voltado para a pauta comercial o veículo, estrategicamente, construía suas relações com a exterioridade distanciando-se da polêmica política, que, como bem afirmou Fortes (2001, p.50), fora coibida em tempos de censura. Em

publicação do mês de novembro de 1937, no mês em que se deu o golpe, constatamos essa estratégia do veículo.

Texto 14: Está provado pela experiência-guia seguro de tudo e de todos na vida prática que publicações mensais como a nossa, que mantém a grande ânsia de tudo registrar, de tudo divulgar dentro do seu amplo programa e no estreito limite de suas responsabilidades não pode, em hipótese nenhuma, manter diversas e selecionadas seções não. Assim resolvemos fazer — Monitor — de agora em diante só respeitando a ordem da seção da Associação Comercial Piauiense, pela sua responsabilidade e o compromisso entre nós e ela assumido. (MONITOR COMERCIAL, novembro de 1937, p. 17)

Observamos por meio do texto 14 que o periódico começou a traçar uma nova maneira de atender ao seu público-leitor. No entanto, a modificação na política editorial era atribuída apenas às condições de circulação e produção do jornal. Ao declarar que publicações mensais não podem “em hipótese nenhuma, manter diversas e selecionadas seções”, *Monitor Comercial* reforça o seu interesse em tornar a revista um conteúdo especializado em comércio, o que, de certo modo, facilitaria o fechamento de cada edição, uma vez que todo o conteúdo publicado se voltaria para uma temática, mas poderia até mesmo restringir o público, dado que o conteúdo se concentraria em apenas um tema comércio/economia.



**Imagem 11:** Monitor Comercial destaca transações comerciais que se davam no Piauí e em âmbito nacional.

**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

Com base nas imagens acima, percebemos que a revista *Monitor Comercial*, em 1937, dedicava páginas inteiras para a discussão de temas como exportações, importações, impostos e outros. Por meio de gráficos e tabelas, o periódico detalhava as transações comerciais que se davam no Brasil e, de modo mais específico, no Piauí. A maneira como o conteúdo comercial era disposto delimitava o público da revista, pois para compreender as questões debatidas o leitor deveria conhecer sobre números e transações comerciais.

A estratégia de apresentar-se como um “lugar” voltado para as discussões comerciais e outros temas tidos como leves também esteve presente no momento em que o *Monitor Comercial* deixou de atuar como revista para tornar-se um jornal. Como percebemos no texto 15 .

Texto 15 : O momento não comporta jornais de artigos doutrinários sem grandes preocupações . A imprensa tem por isso de agir com muito cuidado para evitar recíprocas contrariedades . Daí a deliberação que tomamos de dar outra feição a Monitor Comercial que de agora em diante passa a esta feição de publicações leves, ligeiras , curtas e de interesses gerais (MONITOR COMERCIAL, março de 1939, p.1).

Por meio do texto 15, intitulado de “Nova Orientação”, o *Monitor Comercial* revela o momento de cerceamento pelo qual passava o país e apresenta ao público ações do seu plano estratégico para se manter atuante durante o Estado Novo. O termo “O momento” faz referência ao Estado Novo e às mudanças políticas econômicas e sociais implantadas pelo regime que se estenderam também à imprensa. Ao colocar que “A imprensa tem por isso de agir com muito cuidado para evitar recíprocas contrariedades”, o jornal denuncia ao público as intervenções que o novo regime impôs ao jornalismo, mas também destaca a necessidade que ambos possuem de trabalharem como aliados, evitando desentendimentos, posto que a relação entre a imprensa e o Estado não foi apenas de submissão. Nesse período, o jornalismo ocupou uma posição de poder e em alguns momentos o Governo teve que ceder às suas exigências em troca de apoio político e de fortalecimento da sua imagem diante da população. Tendo em vista essa conjuntura e as penalidades que poderiam ser impostas à imprensa como a diminuição da cota de papel em casos que o Governo fosse contrariado (PINHEIRO FILHO, 1997, p.200), o *Monitor Comercial* optou por adotar uma nova estratégia de atuação que se distanciasse de questões que pudessem fugir do enquadramento ideológico imposto pelo Estado Novo. Ao assegurar a utilização de “publicações leves, ligeiras, curtas e de



interesses gerais”, o jornal mantinha seu público-leitor e se afastava de polêmicas que poderiam atingir ao Governo.

Contudo, o veículo jornalístico *Monitor Comercial* também é considerado uma empresa e, por consequência, tem por objetivo fazer com que seus produtos (as notícias) sejam aceitos e circulem no mercado. Posto isso, houve uma preocupação do jornal, após o golpe do Estado Novo, a fim de que a publicação acompanhasse as mudanças impostas pelo momento político vigente e evitasse seu fechamento. Com base no texto 15, avaliamos que *Monitor Comercial* encontrou nas publicações mais leves, portanto, distantes da polêmica política, uma forma de acompanhar os novos panoramas do mercado jornalístico que assim como os outros eixos também estavam largamente controlados pelo Estado.

A estratégia de trazer ao jornal um conteúdo que se afastasse das discussões de ideologias fez até mesmo com que o jornal construísse sua imagem voltada para a temática comercial. Essa proposta pode ser avaliada no texto 16.

Texto 16: Monitor Comercial dentro de sua alta finalidade que é o amparo da indústria e do comércio, como indica o seu próprio nome, desde o seu início, só tem agasalhado em suas colunas causas justas e nobres compatíveis com essa finalidade (MONITOR COMERCIAL, abril de 1939, p.1).

Por meio do texto 16, constatamos que o *Monitor Comercial*, em 1939, continuou se apresentando como um espaço para a discussão da temática econômica e, estrategicamente, construiu essa imagem perante ao público. Recorrendo a Bueno (*apud* RÊGO, 2010, p. 359), a imagem é uma representação mental de uma organização formada por meio de concepções de um indivíduo ou um grupo. As expressões “só tem agasalhado em suas colunas causas justas e nobres” e “dentro de sua alta finalidade que é o amparo da indústria e do comércio” constituem aspectos da imagem que o jornal desejava construir para si, como um jornal justo e que tinha como missão principal o amparo à indústria e ao comércio. Vale ressaltar que esse era o período em que a censura começava a se fortalecer, uma vez que o DIP foi implantado em dezembro do referido ano atendendo a uma necessidade do Governo que era divulgar sua ideologia e exercer controle. Ao definir-se como um órgão voltado a questões econômicas e, portanto, isolado de questões políticas, o jornal, de certo modo, desviava-se das interferências dos órgãos de censura e emitia uma mensagem subliminar ao Governo de que se posicionaria servindo ao regime.

Apesar das imagens, conforme Bueno (*apud* RÊGO, 2010, p. 359), encontrarem-se exteriores à organização, constatamos por meio do texto 17, a presença de uma imagem que se aproxima do modo como o jornal se projetava no mercado.

Texto 17: Monitor dirigido pelo esforçado e ilustre Dr João Bastos é um órgão que vai angariando gerais simpatias. É um jornal que, de fato, agrada. Não gosto de jornais politíqueiros com questões fortes e descomposturas, até mesmo pode-se dizer ridículas. Não deixa de ser uma vitória para o Piauí o aparecimento de mais um jornal de informações que nos interessam, sugerindo ideias que condizem com nossa situação atual e coletiva, lembrando temas esquecidos, procurando com método estudar os meios mais práticos de explorar em benefício de nosso equilíbrio o progresso material e moral (MONITOR COMERCIAL, março de 1939, p.7).

Com base no texto 17, observamos que é a própria redatora da carta publicada no periódico que elenca as características do jornal, que, estrategicamente, estavam sendo apresentadas por *Monitor Comercial*. A frase “Não deixa de ser uma vitória para o Piauí o aparecimento de mais um jornal de informações que nos interessam” reforça a ideia de que o periódico, de fato, possuía em suas colunas “causas justas e nobres” e passava ao público também a impressão de que era um jornal isento das discussões político-partidárias, que segundo Rudiger (*apud* CARDOSO, 2014, p. 25-26) tiveram auge no século XIX, atravessaram o século XX, porém enfrentaram uma decadência na década de 1930, sobretudo com a implantação do Estado Novo e o fim dos partidos políticos, medida imposta através da Constituição de 1937.

Embora o *Monitor Comercial* tenha se declarado como um veículo que se distanciaria dos conteúdos que não se voltassem para a temática econômica e, sobretudo comercial, constatamos que a publicação durante o Estado Novo também se direcionou para assuntos de ordem política. É interessante ressaltar que a política foi bastante atrelada à atividade jornalística. Ao discorrer sobre os primórdios da imprensa no Brasil, Fortes (2001, p.46) argumenta que se acreditava no papel político do jornalismo e que o processo de comunicação estaria aliado à defesa dos interesses da administração pública. Esse posicionamento também foi adotado durante o período da ditadura Vargas. A exigência de que os jornais publicassem os comunicados do Governo nas dimensões taxadas em lei, prevista pelo artigo 122, parágrafo 13, da constituição de 1937, revela alguns aspectos dessa visibilidade que o Governo buscava nos jornais. No periódico *Monitor Comercial*, analisamos que, estrategicamente, foi dada uma nova forma de tratamento do conteúdo, um distanciamento do material partidário e agressivo utilizado em outrora. Por meio do texto 18, constatamos a forma como a temática política foi abordada no jornal.

Texto 18: Como era natural uma vez divulgada essa seria a alteração do regime, essa importante alteração política-administrativa, o nosso povo em preocupado movimento, ficou atento ao grande fato até tarde da noite em frente às estações receptoras colhendo assim informes dos poderes competentes oficiais. Tudo corre calmo nesse estado sem todavia diminuir o grande interesse do povo pelas notícias radiofônicas. Assim é que a 11 das 22 horas em diante foi coletada a irradiação da Inconfidência Mineira sobre a NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA (MONITOR COMERCIAL, novembro de 1937, p. 32).

Embora a temática política ainda tenha continuado nas páginas de *Monitor Comercial*, conforme o texto 18, no momento em que o Governo foi modificado já havia indícios de que o posicionamento político da revista seria favorável ao Estado Novo. A expressão “Tudo corre calmo nesse estado” reforça que o *Monitor Comercial* pretendia passar ao público a impressão de que, apesar das mudanças na administração do país, o povo confiava em seus governantes e se sentia assistido por eles.

Na mesma edição de novembro de 1937, por meio do texto 19, intitulado de “Comissão Executora do Estado de Guerra” verificamos, novamente, que o periódico distancia-se da temática comercial para voltar-se às questões políticas em torno do golpe que se desencadeava no país.

Texto 19: O povo do Piauí está tranquilo no momento, porque, nessa comissão vê confiante, seguras garantias para o seu bem estar. As classes trabalhadoras alcançaram isso, de modo especial, inclusive Monitor, porque não há motivos de desconfiança dos méritos dos ilustres membros, que instalando os seus árduos e espinhosos trabalhos, assumem ipso facto, árduas e espinhosas responsabilidades. (MONITOR COMERCIAL, novembro de 1937, p.27)

A partir do texto 19, analisamos que o *Monitor Comercial* faz referência à Comissão Executora do Estado de Guerra, criada em outubro de 1937, após a divulgação de que existiam forças políticas que pretendiam tomar o Estado e implantar a “desordem”. Segundo D’Araújo (2000, p.27), essa Comissão se encarregaria de prender suspeitos de comunismo, previa a reeducação de comunistas não perigosos e até mesmo a criação de campos de concentração, medida que, conforme a autora, não foi executada. No Piauí, segundo o *Monitor Comercial* essa comissão foi composta pelo ainda Governador Leônidas Mello, o Capitão dos Portos, Nelson Desouza, o coronel do exército, Hugo Alencar, e outros. Observamos por meio da frase “O povo do Piauí está tranquilo no momento, porque, nessa comissão vê confiante, seguras garantias para o seu bem estar” que o periódico refletia em suas páginas a ideia de que era consenso entre os piauienses que o governante local e os

demais membros da comissão executora fariam com que a segurança e o bem estar dos piauienses fossem garantidos em qualquer circunstância, uma vez que a comissão era formada por membros tidos como “ilustres” e de “árduas e espinhosas responsabilidades”, ou seja, engajados com as responsabilidades que lhe foram concedidas.

Contudo, é pertinente ressaltar que a abordagem de política se dava com menos frequência, em 1937, no período em que *Monitor Comercial* foi revista. Com cerca de 60 páginas era possível tratar sobre a temática econômica com profundidade. Números de exportações e importações, inauguração de empreendimentos e reivindicações de proprietários de estabelecimentos são alguns dos temas que a revista apresentou a seu público leitor. Consideramos que, nos anos posteriores, com o fortalecimento do Estado Novo e a necessidade do Governo de dar visibilidade às suas ações houve uma nova abordagem de política nos periódicos que circularam nesse período.

Para atingir as estratégias definidas, a publicação *Monitor Comercial* precisou realizar movimentos corretos em sintonia com o futuro que se pretendia para o periódico. Para Certeau (2008, p. 100), esses movimentos são definidos como táticas que conforme esse autor operam golpe por golpe, lance por lance e aproveitam-se das ocasiões para garantir benefícios, propriedade e saídas.

Tendo em vista a conjuntura de fortalecimento do aparelho estatal e da censura realizada por órgãos do Governo, como o DPDC (1937), DNP (1938) e por fim, pelo DIP (1939-1945) e DEIP (1940-1945), consideramos que o *Monitor Comercial* com intuito de garantir seus interesses junto ao público ao qual se destinava desenvolveu um planejamento tático para atuar e se posicionar politicamente.

No que se refere ao *Monitor Comercial*, a publicação continuou encontrando no segmento político, um lugar de força e poder para ajudar a alcançar os objetivos gerais do periódico. No entanto, a política não foi objeto de debate entre as lideranças políticas locais. Em conformidade com as exigências dos órgãos de censura que visavam firmar o regime e estabelecer um maior vínculo com a sociedade, o *Monitor Comercial* adotou como tática o posicionamento amistoso com o Governo nas mais variadas instâncias, o que interferiu no tratamento dado às notícias.

Com o fim dos partidos políticos imposto pela constituição de 1937, a questão política nesse impresso dissociou-se das siglas partidárias e deu notoriedade aos nomes de representantes de órgãos públicos seja em âmbito municipal, estadual e federal como se analisa no texto 20.

Texto 20: Fala-se com segurança que o ilustre prefeito da nossa capital dr.Lindolfo Monteiro está empenhado em dotar Teresina, até setembro o mais tardar de um melhoramento:AUTO-ÔNIBUS. Estamos, pois de parabéns. Nós os munícipes, como de parabéns estão a prefeitura e o senhor prefeito (MONITOR COMERCIAL, junho de 1939, p.4).

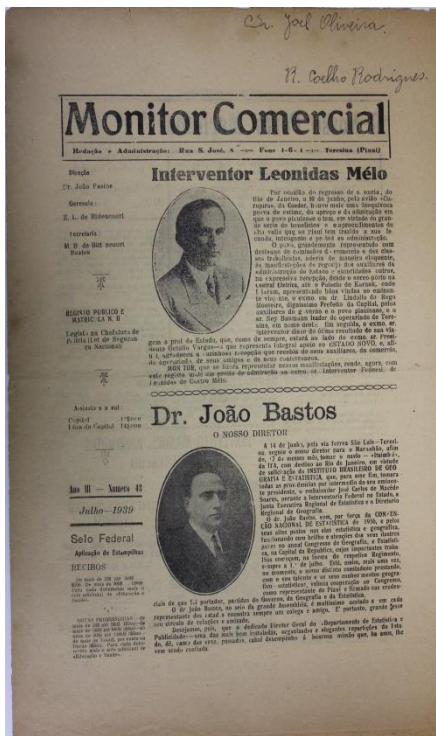
Conforme o texto 20, percebemos que o *Monitor Comercial* anunciou o melhoramento do sistema de auto-ônibus, porém o destaque não é dado somente para a ação (melhoramento dos auto-ônibus), a prefeitura e, sobretudo, o prefeito são enfatizados na colocação e até o veículo jornalístico se inclui na narrativa. Reforçamos essa reflexão por meio da frase “Nós os munícipes, como de parabéns estão a prefeitura e o senhor prefeito”. Notamos que existe toda uma construção de poder que faz com que o mesmo seja compreendido como uma prática heterogênea, conforme entende Foucault (2008, p.21), uma vez que não só os aparelhos estatais estiveram presentes na discussão. Por meio da frase, “Estamos, pois de parabéns. Nós os munícipes, como de parabéns estão a prefeitura e o senhor prefeito”, o periódico também atribui a si e aos munícipes o êxito nas decisões tomadas pelo então prefeito de Teresina, Lindolfo Monteiro. Outra questão que deve ser pontuada é a maneira adjetivada que o prefeito é apresentado no periódico. Lindolfo Monteiro é descrito como um gestor bondoso e sensível aos problemas da cidade. A expressão “empenhado”, apresentada no texto 20, é um dos adjetivos positivos que qualificam essa liderança. A preocupação com a cidade é colocada de maneira tão intensa que a figura do prefeito (parte da administração municipal), por vezes é apresentada pelo jornal como se fosse o todo (a prefeitura por completo) ou uma parte da prefeitura que deve ser enfatizada.

No segmento estadual, analisamos também que *Monitor Comercial* dialogou com o interventor do Estado, Leônidas Mello. Tendo em vista que o interventor representava a figura de Vargas na conjuntura local e, por isso, possuía poderes para dialogar com os outros agentes do aparelho estatal e até interferir nas decisões tomadas, tornando-se uma ameaça para a publicação, *Monitor Comercial* procurou se resguardar dessa ameaça aproveitando o espaço que lhe era concedido para dar repercussão positiva aos feitos do interventor tanto na administração pública quanto na vida pessoal. Observamos essa relação por meio do texto 21.

Texto 21: A 25 de novembro findo regressou ao nosso meio o ilustre sr dr Leônidas de Castro Mello, eminente interventor federal nesse estado cargo que vem exercendo desde novembro de 1937 em seguimento ao de governador constitucional em face dos novos rumos com elevado patriotismo e decidido interesse pelo progresso intelectual, moral e material do seu Estado ( MONITOR COMERCIAL, dezembro de 1939, p.1).

No texto 21, o jornal discorre a respeito do regresso do interventor de uma viagem e se utiliza de definições dadas ao interventor que enaltecem sua administração, mas que também difundem aspectos da ideologia estadonovista. A expressão “com elevado patriotismo e decidido interesse pelo progresso intelectual, moral e material do seu Estado” revela características, frequentemente, difundidas pelo regime como a necessidade de patriotismo, aspecto que “deveria ser ativo, realizador, criador, fecundo e fundamental para a formação da nacionalidade” (RENK, 2011, p.2) e também de progresso, ideia que o Estado Novo queria associar ao seu Governo e, conforme Ortiz (2001, p. 32), ajudou a construir a concepção de moderno, inicialmente apresentada no Brasil no século XX. Por meio desse texto, o jornal contribuía para a construção de uma imagem favorável ao interventor ressaltando seus feitos e dando notabilidade às suas ações.

Ainda no que se refere às relações entre o periódico e o interventor Leônidas Mello é importante destacar que a fotografia, recurso que complementa a leitura do texto e o deixa menos monótono também acompanhou alguns textos relacionados ao interventor. Retomando Amaral (2002, p. 4), observamos que essa medida também foi presente em âmbito federal. A utilização de fotografias de Getúlio Vargas em situações que lhe asseguravam uma boa imagem foi medida utilizada pelos órgãos de propaganda para garantir credibilidade e visibilidade ao Governo. Desse modo, ao divulgar com frequência fotos do interventor de modo pousado ou exercendo algum trabalho, *Monitor Comercial* contribuía para que fosse desenvolvida uma boa imagem do Governo e até mesmo se promovia diante do Governo local.



**Imagem 12:** MONITOR COMERCIAL, junho de 1939, p.1.  
 Fonte: Projeto Memória do Jornalismo Piauiense



**Imagem 13:** MONITOR COMERCIAL, maio de 1939, p.7  
 Fonte: Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

Na figura 12, observamos uma foto pousada do interventor que lhe atribuía um caráter de seriedade. Os trajes e o semblante do líder reforçam essa característica. Já na segunda foto, o interventor é fotografado visitando as obras de uma ponte em Campo Maior. Ao ser fotografado desse modo, o jornal repassa ao público a imagem de um representante do Governo engajado com as questões políticas do estado e que busca melhorias para a população.

Por meio do processo analítico, constatamos que o plano tático do *Monitor Comercial* se organizou não só para dialogar com os mais altos representantes do Governo, na esfera municipal (prefeito de Teresina) e estadual (interventor), mas também para destacar os feitos de pessoas ligadas ao periódico que atuavam em outros cargos da administração.

Texto 22: Comissionado pelo Governo do Estado para representar o Piauí nos trabalhos de padronização dos orçamentos, a cargo do conselheiro técnico de Economia e Finanças seguiu para o Rio no avião do dia 4 corrente, o dr João Bastos, Diretor do Departamento Estadual de Estatística do Estado. Estamos certos de que o comissionado, ex-contador do Estado, e ex-diretor da fazenda, funções que desempenhou com muita operosidade e inteligência, dará integral cumprimento a essa nova missão que lhe vem de confiar o ilustre Interventor Federal, Sr. Dr. Leônidas Mello. [...] Ao nosso colega O Imparcial de São Luís somos gratos pela cativante notícia que a

respeito dessa viagem do nosso diretor (MONITOR COMERCIAL, outubro de 1939, p.1).

No texto acima intitulado de “Dr João Bastos”, o jornal oferece visibilidade a João Bastos, que além de atuar como diretor geral do Departamento de Estatística e Publicidade, é também diretor do jornal *Monitor Comercial*. Consideramos que o periódico se utilizou da posição de destaque que lhe foi conferida para promover as ações do diretor do periódico frente ao Departamento de Estatística e Publicidade. Por meio do texto 22, analisamos que João Bastos é considerado um bom funcionário através da expressão “com muita operosidade e inteligência, dará integral cumprimento a essa nova missão” e é retratado até mesmo como um homem de confiança do interventor Leônidas Mello, como mostra o trecho “essa nova missão que lhe vem de confiar o ilustre Interventor Federal, Sr. Dr. Leônidas Mello”. O uso dessas expressões retratam a construção, de modo estratégico, de uma imagem positiva do diretor e ressaltam o seu compromisso com o regime instalado.

Na esfera federal, *Monitor Comercial* também deu notoriedade a representantes do Governo. Vale ressaltar Getúlio Vargas e Rubem Gueiros, delegado geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que foram mencionados na publicação.

Texto 23: Por uma escolha feliz e acertada do exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas eminente presidente da república. Assumiu a 25 de julho findo, as altas funções de diretor geral dos Correios e Telégrafos o sr capitão Landri Sales Gonçalves, destacado oficial do exército nacional (MONITOR COMERCIAL, agosto de 1939, p.1).

Por meio do texto 23, constata-se que *Monitor Comercial* elogia uma decisão de Getúlio Vargas definindo-a como “uma escolha feliz e acertada”. Os elogios foram uma forma de negociação utilizada pela publicação para dialogar com o Governo, uma vez que se tratava de um período ditatorial em que as contestações ao Governo eram retratadas pelo Estado como atentados à ordem e à segurança pública. Ao adotar esse posicionamento *Monitor Comercial* evitava conflitos com o Estado e se mantinha dentro dos parâmetros exigidos pela censura.

Outro representante federal também citado é Rubem Gueiros que ocupa alta chefia em um órgão público federal ao qual o Departamento de Estatística e Publicidade do Piauí, liderado pelo proprietário do periódico, estava subordinado.

Texto 24: Monitor através de nosso diretor que há muitos anos vem à frente da Estatística do Piauí, mesmo desde os primeiros passos desta, conhece a valiosa atuação do Sr Rubem Gueiros (MONITOR COMERCIAL, abril de 1939, p.4,ed2).



Por meio do texto 24, o *Monitor Comercial* retratou a relação estreita que havia entre a publicação e o órgão maior de Estatística do país e, assim como com os demais representantes aqui elencados, o periódico buscou negociar com o delegado geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mantendo uma boa relação com esse alto representante do Estado.

Para garantir seus interesses e, por consequência, sua circulação, a publicação em estudo empregou táticas que previam um bom diálogo com agentes do Governo, porém é necessário destacar que os representantes locais como o interventor Leônidas Mello, o prefeito Lindolfo Monteiro e o diretor do Departamento de Estatística e Publicidade do Piauí João Bastos tiveram mais notoriedade que os membros do Governo em âmbito federal. Consideramos que o raio de circulação do jornal foi um fator decisivo no emprego desse movimento tático. Como o periódico possuía mais ênfase no Piauí e em alguns estados vizinhos, como o Maranhão, deu-se maior notabilidade às ações desses representantes, que, por sua vez, possuíam influências também na esfera federal e poderiam interceder pela publicação.

Com base nos títulos, como “Prefeitos Municipais”, “Desembargador João Mota”, “Tenente Jesus” apresentados na foto abaixo, reforça-se a quais segmentos o *Monitor Comercial* se direcionou, posto que prefeitos, magistrados e alguns militares eram tidos como membros de uma parcela da sociedade que possuía grande notoriedade no Piauí. As notícias curtas tratam de temas diversos como o aniversário do interventor, a visita de representantes do Estado à capital, mortes de autoridades políticas e outros que para o periódico são definidos como de interesse geral, embora se reportassem a um seletivo eixo social com o qual *Monitor Comercial* negociava.



**Imagem 14:** Monitor Comercial Abril de 1939, p. 6  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

Apesar de Monitor Comercial se posicionar de maneira amistosa com algumas autoridades do período devemos ressaltar que o periódico apresentava-se ao público como uma publicação isenta e desprovida de interesses em relação ao Governo. Esse movimento permitia brechas para que o periódico dialogasse com os governantes, mas também fazia com que o jornal passasse aos leitores a impressão de que se tratava de um veículo jornalístico informativo e independente, que se distanciava do gênero opinativo que, conforme Ribeiro (2003, p. 1), marcou o jornalismo de parte do século XX. Verificamos essa tática por meio do texto 25.

Texto 25: O Sr prefeito dr Lindolfo Monteiro, reconhecendo a necessidade de modelação dessa praça que se bem tratada será pela disposição das árvores já existentes uma das que primeiramente impressionarão aos nossos viajantes , abrigados, na época do calor excessivo pelos desenvolvidos oitzeiros plantados numa das administrações do Intendente Domingos Monteiro [...] Esta notícia vazada como está numa linguagem franca e sincera redund

num desinteressado abraço ao dr Lindolfo Monteiro, que, agora livre da dívida que o município de Teresina tinha para com a Caixa Econômica Federal, muito mais poderá fazer pelo progresso de nossa capital(MONITOR COMERCIAL, junho de 1939, p.7).

A expressão “Esta notícia vazada como está numa linguagem franca e sincera redundava num desinteressado abraço ao dr Lindolfo Monteiro” deixa indícios de que *Monitor Comercial*, embora elogiasse membros do Governo, queria ser representado como um veículo independente e desprovido de interesses em relação ao Estado, que nesse período ocupava um papel bastante centralizador e intervinha em diversos setores, incluindo aqui a imprensa. Esse posicionamento pode ser considerado uma tática utilizada para que o periódico atuasse, sem necessariamente ser apontado como um veículo pró-Governo.

Contudo, embora o jornal *Monitor Comercial* tenha buscado construir uma imagem isenta, retomando Barbosa (2013, p.2), compreendemos que a prática do jornalismo é permeada por subjetividades que fazem com que o posicionamento adotado por essa publicação não seja neutro. Desse modo, entendemos que as informações apresentadas nesse jornal como verdades (divulgação positiva de ações do Estado e seus representantes) estão estreitamente ligadas às intencionalidades dos profissionais que trabalhavam em *Monitor Comercial*. Vale ressaltar que a orientação política desses profissionais foi aspecto relevante. O fato de o seu diretor-proprietário, João Bastos, possuir cargo no Governo interfere na construção da verdade em *Monitor Comercial*, pois não seria benéfico ao jornal criticar a gestão que o seu próprio diretor integrava.

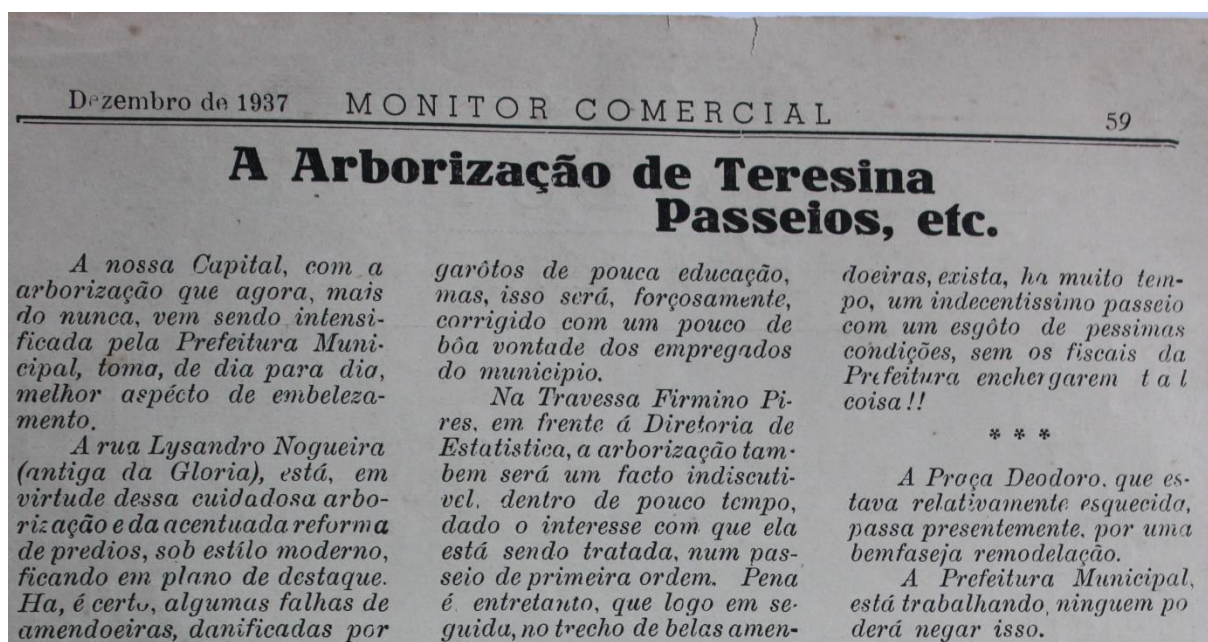
Reportando-nos a Nietzsche (2005, p.12), que considera que os filósofos exercem um trabalho semelhante ao do advogado defendendo preconceitos como se fossem verdades, consideramos que os jornalistas de *Monitor Comercial* atuaram, assim como os advogados e os filósofos, defendendo de forma convicta e persuasiva seus pontos de vista acerca do regime estado novista que resultam de construções e enquadramentos sobre aquela conjuntura.

Considerando que as táticas, conforme Certeau (2008, p. 100), operam golpe por golpe e se aproveitam de ocasiões para ocupar um lugar que não lhes pertence, notamos que *Monitor Comercial* utilizou táticas para tecer críticas ao Governo. As críticas eram dispostas ao longo de textos que introduziam elogios a representantes do Governo e a ações desempenhadas por eles. Assim, a publicação conseguia driblar a censura e apresentar problemas que atingiam a população piauiense.

Texto 26: Na travessa Firmino Pires em frente à diretoria de Estatística a arborização também será um fato discutível dentro de pouco tempo dado o interesse com que ela está sendo tratada, num passeio de primeira ordem.

Pena entretanto, que logo em seguida, no trecho de belas amendoeiras, exista há muito tempo um indecentíssimo passeio, com esgoto em péssimas condições sem os fiscais da prefeitura sem enxergarem tal coisa! (MONITOR COMERCIAL, dezembro de 1937, p.59).

Por meio do texto 26, analisamos uma crítica que a publicação fez ao esgotamento sanitário da cidade e observamos até uma convocação para que funcionários da prefeitura desempenhem suas atividades. A crítica foi disposta após um elogio à arborização realizada também pela prefeitura, no final do texto e nas páginas finais da publicação, localização que contribuiu para que a crítica passasse despercebida pelos órgãos de censura. Essa localização pode ser analisada na foto abaixo.



**Imagem 15:** MONITOR COMERCIAL, dezembro de 1937, p.59.

**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

O jornal *O Piauí* também circulou durante o Estado Novo. Apesar de apresentar sua circulação interrompida nesse período autoritário, a folha empreendeu estratégias e táticas para emitir seu posicionamento político diante do Governo, que controlava os serviços de comunicação e o seu público leitor. Na análise das estratégias e táticas utilizadas pelo jornal, também verificamos como *O Piauí* se portou na consolidação da verdade e do poder durante o estado autoritário de 1937.

### 5.2.5 O Piauí

A atuação jornalística de *O Piauí* pode ser dividida em cinco fases. Além da diferença cronológica, essas fases carregam os reflexos da conjuntura, sobretudo, política em que o estado se situava, uma vez que as influências políticas e partidárias, muitas vezes, fizeram parte das discussões apresentadas nas publicações jornalísticas locais.

A primeira fase do jornal se estendeu de 3 de maio de 1867 a 29 de dezembro de 1873 (BASTOS, 1994, p. 276), ainda no período imperial, e teve como fundador Antonio Coelho Rodrigues, que como parte dos jornalistas do período desempenhava também funções jurídicas e políticas. Devido à orientação partidária de seu fundador, o veículo atuava como propagador das ideias do Partido Conservador, o que reforça o entendimento de que as subjetividades de jornalistas e de diretores envolvidos podem interferir nas representações construídas nos periódicos. Conforme Chartier (1990, p.17), as percepções do social, que se constituem representações, não podem ser consideradas ingênuas, pois são resultantes de estratégias e práticas ( sociais, escolares, políticas) que devem sempre ser consideradas no momento em que algumas imagens são formatadas.

Após essa primeira fase, o jornal passou quase três anos sem circular retomando apenas em 8 de março de 1876, o que configurava a sua segunda fase que foi até 22 de junho de 1916 (BASTOS, 1994, p.277). Não tardou para que o jornal saísse de circulação novamente, porém retomou no mês seguinte, em julho de 1916, constituindo assim a sua terceira fase que foi até dezembro de 1930 (BASTOS, 1994, p.298).

Em 1937, ano em que se inicia o Estado Novo, o jornal tenta retomar, porém devido a divergências ideológicas do novo proprietário, Helvécio Coelho Rodrigues<sup>25</sup>, com o regime estadonovista teve sua circulação interrompida. Com o regime político de então, a quarta fase do jornal foi logo interrompida e o veículo jornalístico retomou apenas em 22 de setembro de 1945, na sua quinta e última fase que se prolongou até 15 de maio de 1954.

Apesar da diferença do contexto em que se davam essas fases de *O Piauí*, no primeiro número do jornal, em sua quinta fase, a folha afirma que permaneceria, tradicionalmente, orientada pelo primeiro periódico que fora redigido por Antonio Coelho Rodrigues, pai do então proprietário de *O Piauí* (O PIAUÍ, 22 de setembro de 1945, p. 1). Porém, essa informação não nos permite afirmar que o jornal passou todas as fases no domínio de apenas uma família.

Na 5ª fase, *O Piauí* recebia o slogan de jornal político e de interesse coletivo e, conforme Bastos (1994, p. 298), pertencia à União Democrática Nacional (UDN), mantendo

---

<sup>25</sup> Helvécio Coelho Rodrigues além de estar ligado a atividades jornalísticas também obteve destaque no meio militar e político (GONÇALVES, 2003, p. 347).

assim a cultura de servir a partidos políticos já executada na primeira fase do jornal. Nesse momento, o jornal tinha oficina própria que funcionou na rua Coelho Rodrigues, posteriormente na rua Álvaro Mendes; e contou com José Epifânio de Carvalho, no cargo de redator-chefe e Walter Borges Pereira, como diretor-gerente.

Sobre a diagramação da 4ª e 5ª fase do jornal, percebemos que *O Piauí*, geralmente dividia seu conteúdo em quatro ou cinco colunas e o conteúdo era disposto de modo verticalizado.

Conforme a pesquisadora Marylu Alves de Oliveira (2015, p.48), nessa 5ª fase do periódico, ele passou por um empastelamento em 23 de outubro de 1946, já depois do término do Estado Novo. Segundo ela, o jornal foi atacado por um bando liderado por José de Arêa Leão, conhecido popularmente como Zezé Leão, que, supostamente, foi ligado a membros do Partido Social Democrático (PSD), partido que fazia oposição no Piauí ao UDN, defendido pelo jornal *O Piauí*. Em edição publicada por *O Piauí* em 10 de novembro de 1946, o periódico enfatizava que o ataque do bando além de esfacelar as máquinas também resultou no assassinato do vigia Miguel Pedro (OLIVEIRA, 2015, p.49).

Porém as preferências políticas dos idealizadores desse jornal não se dispuseram sempre ao mesmo lado. Conforme Bastos (1994, p. 298), em 1950, o jornal passou a apoiar o PSD. Nesse mesmo ano, *O Piauí* suspendeu sua circulação, temporariamente, e passou a colaborar com o Partido Republicano (PR). Ainda segundo esse autor o jornal deixou de circular no ano de 1954 (BASTOS, 1994, p.298).

Além do diretor- presidente, Helvécio Coelho Rodrigues no impresso também atuaram jornalistas como José Epifânio de Carvalho, José de Arimathéa Tito, Simplício de Sousa Mendes e Francisco Cunha e Silva, que trabalharam em outros periódicos.

#### 5.2.6 O Piauí e suas estratégias e táticas

Em meio às mudanças políticas, econômicas e sociais instituídas pelo Estado Novo, o periódico *O Piauí* se utilizou de estratégias e táticas que revelam o seu posicionamento político no período.

No que concerne às estratégias adotadas pelo jornal *O Piauí*, constatamos que o *slogan* do jornal “Jornal político e de interesse coletivo” já destaca os interesses do periódico para aquela conjuntura. O termo “político”, que no slogan antecede ao “interesse coletivo”,

determina que essa é a principal finalidade da publicação, ou seja, reforça que a estratégia do jornal é manter o debate político e partidário.

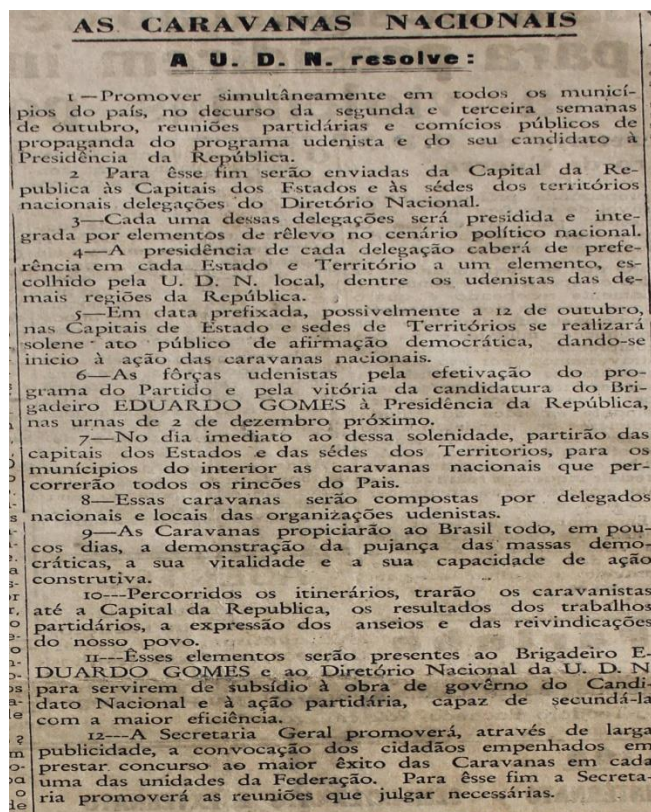
Em exemplar veiculado em 22 de setembro de 1945, que compõe a última fase do jornal, o periódico delimita suas intencionalidades com relação ao Estado Novo e apresenta o posicionamento político adotado pela publicação.

Texto 27:Reaparece o Piauí sob a mesma direção de 1937, tradicionalmente, ligado à orientação do primeiro periódico que adotou esse nome pátrio e foi redigido pelo conselheiro, Antonio Coelho Rodrigues. É mais uma folha que se liberta da longa hibernação do Estado Novo para pugnar pela redemocratização do Brasil , a grande pátria disposta a reagir nesse momento contra a escravidão política que a mentira e a traição implantaram na nobre e livre nação americana que Pedro I fundou (O PIAUÍ, 22 de setembro de 1945, p. 1)

No texto 27, o jornal reforça que seguirá a orientação de 1937, quando durante o Estado Novo sua atuação foi interrompida, ou seja, reafirma o interesse em manter a linha editorial adotada na outra fase do periódico. A frase “É mais uma folha que se liberta da longa hibernação do Estado Novo para pugnar pela redemocratização do Brasil, a grande pátria disposta a reagir nesse momento contra a escravidão política” enfatiza que a abordagem estratégica de *O Piauí*, no período, foi atuar com foco na temática política, posicionando-se de maneira contrária à ditadura Vargas. Ao destacar que a folha “se liberta da longa hibernação do Estado Novo para pugnar pela redemocratização do Brasil”, o jornal refere-se tanto ao momento em que por discordância política com a ditadura Vargas, ele deixou de circular em 1937 e, portanto, permaneceu em espera, hibernando, quanto faz uma crítica ao próprio estado autoritário de 1937 que, na concepção do periódico, foi uma conjuntura de escravidão dos direitos políticos, devido ao cerceamento imposto por órgãos do aparelho estatal como DIP e DEIP, e que, fez o país, no sentido figurado, adormecer, hibernar, exercer um movimento retrógrado em relação à democracia.

Ao contrário de boa parte dos jornais que atuaram durante a ditadura Vargas, abordando a política de modo distanciado de embates e discussões, *O Piauí* constituiu-se como uma publicação em que sua racionalização estratégica pautou-se abordando a política de modo mais agressivo e estabelecendo um embate. O espaço jornalístico constituído como um lugar de poder foi utilizado para defender os interesses partidários da direção do jornal, do mesmo modo que aconteceu com o periódico na primeira fase, em que ele foi dirigido por Antonio Coelho Rodrigues. Naquele período, *O Piauí* tornou-se um propagador das ideias do Partido Conservador, partido em que Antonio Coelho Rodrigues foi filiado.

Na fase em estudo, a publicação manteve-se aliada à União Democrática Nacional (UDN), órgão político vinculado à União Democrática Piauiense (UDP) e cujo seu diretor-proprietário foi Helvécio Coelho Rodrigues, um dos líderes no estado de um movimento político contrário ao Governo Vargas. Tendo em vista a ligação entre o diretor do jornal, a UDN e a UDP, foi comum encontrar notícias que se referiam à agenda política do partido e sua relação com as demais lideranças políticas locais.



**Imagem 16:** Jornal traz comunicado da União Democrática Nacional com o modo que as caravanas nacionais devem proceder na divulgação do partido.

**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

Na imagem 16, observamos que o periódico disponibiliza seu espaço para a divulgação de comunicados que fazem referência à União Democrática Nacional (UDN). Desse modo, a publicação fortalece o seu interesse em se pautar na divulgação de questões políticas e enfatiza a sua orientação partidária. Enquanto, alguns jornais procuraram distanciar-se desse modelo editorial a fim de evitar o embate com o Governo essa foi a estratégia utilizada pelo jornal *O Piauí* para garantir seus interesses e atrair aliados para o partido ao qual seu diretor-proprietário foi filiado.

Tendo em vista que, para Certeau (2008, p. 102), as estratégias atuam como uma base para que possam ser delineadas relações com uma exterioridade de alvos e ameaças,



consideramos que a base do periódico *O Piauí* foi voltar-se à política e a partir desse conteúdo o jornal procurou debater com o Governo, sua ameaça naquele período, uma vez que o impresso adotava posicionamento político contrário ao Estado Novo, o que poderia acarretar um confronto dessa folha com o estado autoritário de 1937. Por meio do texto 28, intitulado de Mesquinhez, *O Piauí* constrói o acontecimento jornalístico em torno da proibição do Governo de que a banda de música da polícia, um órgão pertencente ao aparelho estatal, tocasse em um evento promovido pela União Democrática Nacional (UDN).

Texto 28: Para a recepção do comandante Helvécio Coelho Rodrigues esperado hoje estava contratada a música da polícia . Agora somos informados de que o Sr interventor mandou cassar o contrato, de sorte que o comandante Helvécio será recebido sem música. A banda do corpo de Polícia mantida pelos cofres públicos toca de graça até rachar os instrumentos e os beijos dos músicos, bródios do Karnak e não pode comparecer mediante pagamento à chegada de um grande filho no Piauí, que o povo de Teresina vai receber numa colossal manifestação de jubilo queira ou não a interventoria. Da mentalidade exquisita do Sr Interventor não se pode esperar outra coisa. (O PIAUÍ, 22 de setembro de 1945, p. 1)

Percebemos, por meio do texto 28, que o jornal utilizou o espaço que possuía para além de noticiar a vinda do comandante Helvécio Coelho Rodrigues, um acontecimento político no partido em que esse comandante estava filiado, destacar a ação do interventor Leônidas Mello que, conforme a publicação, impediu o comparecimento da banda de música da polícia ao evento. Entretanto, devemos considerar que a produção do acontecimento jornalístico não é isenta completamente da subjetividade de quem produz a notícia. Conforme Charaudeau (2013, p. 151), o acontecimento jamais é transmitido em seu estado bruto e perpassa pelo olhar do sujeito que vai narrá-lo, embora transpareça para o público como se fosse a visão natural do mundo. Essa característica do acontecimento midiático e, sobretudo, jornalístico deve ser considerada na análise da estratégia adotada por *O Piauí*, pois a escolha dos temas retratados perpassa por racionalizações, pela seleção do que deve ou não apresentar visibilidade de acordo com o planejamento que a publicação pretende executar. De acordo com o texto 28, constatamos que, além da publicação dedicar-se à estratégia de se voltar ao conteúdo político, esta prática deu-se de forma combativa ao regime vigente. A frase “A banda do corpo de Polícia mantida pelos cofres públicos toca de graça até rachar os instrumentos e os beijos dos músicos, bródios do Karnak e não pode comparecer mediante pagamento à chegada de um grande filho no Piauí” revela aspectos das desavenças entre membros da UDP, que dirigiam o jornal, e o Governo. Por meio desse texto o jornal fortalece a construção de uma imagem em que o Estado beneficiava os seus aliados em detrimento dos

demais grupos políticos que atuavam no Piauí. Essa prática foi comum em regimes autoritários e estimulou de modo compulsório ou não a adesão da ideologia em vigor, dado que a não aceitação poderia acarretar punições como a mencionada pelo jornal *O Piauí*.

Por meio do texto 28, também analisamos que a folha em estudo buscou construir verdades contrárias ao Governo estadonovista e atingiu, diretamente, o interventor Leônidas de Castro Mello. Em contraposição ao que aconteceu na maioria dos jornais veiculados durante a ditadura Vargas, o periódico *O Piauí* não atuou como porta-voz do Governo. Retomando Foucault (2008, p.12), que considera a verdade como fruto de múltiplas coerções, verificamos que a orientação partidária dos diretores e redatores do jornal interferiu nas verdades retratadas em *O Piauí*. Como esses profissionais defendiam interesses de um partido contrário à ditadura, a UDN, o enquadramento dado às notícias fomentava a construção de verdades que beneficiavam esse partido e criticavam a ditadura Vargas.

Ainda no que se refere à estratégia adotada pela publicação em estudo durante a ditadura Vargas, consideramos que a criação de uma estratégia não se dá de modo alheio ao momento político e institucional. Existe uma racionalização estratégica, apesar de nesse período não existir uma gestão estratégica<sup>26</sup> bem definida. Com o enfraquecimento da ditadura Vargas, acreditamos que o jornal *O Piauí* conseguiu maior fortalecimento. A participação da União Soviética na Segunda Guerra Mundial junto aos aliados, grupo apoiado pelo Brasil, foi um dos fatores que contribuíram para o esvaziamento do Estado Novo, posto que a aversão ao comunismo e a algumas características do nazismo e fascismo que estavam presentes no ideário do Estado Novo tiveram que ser atenuadas descaracterizando assim aspectos que compunham a carga ideológica do regime (SODRÉ, 1983, p. 386). O Manifesto dos Mineiros, movimento liderado por intelectuais e forças políticas, que obteve força em 1943, mas, conforme Silveira (2010, p.3), já se desencadeava desde 1937, também contribuiu para a derrocada do regime. Buscando negociar com esses grupos, Vargas implantou uma emenda constitucional que determinou a volta dos partidos políticos e anunciou novas eleições para 1945. Em meio a essa conjuntura que sinalizava a queda do regime, o Jornal *O Piauí* conseguiu maior fortalecimento para retomar as atividades cerceadas em 1937 e dar notoriedade a uma folha que defendia os interesses da União Democrática Nacional (UDN)<sup>27</sup> e da União Democrática Piauiense (UDP) que naquele momento opunha-se ao Partido Social

---

<sup>26</sup>Segundo Rêgo (2010, p. 273), a gestão estratégica é definida como um processo dinâmico e ininterrupto que além de corrigir falhas que podem acontecer ao longo da execução do planejamento aproveita também os novos eixos mercadológicos.

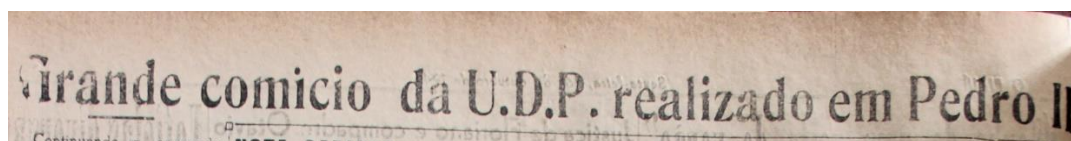
<sup>27</sup> A União Democrática Nacional (UDN) foi um dos partidos que conforme Silveira (2010, p. 6) foi fortalecido pelo Manifesto Mineiro.

Democrático Brasileiro ( PSD), partido que contou com a filiação de grandes representantes do Governo em âmbito local como Lindolfo Monteiro, prefeito de Teresina, Leônidas Mello, interventor estadual, Lino Correia Lima, ex-deputado , Ney Bauman, prefeito de Piracuruca e outros. Ao se voltar a essa temática política-partidária, a publicação fortalecia os interesses do partido que representava, a UDN, diante do cenário local e conseguia até mesmo mais adeptos à ideologia defendida pelos mesmos dada a influência no imaginário simbólico coletivo que os jornais possuem. Em todas as edições analisadas foram frequentes assuntos que faziam referência à União Democrática Nacional (UDN).



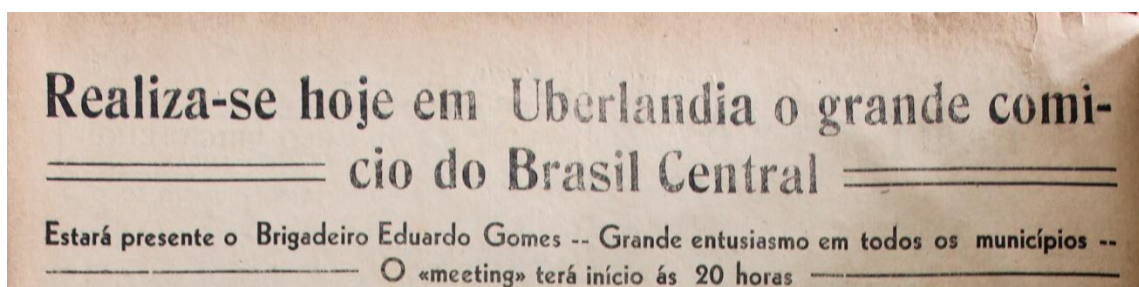
**Imagem 17:** Título de matéria que faz referência à União Democrática Nacional (UDN) veiculado em 22 de setembro de 1945.

**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.



**Imagem 18:** Título de matéria que faz referência à União Democrática Piauiense (UDP) veiculado em 26 de setembro de 1945.

**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.



**Imagem 19:** Título de matéria que faz referência à União Democrática Nacional (UDN) veiculado em 14 de outubro de 1945.

**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.

Nos títulos apresentados nas fotos acima, constatamos a repercussão que o periódico ofereceu à UDN, partido liderado em âmbito nacional pelo brigadeiro Eduardo Gomes. A filiação do diretor-proprietário Helvécio Coelho Rodrigues à UDN interferiu na visibilidade dada ao partido. O periódico buscava incluir a UDN no debate público e pautar as discussões que se davam sobre o momento político.

No que concerne às táticas empreendidas pela folha em estudo para assegurar a circulação de seu posicionamento político, o ressurgimento do jornal em 22 de setembro de 1945, próximo às eleições presidenciais, do Conselho Federal e da Câmara de Deputados que aconteceriam em 2 de dezembro de 1945 e das eleições para Governadores do Estado e assembleias legislativas programadas para 6 de maio de 1946 é considerada uma tática do periódico. Ao ressurgir no período em que o Estado Novo era enfraquecido e a sucessão do Governo vigente já era prevista, o periódico aproveitava-se das fragilidades do regime e de órgãos de censura, como o DIP e o DEIP, para articular-se na conjuntura e levar adeptos para o partido que servia. Consideramos que essa também foi uma tática utilizada pelo jornal *Gazeta*, que após o fechamento em 1944, ressurgiu em agosto de 1945, sob nova direção e atuou de modo contrário ao estado autoritário de 1937 aproveitando-se das brechas oferecidas pelas mudanças políticas que começavam a se desencadear.

De maneira oposta a maioria dos jornais que circularam nesse período e que investiram em táticas de aproximação do Governo para manter sua circulação, *O Piauí* se utilizou de fissuras que existiram nos postulados de poder (Estado, representantes do Governo, órgãos de censura) para aproveitar o tempo e a ocasião adotando táticas de distanciamento do Governo em vigência. Ao invés de ressaltar possíveis ações desempenhadas pelo Estado, *O Piauí* reforçou as falhas do Governo como problemas de infraestrutura, o cerceamento de liberdades, a miséria. Estas críticas poderiam ser por meio de textos e até mesmo charges divulgadas em zonas privilegiadas do jornal,

Texto 31 : O autor destas linhas sem haver cometido crime foi, juntamente, com outros dignos companheiros metido no mais infecto xadrês da nossa força pública, e, se mais não sofreram os presos políticos daquele tempo foi porque os oficiais da nossa polícia são homens briosos e não cumprem a risca as ordens que lhes davam (O PIAUÍ, 22 de setembro de 1945, p.2).

No texto, Cunha e Silva expressa o cerceamento de liberdades que ele enfrentou durante a ditadura Vargas. O colaborador reforça sua inocência ao afirmar “não haver cometido crime” e assegura ao Estado a imagem de opressor e de injusto. Apesar de tratar-se de um texto produzido por um colaborador, *O Piauí* contribuiu para a construção da imagem opressora do regime ao oferecer o espaço político que dispunha para a divulgação do conteúdo. Considerando que, conforme Certeau (2008, p.100), as táticas atuam considerando as oportunidades que lhe são concedidas, a direção do periódico, de forma astuta, recorreu a esse depoimento de Cunha Silva para colaborar com o seu planejamento estratégico de focar na temática política atuando de maneira contrária ao Estado Novo.

Ainda no que concerne à notoriedade que a folha em estudo deu a temas antes cerceados devemos enfatizar que *O Piauí* ofereceu destaque à circulação de assuntos econômicos como a inflação. No entanto, como essa notoriedade foi dada nos últimos meses do Estado Novo analisamos que foi uma tática utilizada pelo jornal a fim de obter a livre circulação dessa notícia, uma vez que os órgãos de fiscalização já se encontravam em declínio. Em notícia publicada em 21 de outubro de 1945, portanto cinco dias antes da queda do Estado Novo a publicação trouxe esse questionamento.

Texto 32 : O feijão subiu 207 por cento; o arroz, 181 por cento; a farinha , 100 por cento; os ovos 316 por cento, o açúcar , 50 por cento [...]A lista não acabaria mais...Isso foi o que a Ditadura fez pelo Brasil. Será possível que o povo conscientemente, honestamente, livremente, dê seu voto para a continuação desse descaso ( *O PIAUÍ*, 21 de outubro de 1945, p. 2).

Com base no texto 32, avaliamos que o periódico tratou de um tema econômico antes proibido a inflação, no entanto esse não se apresentou de maneira isolada da temática política que se constituía como sua estratégia de atuação. *O Piauí* se utilizou de dados econômicos, como as porcentagens de aumento do preço dos gêneros alimentícios para enfatizar possíveis fragilidades da política econômica em vigor e chamar a atenção do público em relação a suas escolhas no período eleitoral. Tendo em vista que as táticas (2008, p. 102) buscam uma sábia utilização do tempo, das ocasiões e dos jogos que introduz nas fundações de poder, essa construção da verdade sobre a economia do país apoiou-se no hábil uso do tempo, ao fazer a publicação no período em que a censura já se encontrava enfraquecida, e das ocasiões, ao divulgar essa notícia acompanhada de uma crítica ao momento político que o país passava.

O uso da ironia, figura de linguagem através da qual se expressa o oposto do que realmente se diz também, foi uma tática empregada pelo jornal. Em meio a páginas repletas de críticas ao Governo, denúncias de espancamento e perseguições políticas foi comum ao periódico publicar frases de efeito que, aparentemente, declaravam apoio ao regime. Observa-se essa tática por meio do texto 33.

Texto 33: Esta tudo muito certo. O regime é realmente de segurança e honestidade”. (*O PIAUÍ*, 26 de setembro de 1945,p.4)

A afirmação “Está tudo muito certo” foi reproduzida de maneira irônica pelo jornal, pois era essa ideia de estabilidade, de ordem e de paz que o Estado Novo pretendia difundir desde a sua implantação. O periódico se utilizou de uma fala do Estado, justamente para confrontar essa “verdade” que vinha sendo repassada não só nos jornais, mas no cinema, teatro e demais formas de comunicação. Como se tratava de um período autoritário foi

comum ao Governo fomentar verdades junto à sociedade semelhante com a que o Estado pretendia aparentar. Se por um lado, o regime buscou construir uma verdade que lhe fosse favorável consideramos que veículos jornalísticos, como *O Piauí*, também pretenderam assegurar que trabalhavam com a verdade do cotidiano ou da vida social imediata e, no entanto, reportando-nos a Sodré (2012, p.46), acreditamos que jornais como *O Piauí* levavam ao público representações do real, que, por consequência, vinham influenciadas pela orientação partidária que seguia o jornal, linha editorial adotada e pelas subjetividades do produtor desse conteúdo jornalístico. A ironia foi também uma maneira inteligente que o jornal encontrou de criticar o regime, sem, no entanto partir para o confronto verbal.

Além da utilização de figuras de linguagem como a ironia, *O Piauí* fez uso de charges, ilustrações que satirizam ou relatam algum acontecimento, como táticas para de maneira humorada e dinâmica estimular a reflexão sobre o momento político em questão.



**Imagem 20:** Utilização de Charges para criticar o regime  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

Na foto acima, em que uma caveira simula uma ligação para Getúlio Vargas, o jornal, através da charge faz uma crítica ao Governo Vargas, que, segundo ele, colaborou com o fortalecimento da miséria no Brasil. A escolha de uma caveira, símbolo, comumente, utilizado para indicar a mortalidade e o caráter transitório e passageiro da vida reforça o estereótipo que

o jornal pretendia construir do regime, como um governo improdutivo, inativo e que pouco tinha contribuído para a melhoria de vida da população. A expressão “Ela mora aqui”, referindo-se à miséria demonstra que o jornal, colaborou para reforçar que esse descaso com a população foi permanente, uma vez que, segundo a publicação, a miséria “mora aqui”. Em depoimento concedido por Said (2015), o jornalista reforça essas condições de miséria em Teresina ao discorrer sobre a precariedade da iluminação, em virtude das dificuldades da usina elétrica, do calçamento precário e da água encanada que só existia em algumas casas de pessoas da alta sociedade.

O processo de perda de poder de Vargas também foi reforçado pelo jornal com charges. No entanto, tratava-se de um procedimento tático, pois poderia passar despercebido tanto pela censura quanto pelo público leitor, posto que a compreensão das ilustrações demandava um breve conhecimento da conjuntura e uma leitura reflexiva. Essas ilustrações foram uma forma alternativa utilizada pelo jornal para representar o real, desviando-se dos debates travados em textos jornalísticos. Por meio da imagem 21, analisamos o uso da charge neste período.



**Imagem 21:** Utilização de Charges para criticar o regime  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

Na charge acima, o jornal enfatiza o processo de derrocada do regime. O título “Usucapião”, que, na linguagem jurídica, refere-se à aquisição de propriedade ou de qualquer direito real devido à posse prolongada, estimula um questionamento do período em que Vargas estava no poder, pois fazia 15 anos ininterruptos que esse governante exercia uma posição de poder no cenário nacional. Utilizando este título para a charge o periódico passava a impressão de que o país era um lote de terras adquirido por Vargas nos últimos anos. Entretanto, *O Piauí* enfatizou através da charge o processo de perda do poder, que incomodava o então governante. Aos poucos, o então ditador cedia a uma nova tentativa de redemocratização como demonstra o decreto-lei de 28 de maio de 1945 que já marcava a data de novas eleições. A sentença “O que me deixa ‘fulo’ é ter a turma me presenteado com isso em 1930 e agora os «gazeteiros» começam a dizer que a chácara não é mais minha”, reforça a queda do estado autoritário de 1937 e enfatiza até mesmo a atuação dos jornais nesse processo, uma vez que eram os gazeteiros, os jornalistas, sobretudo os que integravam jornais contrários à doutrina Vargas, como *O Piauí* que começavam a publicar o declínio do Governo.

Contudo, devemos considerar que as táticas de distanciamento empregadas pela publicação não se direcionaram apenas ao regime. Os seus representantes, também foram questionados, visto que possuíam forte influência sobre as decisões tomadas no período. O periódico encontrou na crítica aos governantes, uma maneira de resistir ao regime e de denunciar suas fragilidades.

Texto 34: Enumeramos com os casos irrefutáveis, o menosprezo do sr Lindolfo Monteiro – prefeito e candidato à deputado federal, na esfera propriamente municipal. Desvendamos aos daqui e aos até onde chega nossa folha, em linguagem clara, positiva e sincera toda a sorte de atraso, sujeira, humilhação, desumanidade e miséria porque vem passando esta terra. Toda e qualquer observação, daqui ou de fora vê perfeitamente, sem nenhum vislumbre de partidarismo político, prevenção ou coisa equivalente o péssimo estado desse serviço de Teresina [...] (O PIAUÍ, 7 de outubro de 1945, p.2).

No texto acima, as críticas focam em Lindolfo Monteiro, prefeito de Teresina e forte liderança política do PSD, partido que aqui no Piauí confrontava a UDN. A publicação acusa Monteiro de “menosprezo” e aponta a cidade gerida por ele como cercada por “atraso, sujeira, humilhação, desumanidade e miséria”. Ao contrário de reforçar uma boa imagem do Governo, representado aqui por Lindolfo Monteiro, conforme exigiam os órgãos de censura, *O Piauí* empregou o espaço que lhe foi concedido, aproveitando as falhas na vigilância do poder, para confrontar o trabalho desse representante do governo local, que também era



adversário político do proprietário do jornal. Por meio desse posicionamento adotado pelo jornal *O Piauí*, da compreensão de sua linha editorial e da conjuntura em estudo reforçamos que devem ser consideradas as subjetividades que perpassam esse periódico e resultam na construção da notícia. Conforme Barbosa (2013, p.2), a prática do jornalismo não é aleatória e é permeada por subjetividades, pois os profissionais da área trabalham com base em critérios subjetivos, o que faz com que a verdade jornalística seja sempre permeada por concepções dos profissionais da área e de outros indivíduos como empresários, anunciantes, Governo e etc. No que concerne ao jornal *O Piauí*, a publicação deixou que o seu posicionamento político favorável à UDN interferisse no modo como o impresso construiu o real, portando-se de maneira contrária à Lindolfo Monteiro, que em outras ocasiões chegou até mesmo a ser qualificado, junto à sua equipe como um artista circense.

Texto 35 : Integravam o circo sob a orientação do palhaço Otávio Melo, o Lindo Olfo, o gaulater Ney Von Baumman, o genro Machado e o Leão das Areias um tanto contrafeito naquele ambiente. Após o desfile do elenco, o famoso clow Otávio Melo iniciou a arenga despejando sobre sua reduzida platéia uma das suas mais ridículas e despudoradas oratórias (*O Piauí*, 14 de outubro de 1945, p. 3).

Conforme o texto 35, analisamos que, ao descrever Lindolfo Monteiro e sua equipe como “circo”, *O Piauí* quis atribuir a esses representantes uma imagem de que eram indivíduos dignos de riso, característica que quando atribuída a gestores deixam margem para a concepção de que não desenvolvem um trabalho sério e ético. Contudo, apesar das rivalidades políticas existentes entre o Governo e os proprietários do jornal, o periódico costumava acompanhar a agenda do Governo e seus representantes, no entanto a cobertura era permeada por comentários críticos.

O interventor Leônidas Mello também foi alvo das táticas de distanciamento do jornal *O Piauí*. Esse representante que, comumente, era elogiado em outras publicações do período, nesta publicação, foi criticado e acusado de cometer crimes políticos e atentados a civis. Afirmando ter um compromisso com a verdade, *O Piauí* utilizou-se do estatuto de verdade conferido ao jornalismo para garantir credibilidade às informações por ele repassadas e, aos poucos, atingir a imagem do Estado Novo que aos poucos já se esfacelava. Observemos a realização desse movimento tático no texto 36.

Texto 36: Contrariando a assertiva interventorial de que os opositoristas mentiam à respeito das violências praticadas no infeliz Estado dos incêndios publicamos hoje o relato do inominável atentado, que roubou a vida ao dr Valdinar Serra e Silva juiz de direito da Comarca de Jaicós, onde as tropelias

e misérias do mandonismo local de há muito autorizaram a prática dos processos assassinos, que tornaram para sempre o malzinado Governo do homem atrelado às suas conveniências e de seu partido. Infelizmente, a verdade verdadeira pela voz unânime da família piauiense, acusa, de maneira direta, a pessoa do sr Leônidas Mello [...] (O PIAUÍ, 30 de setembro de 1945-edição especial, p.1)

Com base no texto 36, constatamos que a publicação constrói uma representação do real que acusa o interventor Leônidas Mello de ser responsável pelo assassinato do juiz de direito da Comarca de Jaicós, Valdinar Serra e Silva. A discordância de posicionamentos políticos de ambos é um dos pontos elencados pelo jornal que contribuíram para a tragédia. Além de se dirigir ao interventor local como acusado do crime, a publicação, paulatinamente, também descaracteriza o Governo apresentando-o como violento e atrelado a conveniências políticas. A expressão “onde as tropelias e misérias do mandonismo local de há muito autorizaram a prática dos processos assassinos, que tornaram para sempre o malzinado Governo do homem atrelado às suas conveniências e de seu partido” contribui para a construção desse posicionamento acerca do regime e do interventor Leônidas Mello. Devemos também ressaltar que ao optar pela acusação em detrimento da omissão do acontecimento o periódico cumpria o seu papel em relação à verdade, defendido por Barbosa (1990), no século XIX. Para esse estudioso, homens públicos como, políticos e jornalistas tinham o dever de executarem um trabalho pautado na verdade. Este papel, conforme Rêgo (2015, p.6), foi fortalecido no século XX quando se reforçou o dever de verdade do jornalismo que contribuiu para a formação da reputação dessa atividade. Em matéria veiculada em 26 de setembro de 1945, *O Piauí* atribui a ele mesmo o compromisso com a verdade e acusa o interventor de interferir na verdade construída por outros veículos jornalísticos que atuavam no período.

Texto 37: No entanto, quando nos aparecem jornalistas de outros meios o sr prefeito contrata e paga as páginas de periódicos cheias de elogios, falhas e distanciados da verdade. A parte sã do povo piauiense fica revoltada (O PIAUI, 26 de setembro de 1945, p.2).

No texto acima, o periódico denuncia a posição de poder ocupada pelo interventor que em troca de obter a notoriedade ou o silenciamento de temas negocia com os jornais, meios jornalísticos que, de certo modo, influenciam o imaginário simbólico coletivo. Esse movimento tático sinaliza uma crítica não só ao interventor, mas aos veículos jornalísticos que em troca de benefícios financeiros permitiram que o Estado utilizasse seus espaços para

divulgar informações positivas acerca da ditadura Vargas apresentando a propaganda do Governo como notícia.

Getúlio Vargas também foi um representante do Estado cuja publicação construiu táticas de distanciamento em relação a ele. O nome desse governante apareceu nas publicações em tom irônico e suas ações eram criticadas.

Texto 38 : Ontem com a polícia política copiavam todos os processos violentos e terroristas da Getspapo de Himler sob os olhares complascentes do democrata Getúlio Vargas . Para agrado do fascismo, moveram as mais torpes perseguições contra todos os elementos do Brasil, mas como genuínos camaleões políticos surgem, neste momento, com ares do mais revoltante cinismo, não somente se dizendo democratas, mas até procurando apoio e cortejando as simpatias das suas antigas vítimas [...] (O PIAUI, 22 de setembro de 1945, p.2)

No texto, ao mencionar atividades nazistas como “os processos violentos e terroristas da Getspapo de Himler” e o “agrado do fascismo”, a publicação aproxima o então Governo das práticas totalitárias que se davam durante a Segunda Guerra Mundial, na Alemanha e na Itália, países que atuavam em bloco oposto ao apoiado pelo Brasil, embora se saiba que o Governo aqui implantado não foi totalitário (MAIA *apud* MOREIRA 2010, p. 251). Getúlio Vargas é qualificado como um “democrata” na publicação, no entanto esse adjetivo vem acompanhado de acusações a esse governante. Ao divulgar a frase “Ontem com a polícia política copiavam todos os processos violentos e terroristas da Getspapo de Himler sob os olhares complascentes do democrata Getúlio Vargas”, *O Piauí* além de caracterizar o Estado com práticas autoritárias que se distanciavam dos conceitos de democracia, em que todos os cidadãos elegíveis participam igualmente, a publicação também ao citar os “olhares complascentes do democrata Getúlio Vargas”, o qualifica como favorável à má conduta que, segundo a folha em estudo, foi exercida pela polícia do período.

Dando continuidade ao entendimento de como o jornalismo piauiense se utilizou de estratégias e táticas para garantir seu posicionamento político estudamos o jornal *Vanguarda*.

#### 5.2.6 Vanguarda

O periódico *Vanguarda* teve seu primeiro exemplar circulando em 7 de setembro de 1939. *Vanguarda* teve, inicialmente, como diretor gerente João Cúrcio Laguárdia, que pediu demissão em novembro de 1939 (VANGUARDA, 19 de novembro de 1939, p.12). Após a saída de João Cúrcio, o professor Oswaldo Monteiro tornou-se o único responsável pela diretoria.

Desde a fundação do periódico, o cargo de redator-chefe foi ocupado por Pedro de Alcântara Alves de Carvalho, que, a partir de novembro de 1939, foi auxiliado pelo acadêmico de direito, Otto Carvalho de Sousa Martins (VANGUARDA, 19 de novembro de 1939, p.12). Além dos diretores e redatores, o periódico contou também com a colaboração de intelectuais como o poeta Celso Pinheiro, Higinio Cunha, que foi literato, professor do Liceu Piauiense, da Escola Normal e da Faculdade de Direito do Piauí e também de Silvio Viterbo, professor da cadeira de música da Escola Normal.

Em seu primeiro exemplar, o jornal já manifesta o desejo de movimentar a vida intelectual da cidade, que, segundo ele, apresentava-se estagnada apesar do potencial intelectual da gente que aqui habitava. Conforme Cardoso (2014, p. 116), esta necessidade de afirmar os jornais como um espaço destinado a intelectuais foi peculiar à cultura jornalística até a década de 1950. O jornal era visto não somente como oportunidade de manifestação e divulgação de ideias, mas também como uma forma de legitimação da intelectualidade. Essa necessidade de apoio e legitimação dos intelectuais piauienses foram justificativas para que o jornal *Vanguarda* circulasse.

Teresina, como sabemos, é uma cidade progressista, atualmente. Um cosmopolitismo forte sacode-a em todos os sentidos. Nela há vida, há movimento, há trabalho e há inteligências, também. Todavia, os intelectuais, os homens de pensamento, os homens de cultura que não nos minguam, pouco ou quase nada produzem, a falta, justamente, de ambiente, de um jornal que corresponda, de pleno, a expectativa dos plumitivos. (VANGUARDA, 7 de setembro de 1939, p.1)

Apesar de se tratar de um período ditatorial, em que as mudanças exigiam o aval do Estado, o *Vanguarda* se intitulou como “Grande hebdomário piauiense”. O adjetivo hebdomário refere-se a algo que se renova a toda semana. Desse modo, compreendemos que o *slogan* do jornal reflete o desejo do periódico de se posicionar como aquele que se diversificava a cada semana mesmo se tratando de uma conjuntura em que os meios jornalísticos eram vigiados por órgãos de censura.

É interessante ressaltar que o *Vanguarda* se dispunha a receber a colaboração do público externo, porém ciente do período de fiscalização que os impressos passavam o periódico informava em suas páginas que os textos seriam avaliados pela direção do jornal e, caso passassem pelo crivo da direção, posteriormente seriam encaminhados para a censura policial<sup>28</sup>, que, conforme foi apresentado, era coordenada, principalmente, pelo chefe de polícia do Estado antes da chegada do DEIP. Temendo as intervenções que os órgãos de

---

<sup>28</sup> Ver página 72, que fala sobre a censura executada com a ajuda da polícia no Piauí.

censura realizavam na imprensa, o jornal também informava que não se responsabilizaria pelos conceitos emitidos nos artigos publicados em suas páginas. Porém, o artigo 122 da constituição de 1937, na alínea “e” assegurava que o diretor do jornal e a empresa é que seriam responsabilizados pelo conteúdo veiculado no jornal e poderiam pagar multas ou indenizações, caso fosse apresentado algum conteúdo contrário aos ideais que o Estado Novo queria propagar

Conforme Gonçalves (2015, p. 40), o *Vanguarda* além de divulgar aspectos que envolviam a produção intelectual piauiense como poemas e artigos também abordava a cotidianidade do estado, a conjuntura política e internacional, indústria, educação e agricultura. Assim como os demais jornais que atuavam nesse período, o *Vanguarda* dispunha de um espaço destinado à veiculação de anúncios publicitários e de uma espécie de coluna social, em que os jornalistas citavam os aniversariantes, comunicavam quem viajava ou regressava.

Porém, em oposição a estes jornais aqui estudados que pouco se utilizavam do recurso da fotografia, observamos que já existia uma preocupação por parte do jornal de complementar as informações textuais com imagens. Em algumas publicações é possível perceber o uso da fotografias, embora não fosse um elemento que contemplasse todas as edições.



**Imagem 22:** O uso de fotografias no Jornal Vanguarda.  
Fonte: Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

### 5.2.7 Vanguarda e suas estratégias e táticas

No que se refere às estratégias utilizadas pelo jornal *Vanguarda* para garantir a veiculação de seu posicionamento político durante o Estado Novo, observamos que o primeiro exemplar do periódico já apresenta os *insights* que vão garantir o futuro da publicação. Em meio a uma conjuntura que coibia o debate político, *Vanguarda* quis se relacionar com a exterioridade voltando-se à temática cultural. Em exemplar de 7 de setembro de 1939, o periódico destaca este interesse.

Texto 39 : Teresina como sabemos é uma cidade progressista, atualmente, um cosmopolitano forte sacode-a em todos os sentidos. Nela há vida, há movimento, há trabalho e há inteligências também . Todavia, os intelectuais, os homens do pensamento, os homens da cultura que não nos minguam, pouco ou quase nada produzem à falta, justamente, de um jornal que corresponda, de pleno, a expectativa de plumitivos. E foi, por isso, que Vanguarda surgiu à Lume. Apareceu para preencher esta lacuna sensível em toda extensão do termo. Apareceu por uma iniciativa forçada de alguns moços com o objetivo de chamar às suas páginas homens das letras piauienses , à fim de que por aí à fora todos que nos lerem , digam que, no Piauí, se vive também intelectualmente (VANGUARDA, 7 de setembro de 1939, p.1).

Assim como a publicação *Monitor Comercial* que, estrategicamente, apresentou-se como orientada principalmente para a economia/comércio, notamos, por meio do texto 39, que *Vanguarda* encontrou na temática cultural uma maneira de atuar e apresentar seu posicionamento político diante das ações que vinham sendo desempenhadas pelo Estado Novo. Percebemos também que ao preparar essa estratégia a cultura foi interpretada como uma temática que contribuiu para a diferenciação desse impresso no mercado, posto que, conforme o periódico, *Vanguarda* apareceu para suprir a “lacuna intelectual do estado”, que ainda não possuía notoriedade no meio jornalístico local.

Para desenvolver essa estratégia, o periódico se utilizou de diversos conteúdos para apresentar a temática cultural e atender aos públicos a que se direcionava. O próprio entendimento do termo cultura é complexo. Entretanto, dentre as diversas definições que o cercam buscamos compreender qual a definição adotada por *Vanguarda* para que fosse desenvolvida sua estratégia . Para tanto, entendemos o termo cultura com base em Raymond Williams (1992) que apresentou três significados para cultura.

um estado mental desenvolvido- como em “pessoa de cultura”, “pessoa culta”, passando por (ii) os processos desse desenvolvimento – como em “interesses culturais”, atividades culturais, até (iii) os meios desses processos- como em cultura considerada como “ as artes “ e o “trabalho intelectual do homem” . Em nossa época, ( iii) é o sentido mais geral e comum, embora todos eles sejam usuais. Ele coexiste, muitas vezes , desconfortavelmente, com o uso antropológico para indicar “modo de vida” global de determinado povo ou de determinado grupo social. (WILLIAMS, 1992, p. 11)

A partir da análise do periódico *Vanguarda*, observamos que a concepção de Williams (1992), que compreende a cultura como as “artes” e o “trabalho intelectual do homem”, foi adotada pela publicação. Esta concepção foi também acompanhada de um significado materialista que, conforme Williams (1992, p. 11), entende que as artes e os trabalhos intelectuais são produtos diretos ou indiretos de uma ordem proveniente de outras atividades sociais. Desse modo, é pertinente ressaltar que o jornal apresentou como manifestações culturais as produções materiais do povo voltando-se às atividades artísticas mais tradicionais como a música, literatura, dança, teatro, cinema, arquitetura e a religião. No entanto, devemos destacar que não foram apenas as manifestações culturais que receberam destaque , os artistas envolvidos, escritores também ganharam projeção na publicação. Por meio do texto 40, verificamos a visibilidade dada a música, um dos temas abordados pelo jornal.

Texto 40 :A noite de anteontem no teatro 4 de setembro foi uma das mais belas artes que já presenciou nossa velha casa de diversões . A cantora patricia confirmou as expressões elogiosas de toda a imprensa de onde se tem feito ouvir levando a efeito um recital que agradou em cheio. A despeito das irregularidades de acústica motivadas pela falta de forro de nosso teatro a voz canora suave de Santa Noll foi ouvida com embevecimento e justa admiração por toda a numerosa assistência . (VANGUARDA, 15 de outubro de 1939, p. 1)

O texto 40 nos mostra como o jornal atuou fazendo resenhas dos eventos que ocorriam na capital. Na ocasião, o periódico relata a apresentação da cantora Santa Noll, no Teatro 4 de setembro. Nessa construção, *Vanguarda* ressaltou a repercussão da apresentação junto ao público e aspectos técnicos. Posto isso, a publicação contribuiu para que fosse dada visibilidade à artista e colaborou para que ela integrasse o imaginário simbólico e a memória coletiva da população, embora entenda-se que não é missão do jornalismo atuar como um lugar de memória.

Por meio da análise, constatamos que não foi somente a música que o periódico ofereceu destaque, pois a literatura, dança, teatro, cinema, arquitetura e a religião também foram temas retratados no jornal.

Como o posicionamento adotado pelo jornal não deve ser dissociado da conjuntura em que ele foi inserido, devemos enfatizar que, durante o Estado Novo, a cultura também foi objeto de intervenção do Governo e, de acordo com Capelato (2009, 101), as manifestações culturais só poderiam acontecer permeadas por fatores políticos. Como bem afirma Rêgo (2013, p. 1-2), nesse período em que o país vivia sobre a tutela do DIP, os meios de comunicação e, sobretudo, o jornalismo passaram a divulgar as artes que o Estado julgava conveniente e importunar as artes praticadas por grupos considerados ameaçadores do regime. Porém, embora o segmento cultural tenha sido perseguido pelo Estado as intervenções nesse periódico não foram tão incisivas, pois nem sempre o conteúdo cultural do jornal veio acompanhado de aspectos da ideologia estadonovista.

Texto 41: A 25 do corrente transcorreu o 53º aniversário do nascimento de Humberto Campos motivo por que “Vanguarda” no firme propósito de homenageá-lo embora tardiamente transcreve, hoje, em sua coluna uma de suas elegantes crônicas, ilustrada por seu clichê. (VANGUARDA, 29 de outubro de 1939, p. 6)

No texto 41, *Vanguarda* destaca um personagem da literatura e além de homenageá-lo por seu aniversário, oferece visibilidade a sua produção intelectual publicando um texto de autoria do cronista Humberto Campos. A nota não recorre a nenhum princípio da ideologia estado novista e se volta apenas a um dos objetivos que o jornal apresenta em sua edição-fundadora de 7 de setembro de 1939 que é “chamar às suas páginas homens das letras piauienses, à fim de que por aí à fora todos que nos lerem, digam que, no Piauí, se vive também intelectualmente” (VANGUARDA, 7 de setembro de 1939, p. 1).

No que se refere a essa estratégia adotada pelo *Vanguarda*, a cultura foi o eixo de sustentação para que o periódico atuasse e foi um instrumento de distinção da publicação em relação aos demais jornais em circulação. Tendo em vista que *Vanguarda* foi criado em 7 de setembro de 1939, portanto, há quase dois anos após golpe que originou o Estado Novo<sup>29</sup>, consideramos que a publicação não foi criada de modo alheio à conjuntura de cerceamento que, paulatinamente, foi implantada no Brasil. Com o intuito de resguardar-se da intervenção do Governo, o foco nas atividades culturais foi uma maneira que o periódico encontrou para assegurar o futuro da organização, fazendo com que seu interesse de dar visibilidade ao trabalho de intelectuais fosse garantido sem, no entanto, afetar os anseios da ditadura Vargas.

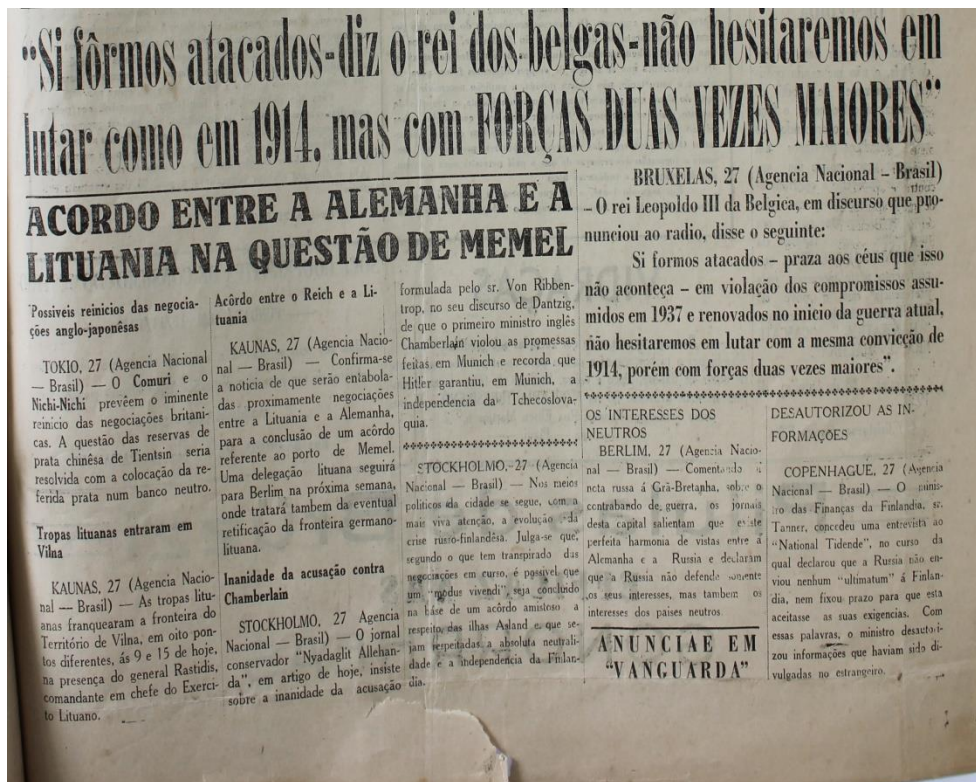
Porém, embora a maioria do conteúdo do periódico seja cultural a publicação se dedicou a outros temas como fatos internacionais, esporte, política, economia e sociedade,

---

<sup>29</sup> O Estado Novo foi implantado em 10 de novembro de 1937.



temas que embora tenham sido abordados com menor ênfase garantiriam um público mais abrangente para o periódico .



**Imagem 23:** Notícias Internacionais no Vanguarda de 29 de outubro de 1939  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

Na imagem 23, observamos a notoriedade que *Vanguarda* deu a temas internacionais. Neste caso, tratou-se da Segunda Guerra Mundial<sup>30</sup>, conflito que se estendeu de 1939 a 1945. É interessante salientar que essa nota foi proveniente da Agência Nacional, agência estatal que, conforme Goulart (1990, p.68), atuou ligada a órgãos de censura e dispunha de profissionais que trabalhavam de maneira alinhada ao estado autoritário de 1937 e suas práticas. Durante o processo analítico, notamos que todas as notícias internacionais desse periódico tinham sido enviadas por essa agência, o que de certo modo, garantia a circulação de verdades em consonância com o órgão governamental ao qual ela estava ligada. Dado que, de acordo com Foucault (2008, p.12), a verdade resulta de múltiplas coerções, regulamenta o poder e é regulamentada pelo mesmo compreendemos que as verdades apresentadas por essa agência, certamente, sofriam ingerência por parte do Governo e, sobretudo, dos órgãos de censura que a controlavam. Contudo, tendo em vista que, conforme Said (2015), o jornalismo não era uma atividade muito lucrativa no período consideramos que

<sup>30</sup> Discorremos sobre a Segunda Guerra Mundial na página 45.

sem a colaboração dessa agência seria, praticamente, inviável fazer uma cobertura de temas internacionais, pois seriam necessários gastos com deslocamento, equipamentos, alimentação e hospedagem dos profissionais.

O esporte também esteve incluído em *Vanguarda*. Embora, na atual divisão editorial dos periódicos o esporte seja dissociado da cultura, conforme Drummond (2011, p. 11), o esporte foi utilizado para defender a hegemonia cultural do Estado durante a ditadura Vargas.

Texto 42: No campo do primeiro disputarão hoje numa renhida partida as equipes que representam as cores do Esporte Clube Flamengo e Tiradentes em prosseguimento ao campeonato da cidade. Apesar do Flamengo ser o favorito para essa partida os rapazes do clube de Benedito Preto tudo farão para evitar uma queda e oporão ao adversário uma tenaz resistência (VANGUARDA , 15 de outubro de 1939, p. 6).

Conforme o texto 42, veiculado na seção *Vanguarda Esportiva* ,observamos que o periódico voltou-se à temática esportiva focando no futebol. Embora ao longo das publicações sobre esporte e no texto apresentando não tenha sido localizada nenhuma menção direta ao Estado Novo, devemos ressaltar que nesse regime a política utilizou o esporte através do seu potencial simbólico para se aproximar da nação assim como fez com educação, cinema, música, artes plásticas e religião. Com o intuito de estabelecer sua hegemonia cultural, Vargas construía o país do samba e do futebol (DRUMOND, 2011, p.11).

Apesar de não apresentar de forma explícita menção ao Governo a seção *Vanguarda Esportiva* contribuiu para o fortalecimento do interesse por esportes e futebol durante o estado autoritário de 1937. Ressaltamos também que essa atividade colaborava para que, naquela conjuntura, o público se distanciasse de problemas políticos, econômicos e sociais que poderiam atingir o período.

A política também foi utilizada nas estratégias de atuação do periódico e informações que se referiam ao momento político e institucional vigente foram apresentadas em *Vanguarda*.

Texto 43: A nota empolgante da semana foi incontestavelmente a criança, no seu interessante aspectos social e patriótico. O Piauí este ano mais impulsionado pela corrente de entusiasmo que reinou em todo o país contribuiu também e , grandemente, para que entre nós a criança fosse festejada, fosse lembrada, fosse mimada, olhada, endeuzada, como um elemento de real grandeza para a sociedade e para a família piauiense. A pátria. [...] A criança é a pátria em miniatura. A pátria é o homem com tudo que o envolve ( VANGUARDA, 22 de outubro de 1939, p. 8).

No texto 43, o periódico recorreu à criança para junto a ela enfatizar características do modelo político em vigor naquele período, que buscava construir junto ao público um sentimento de amor à pátria. A expressão “Corrente de entusiasmo”, neste caso, é uma metáfora que *Vanguarda* utilizou para se referir ao regime em uma de suas celebrações, a Semana da Criança. Reportando-nos novamente a Parada (2007, p.37-38), houve durante o Estado Novo a construção de um calendário que visava colaborar com o regime. Constatamos que a Semana da Criança foi uma das datas que contribuiu para a formação de uma memória coletiva que agregaria novos conceitos de nação e cidadania que em benefício do Estado Novo deveriam ser difundidas.

No que concerne à inclusão da economia no plano estratégico do jornal, notamos que o periódico trabalhou o viés econômico em consonância com a política econômica nacional que conforme Garcia (2005, p.90), previam um estímulo ao crescimento da produção interna.

Texto 44: O sr Amintas não padece dúvida, vem desenvolvendo, em todos os sentidos o cultivo intenso da terra . Assim é que em pleno viço abundam aqui, ali acolá, abacateiros, jaqueiras, cajueiros, sapotizeiros, cacaueros, que parecem que se adaptam ao nosso ambiente e prometem de futuro uma produção em alta escala (VANGUARDA, 7 de setembro de 1939, p. 3)

Com base no texto 44, percebemos que o periódico voltou-se a um tema econômico, focando no desenvolvimento da produção interna e até mesmo estimulando a produção. A expressão “Assim é que em pleno viço abundam aqui, ali acolá, abacateiros, jaqueiras, cajueiros, sapotizeiros, cacaueros, que parecem que se adaptam ao nosso ambiente e prometem de futuro uma produção em alta escala” reflete a credibilidade que o periódico deu ao desenvolvimento dessa atividade, a fruticultura, que, conforme a publicação, contribuiria com a produção local.

A seção intitulada de *Vanguarda Social* revela um outro aspecto da estratégia utilizada pelo jornal *Vanguarda* para atuar durante o Estado Novo. A seção se assemelhava a uma coluna social e foi um meio encontrado para que o jornal dialogasse de modo mais próximo com o seu público de interesse, os letrados e intelectuais mencionados em seu primeiro exemplar veiculado em 7 de setembro de 1939.

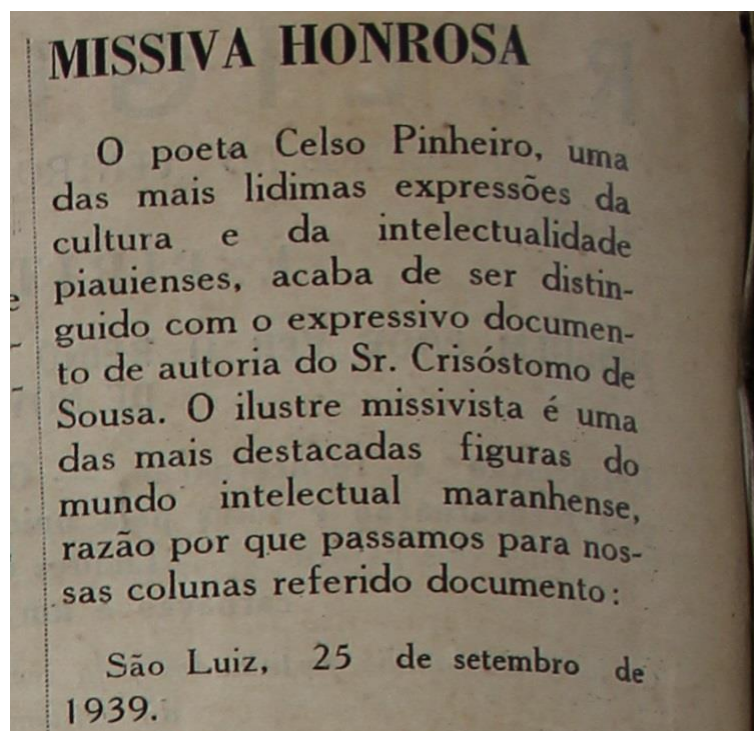
Texto 45 : Realizar-se-á hoje , às 18h, no Clube dos Diários um sorvete dançante oferecido ao inteligente e culto professor Edvaldo Correia Lima. Referida solenidade é promovida pelas alunas do 5º ano da Escola Normal Oficial, que com esse gesto elegante e simpático prestam justa e merecida homenagem ao mestre que pananincherà a turma concludente (VANGUARDA, 5 de novembro de 1939, p. 8).

Tendo em vista que, conforme Barbosa (2007, p. 108), na década de 1930, o leitor era praticamente ausente das publicações e a fala do Estado foi ampliada, consideramos que a seção *Vanguarda Social* tornava-se uma maneira do periódico continuar mantendo o vínculo com o seu público naquele momento em que o Estado buscou maior notoriedade às suas ações. Nascimentos, eventos sociais, viagens, casamentos, mortes, e etc eram retratados em *Vanguarda*. No texto acima, o jornal discorre sobre um evento chamado sorvete dançante que homenageou um professor da Escola Normal Oficial. Além de dar notoriedade ao evento a publicação contribuía também para a aproximação do jornal com a elite intelectual que promove o evento.

No que se refere às táticas que, de acordo com Certeau (2008, p.100), são uma ação calculada ligada à ausência de um próprio e suas relações são de curto prazo, considerando as oportunidades que lhe são concedidas, entendemos que para garantir o seu conteúdo, sobretudo o cultural, o periódico adotou como uma de suas táticas o oferecimento de visibilidade a intelectuais do estado e o desenvolvimento de uma relação de proximidade.

Texto 46 : Todavia, os intelectuais, os homens do pensamento, os homens da cultura que não nos mingam, pouco ou quase nada produzem à falta, justamente, de um jornal que corresponda, de pleno, a expectativa de plumitivos. E foi, por isso, que Vanguarda surgiu à Lume. Apareceu para preencher esta lacuna sensível em toda extensão do termo. Apareceu por uma iniciativa forçada de alguns moços com o objetivo de chamar às suas páginas homens das letras piauienses, à fim de que por aí à fora todos que nos lerem, digam que, no Piauí, se vive também intelectualmente (VANGUARDA, 7 de setembro de 1939, p.1).

Na expressão “os intelectuais, os homens do pensamento, os homens da cultura que não nos mingam, pouco ou quase nada produzem à falta, justamente, de um jornal que corresponda, de pleno, a expectativa de plumitivos” observamos a visibilidade que o jornal pretendia dar aos intelectuais e o interesse em manter uma boa relação com os mesmos, uma vez que esse era um movimento tático que favoreceria sua estratégia de relacionar-se com a exterioridade, voltando-se, principalmente, à temática cultural. A relação com os intelectuais foi mantida na instância local e nacional, pois o periódico deu notoriedade a intelectuais de ambas esferas. Esse contato com diversos com inatelectualidade garantiu o conteúdo para a publicação, pois foram esses sujeitos e suas ações que se tornaram pautas em o *Vanguarda*.



**Imagem 24:** Trecho de Vanguarda abordando o intelectual piauiense Celso Pinheiro  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense

Na foto acima, percebemos que o jornal discorre sobre o poeta Celso Pinheiro, apresentado pela publicação como “uma das mais lidimas expressões da cultura e da intelectualidade piauienses”, assim *Vanguarda* fomentou uma relação de proximidade com esse intelectual que também atuou com algumas colaborações nesse jornal.

A ligação que esse periódico traçou junto aos intelectuais de projeção nacional pode ser observada pela entrevista realizada com Jaime Costa, mediante que atuou no período.



**Imagem 25:** Vanguarda abornado o comediante de projeção nacional, Jaime Costa  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.

No decorrer da entrevista, foram observadas marcas textuais que ofereceram indícios desse empenho que o periódico possuía em manter um bom relacionamento com suas fontes.

TEXTO 47: Afim de não roubar mais tempo do maior comediante brasileiro e julgando já ter matéria bastante e interessante para oferecer aos nossos leitores fizemos-lhe a nossa última pergunta arriscando ( VANGUARDA, 22 DE OUTUBRO DE 1939, P.2).

A expressão “Afim de não roubar mais tempo do maior comediante brasileiro” revela uma preocupação que os jornalistas de *Vanguarda* possuíam com o intelectual (Jaime Costa) que lhes concedia a entrevista. Além de se preocupar com a qualidade do material que seria oferecido ao seu público-leitor, o periódico pretendia fazer com que o encontro com o intelectual se tornasse oportuno e proveitoso para ambos.

Os leitores também foram um eixo que o periódico teve que dialogar a fim de que a publicação adquirisse boa imagem e aos poucos construísse boa reputação diante do público. Considerando que as táticas, conforme Certeau (2008, p.102), abrem fissuras nos postulados

de poder e utilizam de maneira hábil o tempo e as ocasiões, constatamos que ao se aproximar do leitor e mostrar o seu compromisso junto ao mesmo o periódico utilizou-se de uma ocasião para passar ao público a impressão de que *Vanguarda* tratava-se de uma publicação de interesse público e não a serviço do Governo como fizeram muitos meios jornalísticos nesse período. Essa foi uma tática empregada pelo periódico para se constituir junto a seu público como um veículo jornalístico isento.

Texto 48: Vanguarda no seu firme propósito de sempre ir ao encontro e desejo dos seus leitores e certa de que lhes seria interessante conhecer as impressões de Jaime Costa sobre a nossa terra e alguns pontos relativos ao Teatro e Cinema brasileiros procurou ouvir o grande artista [...] (VANGUARDA, 22 de outubro de 1939, p.1).

Por meio do texto acima, percebemos a preocupação de *Vanguarda* com os seus leitores. A expressão “Vanguarda no seu firme propósito de sempre ir ao encontro e desejo dos seus leitores” reflete o compromisso que o periódico visou traçar junto ao seu público em meio a um momento político que o Estado exigia, por meio da Constituição de 1937, que os periódicos dessem visibilidade às suas ações e atuassem a serviço do Governo.

Apesar das relações que o jornal buscou construir junto aos intelectuais e a seu público em geral, grupos que ocupavam uma posição de poder em relação à publicação, manter uma boa relação com o Governo e seus representantes também foi uma tática utilizada pelo periódico que facilitaria na aquisição de papel jornal, pois a cota de papel era controlada pelo Governo (PINHEIRO FILHO, 1997, 200) e colaboraria com a circulação em âmbito local, dado que o Estado e os seus órgãos de censura costumavam cercear os periódicos que contrariavam os interesses do Estado Novo e de seus representantes. A partir dessa conjuntura, entendemos que houve uma necessidade da publicação negociar com diversas instâncias de poder (intelectuais, público em geral e Estado) para garantir que o seu conteúdo fosse veiculado. Essa necessidade do periódico dialogar com várias instâncias de poder só existe em virtude das relações de poder, como bem afirma Foucault (2008, p.6), serem uma prática social heterogênea e em constante transformação, pois ele não está apenas em pontos específicos da estrutura social e sim presente em todas as relações.

No tocante às táticas de *Vanguarda* para se posicionar durante o Estado Novo, a publicação utilizou o prefeito de Teresina, Lindolfo Monteiro, como alvo das negociações que buscou assegurar junto ao Estado.

Texto 49: Há nela (Praça Pedro II) a harmonia das linhas , a beleza dos traçados de seus canteiros, a elegância de sua arborização e o feitiço inebriante de suas flores. É mesmo um dos mais lindos logradouros públicos, nordestinos construídos na administração do Exmo Sr Lindolfo do Rêgo Monteiro, o governador da cidade. Esse homem no descortínio de sua administração proveitosa, profícua e necessária sempre se tem revelado um urbanista de fina linhagem, procurando com volta também suas vistas para nossa futura vida social [...] ( VANGUARDA, 7 de setembro de 1939, p. 1).

Por meio do texto 49, que faz parte da matéria intitulada de “Teresina progride. As praças Pedro II e João Luiz Ferreira”, a publicação fugiu um pouco do seu planejamento de destacar a parte cultural do Estado, sobretudo a arquitetura e o paisagismo de suas praças e ruas. A construção “Há nela (Praça Pedro II) a harmonia das linhas, a beleza dos traçados de seus canteiros, a elegância de sua arborização e o feitiço inebriante de suas flores” discorre sobre o modelo arquitetônico da praça, assunto que compõe a estratégia de *Vanguarda* para o período que é voltar-se a temática cultural, entretanto, logo a publicação reporta-se aos feitos da administração de Lindolfo Monteiro. A expressão “Esse homem no descortínio de sua administração proveitosa, profícua e necessária sempre se tem revelado um urbanista de fina linhagem, procurando com volta também suas vistas para nossa futura vida social” revela a boa relação que o periódico buscou construir junto a esse governante. Nessa mesma ocasião, o periódico declarou que a próxima edição de *Vanguarda* contaria com uma reportagem destinada a administração de Lindolfo Monteiro.

Texto 50: Fiquemos por aqui. No nosso próximo número, na edição domingueira, Vanguarda no propósito de salutar , de mostrar e divulgar o que é nosso fará uma reportagem completa sobre a administração do Exmo. Sr. Lindolfo Monteiro (VANGUARDA, 7 de setembro de 1939, p. 1).

Em se considerando que as táticas, de acordo com Certeau (2008, p.100), são uma ação calculada ligada à ausência de um próprio e, portanto, trabalham com o lugar do outro considerando as oportunidades que lhe são concedidas, por meio do texto 50 constatamos que a publicação utilizou um espaço que deveria ser destinado a discussão do conteúdo cultural para aproximar-se da prefeitura municipal de Teresina destacando suas ações.

Contudo, a negociação do jornal não se deu apenas com a instância municipal. Na esfera estadual, o periódico procurou dialogar com o interventor Leônidas Mello. A matéria que recebeu o título de “Que formidável regime que nos salvou” exemplifica essa tática utilizada pelo jornal a fim de tolerar o silenciamento imposto aos meios de comunicação no período.



Texto 51: O regime do Exmo Sr dr Leônidas Mello não somente se impõe à consideração dos bons piauienses; seus adversários, inimigos gratuitos, que não falam nunca para a mais modesta administração bens possíveis, pesadelos para quem governa são lhe também reconhecidos pela segurança e condescendência que lhes dispensa o novo regime governamental e ainda pela absoluta equidade e indistinção com que este regime se desdobra e penetra sobre todas as cabeças. [...] Viva, portanto, prospere, triunfe sempre o formidável regime que nos salvou ! Com ele temos um Piauí invencível, pujante e cada vez mais belo e feliz. Todo piauiense que ama o seu torrão-berço vibra agora de entusiasmo e de gratidão pelo muito que tem feito o seu ínclito chefe [...] ( VANGUARDA, 29 de outubro de 1939, p.4).

O texto 51 foge, totalmente, da temática cultural e discute apenas o momento político e institucional imposto ao país, o Estado Novo. A publicação exalta também a figura de um dos seus representantes, o interventor Leônidas Mello, com o qual era necessário negociar dada a influência que Mello possuía nas decisões políticas, econômicas e sociais do Estado. No texto 51, o enaltecimento à Leônidas Mello é verificado no trecho “O regime do Exmo Sr dr Leônidas Mello não somente se impõe à consideração dos bons piauienses; seus adversários, inimigos gratuitos” e demonstra que o periódico queria repassar ao público a impressão de que o Governo de Leônidas Mello possuía a aprovação de todos os piauienses, inclusive da oposição. Por meio da publicação também constatamos uma exaltação feita ao regime estadonovista, a expressão “Viva, portanto, prospere, triunfe sempre o formidável regime que nos salvou”, confere à ditadura Vargas o título de salvadora e fomenta que cresça a aceitação desse modelo de Governo junto ao público que, conforme o periódico, já possuía a aceitação dos piauienses que, de fato, amavam o Estado.

*Vanguarda* também se utilizou do espaço concedido à discussão da cultura para de maneira hábil elogiar Getúlio Vargas e os ministros que o assessoravam. Em entrevista com o comediante Jaime Costa, a publicação discorria sobre o teatro e o cinema brasileiro e se utilizou da fala de Costa como tática para salientar os feitos de Vargas e seus ministros, atuando em consonância com os ideólogos estadonovistas que, conforme Capelato (2009, p.101), acreditavam que as manifestações culturais deveriam ser permeadas pela política .

Texto 52 :Estamos ainda um pouco distante de um teatro perfeito –disse-nos Jaime Costa, mas já nós podemos nos orgulhar de ter alcançado um terço da estrada que tem como fim o chamado teatro normal . Nós temos tudo:autores, intérpretes . Só nos falta é a organização definitiva , que espero, dentro de um pouco seja uma realidade provando assim a eficiência das experiências que se vem fazendo regidas pelo Ministério da Educação e que têm como esteio inconfundível o Exmo sr Getúlio Vargas a quem se deve a ressurreição do teatro no Brasil (VANGUARDA, 22 de outubro de 1939, p. 1).

No texto 52, o entrevistado menciona o Ministério da Educação, cujo ministro da Educação foi Gustavo Capanema e Getúlio Vargas como figuras promissoras para a melhoria

do teatro brasileiro. Utilizando-se de uma figura de linguagem, o comediante atribuiu a Vargas a responsabilidade pela renovação das atividades teatrais no Brasil e delegou ao Ministério da Educação a função de planejar-se para que o teatro adquirisse uma organização mais definida. Deste modo, essas lideranças políticas constituíam-se como apoiadoras das manifestações culturais. Com base na conjuntura de cerceamento, em que além da imprensa o teatro também foi controlado entendemos que esse ponto de vista, essa verdade, defendida por Jaime Costa a respeito do Estado Novo deve ser refletida, pois, conforme Nietzsche (2005, p. 12), as verdades devem ser questionadas buscando o entendimento de a que moral se quer chegar, posto que todos os impulsos visam dominar . A necessidade que o grupo teatral possuía de circular e receber incentivos governamentais são fatores consideráveis no posicionamento adotado por Jaime Costa. Apesar de o periódico enfatizar que o trecho foi uma fala do comediante Jaime Costa, as intencionalidades de *Vanguarda* foram refletidas na publicação, posto que embora se tratasse de uma reportagem o conteúdo a ser publicado era selecionado pelo jornal.

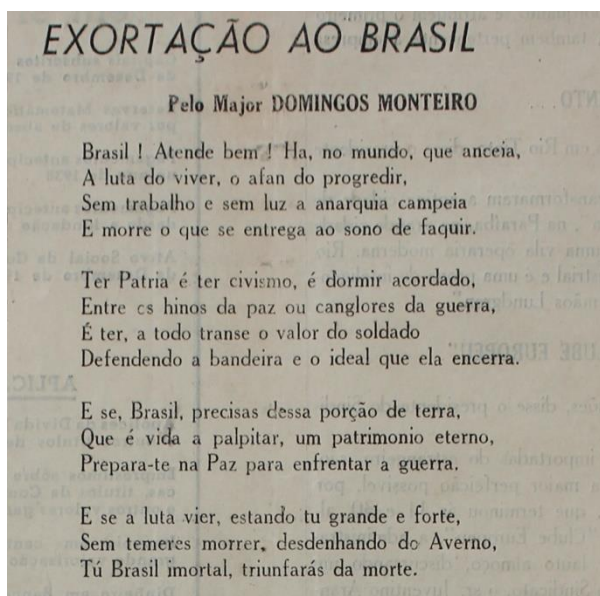
A própria publicação foi convidada, diretamente, a exaltar o Estado Novo, uma vez que a imprensa local era chamada para as inaugurações e demais eventos que faziam parte do calendário que o Estado Novo pretendia instituir. Em comemorações que aconteceram em Piracuruca, o diretor do jornal, professor Oswaldo Monteiro, foi convocado a fazer um pronunciamento sobre o regime, no entanto o periódico fez questão de enfatizar que se tratava apenas de um trabalho jornalístico.

Texto 53 : Precisamente às 10 horas da manhã no edifício onde funciona a Prefeitura Municipal , a praça irmão Dantas, realizou-se conforme constava do programa de datas comemorativas do Estado Novo uma sessão solene onde foram exaltados pela palavra fluente de varios oradores os sentimentos de brasilidade que sacodem em cheio o nosso país [...] Às 7 horas da noite em grande concentração de pessoas de todas as castas sociais em todos os ângulos da praça Irmãos Dantas à espera de sua inauguração, precisamente, às 7h35 acompanhado de pessoas gradadas da sociedade local e representantes da imprensa o Sr Raimundo Ney Bauman subiu ao Coreto daquele logradouro público a fim de fazer a entrega ao público de mais uma de suas grandes realizações. [...] Tendo sido dada a palavra ao professor Oswaldo Rêgo Monteiro, diretor do nosso jornal, então presente naquele município, em missão jornalística teve a oportunidade de fazer um lindo discurso a respeito do 10 de novembro terminando por tratar com sinceridade os princípios (VANGUARDA, 19 de novembro de 1939, p.2).

Com base no texto 53, observamos a necessidade que o Estado possuía de obter o apoio e a visibilidade nos veículos jornalísticos. Ao convocar a imprensa para a inauguração o prefeito de Piracuruca, Raimundo Ney Bauman, construía uma relação de maior

proximidade com o veículo *Vanguarda*, que foi necessária para a sustentação do estado autoritário de 1937, dado que, conforme Barbosa (2007, p. 111), os jornais ao narrarem ações, criam contextos, referendam convenções que podem ser interpretadas de uma forma ou de outra. Sendo assim, naquela conjuntura, era benéfico ter o jornalismo como aliado dada a interferência que os meios jornalísticos possuem no real. De acordo com Carvalho (2012, p.180), o jornalista e, sobretudo, os meios de comunicação tornam-se mediadores de representações do real para determinados públicos e, a partir dessa mediação proporcionada pela narrativa jornalística, é que são fomentadas muitas das discussões que a sociedade realiza no cotidiano. A mediação desse evento e até mesmo o pronunciamento do jornalista de *Vanguarda* são identificadas como táticas de aproximação do periódico com o regime, pois se tratava de um Governo de postura intervencionista..

Tendo em vista que o próprio *Vanguarda* informa que “Toda e qualquer colaboração destinada à Vanguarda está sujeita ao critério da sua direção e a respectiva censura policial”, entendemos que os textos de colaboradores passariam por autocensura<sup>31</sup> e censura para, posteriormente, serem publicados ou não no jornal. Com base nessa afirmação, analisamos que até mesmo as poesias publicadas passavam pelo crivo do periódico e foram utilizadas como táticas de aproximação com o estado autoritário de 1937. Na poesia intitulada de Exortação ao Brasil, enviada pelo Major Domingos Monteiro, o periódico destinou o seu espaço para a veiculação de princípios defendidos pela ditadura estadonovista.



**Imagem 26:** Poesia com aspectos da ideologia estado-novista.  
**Fonte:** Projeto Memória do Jornalismo Piauiense.

<sup>31</sup> A autocensura foi debatida na página 68.

A partir do texto “Exortação ao Brasil”, analisamos que o periódico *Vanguarda* se utilizou até mesmo da literatura para enfatizar seu posicionamento político favorável ao Governo, efetivado também através das táticas de aproximação empreendidas pelo jornal. A poesia em destaque dispõe de aspectos que fundamentam a ditadura Vargas, como a exaltação ao trabalho, à pátria, aos hinos, à bandeira e fomenta a aceitação do regime com o intuito de fortalecer a nação diante de possíveis ameaças.

Diante deste contexto, acreditamos que o jornal *Vanguarda* apresentou posicionamento político favorável ao Estado Novo, contudo, a sua proposta de atuação voltada, principalmente à temática cultura não foi totalmente direcionada aos valores difundidos pela ideologia estadonovista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo praticado durante o Estado Novo apresentou diversas facetas. Assegurá-lo, unicamente, como alvo de intervenções é omitir a posição de poder que o jornalismo ocupa e as diversas formas que esta atividade possui para se posicionar. Influenciado pelas mudanças políticas, econômicas e sociais que se deram no período, o jornalismo piauiense empreendeu estratégias e táticas que garantiram a circulação de seu posicionamento político.

Com o intuito de identificar o posicionamento político dos periódicos *Gazeta*, *Monitor Comercial*, *O Piauí* e *Vanguarda* a partir das estratégias e táticas utilizadas no momento de censura estabelecido pelo Estado Novo e dos conceitos de verdade e poder, desenvolvemos todo um estudo para que fossem compreendidas peculiaridades do jornalismo exercido. Para isso, inicialmente, buscamos entender aspectos do contexto político, econômico e social que permearam o estado autoritário de 1937 tanto em âmbito nacional quanto local. Consideramos que essa foi uma etapa importante na construção da pesquisa, uma vez que viabilizou a compreensão das medidas implantadas pelo Governo, termos utilizados nos periódicos, personagens apresentados e outros fatores. Além desses aspectos, a contextualização foi imprescindível para que fossem compreendidas as condições de formatação dos produtos jornalísticos em estudo.

Contudo, apesar de serem considerados diversos olhares sobre aquela conjuntura também foram estudadas particularidades da dimensão comunicacional e, principalmente, jornalística desse momento político e institucional. Esta abordagem contribuiu com a pesquisa, posto que a partir dela foram apresentados aspectos técnicos do jornalismo praticado e, sobretudo, das rotinas de produção, dos profissionais e das tensões e disputas que se davam em meio a esse contexto, dado que tratamos de um período em que houve censura aos meios jornalísticos.

A partir do entendimento da conjuntura em questão e da dimensão do jornalismo praticado, entendemos como o jornalismo atuou na consolidação da verdade e do poder durante o Estado Novo, pois neste período o jornalismo foi visto como uma fonte confiável, portanto, mediadora da verdade e teve sua posição de poder reafirmada. Não coube a ele apenas o papel de cerceado devido às relações de trocas e negociações que existiram em alguns meios jornalísticos.

Antes de serem apresentados os resultados finais, faz-se necessário uma discussão sobre as hipóteses que, inicialmente, nortearam esse estudo.

A hipótese principal dessa pesquisa é de que o conteúdo veiculado por jornais de maior porte (*Gazeta* e *O Piauí*), que recebiam subsídios do Estado, não criticava o Governo e suas ações políticas, econômicas e sociais. Já os jornais de menor porte (*Monitor Comercial* e *Vanguarda*), por não possuírem vínculos com a ditadura estadonovista, criticavam Vargas e adotavam uma posição de combate à ordem implantada pelo Estado Novo. Essa hipótese não foi confirmada, pois percebemos que o tempo de circulação, o prestígio e a existência de um público leitor mais consolidado não interferiu na maneira com que os jornais se posicionaram em relação ao Governo. Com base nesse estudo, notamos que a conjuntura política, econômica e social acompanhada de fortes intervenções do Governo foi fator decisivo para que os jornais se portassem criticando ou não o Estado.

No que se refere ao jornal *Gazeta*, que, nos anos iniciais de 1937 a 1944, atuou sem grandes embates em relação ao Governo, constatamos que à medida que o Estado Novo foi entrando em declínio e com a mudança de direção, em 1945, o periódico adotou a crítica ao Governo e às suas ações políticas, econômicas e sociais com mais frequência na publicação. Já o jornal *O Piauí*, que também foi considerado nesta pesquisa um jornal de grande porte manteve-se durante o período em que circulou assumindo uma posição de combate em relação ao Governo. Como nesse estudo, foram abordadas publicações que circularam desse jornal no ano de 1945, constatamos que o fato de o regime já apresentar fragilidades em relação a sua ideologia fez com que essa folha encontrasse maior suporte para criticar o regime estadonovista. Já sobre os periódicos de menor porte, *Monitor Comercial* e *Vanguarda*, criados em meio às articulações do Estado Novo e que tiveram uma circulação mais sucinta verificamos que, em sua maioria, eles resolveram se posicionar sem grandes impactos em relação ao Governo. A circulação de ambos nos períodos iniciais do Estado Novo (1937-1939), quando os aparelhos de censura e o próprio Governo apresentavam maior vigor, interferiu no tratamento que esses periódicos deram ao Governo.

A hipótese secundária de que os jornais eram produzidos para um público mais esclarecido e com maior poder aquisitivo, minoria na época, e devido a esses fatores, englobaram poucas questões sociais que atingiam a maioria da população foi confirmada, posto que ao longo dos periódicos percebemos que, frequentemente, dirigiam-se a membros do Governo, intelectuais, militares e outros e os problemas sociais pouco foram frequentes nos jornais, exceto no ano de 1945, pois *Gazeta* e *O Piauí* fizeram algumas abordagens.

Posteriormente, a hipótese de que o apoio do Governo, principalmente, em âmbito local favorecia a atuação dos veículos jornalísticos, porém com a criação de aparelhos

ideológicos como o DEIP houve maior rigor na fiscalização dos jornais também foi ratificada. Notamos que os jornais como *Gazeta*, *Monitor Comercial* e *Vanguarda* garantiram sua atuação com mais facilidade ao buscarem certa aproximação do Governo, contudo, o fortalecimento dos aparelhos de censura interferiu, principalmente, no jornal *Gazeta* que durante o ano de 1944 veio com um indicativo de registro no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e conforme aponta o periódico em 1945, esse cerceamento foi um fator decisivo no fechamento, em 1944, seguido da venda do periódico. Já o jornal *O Piauí*, que desde 1937 representou oposição ao Governo, teve sua circulação interrompida no ano inicial do Estado Novo e somente voltou a circular quando o regime passava por um processo de esvaziamento ideológico.

Outra hipótese secundária confirmada foi que os jornais lançavam mão de táticas para driblar a censura e as orientações governamentais e ainda assim continuar circulando. Ao longo do estudo constatamos que os periódicos utilizaram-se de algumas brechas na fiscalização para denunciar alguns problemas que afligiam o período.

Por fim, lançamos a hipótese de que os jornais se beneficiaram do seu estatuto de verdade e da sua posição de poder para se posicionarem em relação ao Estado Novo. Esta hipótese também foi confirmada, pois encontramos nos periódicos *Gazeta* (1937-1944), *Monitor Comercial* e *Vanguarda* indícios de uma construção de verdade favorável ao Estado Novo. Já nos jornais *O Piauí* e no *Gazeta*, em 1945, percebemos a construção de uma verdade contrária à ditadura Vargas. No que se refere ao poder, concluímos que os jornais *Gazeta* (1937-1944), *Monitor Comercial* e *Vanguarda* ocuparam uma posição de poder e interferiram no imaginário simbólico coletivo traçando junto ao Estado uma relação de poder positiva, pautada na negociação. Já os jornais *O Piauí* e *Gazeta*, em 1945, também ocuparam uma posição de poder, mas defenderam interesses contrários à ditadura Vargas, pois apoiavam a UDN, um partido de oposição ao regime estado novista.

Com base na discussão das hipóteses elencadas serão apresentadas as conclusões a respeito desse estudo. Para isso, partimos do objetivo geral que foi identificar o posicionamento político dos jornais *Gazeta*, *Monitor Comercial*, *O Piauí* e *Vanguarda* a partir das estratégias e táticas utilizadas no momento de censura estabelecido pelo Estado Novo e dos conceitos de verdade e poder.

Por meio deste estudo notamos, inicialmente, com base nas estratégias adotadas quais tipos de conteúdo foram mais apresentados nesses jornais. Como se tratava de um período em

que os veículos jornalísticos passaram por cerceamentos, a escolha do conteúdo a ser veiculado favoreceu a garantia dos interesses adotados pelos jornais.

O jornal *Gazeta*, por sua vez, apresentou-se, de 1937 a 1944, como um periódico destinado a abordar conteúdos de interesse geral. Cultura, eventos em geral e entretenimento (curiosidades, receitas, piadas) foram temas abordados pelo jornal quando ainda era dirigido pela família Lemos. Essa foi uma forma encontrada pelo periódico para agradar o seu público leitor e também ao regime, uma vez que o foco nestes conteúdos desviava a atenção da sociedade, principalmente, de problemas sociais que permearam aquela conjuntura. Desse modo, o futuro da organização foi negociado tanto com os leitores em geral quanto com o Governo e passava-se uma impressão de que o país vivia um momento de estabilidade.

Entretanto, com a mudança de linha editorial, em 1945, o *Gazeta* modificou o conteúdo abordado. Ao se definir como órgão político e noticioso, o jornal demonstrou novos interesses e, de certo modo, desafiou o regime, pois por se tratar de um veículo controlado por membros da UDN, partido que fazia oposição à ditadura Vargas, o periódico já sinalizava que o seu conteúdo político possuía interesses avessos ao estado autoritário de 1937.

Se, por um lado, o jornal *Gazeta* comportou-se, inicialmente, abordando conteúdos de interesse geral, o periódico *Monitor Comercial*, que também atuou no princípio do Estado Novo, adotou estratégia diferenciada e preferiu voltar-se às pautas comerciais e econômicas. Contudo, apesar desse veículo jornalístico adotar como foco um conteúdo direfenciado do *Gazeta*, avaliamos que ambos, nesse momento, investiram nestes tipos de abordagem a fim de se distanciarem da polêmica política que, conforme Fortes (2001, p.50), foi proibida em tempos de censura. Em 1939, quando a publicação deixou de ser revista para tornar-se um jornal ela continua abordando conteúdos econômicos, embora o conteúdo político não tenha fugido totalmente desse periódico. Porém sua abordagem política não se voltava para o debate. Ao definir-se como um órgão voltado a questões econômicas de “publicações leves, ligeiras, curtas e de interesses gerais”, esse veículo jornalístico driblava o cerceamento imposto à imprensa e alertava ao Governo que se posicionaria servindo ao regime e com um conteúdo que se afastaria de possíveis constrangimentos políticos, econômicos e sociais daquele momento político e institucional.

No que se refere ao jornal *O Piauí*, verificou-se que, com exceção, do *Gazeta*, em 1945, esse foi o único exemplar deste estudo que se comportou abordando conteúdo político de oposição à ditadura. Problemas econômicos e sociais foram com frequência abordados e vinham acompanhados de questões políticas. Embora os exemplares de 1937 não tenham sido



localizados, algumas publicações de 1945 oferecem indícios de que esse tipo de conteúdo também foi o que mais predominou durante o ano de 1937. Em exemplar veiculado em 22 de setembro de 1945, *O Piauí* divulga que ressurgiu com a mesma direção de 1937 e reafirma querer cumprir os mesmos princípios adotados pelo periódico em sua primeira fase, cuja finalidade política foi preponderante.

Um ponto intrigante desta pesquisa, no que concerne ao conteúdo dos jornais *Gazeta* e *O Piauí*, é que durante o ano de 1945 ambos abordaram um conteúdo político estimulando embates e discussões e apresentavam-se como folhas partidárias da União Democrática Nacional (UDN), o que demonstra o fortalecimento dos partidos de oposição no fim do estado autoritário de 1937 e revela as fissuras que começavam a atingir o regime e, sobretudo, seus órgãos de vigilância.

Além dos interesses gerais, economia e política, a cultura também esteve presente entre os conteúdos mais divulgados pela imprensa piauiense durante a ditadura Vargas. Criado em 1939, período em que o país era regido por um governo autoritário que coibia o debate político, o jornal *Vanguarda* adotou como estratégia para relacionar-se com a exterioridade a abordagem da temática cultural. Apesar de tratar-se de um período em que a cultura também sofreu interferência do Governo (CAPELATO, 2009, 101), as influências de aspectos da ideologia estadonovista não foram tão incisivas neste periódico, o que facilitou com que os idealizadores desta publicação pudessem imprimir nesta folha suas marcas e movimentar a vida intelectual do estado sem, no entanto, sofrer grandes intervenções do Governo.

A veiculação dos conteúdos acima citados, sobretudo, dos periódicos em estudo passou pela interferência de fatores que facilitaram e dificultaram o acesso ao conteúdo jornalístico. Com base no entendimento das táticas, foi possível identificar estes fatores nos jornais. No que concerne às facilidades que envolveram os impressos nesse período, um dos fatores observados foi que o surgimento ou a volta de periódicos já no final do regime contribuiu para assegurar uma circulação, de certo modo, mais livre dos jornais. Como se tratava de uma conjuntura de esfacelamento do regime e de órgãos de censura, como o DIP e o DEIP, periódicos como *Gazeta* e *O Piauí* dispuseram de maiores facilidades para apresentar seu conteúdo sem receber muitas influências da censura.

O uso de uma linguagem menos agressiva também contribuiu para facilitar a circulação de jornais neste período. Este tipo de abordagem foi comum aos jornais que tiveram circulação mais forte nos anos iniciais do Estado Novo, como o *Gazeta* (1937-1944),

*Vanguarda e Monitor Comercial*. A partir deste tratamento dado ao conteúdo jornalístico de então, os jornais negociaram com os poderes estatais seu espaço de atuação.

A aproximação do público leitor também foi uma tática que facilitou a circulação dos jornais. Como se tratava de um contexto em que, na maioria dos jornais, a fala do Estado foi ampliada, ao dispor de espaços em que o leitor também recebia atenção os periódicos eram fortalecidos naquela conjuntura e tornavam-se importantes não só para o aparelho estatal, mas para os leitores em geral.

No que concerne às dificuldades enfrentadas pelos impressos os problemas na obtenção de recursos materiais, como o papel, foi um empecilho e, por vezes, o *Gazeta* criticou, sucintamente, a alta dos preços e a má qualidade do produto fabricado no Brasil. Tendo em vista, que o papel foi uma matéria-prima essencial para a circulação de jornais, em tempos que a ferramenta digital ainda não era utilizada, pontuamos que os altos preços e a dificuldade de acesso a esse material prejudicou os jornais piauienses durante a ditadura Vargas.

Outro fator que incidiu sobre o acesso aos jornais durante o estado autoritário de 1937 foi a deficiência na infraestrutura das estradas. Esse entrave fez com que os periódicos não chegassem a alguns pontos do estado e/ou, muitas vezes, aparecessem com atraso, o que fazia com que perdessem a oportunidade de buscar mais assinantes dada as dificuldades na chegada do material ao leitor.

O serviço postal apontado como deficiente também acarretou dificuldades para o crescimento da imprensa no estado, pois esse serviço prestado por uma empresa pública federal interferiu nos atrasos com que eram recebidos os periódicos e desfavoreceu o jornalismo naquele período.

A relação que os jornais adotaram com relação ao Governo e seus aparelhos ideológicos também foi observada nas operações táticas desenvolvidas pelos jornais em estudo e fez com que as publicações revelassem algumas de suas astúcias para se manterem atuantes e atingindo a estratégia definida.

A aproximação do Governo foi a tática mais utilizada pelos veículos jornalísticos de então, desse modo eles construía uma boa relação com o Estado e se afastavam de possíveis punições. Nas publicações analisadas, constatamos que os jornais *Monitor Comercial* e *Vanguarda* comportaram-se durante o Estado Novo interagindo com os governantes e com os órgãos do aparelho estatal, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Interventoria do Estado, Prefeituras, Departamento de Estatística e Publicidade e outros. Nas

publicações eram comuns elogios que atuavam como uma forma de negociação entre os veículos jornalísticos e o Estado, pois, naquela conjuntura, as contestações e críticas eram alvo de punições do regime e seus órgãos de censura.

Entretanto, no que se refere ao jornal *Gazeta*, nos seus anos iniciais de 1937 a 1944, esse periódico utilizou-se de táticas de aproximação para se relacionar com o regime em vigor. Assim como nos jornais *Monitor Comercial* e *Vanguarda* foi comum, a esses periódicos comportarem-se desenvolvendo uma relação amistosa com o Estado. Elogios a representantes do Governo e aos órgãos que os mesmos administravam foram constantes nesta publicação. Esta relação de proximidade garantiu interesses destes jornais durante o regime estadonovista e manteve o jornal *Gazeta* com circulação regular. Por meio do processo analítico, constatamos que existiu uma necessidade desse jornal, assim como *Monitor Comercial* e *Vanguarda*, dialogar com esses poderes, pois existia uma relação de trocas, dado que, conforme Foucault (2008, p.6), as relações de poder são uma prática social heterogênea em constante transformação e estão presentes em todas as relações.

Já no ano de 1945, com a mudança de proprietário, o periódico *Gazeta* passa a fazer uso de táticas de distanciamento. Com isso as relações entre *Gazeta* e o regime estadonovista passam a ser marcadas por ataques e críticas.

O jornal *O Piauí* foi a publicação que mais apresentou firmeza em distanciar-se do Governo. Além de criticar, diretamente, o Estado e seus representantes o periódico abordou com frequência temas antes proibidos como a série de incêndios que atingiam casas de palha na capital. Esta era uma forma de resistência ao regime que denunciou dificuldades políticas, econômicas e sociais que assolavam o período. Os nomes dos representantes do Governo foram, constantemente, mencionados e até mesmo suas agendas políticas eram citadas, no entanto os comentários eram sempre ferrêneos.

Durante toda esta pesquisa a censura imposta aos veículos jornalísticos foi um aspecto ressaltado, no entanto compreendemos que apesar da vigilância dos órgãos de censura como o DPDC(1937), DNP(1938), DIP (1939-1945) e DEIPs (1940-1945) existem formas de driblar o cerceamento imposto. Embora alguns veículos tenham se posicionado de modo favorável ao Estado Novo, seja de maneira espontânea ou compulsória, a interpretação ultrapassa os limites censurados e muitos jornalistas se utilizaram das entrelinhas e da crítica sucinta e disposta em zonas de pouca visualização no jornal para contrapor a ordem instalada.

Nos jornais *Monitor Comercial*, *Vanguarda* e no *Gazeta*, nos anos de 1937 a 1944, observamos que, embora estes jornais tenham apresentado posicionamento favorável ao

Estado Novo, em algumas edições localizamos críticas sucintas e, geralmente, dispostas na zona de pouca visualização dos jornais. Em *Monitor Comercial*, as críticas às ações do Governo, geralmente, foram antecedidas por elogios ao Estado e seus representantes, o que, de certo modo, suavizava o comentário do jornal e facilitava para que a publicação passasse despercebida pelos órgãos de censura.

Com o enfraquecimento do Estado Novo, os jornais também dispunham de mais brechas para poderem se reformular e até mesmo posicionarem-se de modo contrário à ditadura Vargas. Esse foi o caso do jornal *Gazeta*, especificamente no ano de 1945, e de *O Piauí*, que, em virtude da decadência da ideologia estadonovista, dispuseram de maior autonomia e puderam emitir críticas e contrapor a ordem instalada em 1937 utilizando-se dos embates explícitos, da ironia e das charges. Posto isso, estes jornais se constituíram como suportes de resistência à ditadura Vargas e reforçavam o posicionamento político de modo contrário ao regime.

No que se refere à utilização de um regime de verdade, de modo favorável ou não ao Estado Novo, observamos que o periódico *Gazeta*, nos anos de 1937 a 1944, atuou buscando construir verdades de modo favorável a ideologia estado novista. Por meio da publicação de conteúdos como o enviado pela *Agência Nacional*, agência que atuava sob a tutela dos órgãos de censura, esta publicação posicionou-se como uma difusora da verdade de acordo com os anseios da ditadura Vargas. Porém, no ano de 1945, as construções da verdade no jornal *Gazeta* voltaram-se em favor dos interesses da União Democrática Nacional (UDN), que defendia intesses contrários ao Estado Novo.

Esta construção de verdade aliada aos princípios da ditadura Vargas também esteve presente em *Monitor Comercial*. A publicação buscou construir uma imagem de que era isenta. Contudo, entendemos que as informações apresentadas pelo jornal como verdades recebiam influências das intencionalidades dos profissionais que trabalhavam neste periódico e ocupavam cargos no Estado, como o diretor-proprietário, João Bastos, que foi diretor do Departamento Estadual de Estatística e Publicidade .

Assim como o jornal *Gazeta*, em 1945, a construção do regime de verdade em *O Piauí* também buscou defender intencionalidades contrárias à ditadura Vargas. A orientação partidária dos diretores e redatores do jornal interferiu nas verdades retratadas em *O Piauí* que veiculou textos jornalísticos com enquadramentos que privilegiavam a UDN e criticavam a ditadura Vargas.

Em o *Vanguarda*, a maneira como o Estado e seus representantes eram referenciados revela indícios de que foram construídas verdades em favor do Estado Novo. Neste periódico, também foi comum a publicação de textos enviados pela *Agência Nacional* que compartilhavam os interesses do Governo.

No que concerne ao poder, concluímos que as publicações em estudo ocuparam uma posição de poder e influenciaram o imaginário simbólico coletivo por meio da divulgação de suas variadas temáticas. Enquanto os jornais *Gazeta* (1937-1944), *Monitor Comercial* e *Vanguarda* procuraram estabelecer relações de poder baseadas na negociação com o Governo, posto que o poder não é apenas coercitivo e devido a censura houve uma necessidade de jornais e Estado atuarem também como aliados, os jornais *O Piauí e Gazeta* (1945) também ocuparam uma posição de poder no período, no entanto este poder foi utilizado para atuar de modo contrário ao Estado Novo, uma vez que esses periódicos procuraram pautar o público através comentários avessos à ideologia defendida pela ditadura Vargas.

Apesar dos limites impostos pelo Estado e da autocensura que foi comum nas redações jornalísticas consideramos que os jornais aqui analisados contribuem com a história do jornalismo brasileiro e, sobretudo do jornalismo piauiense, atuando como subsídio para o desenvolvimento de novas investigações a respeito do jornalismo praticado no Piauí durante o Estado Novo, uma vez que a história, segundo Veyne (1998, p. 41) possui natureza lacunar e constrói-se a partir de escolhas do pesquisador.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. *A imprensa em transição o jornalismo brasileiro nos anos 1950*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. *Dicionário Histórico - Biográfico da primeira república: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2015..

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; COELHO, Hercídia Mara Facuri. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

ALSINA, Miguel. *Teorías de la Comunicación*. Âmbitos, métodos e perspectivas. Valencia: Universidade de Valencia, 2001.

AMARAL, Karla Cristina de Castro. Getúlio Vargas- O criador de ilusões. In: *INTERCOM*, XXV, 2002, Salvador: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ASSUNÇÃO, Rosângela . *A política trabalhista na era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930-1954)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo, Martins, 1964.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. Jornalistas, “senhores da memória”? In: *IV Encontro de Grupos de Pesquisa da Intercom*. Disponível em: <[http://pesquisafacomufjf.files.wordpress.com/2013/06/jornalista\\_senhores-da-memc3b3ria-barbosa-marialva.pdf](http://pesquisafacomufjf.files.wordpress.com/2013/06/jornalista_senhores-da-memc3b3ria-barbosa-marialva.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. O filósofo do sentido e a comunicação. *Conexão- Comunicação e Cultura*, v.5, n.9, p.139-149, jan/jun. 2006. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/209/200>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever de verdade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

BARDIN, Lawrence. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luiz Antero e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário Histórico Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BENETTI, Márcia. O jornalismo como acontecimento. In: *Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo*. Disponível em: <[http://sbpjor.kamotini.ghost.net/sbpjor/adm\\_jor/arquivos/marcia\\_benetti.pdf](http://sbpjor.kamotini.ghost.net/sbpjor/adm_jor/arquivos/marcia_benetti.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. *Verso e Reverso*, ano XXV, n. 58, jan-abr. 2011, p. 62-77.

BRASIL, Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*: Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

BRASIL, Constituição (1937). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*: Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm)>. Acesso em 20 mai. 2013.

BOMENY, Helena M.B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação durante o Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.137-166.

BORGES, Daniel. *Imagem e comunicação visual no discurso político da era Vargas*. Dissertação (Mestrado em Artes) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410890\\_06\\_pretextual.pdf](http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410890_06_pretextual.pdf)> . Acesso em: 15 jul. 2014.

CAMARGO, Gustavo. Sobre o conceito de verdade em Nietzsche. *Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche*, v.1, n.2, p.93-112. Disponível em: <<http://tragica.org/artigos/02/07-gustavo-camargo.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 1 jul. 2015.

CANCLINI, Nestor García. *Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. *Multidões em cena*. 2.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2009.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.167-178.

CARDOSO, Adalberto. Estado Novo e Corporativismo. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v.13, n.2, p.109-118. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/65.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

CARDOSO, Nilsângela. Cultura Jornalística e identidade profissional dos jornalistas teresinenses (1951-1954). In: SILVA, Mairton; OLIVEIRA; Marylu (Org). *Histórias do social ao cultural/do cultural ao social*. Teresina: EDUFPI, 2015, p.73-106.

\_\_\_\_\_. *Relações de poder e as práticas jornalísticas em O Dia, A Cidade e Jornal do Piauí*. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

CARVALHO, Afonso Ligório Pires. *Tempos de Leônidas Mello*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. Teresina de ontem e de hoje. *Presença*. Teresina, ano XXVI, n.45, ago. 2011, p. 7-17.

CARVALHO, Carlos Alberto de . Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricouer. *Matrizes*, v. 6, p. 169-188, 2012. Disponível em : <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/viewFile/261/pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

CASADEI, E. B.. 'A Legitimação das Redes Sociais como Fonte para o Jornalismo sob a Perspectiva dos Códigos Padrões de Narração'. *Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, v. 2, p. 1-15, 2013.

CATELLI, Rosana Elisa. *Dos "naturais" ao documentário: cinema educativo e a educação do cinema entre os anos 1920 e 1930*. Tese (Doutorado em Multimeios) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000436959>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano - Artes de fazer*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. A Operação Historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p.45-111.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa : Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. *A história ou a leitura do tempo*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COUTINHO, Eduardo. Gramsci: a comunicação como política. In: COUTINHO, Eduardo; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel. *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade* (Orgs). Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

COUTINHO, ILUSKA. O conceito de verdade e sua utilização no jornalismo. *Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo*, São Bernardo, ano 1, n.1, jan/jun. 2004. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/conceito.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

D' ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

DINES, Alberto. Empastelamento, modo de emprego. *Observatório da Imprensa*. 6 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/empastelamento-modo-de-emprego/>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. *História e poder*. vol.1: militares, igreja e sociedade civil. São Paulo: Editora 34, 2000.



DORNAS, Danilo Santos. *A filosofia política de Ortega y Gasset*. Disponível em: <<http://criticanarede.com/ortegapolitica.html>>. Publicado em: 15 fev. 2014. Acesso em: 13 jun. 2015.

DRUMOND, Maurício. O esporte nos Estados Novos de Salazar e Vargas (1933-1945): um estudo comparado. IN: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300406759\\_ARQUIVO\\_ARTIGOANPUH2011-MauricioDrumond.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300406759_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2011-MauricioDrumond.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ELIAS, NORBERT. *O processo civilizador: uma história de costumes* (volume 1). Rio de Janeiro: Joerge Zahar Editor, 1990.

ERBOLATO, Mário. *Técnicas de Codificação em Jornalismo*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2.ed. São Paulo: USP, 2010.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.17-20.

FONSECA, João. *Metodologia da Pesquisa Científica*. Apostila. Fortaleza: UEC, 2002.

FORTES, Gustavo. *Comunicações no Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras em Convênio com o Banco do Nordeste, 2001.

\_\_\_\_\_. *Mídia, poder e história na era pós-moderna*. Teresina: EDUFPI, 1998

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 25.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju/Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo, ideologia e propaganda política*. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

GAZETA. Teresina, 11 nov de 1937. Ano XXVII, nº 1188.

GAZETA. Teresina, 22 de set de 1938. Ano XXVIII, nº 1207.

GAZETA. Teresina, 26 de nov de 1937. Ano XXVII, nº 1189.

GAZETA. Teresina, 25 de nov de 1938. Ano XXVIII, nº 1212.

GAZETA. Teresina, 24 jul de 1939. Ano XXVIII, nº 1227.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GIL, Antonio Carlos. *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. Propaganda Política, construção do tempo e mito Vargas: calendário 1940. In: *Associação Nacional de História-XXII Simpósio Nacional de História*. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.696.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015. Publicado em 2003.

GONÇALVES, Teresa. *Jornalismo Cultural Piauiense durante o Estado Novo*. 2015. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) - Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Grande Dicionário Histórico Biográfico Piauiense*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1997.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial- Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GRAMSCI, Antonio. *et al* (orgs.). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 6.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2.ed. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. Construindo a profissão de jornalista: Casper Líbero e a criação da primeira escola de jornalismo no Brasil. In: INTERCOM – XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/125406421967807345272755170441800930965.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

HOHLFELDT, Antonio. Comportamentos de Movimento antes e depois da censura prévia: táticas e estratégias. In: *COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-84e9f9a6-c9cc-41ac-b821-c28794ae2d2a\\_2845.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-84e9f9a6-c9cc-41ac-b821-c28794ae2d2a_2845.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2015.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o período militar. In: CARNEIRO, Maria Lúcia Tucci (org). *Minorias silenciadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

LEAL, Ranielle . *O olhar e a palavra: fotojornalismo de José Medeiros na Revista o Cruzeiro*. São Paulo: All Print Editora, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LIMA, Venício Artur de. *Liberdade de Expressão X Liberdade de Imprensa*. Instituto Humanitas Unissinos on-line, Rio Grande do Sul. Disponível em; <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/33323-liberdade-de-expressao-x-liberdade-de-imprensa-entrevista-especial-com-venicio-lima>>. Publicado em : 16. Jun.2010. Acesso em: 3 jul.2014.

LIPPMAN, Walter. A natureza da notícia. In: BERGER; Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs). *A era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa*, volume 2. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 165-191.

LIRA, Clarice Helena Santiago. *O Piauí em tempos de Segunda Guerra: mobilização local e as experiências do contingente piauiense da FEB*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

LOPES, Fernanda Lima. *Autorreferência, discurso e autoridade jornalística*. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, data da defesa 2007. Disponível em: <[http://www.pos.eco.ufrj.br/publicacoes/mestrado/dissertacoes\\_2007.html#7](http://www.pos.eco.ufrj.br/publicacoes/mestrado/dissertacoes_2007.html#7)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

LUNA, Cristina. *A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura militar (1964-1977)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACEDO, Kárita Bernardo de. Carmen Miranda, uma pequena notável: representação e identidade nacional na década de 1930. In: *VI Simpósio Nacional de História Cultural*. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Karitha%20Bernardo%20de%20Macedo.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

MAIA, Luciano, SARAIVA, Marta. Especial Cine Rex: O Ocaso de Uma Estrela. *Portal Imprensa*. Disponível em: <<http://portalimprensa.com.br/noticias/carreira/981/especial+cine+rex+o+ocaso+de+uma+estrela+por+luciano+maia+e+marta+saraiwa+++uespi>>. Acesso em: 1.jul. 2015.

MANZANO, Júlia. *Liberado com cortes: tática e estratégia no jornal Movimento no processo de liberação da censura prévia em 1979*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2012.

MARIANI, Bethania. Imprensa, produção de sentidos e ética. In: RIBEIRO, Ana Paula; FERREIRA, Lúcia Maria. *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2007, p. 199-218.

MELO, José Marques de. *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.

MELLO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho*. Teresina: COMEPI, 1977.

\_\_\_\_\_. *Discursos do Dr Leônidas de Castro Mello interventor do estado*. s.n.t.

MENDONÇA, Ana Rita. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MONTEIRO, Charles. *Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MONTEIRO, Lindolfo do Rêgo Monteiro. *Discursos do Dr Lindolfo do Rêgo Monteiro prefeito da capital*. s.n.t.

MORAIS, Fernando. *Chatô: O rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAIS, Fernando. *Chatô: O rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. 4.ed: São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MOREIRA, Carla. Produção de práticas censórias e memória: Relações entre a ditadura Vargas e o fascismo italiano. *Caderno de Letras da UFF*, Rio de Janeiro, n 40, p. 249-279, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/40/cotidiano1.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2014.

MOUILLAUD, Maurice. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

\_\_\_\_\_. A revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

\_\_\_\_\_. Cidade e Memória: “cidades invisíveis”. *Outros tempos*, v.3, n.3, p.197-209, 2006.

\_\_\_\_\_. História e memória: O rádio por seus locutores. *Revista Fênix*, v3, n.4, outubro-novembro-dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_. Sonhos e pesadelos dos moradores da periferia de Teresina nas décadas de 1960 e 1970. IN: *Associação Nacional de História-XXV Simpósio Nacional de História*, 2009, Fortaleza. Anais eletrônicos. Disponível em : < <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0297.pdf>>. Acesso em 19 jun. 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. 1ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *Fragmentos finais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n 10, p.7-28, dez.1993.

OLIVEIRA, Joelson Roberto. A vontade de poder como caráter geral da vida: uma interpretação a partir dos escritos do segundo período. *Revista Trágica: Estudos sobre Nietzsche*, v.2, n.1, p. 59-72, 2009. Disponível em: <<http://tragica.org/artigos/03/05-jelson.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

OLIVEIRA, Michelle Roxo. Jornalismo, profissionalização e a defesa da formação escolar específica. IN: *Intercom – XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2009, Curitiba. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2267-1.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Pensar historicamente, ou sobre a difícil tarefa de se escrever História: Violência e disputas políticas, um breve itinerário sobre a política partidária do Piauí no pós- Estado Novo. In: SILVA, Mairton; OLIVEIRA; Marylu (Org). *Histórias do social ao cultural/do cultural ao social*. Teresina: EDUFPI, 2015

OITO ANOS DE GOVERNO: a administração de Leônidas de Castro Mello no Piauí, maio de 1935 a maio de 1943.

O PIAUÍ, 22 de setembro de 1945, ANO LVII, n1.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio*. São Paulo: Unicamp, 1997.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

PAIVA, Samuel. A representação da realidade em filmes de Rogério Sganzerla: construindo a história à partir de Orson Welles e de cinejornais. In: CAPELATO, M ; MORETTIN, E; NAPOLITANO, M ; SALIBA, E (org). *História e Cinema-Dimensões Históricas do audiovisual*. 2 ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2006, p.135-148.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSPAN, Mário. *Da revolução de 1930 ao golpe de 1937: a depuração das elites*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1997.

PARADA, Maurício. A ordem da memória: a imprensa e o imaginário político do Estado Novo. RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves. *Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. 3.ed.Teresina: Zodiaco, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense da pecuária ao extrativismo*. 3ed. Teresina:EDUFPI, 2006.

RÊGO, Ana Regina. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstrução da memória, *Jornal ALCAR*, ano 4, n.19, maio de 2015.

\_\_\_\_\_. *Comunicação corporativa, marketing e política cultural- Brasil e Espanha*. São Bernardo do Campo: UMESP. 2010. vol 1. Tese (Doutorado em Comunicação), Programa de Pós Graduação em Comunicação, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Imprensa Piauiense: atuação Política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

\_\_\_\_\_.Jornalismo e memória. IN: *Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo*, 2012, Curitiba. Anais eletrônicos. Curitiba: UNB, 2012. Disponível em: <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/1784/118>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

\_\_\_\_\_; LEAL, Ranielle. Nazismo e facismo nas páginas da revista O Cruzeiro. In: *Confederação Iberoamericana de Asociaciones Científicas y Académicas de la Comunicación*, 2011, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://confibercom.org/anais2011/pdf/24.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. O jornalismo cultural na Revista *O Cruzeiro*. In: *Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/o-jornalismo-cultural-na-revista-o-cruzeiro>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

REIS, Ana Isabel. Os recursos expressivos da linguagem radiofônica nas cibernotícias das rádios portuguesas, *Rádio- Leituras*, n.1, v.1, jan-jun, 2012.

RENK, Valquíria. A escola, o Estado Novo e o patriotismo analisados através da imprensa escolar. IN: *X Congresso Nacional em Educação- EDUCERE*, 2011, Paraná. Anais eletrônicos. Paraná: PUCPR, 2011. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5288\\_2700.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5288_2700.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2015.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*, Estudos Históricos/Mídia, n 31, 2003/1. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2186/1325>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

\_\_\_\_\_; HERSCHMAN, Micael. História do Campo da Comunicação do Brasil. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMAN, Micael; ABREU, Alzira Alves de [et al] (Orgs). *Comunicação e História- interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: MAUAD X, Globo Universidade, 2008, p.13-26.

\_\_\_\_\_. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

RIBEIRO, Jorge. *Sempre Alerta*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RICOEUR, Paul. *A história, a memória e o esquecimento*. São Paulo: UNICAMP, 2007.

RIO DE JANEIRO. Decreto lei de nº 579, de 30 de julho de 1938. Cria o Departamento Administrativo do Serviço Público. Disponível em: <[http://www12.senado.gov.br/orcamento/documentos/outros/linha-do-tempo/Decreto-Lei\\_579\\_de\\_30\\_de\\_julho\\_de\\_1938.pdf](http://www12.senado.gov.br/orcamento/documentos/outros/linha-do-tempo/Decreto-Lei_579_de_30_de_julho_de_1938.pdf)>. Acesso em: 21 mai.2015.

\_\_\_\_\_. Decreto lei de nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939. *Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências*. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=19204&>>. Acesso em: 21 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei de nº 2.557, 4 de setembro de 1940. *Dispõe sobre o exercício das funções do Departamento de Imprensa e Propaganda nos Estados*. Acesso disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/leis1940Vv497/pdf35.pdf#page=1>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto- Lei de nº 5.480 de 13 de maio de 1943. *Institue o curso de jornalismo no sistema de ensino superior do país*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5480-13-maio-1943-415541-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 1 jul. 2015.

ROCHA, Rosa Edite. *Narrativas audiovisuais no Piauí: cultura e sociedade na linguagem do cinema*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, data da defesa 2011.

RODRIGUES, Tony. Participação na 2ª Guerra faz 2 mortos. *MEIO NORTE*, 11 mar. 2001, p. 4.

SACHETTA, Hermínio. 1943, SP enfrenta a censura. Entrevista concedida a Noé Gerteel. *Folha de São Paulo*, SP, 10 de janeiro de 1979. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria\\_6.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_6.htm)>. Acesso em: 1 jul. 2015.

SAID, Carlos. Entrevista concedida a Thamyres Sousa de Oliveira em 16 de novembro de 2015.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. 2.ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Metodologia Científica: a construção do conhecimento*. 3ed: DP&A, 2008

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Os presidentes; Getúlio Vargas: O Estado Novo – 1937-1945*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

SILVEIRA, Joel. O Estado Novo e o Getulismo. Entrevista concedida a Gilberto Negreiros *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 de janeiro de 1979. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria\\_5.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_5.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SILVEIRA, Fernando. *Estado da arte: Manifesto dos Mineiros*. 2010, Juiz de Fora. Anais Eletrônicos. Juiz de Fora: UFJF. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a15.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SILVEIRINHA, Maria João; CAMPONEZ, Carlos. Intelectualidade autonomia e desprofissionalização - regresso a questões candentes. IN: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro. *Pesquisa em media e jornalismo: homenagem a Nelson Traquina*. Portugal: Lablan, 2012.

SODRE, Muniz. *A narração do fato*. 2. ed. Petrópolis:Vozes, 2012.

SODRE, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983.

SOLON, Daniel. Novos sons se espalham por Teresina: os alto-falantes e o processo de modernização da cidade (1939-1952). In: Francisco Alcides do Nascimento, F. C. Fernandes Santiago Jr. (Org.). *Encruzilhadas da História: rádio e memória*. Recife: Edições Bagaço, 2006, p.167-196.

SOUSA, Jane Bezerra de. *Tempos de ser professora no Piauí (1929-1951): saberes, ideias, discursos e evidências*. In: *VI Encontro de Pesquisa em Educação UFPI*, 2010, Teresina (PI). O pensamento pedagógico na pós-modernidade. Teresina (PI), 2010. Disponível em: <[http://www.leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.16/GT\\_16\\_07\\_2010.pdf](http://www.leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.16/GT_16_07_2010.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2015.

SOUSA, Thamyres. *A atuação do jornal Gazeta em tempos de censura*. 2013. Trabalho de conclusão de Curso - Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

\_\_\_\_\_.O silenciamento dos jornais piauienses durante o Estado Novo. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; MIRANDA, Marcela. *Narrativas do jornalismo & narrativas da história*. Porto: Mediaxxi, 2014, p. 319-341.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa Bibliográfica. IN: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUSA, Tiago Lopes de . Vestígios de censura na atuação do jornal O Momento durante o Estado Novo. IN: INTERCOM- XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação,

2014. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2418-1.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

TAVARES, Zózimo. *100 fatos do Piauí no século XX*. 1 ed. Teresina: Halley, 2000.

TITO FILHO, Arimathea. O congresso. *O Dia*, Teresina, 20 de abril de 1988. Disponível em: <<http://acervoatitofilho1.blogspot.com.br/2011/01/o-congresso.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. TITO FILHO, Arimathea. *Governos do Piauí: capitania, província, estado*. 2ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

\_\_\_\_\_. O Semana. *O Dia*, Teresina, 4 de setembro de 1988. Disponível em: <<http://acervoatitofilho1.blogspot.com.br/2010/09/o-semana.html>>. Acesso em: 1 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Os sócios. *O Dia*, Teresina, 29 de abril de 1988. Disponível em: <<http://acervoatitofilho1.blogspot.com.br/2011/03/os-socios.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

TOMAIN, Cássio. “*Janela da alma*”: Cinejornal e Estado Novo- Fragmentos de um discurso totalitário. São Paulo: FAPESP, 2006.

THOMPSON, John B. *The mídia and modernity: a social theory of the media*. Cambridge: Polity Press, 1995.

TZUN, Sun. *A arte da Guerra*. São Paulo: Ed PDL, Golden Books, 2007.

VANGUARDA, 7 de setembro de 1939, ano 1, nº 1.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4 ed. Brasília: Unb, 1998.

WAINER, Samuel. Porque Café Filho traiu Getúlio. Entrevista concedida a Wianey Pinheiro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de janeiro de 1979. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria\\_10.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_10.htm)>. Acesso em: 1 jul. 2015.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 6 ed. Lisboa: Presença, 2001.